



UNIVERSIDAD DE MURCIA

FACULTAD DE COMUNICACIÓN Y DOCUMENTACIÓN

O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal

El proceso del tratamiento de materias en la catalogación de libros en bibliotecas universitarias:
Aplicación del protocolo verbal

D^a FRANCIELE MARQUES REDIGOLO

2014



UNIVERSIDAD DE MURCIA

TESIS DOCTORAL

O PROCESSO DE ANÁLISE DE ASSUNTO NA CATALOGAÇÃO DE LIVROS
EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: Aplicação do protocolo verbal

EL PROCESO DEL TRATAMIENTO DE MATERIAS EN LA CATALOGACIÓN DE
LIBROS EN BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS: Aplicación del protocolo verbal

Doctoranda: D^a FRANCIELE MARQUES REDIGOLO

Directora: Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Codirector: Dr. Isidoro Gil Leiva

Murcia
2014

FRANCIELE MARQUES REDIGOLO

O PROCESSO DE ANÁLISE DE ASSUNTO NA CATALOGAÇÃO DE LIVROS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: aplicação do protocolo verbal.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação. Linha de pesquisa: “Produção e Organização da Informação”.

Tese apresentada ao Programa de Doctorado en Gestión de la Información en las Organizaciones, na Facultad de Comunicación y Documentación da Universidad de Murcia para obtenção do título de Doutora em Documentación.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Mariângela Spotti Lopes Fujita (orientadora)
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof^a Dr^a Dulce Amélia de Brito Neves
Universidade Federal da Paraíba – UFPb

Prof^a Dr^a Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. José Vicente Rodríguez Muñoz
Universidad de Murcia – UMU

Local: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP /Marília – São Paulo – Brasil.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Mariângela Spotti Lopes Fujita, pela orientação, paciência, dedicação e amizade nesses quase dez anos de convivência. Sou muito grata por tudo o que aprendi com a senhora, principalmente a ser honesta e que a força de vontade é primordial para conseguirmos alcançar nossos objetivos. Sou muito grata por nossos caminhos terem se cruzado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva, por ter me passado tantos ensinamentos de ordem acadêmica e de vida, também por toda a ajuda, auxílio e amizade no período em que estive em Murcia/Espanha.

Aos meus familiares, principalmente à minha mãe, Julia Isabel Marques e meu pai, Francisco Xavier Redigolo por tantos ensinamentos e apoio quando eu mais precisei. Aos meus irmãos Maciel Marques Redigolo, Adriana Marques Redigolo da Silva e Alan Diego Marques Redigolo. Vocês são a base de tudo.

Aos meus amigos que tanto me apoiam na vida acadêmica e na vida de ordem pessoal, com os quais sempre pude contar e compartilhar de minhas felicidades, conquistas e aflições.

Aos meus amigos da Run4Live, pois a prática de exercício físico estimulada por ótimas companhias me ajudou a prosseguir com minhas obrigações.

À FAPESP pelo financiamento da pesquisa.

À CAPES por ter me concedido a bolsa CAPES/PDSE com a qual pude concretizar meu Doutorado Sandúiche na Universidad de Murcia/España.

À Universidade Estadual Paulista – UNESP. Aos funcionários da UNESP por toda a prestatividade.

À Universidad de Murcia/Espanha – UMU. Aos funcionários da UMU por toda a prestatividade.

À banca examinadora de minha tese.

Aos bibliotecários brasileiros e espanhóis que foram sujeitos das minhas coletas de dados.

Aos professores do PPGCI - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP/Marília.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação – UNESP/Marília.

Aos meus colegas de curso.

A todos que participaram direta e indiretamente desta minha jornada.

Serei eternamente grata por todo amor, carinho e paciência!

*À minha família
E aos meus amigos,*

*Cujas horas subtraídas do nosso convívio
Permitiram a elaboração deste trabalho.*

RESUMO

A necessidade de aprimoramento das práticas, dos instrumentos, processos e produtos que envolvem o tratamento temático da informação, propicia investigações que objetivam contribuir para o desenvolvimento da prática profissional da análise de assunto na catalogação. A proposição de nossa pesquisa é aprofundar estudos acerca da análise de assunto na catalogação de assunto, sob uma perspectiva de autores nacionais e internacionais, de normalização e de sociedade de profissionais para identificar diretrizes da análise de assunto na catalogação de assunto que propiciem o aprimoramento do processo de indexação na política de indexação em bibliotecas universitárias. Possui como objetivos específicos aprofundar estudos teóricos e metodológicos voltados para a catalogação de assunto e para a análise de assunto; realizar estudos sobre normalizações em contexto de bibliotecas universitárias; explorar a análise de assunto utilizando aspectos da abordagem sociocognitiva, da semiótica e da linguística textual e conhecer os processos da análise de assunto. Para isso, realizou-se uma análise exaustiva e crítica da literatura existente e deste modo aplicou-se a metodologia do protocolo verbal “pensar alto” e a pesquisa etnográfica em dezesseis bibliotecas universitárias, sendo seis na área de Medicina e seis na área da Ciência da Computação no Brasil e quatro na área de Biblioteconomia e Documentação na Espanha. Posteriormente, realizou-se uma tabulação e análise dos protocolos verbais individuais e das pesquisas etnográficas, que resultou ser revelador para conhecer o processo de análise de assunto, que propiciaram a discussão de elementos como especificidade do vocabulário controlado, política de indexação, exaustividade e especificidade, hábitos, experiência colateral, cognição profissional, qualidade da análise de assunto, usuários, acesso a linguagem documentária, leitura documentária, identificação e seleção de conceitos, esses conceitos foram discutidos a partir do contexto sociocognitivo do catalogador, da teoria e de normalização. Com os resultados obtidos foi possível elaborar diretrizes para desenvolver a análise de assunto em bibliotecas universitárias. O processo da análise de assunto mostra-se muito diferente da teoria, e a ausência de um instrumento que auxilie o catalogador reflete com ele desenvolva seus próprios métodos, e uma vez habituado a fazer a representação de seu modo, não refletirá sobre seus resultados, levando com que a representação e a recuperação da informação fiquem prejudicadas.

Palavras-chave: Tratamento Temático da Informação. Catalogação. Catalogação de Assunto. Análise de Assunto. Biblioteca Universitária. Protocolo Verbal Individual. Pesquisa Etnográfica.

RESUMEN

La necesidad de la mejora de las prácticas, herramientas, procesos y productos relacionados con el análisis documental de contenido, fomenta el desarrollo de la práctica profesional de la asignación de materias en la catalogación. El objetivo de la investigación es profundizar en el estudio del análisis de asignación de materias con el fin de identificar recomendaciones y tareas que proporcionen la mejora del proceso de indización y el diseño de las políticas de indización en las bibliotecas universitarias. Como objetivos específicos se pretende analizar las teorías y metodologías del análisis de materias en la catalogación; estudiar la normalización en el ámbito de las bibliotecas universitarias; explorar los procesos de asignación de materias usando la perspectiva sociocognitiva, de la semiótica y de la lingüística textual y conocer los procesos de la asignación de materias. Para todo ello, se realizó un análisis exhaustivo y crítico de la literatura existente y se aplicó la metodología del protocolo verbal “pensar en alto” y la investigación etnográfica en dieciséis bibliotecas universitarias, en seis de Medicina y seis de Informática en Brasil y en cuatro de Biblioteconomía y Documentación en España. Posteriormente, se llevó a cabo una tabulación y análisis de los protocolos verbales individuales y de las entrevistas, que resultó ser revelador para conocer el proceso de asignación de materias, lo que ha permitido detectar interesantes aspectos sobre la especificidad del vocabulario controlado, la política de indización, la exhaustividad y especificidad en la indización, los hábitos de los profesionales, la cognición profesional, la calidad en la asignación de materias, la lectura documental o la identificación y selección de conceptos, entre otros aspectos. Con los resultados obtenidos también se han podido elaborar directrices para llevar a cabo la asignación de materias en bibliotecas universitarias. Igualmente se desprende que el proceso de asignación de materias se ha mostrado diferente a lo mantenido por la teoría, por lo que la inexistencia de un instrumento como una política de indización que asista al catalogador durante las tareas desarrolladas, le lleva a recurrir a métodos personales que terminan afectando a la representación de la información.

Palabras clave: Análisis Documental de Contenido. Catalogación. Asignación de materias. Política de indización. Bibliotecas Universitarias. Protocolo Verbal Individual. Investigación Etnográfica.

ABSTRACT

The need for improvement of practices, tools, processes and products involving the subject representation, promotes research aimed to contribute to the development of professional practice in the subject analysis in the subject cataloguing. The proposition of our research is to deepen the subject analysis, from the perspective of national and international authors, standardization and professional society guidelines to identify of the analysis of subject cataloguing subject that facilitate the improvement of indexing process in indexing policy in university libraries. Have specific objectives aimed to deepen theoretical and methodological studies for subject cataloguing and subject analysis; conduct studies on normalization in the context of university libraries; explore the subject analysis using aspects of socio-cognitive approach, semiotics and textual linguistics and understand the processes of subject analysis. For this, we performed an exhaustive analysis and critique of the existing literature and applied the methodology of the oral protocol “think aloud” and ethnographic research in sixteen university libraries, six in Medicine and six in the field of Computer Science in Brazil and four in the area of Librarianship and Documentation in Spain. Subsequently, there was a tabulation and analysis of individual verbal protocols and ethnographic research, which proved to be revealing to know the process of subject analysis, that have led to the discussion of elements such as specificity of controlled vocabulary, indexing policy, completeness and specificity, habits, collateral experience, professional cognition, quality of subject analysis, documentary reading, identification and selection of concepts, these concepts were discussed from the context of social cognitive cataloger, theory and standards. With the results we provide guidelines to develop the subject analysis in university libraries. The process of the subject analysis shows to be very different from theory, and the absence of an instrument to assist the cataloguer reflects him develop his own methods, and once accustomed to make the representation thus will not reflect on their results, leading to the representation and retrieval of information from getting harmed.

Keywords: Subject Representation. Cataloguing. Subject Cataloguing. Subject Analysis. University Library. Verbal Protocol Single. Ethnographic Research.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação entre o os objetivos e os capítulos desta pesquisa.....	24
Quadro 2	Esquema básico do Processo Técnico Documental.....	30
Quadro 3	Sistematização de conteúdo em organização e representação do conhecimento.....	35
Quadro 4	Impacto da automatização na Catalogação de Assunto.....	41
Quadro 5	Normas traduzidas a partir da ISSO 5363 (1985).....	42
Quadro 6	Evolução das Bibliotecas.....	43
Quadro 7	Definições sobre a Indexação.....	48
Quadro 8	Processo de Indexação – Chaumier.....	50
Quadro 9	Modelo contemporâneo da compreensão na leitura.....	57
Quadro 10	Grade do Modelo de Leitura para indexação de textos científicos.....	60
Quadro 11	Tipologias de linguagens documentárias segundo o critério de coordenação.....	63
Quadro 12	Concepções sobre a análise de assunto a partir dos três eixos de análise do processo.....	64
Quadro 13	Fatores que podem afetar a qualidade da indexação.....	67
Quadro 14	Categorias de análise extraídas para análise dos PVI e PE.....	74
Quadro 15	Síntese das normalizações.....	77
Quadro 16	Normas traduzidas a partir da ISO 5363 (1985).....	84
Quadro 17	Qualidades da indexação.....	88
Quadro 18	Categorias de análise extraídas para análise dos PVI e PE.....	99
Quadro 19	Tipologias textuais.....	103
Quadro 20	Classificação dos marcadores do discurso.....	113
Quadro 21	Categorias de análise extraídas para análise do PVI e PE.....	118
Quadro 22	Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	120
Quadro 23	Seleção de seis bibliotecas para coletas com o Protocolo Verbal Individual e com a Pesquisa Etnográfica, em território brasileiro – Biológicas.....	121
Quadro 24	Seleção de seis bibliotecas para coletas com o Protocolo Verbal Individual, em território brasileiro – Exatas.....	122

Quadro 25	Seleção de quatro bibliotecas para coletas com o Protocolo Verbal Individual e com a Pesquisa Etnográfica, em território espanhol – Humanas.....	122
Quadro 26	Continuum de técnicas introspectivas.....	124
Quadro 27	Categorias obtidas a partir da leitura dos PVI's e das PE's, da literatura e de normalização.....	134
Quadro 28	Quadro geral dos resultados.....	185
Quadro 29	Diferenças entre as análises na catalogação de assunto de livros e indexação de artigos.....	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Esquema do exame do documento.....	196
Gráfico 2: Esquema da identificação dos conceitos.....	198
Gráfico 3: Esquema da Seleção dos conceitos.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2R	Código de Catalogação Anglo Americano 2º edição - Revisado
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGRIS	<i>International Information System for the Agricultural Sciences and Technology</i>
BIBLIODATA	Rede cooperativa de Bibliotecas brasileiras
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BN	Biblioteca Nacional
BS	<i>British Standards</i>
BSI	<i>British Standards Institution</i>
BU	Bibliotecas Universitárias
CARIS	<i>Current Agricultural Research Information System</i>
CENAGRI	Centros de Informação Coordenação Geral de Documentação em Agricultura
CI	Ciência da Informação
CIN	Centro de Informações Nucleares
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DeCs	Descritores em Ciências da Saúde
Ed.	Editor
ERIC	<i>Education Resources Information Center</i>
Et al.	<i>Et alii</i> (e outros)
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FID	<i>International Federation for Documentation</i>
HTTP	<i>Hypertext Transfer Protocol</i>
IFLA	<i>The International Federation of Library Associations and Institutions</i>
INIS	<i>International Nuclear Information System</i>
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
KOP	<i>Knowledge Organizing Processes</i>

KOS	<i>Knowledge Organizing Systems</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LIS	<i>Library and Information Science</i>
MARC 21	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MEDLARS	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
NBR	Norma Brasileira
NC	Norma Cubana
NF	<i>French Standard</i>
NLM	<i>National Library of Medicine</i>
UNE	<i>Norma Española</i>
NP	Norma Portuguesa
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PE	Pesquisa Etnográfica
Pergamum	Sistema integrado de bibliotecas
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PV	Protocolo Verbal
PVI	Protocolo Verbal Individual
REBIUN	<i>Red de Bibliotecas Universitarias Españolas</i>
TTI	Tratamento Temático da Informação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPb	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UMU	<i>Universidad de Murcia</i>
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMAR	Universidade de Marília
UNISIST	<i>United Nations International Scientific Information System</i>
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista
USC	Universidade Sagrado Coração
USP	Universidade de São Paulo
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO EM CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	28
2.1	A Catalogação de Assunto e o impacto tecnológico nas Bibliotecas Universitárias.....	36
2.2	A análise de assunto no processo de catalogação de assunto.....	51
2.3	Bibliotecas Universitárias: qualidade na análise de assunto visando a recuperação da informação.....	65
3	ESTUDO DE NORMALIZAÇÕES PARA A ANÁLISE DE ASSUNTO.....	75
3.1	Normalizações para a indexação de documentos.....	77
3.2	Metodologias de indexação em Manuais de Indexação.....	89
3.3	Considerações sobre as normalizações.....	97
4	A ANÁLISE DE ASSUNTO SOB A PERSPECTIVA DAS ABORDAGENS SOCIOCOGNITIVA, SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	100
4.1	Abordagem Sociocognitiva e tipos de textos em Organização da Informação.....	101
4.1.1	Abordagem Sociocognitiva em Organização da Informação.....	101
4.1.2	Tipos de textos em Organização da Informação.....	102
4.2	Abordagem da Semiótica.....	104
4.2.1	Experiência Colateral.....	105
4.2.2	Hábitos.....	107
4.3	Abordagem da Linguística textual.....	109
4.3.1	Coesão Textual.....	111
4.3.2	Coerência Textual.....	113
4.3.3	Intertextualidade.....	114
4.3.4	Metáfora.....	115
4.4	Considerações sobre as três abordagens.....	116
5	METODOLOGIA.....	119
5.1	Introspecção.....	123
5.1.1	Protocolo Verbal.....	125
5.1.1.1	Protocolo Verbal Individual.....	126
5.2	Pesquisa Etnográfica.....	129
5.2.1	Observação dos sujeitos.....	132
5.2.2	Entrevistas.....	132
5.3	Formação das categorias e forma de análise dos Protocolos Verbais (PVI) e Pesquisa Etnográfica (PE).....	133
6	RESULTADOS.....	136
6.1	Resultados PVI e PE.....	
6.1.2	Discussão geral dos resultados.....	
6.2	Catalogação de assunto de livros & Indexação de artigos.....	
6.3	Diretrizes para a análise de assunto na catalogação de assunto baseado na literatura e na prática profissional.....	190
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201

REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICES.....	224
APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADOREAS DA ENTREVISTA PARA A PESQUISA ETNOGRÁFICA.....	224
ANEXOS.....	225
ANEXO A – PROGRAMA DE ATIVIDADES CONJUNTAS ENTRE AS UNIVERSIDADES DE MURCIA (ESPANHA) E UNESP (BRASIL) – Versões em Português e Espanhol.....	225
ANEXO B – ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES DE MURCIA (ESPANHA) E UNESP (BRASIL)	231
ANEXO C – FAMILIARIZAÇÃO AOS SUJEITOS SOBRE A TÉCNICA DO “PENSAR ALTO” OU PROTOCOLO VERBAL.....	237
ANEXO D – NOTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA TRANSCRIÇÕES: ADAPTADAS DE CAVALCANTI (1989)	239

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa está inserida no contexto da Organização e Representação do Conhecimento e possui como tema central o estudo e aprofundamento de estratégias, procedimentos e dificuldades da prática da análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias.

Destaca-se que a Ciência da Informação é uma área que centra esforços para o estabelecimento de ligações/conexões entre conteúdo documentais e usuários potenciais e reais da informação. Portanto, baseada nas práticas e atividades significativas de armazenagem e recuperação de documentos no decorrer de um “processo de aperfeiçoamento da sistematização do conhecimento humano, a organização do conhecimento tem suas origens na criação, por bibliotecários, de sistemas de classificação como instrumentos de organização temática de documentos para armazenagem” (FUJITA, 2001, p. 29).

A Organização do Conhecimento é uma disciplina científica aplicada que se preocupa em abarcar subsídios teóricos “(e retroalimentar-se) relativamente ao continente conceitual adequado às diversas práticas sociais, tendo como enfoque o tratamento temático da informação e de um modo menos específico, porém não menos importante, procura estudar a gestão do uso social da informação” (BARITÉ, 2001, p.40). Por Representação do Conhecimento, Dahlberg (2006) entende como sendo uma estrutura, na qual possui uma lógica para a representação conceitual, e também o resultado da identificação de conceitos por termos de uma terminologia pré-definida.

Assim como Barité propõe a Organização do Conhecimento com uso social da informação, Hjørland (2008, p.86, tradução nossa) também compactua deste pensamento, pois preocupa-se com a natureza e qualidade “dos Processos de Organização do Conhecimento (KOP)¹ bem como dos sistemas de Organização do Conhecimento (KOS)² usados para organizar documentos e representação dos documentos”. Desta forma, pautando-se na citação anterior de Hjørland (2008), justifica-se que a Organização do Conhecimento necessita da elaboração de métodos, instrumentos, processos e produtos específicos que compõe a sua natureza científica, para melhor organizar e representar.

¹*Knowledge Organizing Processes*

²*Knowledge Organizing Systems*

Deste modo, destaca-se a *International Society for Knowledge Organization* – “ISKO é a sociedade científica da área de Organização e Representação do Conhecimento (ORC) responsável pelas principais ações em torno de sua necessária consolidação científica” (FUJITA, 2008, p. 2).

A Organização e Representação do Conhecimento no Brasil (ou KO), “busca por consolidação e visibilidade junto à comunidade científica internacional que tem na ISKO sua principal sociedade científica formada por capítulos nacionais e internacionais de diversos países que agregam seus pesquisadores como associados” (FUJITA, 2008, p. 1).

Para contextualizar nosso problema de pesquisa no tema análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias é necessário o enfoque em alguns aspectos:

A) – fundamentação teórica e metodológica da área de Organização e Representação do Conhecimento para a análise de assunto

B) – normalizações para a representação de conteúdo

C) – aspectos inerentes à percepção do catalogador

A) Contudo, estudos em Organização e Representação do Conhecimento buscam subsídios para a área da Ciência da Informação, bem como dar respaldo ao tratamento temático da informação, pois se tratam de procedimentos necessários para instituições, como as bibliotecas, visto que seus processos geram produtos que possibilitam diretamente a recuperação da informação.

Assim como afirmam Moraes, Guimarães e Guarido (2007) o tratamento temático é um conjunto de atividades que envolvem os processos de análise de conteúdo temático dos documentos e suas sínteses, com o objetivo de representar e garantir a recuperação rápida e precisa.

A catalogação de assunto faz parte do tratamento temático da informação e é caracterizada por alguns autores da área como UNESCO (1975, p. 2), Borko e Barnier (1978, p.8), García Gutiérrez (1984, p. 105), NBR 12676 (1992), Cleveland e Cleveland (2001, p. 97), Mai (2005, p. 599), como sendo a ação de identificar e representar o conteúdo do documento para que ele se torne disponível em um sistema de recuperação da informação.

A primeira etapa da catalogação de assunto compreende a análise de assunto que é composta por três fases, sendo a leitura, a identificação de conceitos e a seleção de conceitos.

Determinar o assunto dos documentos vem sido discutido ao longo da história, porém esse tema na maioria das vezes é tratado de forma rasa, sem muito aprofundamento.

Olson e Boll (2001) consideram que apesar da realidade dos catálogos *online* ampliarem as formas de busca, disponibilizando várias opções, que vai muito além das barreiras vividas com os catálogos em ficha que eram restritos aos cabeçalhos de assunto, nota-se que isso intensificou o problema da recuperação, porque por outro lado sobrecarregou os resultados de busca, onde muitas vezes recupera muitos documentos que não se relacionam com a intenção do usuário.

Desta forma, acreditamos que a incompatibilidade entre a análise de assunto adotada nos catálogos *online* e a busca do usuário, que muitas vezes não é satisfatória, reflete de forma significativa a representação dos conteúdos dos documentos realizada pelo catalogador, o que compromete a confiabilidade dos sistemas de recuperação da informação.

Este cenário reporta-nos a necessidade e importância do fazer do catalogador, aprimorando suas técnicas e refletindo mais sobre este procedimento essencial para bibliotecas e sistemas de recuperação da informação. Além de nos conduzir para que existe uma necessidade real de atualização e repensar sobre as normalizações que regem esta atividade.

B) Para a abordagem desse aspecto torna-se necessário contextualizar o histórico das normalizações para indexação, pois apesar de existir uma longevidade das normas, desde a UNI ISO de 1985 não existiram mais atualizações, apenas traduções desta norma.

Em 1978 foi desenvolvida uma norma francesa NF Z 47-102a partir dos trabalhos efetuados pelo Comitê técnico documentação da ISO e da UNESCO. Esta norma apresenta a noção de conceito, porém não aprofunda como deve ser realizada esta extração de conceitos, baseia-se na noção de exaustividade e especificidade.

Em 1984 surgiu a norma britânica, BS 6529, que foi inovadora para a época, porque expõe técnicas gerais para análise e identificação de conceitos, especialmente para determinar o assunto de um documento de forma resumida. Esta norma foi um passo inicial para muitos países, pois a partir dela foram desenvolvidas outras normas e também traduzida por alguns países.

A NC 39-22, norma cubana, também de 1984 não teve a mesma repercussão da norma britânica de 1984, seis anos mais tarde foi substituída pela NC ISO 5963 de 2000 que é a tradução da UNI ISO 5963 de 1985.

Em 1985 foi publicada a UNI ISO 5963, esta norma teve como parâmetro a norma francesa NF Z 47-102 de 1978 e a norma britânica BS 6529 de 1984. A UNI ISO 5963 tem como objetivo a padronização de procedimentos dentro da instituição, sendo assim, marcou um avanço para a área, pois apresentou inovações para a análise de conteúdo.

A norma de 1985 apresentou alguns diferenciais das normas já existentes anteriormente, pois indicou algumas partes essenciais para a análise do documento, como o título; resumo; sumário; introdução; ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos; palavras ou grupos de palavras em destaque.

Para a identificação dos conceitos, a norma UNIISO 5963, indica quais questões o catalogador deve buscar responder de acordo com o conteúdo do documento que está sendo analisado:

- qual o assunto de que trata o documento?
- como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- o documento se refere aos métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (ex. um estudo sociológico da religião).

Apesar de ter sido um avanço para os padrões existentes e também por ter perdurado por tanto tempo sem que houvesse uma atualização efetiva da norma, a UNIISO 5963 deixa uma lacuna na compreensão de como extrair conceitos representativos do conteúdo dos documentos, pois não indica em qual parte do texto o catalogador encontrará as respostas para as questões expostas acima.

A UNI ISO 5963 de 1985 foi traduzida literalmente para diversos países e essas traduções são utilizadas até os dias atuais, como a UNI ISO 5963 de 1989 que é a norma italiana, a NP 3715 de 1989, norma portuguesa, a UNE 50-121 de 1991, norma espanhola, a NBR 12676 de 1992 que é a tradução brasileira e a NC ISO 5963 de 2000, norma cubana.

A necessidade de estudos e avanços normativos e metodológicos serão significativos para a área de tratamento de conteúdo especificamente para a análise de assunto na catalogação, pois diante da história percebe-se que apesar de existir um desenvolvimento

positivo houve uma ruptura em discussões que efetivamente promovam modificações nas normas existentes.

A área do tratamento temático da informação mostra-se carente de instrumentos atualizados, como por exemplo, vocabulários controlados, políticas de indexação e também normalizações para indexação de conteúdo.

C) Além dos aspectos normativos que envolvem a análise de assunto, o contexto sociocognitivo é muito importante, a cognição profissional tem grande influencia nos resultados da análise de assunto, pois existem muitos fatores que estão atrelados a este processo e que refletem nos resultados das representações. Isso reforça que toda representação não está livre de inferências cognitivas do catalogador, portanto afirma-se que não existe neutralidade ao representar, esse tema foi discutido também por Redigolo e Almeida (2012).

Redigolo e Almeida (2012, p. 17) afirmam que o catalogador não representa em completa neutralidade, pois “infere sobre o assunto, usando a sua maneira de interpretação, a sua experiência e comprova seus hábitos de executar a análise de assunto no momento da representação”.

Partindo desta argumentação, a cognição profissional é um aspecto que detém um importante papel para a representação da análise de assunto. Pois alguns elementos estão envolvidos no processo de compreensão do catalogador que podem influenciá-lo na tomada de decisão para a representação de conteúdo. Bem como conhecimentos específicos e conhecimento de mundo, pois a compreensão ou não de alguns fatores podem influenciar na tomada de decisão do profissional, principalmente quando a análise de assunto torna-se um hábito, onde não há mais reflexão sobre as atividades.

Nesta perspectiva, e ainda relacionado a conhecimentos específicos e de mundo, a experiência colateral e o hábito do catalogador ao desenvolver a análise de assunto influenciam muito nos resultados desta representação. Bem como a familiarização com alguns aspectos da linguística textual, como coesão e coerência textual, intertextualidade e metáforas.

Isso posto, ressalta-se que muitos são os fatores que inferem na análise de assunto e este é um universo carente de estudos e aprofundamentos teóricos e práticos, que reflete diretamente na representação como ponte entre o usuário e o acervo documentário.

Percebe-se, no entanto, a necessidade de aprimoramento das práticas, ou seja, dos instrumentos, processos e produtos que envolvem a análise de assunto, bem como os que envolvem o tratamento temático da informação. Perante a estas observações fez-se necessário voltar esforços para o contexto de bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias, tipo de

formação, habilidades e competências que estes profissionais devem possuir para desenvolver a análise de assunto, voltada para o acesso e uso da informação.

Neste contexto, ressalta-se que em pesquisa de mestrado Redigolo (2010. Número do processo FAPESP 08/51938-0), se concentrou em estudos do processo de análise de assunto no tratamento temático da informação e assim, abordou o contexto sociocognitivo dos catalogadores de assunto em diferentes bibliotecas universitárias.

Redigolo (2010) chega a alguns resultados que contextualizam a carência profissional sobre parâmetro metodológico e por consequência a não uniformidade sobre os processos da análise de assunto:

- a ausência de metodologias atualizadas gera dificuldades na concretização da análise de assunto na catalogação, que muitas vezes é vista como secundária, não havendo conscientização desses processos na prática profissional.

- A fase de identificação de conceitos muitas vezes não é executada corretamente basicamente por alguns motivos: o catalogador não tem conhecimento prévio sobre o assunto e não realizarem devidamente a leitura documentária do documento, e por utilizarem os termos recuperados na importação do registro em bases de dados colaboradoras.

- A não identificação dos conceitos levam os catalogadores a selecionarem diretamente os termos.

- Destaca-se ainda, que ocorre dos catalogadores apenas identificarem os termos, sem passarem para a terceira etapa do processo de análise de assunto, que compreende a seleção dos conceitos.

Diante dessas considerações em Redigolo (2010) foi possível destacar alguns empecilhos da Análise de Assunto identificados no decorrer das análises:

- O não cumprimento das três etapas da análise de assunto;
- A mecanização da Catalogação;
- Pouco reconhecimento acerca da a análise de assunto;
- Falta de tempo e relevância para a leitura técnica;
- Itens de áreas diversificadas;
- Não domínio das áreas do conhecimento;
- A prática de utilizar termos da catalogação na fonte;
- A falta de um parâmetro metodológico; e
- O não uso de uma linguagem controlada e a não participação em Sistemas de Cooperação entre Bibliotecas.

Diante dos aspectos A, B e C que contextualizam a análise de assunto, a pesquisa identifica as **premissas**:

A – despreocupação dos profissionais com a catalogação;

B – deficiência de instrumentos de representação e de normatização;

C – países semelhantes ao nosso que não possuem uma preocupação com as políticas de indexação;

D – o não desenvolvimento das três etapas da análise de assunto pode causar ruído e silêncio na recuperação;

E – a importância da investigação da análise de assunto na catalogação para representação e recuperação da informação de livros catálogos de bibliotecas universitárias, pautando-se em fundamentações teóricas e metodológicas da área de Organização e Representação do Conhecimento para análise de assunto e das áreas científicas especializadas;

F – o contraponto entre a postura dos bibliotecários catalogadores e a teoria especializada da área, visto que esta análise comparativa juntamente com a opinião dos bibliotecários torna-se fundamental diante da perspectiva sociocognitiva de investigação da análise de assunto de livros em catálogos de bibliotecas universitárias.

Essas considerações nos remetem ao **problema** de falta de uma metodologia para o desenvolvimento desta atividade, implicando diretamente na não uniformidade e sistematização da prática do catalogador de assuntos em domínios específicos de bibliotecas universitárias, o que apresenta influência direta na recuperação da informação.

A **hipótese** da pesquisa é que os estudos da análise de assunto na catalogação com abordagem sociocognitiva demonstrarão que no geral existe uma despreocupação dos bibliotecários com a análise de assunto, concomitante a uma necessidade de aprimoramento e atualização das normalizações nacionais e internacionais visando a representação e recuperação da informação em catálogos de bibliotecas universitárias.

Deste modo, a **tese** da pesquisa é que o aprofundamento de estudos voltados para a análise de assunto na catalogação pela perspectiva sociocognitiva do bibliotecário catalogador propicia mais visibilidade para a análise de assunto, bem como bases teóricas e metodológicas para o aprimoramento, discussão e normalização da análise de assunto, de acordo com conceitos da área de Organização e Representação do Conhecimento.

Diante do exposto, a **proposição** de nossa pesquisa é aprofundar estudos acerca da análise de assunto na catalogação de assunto, sob uma perspectiva de autores nacionais e internacionais, de normalização e de sociedade de profissionais para identificar diretrizes da análise de assunto na catalogação de assunto que propiciem o aprimoramento do processo de indexação na política de indexação em bibliotecas universitárias.

Com essa proposição, a investigação tem como **objetivo geral** contribuir para o aprimoramento da prática profissional da análise de assunto na catalogação por meio de investigações teórica e prática.

Tendo em vista a concretização da proposta apresentada acima, a pesquisa possui como **objetivos específicos**:

- a) Aprofundar estudos teóricos e metodológicos voltados para a catalogação de assunto e para a análise de assunto;
- b) Realizar estudos sobre normalizações em contexto de bibliotecas universitárias;
- c) Explorar a análise de assunto utilizando aspectos da abordagem sociocognitiva, da semiótica e da linguística textual.
- d) Investigar os processos de análise de assunto por meio do protocolo verbal individual e da pesquisa etnográfica, destacando os processos referentes a esta atividade em contexto de diferentes bibliotecas universitárias, proporcionando uma análise comparativa entre as bibliotecas espanholas e brasileiras;

O Quadro 1 apresenta o problema, os objetivos específicos e os capítulos da pesquisa, buscando explicitar a integração e coerência da estruturação proposta a partir do problema e objetivo geral.

Quadro 1: Relação entre o os objetivos e os capítulos desta pesquisa

Objetivo Específico 1: a) Aprofundar estudos teóricos e metodológicos voltados para a catalogação de assunto e para a análise de assunto;

Capítulo 2: A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Objetivo Específico 2: b) Realizar estudos sobre normalizações em contexto de Bibliotecas Universitárias;

Capítulo 3: ESTUDO DE NORMALIZAÇÕES PARA A ANÁLISE DE ASSUNTO

6.2 Diretrizes para a análise de assunto na catalogação de assunto baseado na literatura e na prática profissional

Objetivo Específico 3: c) Explorar a análise de assunto utilizando aspectos da abordagem sociocognitiva, da semiótica e da linguística textual.

Capítulo 4: A ANÁLISE DE ASSUNTO SOB A PERSPECTIVA DAS ABORDAGENS SOCIOCOGNITIVA, SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

Objetivo Específico 4: d) Investigar os processos de análise de assunto por meio do protocolo verbal individual e da pesquisa etnográfica, destacando os processos referentes a esta atividade em contexto de diferentes bibliotecas universitárias, proporcionando uma análise comparativa entre as bibliotecas espanholas e brasileiras;

Capítulo 5: METODOLOGIA

Capítulo 6: RESULTADOS

Considerações Finais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a concretização dos objetivos propostos, além dos capítulos teóricos, a pesquisa apresenta as análises das dezesseis aplicações com o protocolo verbal individual, para observação da prática profissional, e também utiliza-se da pesquisa etnográfica que propiciará uma discussão envolvendo a prática da análise de assunto na catalogação.

Deste modo, o protocolo verbal como técnica introspectiva permite identificar processos mentais utilizados pelo sujeito, pois consiste na gravação da exteriorização verbal de pensamentos durante a atividade de leitura, fornecendo principalmente, informações de estratégias, dificuldades e procedimentos durante a leitura. A pesquisa etnográfica tem por objetivo a descoberta de novas relações e de novas formas de entendimento da realidade.

As coletas de dados pautaram-se na perspectiva do catalogador, cruzando o conhecimento prático com o conhecimento teórico interdisciplinar e normativo sobre a análise de assunto na catalogação.

De acordo com a proposição desta pesquisa e dando sequência a este capítulo introdutório, a tese apresenta a seguinte estrutura:

Capítulo 2: trás uma discussão sobre o tratamento temático da informação, mais precisamente sobre a análise de assunto na catalogação, bem como discutindo também sobre a qualidade desse processo em bibliotecas universitárias. Este capítulo se dividiu em três subtópicos, o primeiro compreende a catalogação de assunto, visando a sua interrupção teórica e metodológica, o segundo tópico aborda a análise de assunto na catalogação de assunto. E o terceiro tópico trata da qualidade na análise de assunto visando a recuperação da informação em bibliotecas universitárias.

Capítulo 3: Este capítulo centraliza-se, principalmente, na discussão das normas de indexação existentes, como a NF Z 47-102 de 1978 – Norma Francesa; BS 6529 de 1984 – Norma Britânica; NC 39-22 de 1984 – Norma Cubana; UNI ISO 5963 de 1985; UNI ISO

5963 de 1989 – Norma Italiana; NP 3715 de 1989 – Norma Portuguesa; UNE 50-121 de 1991 – Norma Espanhola; NBR 12676 de 1992 – Norma Brasileira; NC ISO 5963 de 2000 – Norma Cubana; e também na discussão de dois manuais de indexação, o Modelo de ensino de leitura documentária (FUJITA, 2003) e o Manual de indexação AGRIS/CARIS.

Capítulo 4: Este capítulo discute a análise de assunto na catalogação sob a abordagem sociocognitiva, da linguística textual e da semiótica, essas abordagens se complementaram com o propósito de ampliar a discussão da análise de assunto.

Capítulo 5: Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada, bem como, as delimitações do universo da pesquisa, e as técnicas de coleta de dados que serão aplicadas em um domínio de bibliotecas universitárias, o protocolo verbal individual que tem como princípio a observação e gravação dos processos cognitivos individuais do catalogador, no intuito de desvendar os procedimentos relativos à análise de assunto. E ainda a pesquisa etnográfica que foi utilizada nesta pesquisa como técnica elicitadora dos dados.

Na sequência, apresenta-se o capítulo 6: que contém os resultados das coletas com o protocolo verbal individual e com a pesquisa etnográfica, mostrando o contra ponto entre as duas realidades, a partir das técnicas de coleta de dados descritas acima. E também um quadro comparativo entre a indexação de artigos e a catalogação de livros, e diretrizes para a análise de assunto na catalogação em bibliotecas universitárias baseado nos resultados obtidos.

O capítulo 7: apresenta as considerações finais da pesquisa.

Este relatório de pesquisa finaliza-se com as referências utilizadas para a construção do embasamento teórico da pesquisa, e na sequência os apêndices e anexos.

É oportuno esclarecer que a co-orientação do Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva, pesquisador da *Universidad de Murcia*, Espanha, deve-se ao fato de que existe uma parceria de pesquisa com a Prof^a. Dr^a. Mariângela Spotti Lopes Fujita, orientadora, em andamento desde 2007, por ocasião de sua vinda à UNESP – Campus de Marília como Professor Visitante Estrangeiro FAPESP que propiciou publicações conjuntas entre Fujita e Gil Leiva, outras co-orientações, compartilhamento de disciplinas de pós-graduação e projeto de pesquisa “Política de Indexação Latino-Americana” (Processo: CNPq 401974/2008-1) com bolsa CNPq.

Esta parceria de pesquisa foi firmada no ano de 2011, com o acordo de Cooperação Científica entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” – UNESP (BRASIL) e a *Universidad de Murcia* (ESPAÑA). A finalidade desta parceria foi de formar uma cooperação acadêmica entre ambas as universidades, com o objetivo de promover o

intercâmbio de estudantes de doutorado, assim como de docentes das respectivas Instituições, para a realização de estudos e pesquisas de doutorado e com o fim de promover a formação de doutores e linhas de pesquisas conjuntas, junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP e o *Programa de Doctorado en Gestión de Información en las Organizaciones*, da Cátedra UNESCO em *Gestión de Información en las Organizaciones*, da *Universidad de Murcia* (vide ANEXOS A e B).

Esclarece-se ainda que, tanto a parceria de pesquisa, quanto o termo de cotutela³ tornaram-se oportunos para que houvesse um bom desenvolvimento das atividades, considerando-se a busca por outros contextos, ambientes e enfoques tanto para o desenvolvimento teórico quanto para o metodológico da pesquisa, uma vez que foi possível coletar de dados em bibliotecas universitárias da Espanha para uma análise comparada.

É neste contexto que se insere e se justifica a presente pesquisa, e para o cumprimento dos objetivos específicos aqui propostos, o próximo capítulo adentrará ao tema da catalogação de assunto em bibliotecas universitárias.

³Visando este contexto de pesquisa, firmou-se um termo de cotutela da bolsista Franciele Marques Redigolo, entre as duas universidades, UNESP e Universidad de Murcia. O termo de cotutela foi aprovado em 19 de junho de 2012 pelo Conselho do Governo Espanhol no dia 13 de setembro de 2012 pela Reitoria da UNESP. A aluna realizou estágio de doutorado sanduiche na Universidad de Murcia de janeiro a junho de 2012.

2 A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Este capítulo tem o propósito de discutir aspectos teóricos do tratamento temático da informação, assim como a análise de assunto como fase inicial da catalogação de assunto em contexto de bibliotecas universitárias. Portanto, para alcançar este propósito, o capítulo divide-se em três sub-tópicos que compreendem a catalogação de assunto, bem como demonstrar a sua interrupção teórica e metodológica visando o impacto tecnológico, a análise de assunto no processo de catalogação de assunto e o último sub-tópico bibliotecas universitárias: que trata a qualidade na análise de assunto visando a recuperação da informação, demonstrando assim aprofundamentos em relação à análise de assunto, pois além do próprio processo de determinação do assunto, faz-se necessário também conhecer e investigar os fatores inerentes à qualidade dos resultados da análise de assunto.

Historicamente, pode-se dizer que uma das preocupações que assolavam a Biblioteconomia centravam-se na questão da aquisição de materiais, este pensamento reportava-se a uma ideia de estoque bibliográfico, ou seja, de acúmulo documental.

Mais recentemente, com o aumento das publicações que se iniciou depois da explosão literária, que inicialmente foi advinda com a imprensa e mais atualmente em maior escala pela nova explosão informacional, proporcionada pelas tecnologias computacionais, que estimulou a transferência de publicações impressas para as publicações digitais, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação preocupam-se em centrar esforços não mais no acúmulo bibliográfico, mas sim em assuntos que se referem à organização dessas publicações, visando uma recuperação mais otimizada.

Chaumier (1971, p. 20) define ruído como sendo “a percentagem de documentos que não respondem à questão levantada e selecionada quando da interrogação, em consequência, essencialmente, de combinações acidentais de característica ou de confusões, no sentido quanto aos termos de caracterização.” Oposta a essa noção de ruído, está a noção de silêncio, que é “a percentagem de documentos pertinentes que respondem a uma questão existente na memória e não selecionados quando da interrogação” (CHAUMIER, 1971, p. 20).

Portanto, nessas últimas décadas, a biblioteca chegou ao limite de seu crescimento, o que provocou a saturação de alguns de seus serviços/produtos e a tem feito buscar o necessário ajustamento ao processo de virtualização do texto (CARVALHO; KANISHI, 2000). Esta preocupação torna-se essencial diante deste cenário onde as publicações estão em

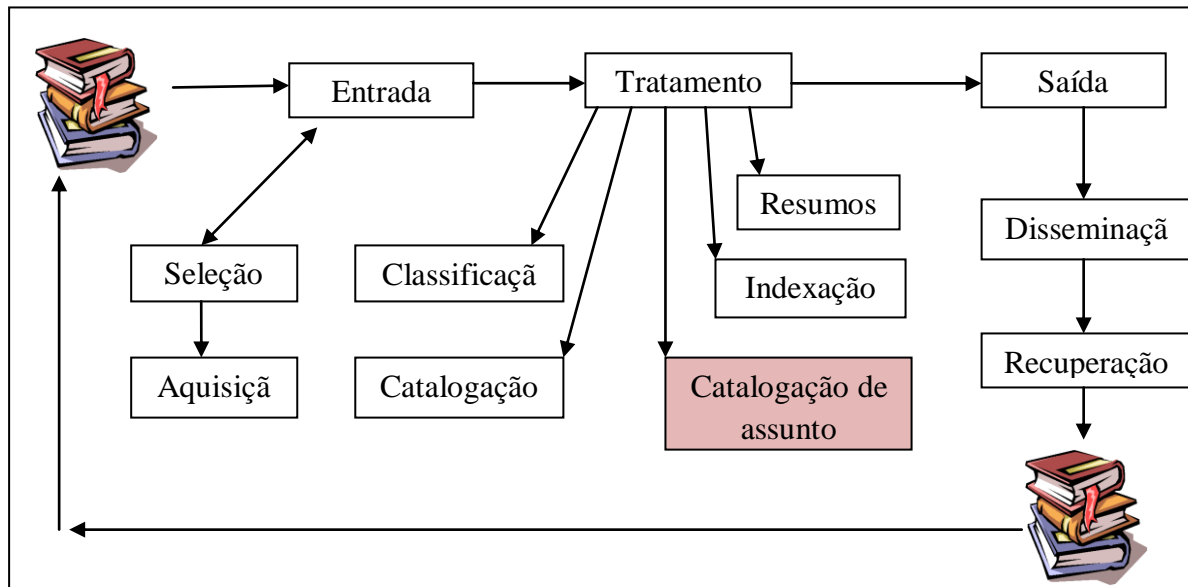
grande maioria com o acesso *online* e em um suporte digital, e assim, possibilitar o acesso em meio a tantos outros documentos.

No tocante à Ciência da Informação, o tratamento da informação compreende todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos que envolvem as descrições físicas e temáticas dos documentos em bibliotecas ou sistemas de recuperação da informação; os que envolvem o desenvolvimento de instrumentos utilizados nessas descrições e também a implantação de estruturas físicas destinadas ao armazenamento das informações (DIAS; NAVES, 2007).

O processo documental passa por três fases consecutivas, sendo que a primeira fase refere-se à seleção e aquisição; a segunda fase diz respeito tanto ao tratamento temático quanto ao tratamento descritivo da informação; e a terceira fase do processo documental representa a saída da informação, que engloba a disseminação, a recuperação e o uso. Assim como o próprio autor enfatiza, a razão para se desenvolver as duas etapas iniciais, é a disseminação e a recuperação da informação (GIL LEIVA, 2008).

Observa-se no quadro abaixo o esquema que Gil Leiva (2008) apresenta para demonstrar as fases que envolvem o ciclo do processo documental. No entanto, para a perspectiva desta pesquisa, fez-se necessário adaptar o quadro abaixo, pois na literatura os autores tratam apenas da Indexação, poucos autores estudam e trabalham com o termo catalogação de assunto, portanto é pertinente destacar que a indexação e a catalogação de assunto apesar de envolverem etapas semelhantes são desenvolvidas em ambiências diferenciadas.

Quadro 2: Esquema básico do Processo Técnico Documental



Fonte: GIL LEIVA (2008, p. 59, traduzido e adaptado pela autora).

No entanto, observando as etapas do tratamento da informação, Dias e Naves (2007, p.17) trabalham o conceito de tratamento da informação com sendo a expressão que engloba todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a:

- a) Descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou sistema de recuperação de informação;
- b) Desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições;
- c) Concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.).

Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados, e ontologias, entre outras (DIAS; NAVES, 2007, 17). Por ontologia, Neches (1991) define que ela contém termos e suas relações com um campo temático determinado, assim como as normas para realizar combinações com a finalidade de dar amplitude ao vocabulário. Os metadados, segundo a concepção de Dias e Naves (2007) são utilizados para fazer a descrição física do documento, porém em meio eletrônico; na visão dos autores, cumpre com o mesmo papel da catalogação descritiva no contexto das bibliotecas tradicionais, além desta

concepção, os autores ainda abordam que os metadados embutem também o objetivo de normalização. Neste sentido, os metadados estão destinados a ordenar e descrever a informação contida em um documento, “de tal forma que se sejam reveladores tanto da descrição formal como da análise de conteúdo, no entanto deve melhorar o acesso a esses objetos informacionais na rede. Não são mais do que estruturas de organização da informação legível por máquina” (GIL LEIVA, 2008, p. 95).

Desta forma, deve-se notar que a transposição de ambiente informacional não elimina de forma alguma o tratamento da informação, descritivo e temático, de modo que o narra de forma detalhada e, assim, o mantenha disponibilizado para o acesso.

Portanto, como mencionado acima, o tratamento da informação divide-se entre o tratamento descritivo ou de forma e o tratamento temático da informação (TTI) ou de conteúdo. Destaca-se que a diferenciação entre as duas não existe somente na nomenclatura, mas também por terem diferentes papéis no tratamento da informação.

Pode-se dizer que, a representação descritiva é ao mesmo tempo uma operação e um produto, e assim, tem como objetivo descrever o documento de forma a deixá-lo único e livre de ambiguidades, tais procedimentos visam identificá-lo, localizá-lo, e recuperá-lo, oferecendo múltiplas formas de acesso. No entanto, o tratamento descritivo aborda os dados físicos do documento, assim como o título, a indicação de responsabilidade, editora, ano, coleção, ISBN, tradução, páginas, edição, entre outros. No entanto, a representação pode ser na forma de referência bibliográfica ou de ficha catalográfica.

Para Guimarães (2003, p. 102) “a análise formal é relativa ao processo de descrição bibliográfica (catalogação) com o objetivo de criar registros. Trata-se, pois, da análise e representação dos aspectos extrínsecos do documento para fins de identificação e localização”. Deste modo, a representação descritiva ou catalográfica, basicamente, consiste em representar um item documentário de forma clara, sucinta e padronizada, de modo a torná-lo único e identificável (FLAMINO; SANTOS, 2004).

Em nível de instrumentos, o tratamento descritivo é bem mais estruturado do que o tratamento temático, pois possui códigos de catalogação que auxiliam o catalogador a proceder de forma normalizada de maneira a descrever fielmente o objeto físico, como, por exemplo, o AACR2R – Código de Catalogação Anglo Americano 2º edição, revisada. Além dos códigos de catalogação, nele há também os formatos de metadados, que fazem a descrição do documento, de forma a ser reconhecido no formato eletrônico. Como exemplos de

formatos de metadados, podem ser citados o formato Marc 21 e o Dublin Core (DIAS; NAVES, 2007).

No âmbito da Biblioteconomia, o tratamento temático da informação “ocupa (como se pode observar tanto na literatura quanto nas práticas profissionais) um espaço nuclear, visto revelar a mediação entre a produção e o uso da informação, entre elas tecendo a mais sólida ponte: a que dá acesso ao conteúdo informacional” (GUIMARÃES, 2008, p. 78).

O tratamento temático, para Guimarães (2003, p. 102), pode ser dimensionado como:

(...) processos de condensação e de representação por meio de linguagens documentárias, com o objetivo específico de produzir resumos e índices de assunto. Tem-se, pois, a análise e descrição dos aspectos intrínsecos do documento, ligados ao seu conteúdo temático, razão pela qual também se denomina tratamento temático da informação.

O assunto documental, então, torna-se um foco de estudos para pesquisadores da área, todavia Pinto Molina, García Marco, Agustín Lacruz (2002) tomam uma direção mais epistemológica para discutirem o significado de análise de conteúdo neste contexto do tratamento informacional, que é algo certamente operacional. “O problema é que para extrair o conteúdo do documento é necessário compreender primeiro a mensagem, é dizer, o significado e o sentido da mensagem, e esse é um conceito que raramente se define” (PINTO MOLINA, GARCÍA MARCO, AGUSTÍN LACRUZ, 2002, p. 106).

No entanto, pode-se dizer que a área de tratamento temático se materializa por meio de um conjunto de procedimentos de natureza “analítico-sintética, envolvendo os processos de análise do conteúdo temático dos documentos e suas sínteses, por meio da condensação ou da representação em linguagens documentárias, com o objetivo de garantir uma recuperação rápida e precisa para o usuário” (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007, p. 94, tradução nossa).

“A área do tratamento temático da informação passa pela identificação, o processamento e a disponibilização do conteúdo informacional dos documentos” (BARITÉ, 2001, p. 38), dando condições para efetuar as operações de representação e de acesso à informação (REDIGOLO, 2010).

Por sua vez, o tratamento temático da informação deve ser visto com grande relevância para o tratamento informacional, pois proporciona o acesso ao conteúdo dos documentos, de forma que possa ser encontrado e utilizado pelos usuários, pois este é

definido como um dos objetivos do tratamento de conteúdo, o de recuperação da informação. Portanto, esta deve ser a posição que a indexação, a catalogação de assuntos, a classificação e também a elaboração de resumos deve ocupar em relação ao tratamento ou organização da informação.

Sem dúvidas que o propósito do tratamento temático, assim como o tratamento descritivo, também é de deixar o documento disponível para o acesso, porém a atividade de tratamento temático é considerada subjetiva, no entanto depende de vários fatores para a sua elaboração, sobretudo, para o desenvolvimento do tratamento descritivo, existem os códigos de catalogação que são usados para normalizar a descrição física do documento, fato que não ocorre no tratamento temático com tanta sistematicidade.

A questão de instrumentos voltados para a elaboração de condensações de conteúdo é muito delicada na realidade brasileira, pois se destaca que as linguagens documentárias ainda não possuem uma padronização, muitas vezes não são atualizadas e inclusive há instituições que não se utilizam de um vocabulário controlado para realizarem a tradução dos termos (REDIGOLO, 2010).

Segundo Dias e Naves (2007), as linguagens documentárias devem ser consideradas como instrumentos de normalização terminológica, pois percebem-se que são instrumentos essenciais para representar os assuntos identificados no documento.

Ainda na concepção dos autores, existem outros instrumentos que podem ser utilizados na etapa do tratamento temático da informação, como as tabelas de notação que ajudam a determinar uma localização única para o documento em uma coleção; as normas para elaboração de resumos; os manuais de indexação (utilizados nos serviços de indexação e resumo e em bibliotecas especializadas) e catalogação por assunto (utilizadas em todos os tipos de bibliotecas) (DIAS; NAVES, 2007).

A questão dos manuais de indexação também é um assunto delicado no âmbito profissional, todavia não são todas as instituições que possuem um manual, pois nem todas as equipes de profissionais veem a importância de o desenvolverem ou o fazem de forma não substancial, ou seja, não abordam detalhadamente todos os tópicos necessários para um fazer profissional mais linear.

Fica evidente que os processos referentes ao Tratamento Temático da Informação fazem uma mediação entre a informação e o usuário, no entanto é pertinente dizer que seu desenvolvimento exige do profissional da informação técnicas, habilidades e compromisso com a sociedade, pois permitirá que o conhecimento registrado torne-se socializado. Neste

sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento do Tratamento Temático da Informação ao longo da história, pouco a pouco, vem sendo permeado por “distintas concepções, que propiciaram o delineamento de três correntes teóricas, a catalogação de assunto, indexação e análise documental, que hoje encontram importante espaço de interlocução no âmbito da *International Society for Knowledge Organization*” (ISKO) (GUIMARÃES, 2008, p. 79).

De acordo com Moraes, Guimarães e Guarido (2007), as bases epistemológicas da análise documental⁴ de conteúdo se reportam a três linhas teóricas que se consolidam historicamente dentre as pesquisas científicas.

Contudo, uma primeira abordagem se construiu a partir da ótica da *Subject Cataloguing*, ou catalogação de assunto, de concepção norte-americana, segundo os autores esta corrente é norteada pelos princípios de catalogação alfabética de Cutter e também pela tradição de cabeçalhos de assuntos da *Library of Congress (LC)*, pois trata o catálogo como produto do tratamento temático da informação em bibliotecas. Alguns autores podem ser destacados para a área, assim como, Cutter, Kaiser, Coates, Olson e Berman (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007).

A segunda abordagem refere-se à visão da *indexing*, ou indexação,

De orientação predominantemente inglesa, que tem os índices como produtos do tratamento temático da informação, procedente da utilização de linguagens de indexação, notadamente os tesauros, observando uma preocupação de natureza mais teórica acerca da construção de tais linguagens, muito influenciada pelos trabalhos de *Classification Research Group* (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007, p. 94).

Nesta linha de pensamento, podem-se destacar alguns autores, como, Foskett, Austin, Ferradane, Metcalfe, Aitchinson, Gilchrist e Lancaster.

A análise documentária compõe a terceira dimensão teórica, de orientação predominantemente francesa, e seu enfoque centra-se no processo de tratamento temático. A busca por uma dimensão metodológica para a área, “que tem por definição e explicação de procedimentos deve proceder necessariamente a questão das linguagens de indexação (como na linha inglesa) ou de generalização de produtos como os catálogos (tradição norte-americana)” (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007, p. 95).

⁴A expressão análise documental é utilizada pelos referenciados autores, assim como a tradução em Portugal.

Esta reflexão de Moraes, Guimarães e Guarido (1997), leva-nos a refletir que a área de tratamento temático da informação se desenvolveu a partir dos processos, dos produtos e dos instrumentos.

Quadro 3: Sistematização de conteúdo em organização e representação do conhecimento

	Organização da Informação		Recuperação da Informação
	Forma	Conteúdo	
Processos	<ul style="list-style-type: none"> - Catalogação - Controle de autoridades 	<ul style="list-style-type: none"> - Análises - Condensação - Representação 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação - Estratégias de busca
Produtos	<ul style="list-style-type: none"> - Catálogos - OPAC's 	<ul style="list-style-type: none"> - Índice (temáticos, onomásticos, topográficos) - Resumo - Palavras-chave - Descritores 	
Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> - Formatos - Controle de autoridades 	<ul style="list-style-type: none"> - Classificações - Listas de Cabeçalhos de Assunto - Tesouros - Terminologías - Ontologías 	<ul style="list-style-type: none"> - Modelos de recuperação - Sistemas de RI - Interfaces

Fonte: ENCONTRO SE DIRETORES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2002, p.2, adaptado pela autora).

Faz-se pertinente destacar o quadro apresentado no Encontro de Diretores de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do MERCOSUL, e também citado por Moraes, Guimarães e Guarido (2007), que demonstra os três processos referentes ao tratamento temático da informação.

Entretanto, nestes macro-processos de indexação e catalogação de assunto, de acordo com a concepção de Dias e Naves (2007), se encontrarão grupos e conjuntos de atividades que se assemelham, bem como a análise de assunto.

2.1 A Catalogação de Assunto e o impacto tecnológico nas Bibliotecas Universitárias

Como visto acima a indexação como processo de análise de assunto tem raízes teóricas e metodológicas predominantes da linha inglesa e a catalogação de assunto ligada à linha norte-americana.

A indexação, em decorrência de novas demandas informacionais, de organização e de busca, passou a desenvolver, ao longo da história sua teoria e também metodologicamente, de tal forma que se consolidou. Como reflexo disso, segundo Fujita (2013),

a indexação é ainda entendida por profissionais da informação, bibliotecários de modo geral, como operação realizada somente em serviços de informação que produzem bases de dados, porém a evolução científica e tecnológica que ocorreu em todas as áreas de conhecimento e atividades profissionais e sociais, alterou de forma irreversível o modo como se armazena, trata e recupera informação e conhecimento, atingindo significativamente os serviços de informação e as bibliotecas.

A catalogação de assuntos manteve-se restrita à organização de bibliotecas, e de acordo com Fujita (2013) sua evolução esteve interligada com perspectivas técnicas da prática do catalogador, a partir das regras estipuladas por Cutter.

Segundo Guimarães (2008) a catalogação de assunto foi direcionada para a atividade em biblioteca sob forte influência da Escola de Chicago que decorreu dos princípios de catalogação alfabética de Cutter.

A partir desta contextualização acima, é pertinente esclarecer que em bibliotecas universitárias, o catalogador ao realizar a catalogação de assunto, poderá ser compreendido como indexador, tendo como parâmetros que neste contexto o material a ser tratado é do tipo livro e que comporá um cabeçalho de assunto. No entanto, alguns teóricos da área, estudados nesta pesquisa, trabalham com esta aproximação conceitual entre a catalogação de assunto e a indexação, bem como Milstead (1983), Sauperl (2002), Lancaster (1994), Fujita e Silva (2004), Redigolo (2010).

Milstead (1983) considera a indexação e a catalogação de assunto como sendo conceitualmente equivalentes, pois se constituem de processos similares para a determinação de assunto, porém tratadas como atividades realizadas em ambiências distintas. Como a Indexação em ambientes mais especializados e a catalogação de assunto em bibliotecas, com as bibliotecas universitárias, públicas e escolares.

A principal diferença entre elas, para Fujita (2013, p. 50), é que a “a catalogação na biblioteca apresenta um conjunto de princípios firmados e reconhecidos mundialmente que fornecem padrões para a elaboração de registros bibliográficos contribuindo para a construção da área da catalogação e para o intercâmbio de informações”. Sendo que os “serviços de indexação e resumo, por sua vez, não têm, e apresentam diferenças entre seus métodos para descrição e pontos de acesso e diferentes padrões” (FUJITA, 2013, p. 50).

Neste sentido, destaca-se a visão de Sauperl (2002, p.1, tradução nossa), sobre o catalogador em bibliotecas e assim determina que o “assunto do documento em bibliotecas, é provido pelos catalogadores, que se tornam um mecanismo crucial que liga os autores dos documentos aos leitores por meio das representações em suporte de recuperação da informação”.

Sobretudo, esta investigação pautará o estudo da catalogação de assuntos a partir de avanços teóricos e metodológicos da indexação, pois é uma área que possui uma teoria e métodos mais desenvolvidos para a criação de índices em sistemas especializados e bases de dados. Salienta-se que a catalogação de assunto será vista a partir de aproximações à área de indexação, desta forma considerando o estudo da catalogação de assunto, com o catalogador como o agente para a realização da análise e determinação do assunto em contexto de bibliotecas universitárias.

Fujita (2013) aponta que a indexação, enquanto área de estudo e investigações,

é compreendida por diferentes visões, entretanto, pela perspectiva da área de Organização e Representação do Conhecimento, representada pela sistematização de Dahlberg (1993) é vista como processo em Organização do Conhecimento e o resultado de sua aplicação como Representação do Conhecimento.

Apesar de existirem discussões que apresentem que Cutter não foi o primeiro a demonstrar a questão dos catálogos, por outro lado foi o primeiro a criar regras de catalogação e de acordo com Martinho e Fujita (2010, p. 05) “os trabalhos anteriores ao de Cutter não haviam tentado sistematizar os princípios da catalogação de assunto numa abordagem mais pragmática”.

Alguns autores que discutem a obra de Cutter e a construção de catálogos, bem como Foskett (1973), Fujita (1989), Lancaster (2002).

Charles Ammi Cutter é considerado o marco principal para a construção de catálogos como produtos do tratamento temático da informação. Cutter (1876) publica *Rules for adictionary catalog*, foram feitas quatro edições, sendo que a última foi publica em 1904.

De acordo com Gil Leiva (2008, p. 125) “entre outras coisas, as regras tinham o objetivo de encontrar um livro a partir um tema e mostrar todo o que possui a biblioteca sobre um determinado assunto”. Teve uma característica inovadora para a época e até hoje é tida como referência para estudos voltados à catalogação de assunto e construção de catálogos, assim pode-se dizer que a obra, teve e ainda tem como objetivo estabelecer regras para a formação de cabeçalhos alfabéticos de assuntos.

Para Cutter, as definições de regras significavam o fim da extração de palavras-chave ou de termos significados apenas do título do documento. No entanto, para Cutter (1876) as regras e os objetivos de um catálogo de assunto seriam:

- permitir ao usuário do catálogo encontrar um documento particular do qual o assunto é conhecido;
- encontrar outros documentos sobre o mesmo assunto ou sobre assuntos relacionados;
- dar assistência ao usuário na seleção de registros recuperados, o documento mais adequado às suas necessidades informacionais.

Baseando-se no catálogo dicionário e na concepção de Cutter, podem-se identificar três princípios na sistematização da catalogação de assunto elaborada por Cutter (1876), assim como pode ser observado também em estudo de Fujita (1989), que seguem como os:

- o princípio da entrada específica: entradas por cabeçalhos de assuntos diretos e específicos, sem o emprego de cabeçalhos mais genéricos para a representação do conteúdo documentário. Devem dar entrada pelo termo mais específico e não pela classe a que estão subordinados;
- o princípio do uso: abordando que as descrições devem ser feitas da forma usada pelo usuário - a construção de um catálogo de assunto centrado nas necessidades de busca, o “procurar” do usuário;
- o princípio da estrutura sindética: que norteia o relacionamento de cabeçalhos de assunto, por meio de referências cruzadas e remissivas, permitindo as ligações de assuntos correlacionados (relação de equivalência, hierárquica e associativa).

Assim como Chaumier (1988) e também outros autores, Cutter (1876, 1904) levantava questões referentes aos usuários, bem como determinar os termos deveria ser uma atividade voltada para eles, preferencialmente, os termos utilizados deveriam ser aqueles que com maior probabilidade seriam usados nas buscas pelos usuários.

Observa-se, no entanto, que para Foskett (1973), Cutter (1876, 1904) formulou diversas regras que contribuíram para a “solução dos problemas, tendo sido, entretanto, prejudicado pelo fato de ter aceitado a linguagem natural como único tipo de terminologia possível” (FOSKETT, 1973, p. 47). Na regra 287 Cutter define o “uso da linguagem natural como base para a construção dos cabeçalhos, sobretudo apenas as entradas de lugar teriam subdivisões de assunto, deste modo, permanecendo-se a sintaxe da língua” (CUTTER, 1904, p. 106).

Em relação à construção dos cabeçalhos de assunto, a obra *Subject Catalogues*, de Coates (1960), explana sobre as abordagens da catalogação de assunto e a “formulação de cabeçalhos de assunto específico por categorias: coisa - parte - matéria – ação” (SILVA; FUJITA, 2003, p. 74).

Berman (1984) edita o livro *Subject Cataloging*, onde apresenta críticas e inovações sobre o tema da catalogação de assunto. Porém, nesta data os autores já afirmavam que a busca por assunto era subdesenvolvida e subutilizada, notavelmente não era trabalhada de maneira que destacava toda sua potencialidade teórica e de uso, que pode ser apresentada com a otimização dos catálogos de bibliotecas, no entanto, melhorando a busca por assunto (BERMAN, 1984).

Segundo Berman (1984), o estudo teve como propósito identificar dificuldades da catalogação de assunto, demonstrando que muitas vezes ela não é precisa, pois transmite mensagens indesejadas, denotando assim, que a catalogação é uma atividade sensível, que nos remete também a problemas como a subjetividade e falta de uma metodologia que sistematize esse processo em bibliotecas, discutidos ainda em pesquisas atuais.

A trajetória da evolução da catalogação marca diferentes mudanças de paradigmas, e assim como Martinho e Fujita (2010, p. 02),

As mudanças de paradigmas ocorridas na história da organização, como a própria transição de imagem e papel da biblioteca de depósito para centro de disseminação da informação. Um dos fatores que contribuiu categoricamente para a democratização do acesso a informação e consequentemente pilar ao desenvolvimento da

sociedade, principalmente em países desenvolvidos como os europeus e Estados Unidos, onde há uma postura de valorização das bibliotecas, o que fica evidenciado em grandes bibliotecas como a *Library of Congress* (LC), *New York Public Library*, Biblioteca do Vaticano, Biblioteca de Oxford, *Biblioteca Nacional da Espanha*, entre outras.

O catálogo é a representação do trabalho de determinação do assunto documental e por sua vez, é ele que dá visibilidade os usuários de bibliotecas universitárias, que podem “visualizar essa prática profissional mediante a utilização desse catálogo, como um produto que possibilita a recuperação, a localização e o intercâmbio de variados recursos informacionais” (BOCCATO; FUJITA, 2010, p. 25).

Ademais, vale ressaltar que os catálogos de bibliotecas têm a função de dar várias formas de acesso aos documentos, para a catalogação descritiva, seria os pontos de acesso, bem como autoria, data, assunto, dentre outros. Além disso, o catálogo deve conduzir o usuário aos documentos que contém as informações desejadas por ele.

Cutter (1904) identifica as funções dos catálogos como:

- 1 – Permitir uma pessoa encontrar um livro quanto se conhece o autor, o título ou o assunto de que trata o item.
- 2 – Reunir todas as obras que a biblioteca possui de um mesmo autor, de um mesmo assunto ou de um mesmo tipo de literatura.
- 3 – Selecionar um livro por suas características bibliográficas, literárias ou temáticas.

No entanto, Fiuza (1985) adiciona mais duas funções aos catálogos:

- 1- determinação precisa e rápida se um determinado item, conhecido por autor ou título, existe na coleção e onde pode ser encontrado;
- 2- que materiais existem na biblioteca de determinado assunto e onde podem ser encontrados.

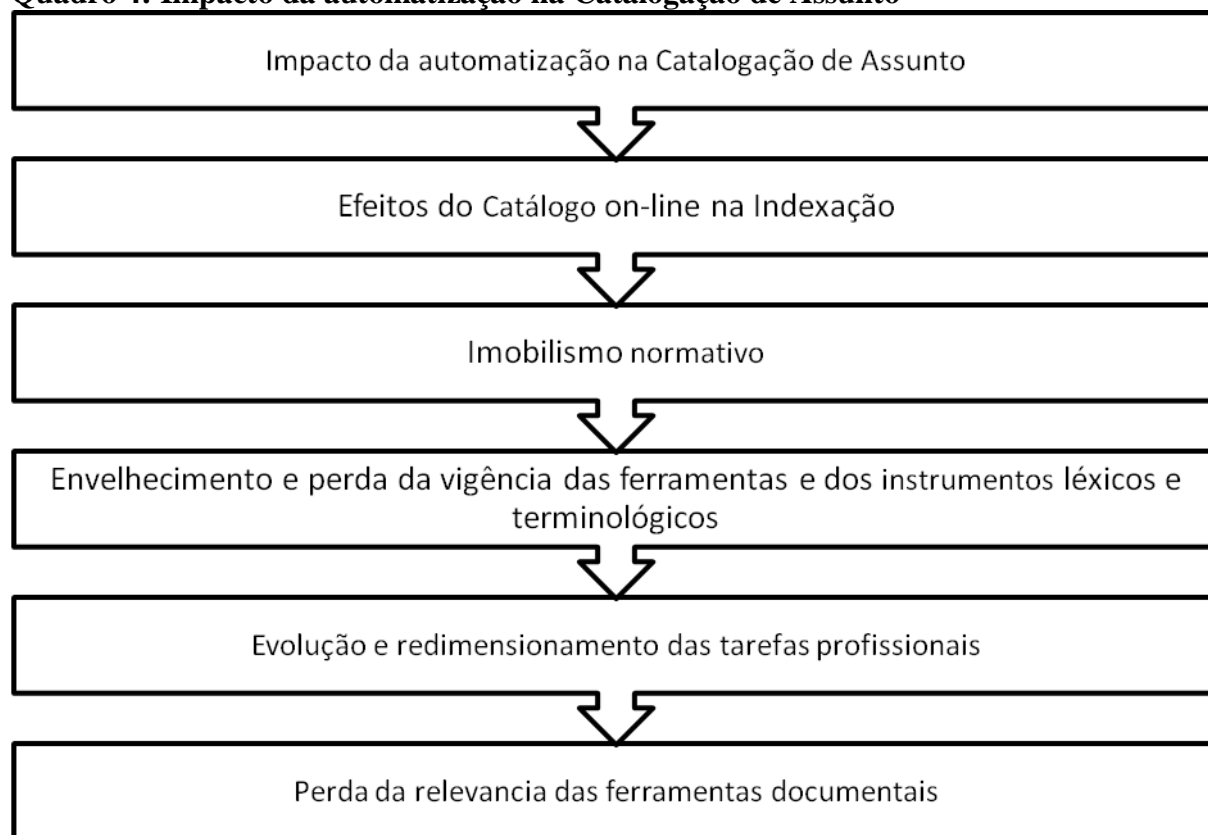
Os catálogos, no entanto, são produtos necessários tanto para a organização da informação, quanto para a recuperação da informação, assim, Martinho e Fujita (2010, p. 05) afirmam que o “catálogo não deve existir como um fim em si mesmo, pois ele se insere em um sistema informacional e deve estar sensível a mudanças cotidianas a partir da necessidade informacional registrada do usuário”.

Os catálogos eram utilizados de maneira mais eficiente quando os sistemas das bibliotecas não haviam sido automatizados, pois os catálogos manuais eram necessários e

suficientes para suprirem a busca dos usuários locais, visto também que a quantidade de documento da biblioteca era consideravelmente menor, por este motivo os fazeres profissionais relacionados à determinação do assunto também destacavam-se mais eficazes e precisos para o acesso aos usuários.

Neste contexto, ressalta-se no quadro abaixo, onde Fujita, Augustín Lacruz e Gómez Díaz (2011), demonstram a perspectiva e impacto da automatização na catalogação de assunto e sua interrupção teórica e metodológica.

Quadro 4: Impacto da automatização na Catalogação de Assunto



Fonte: FUJITA, AUGUSTÍN LACRUZ e GÓMEZ DÍAZ (2011, p.03, tradução nossa).

O quadro acima demonstra o quanto a catalogação de assunto está imobilizada perante as práticas e estabelecimento de regras e instrumentos atualizados, que supram as necessidades desse novo contexto em que as bibliotecas universitárias se encontram. Visto também que seus instrumentos, como as linguagens documentárias estão obsoletas e assim necessitam ser atualizadas diante da dinamicidade das áreas de pesquisa.

Gil Leiva (2008) faz um resgate teórico sobre as normas de indexação constando a ruptura dessas normas durante o passar dos anos, aponta que desde a ISO 5363 (1985), apenas

foram feitas traduções ou interpretações não fiéis dessa norma, como observado no quadro abaixo.

Quadro 5: Normas traduzidas a partir da ISSO 5363 (1985)

ISSO 5363 (1985)				
UNI ISSO 5963 1989 (Itália)	NP 3715 1989 (Portugal)	UNE 50-121 1991 (Espanha)	NBR 12676 1992 (Brasil)	NC-ISSO 5963 2000 (Cuba)

Fonte: GIL LEIVA (2008, p. 84).

Tendo como base a investigação de Gil Leiva (2008), nota-se a necessidade e pertinência de estudos voltados a estudar o processo de análise de assunto na catalogação, no intuito de suprir esta falta metodológica.

Na atualidade, com os catálogos de bibliotecas on-line, a necessidade da determinação do assunto amplia-se juntamente com o meio de acesso. Hjørland (2003, p. 94), tradução nossa) enfatiza que para os pontos de acesso de assunto em recuperação eletrônica, “qualquer conjunto de caracteres e qualquer símbolo vindos dos textos ou de assim chamadas informações de valor agregado tornam-se uma possível ponte de acesso ao assunto”. É importante ressaltar que a quantidade de documentos encontrados aumenta progressivamente e por consequência, a pertinência dos documentos perante as necessidades de busca e uso do usuário diminui.

Sobre esta perspectiva dos catálogos *online*, Olson e Boll (2001) apontam que os usuários conseguem realizar mais buscas por assunto em catálogos *online* do que em catálogos em fichas. Ainda expõe que nos catálogos em fichas, o acesso por assunto ficava limitado aos cabeçalhos de assunto, “visando uma recuperação pelos catálogos e utilizava-se da classificação para a recuperação nas prateleiras. Sobretudo nos catálogos *online* o texto livre ou palavras-chave podem se tornar um ponto de acesso em potencial” (OLSON; BOLL, 2001, p.2).

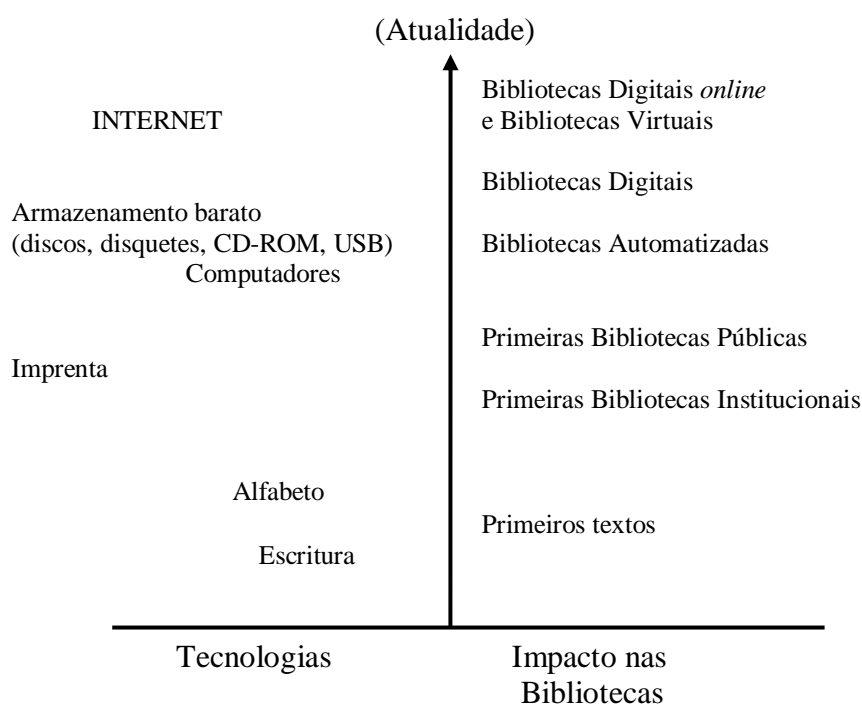
Nota-se que várias são as opções de buscas, incluindo pesquisas booleanas e também limitando por elementos como a língua e a data, assim proporcionando uma busca nas bases bibliográficas, além do que um catálogo em ficha pode oferecer. Porém essas opções têm criado problemas concomitantes, como a sobrecarga de informações, que muitas vezes não está relacionada com a intenção de busca (OLSON; BOLL, 2001).

Deste modo, fica evidente que a questão de determinação do assunto para possibilitar acesso e recuperação aos conteúdos documentais, não são dificuldades exclusivas apenas para documentos que contém um suporte físico, percebe-se que este problema se agrava em âmbito digital, pois a quantidade documental é bem maior e a necessidade de pontos de acesso de assunto se acentua. Esta situação pode ser vista também pelo estudo de Urbina *et. al.* (2004, p. 141, tradução nossa):

Os avanços tecnológicos (...) em particular a chamada tecnologia da informação tem feito economicamente possível e comum a criação e distribuição de arquivos eletrônicos sobre qualquer assunto imaginável. No entanto, o problema de implementação associado com o desenvolvimento de bibliotecas reside nos meios necessários para a gestão e acessibilidade às coleções e documentos.

No entanto, percebe-se que o acesso está ligado diretamente ao tratamento recebido pelo documento, independentemente do seu suporte físico. “As preocupações tradicionais da análise de assunto ainda se aplicam no ambiente *online*” (OLSON; BOLL, 2001, p. 2).

Quadro 6: Evolução das Bibliotecas



Fonte: R. BRISABOA; PÉREZ-SANJULIÁN (2004, p. 110, tradução nossa).

Como se vê no quadro acima, com o uso da tecnologia a questão da temática do documento se amplia em meio eletrônico, porque perde o suporte convencional, que é o papel.

Deste modo, amplia-se novos horizontes e perspectivas de tratamentos para a informação registrada em meio eletrônico. Porém, para esta pesquisa deter-nos-emos apenas ao documento registrado em suporte livro, visto que é o objeto de análise da pesquisa (*vide* Metodologia, p. 119), pois a discussão prosseguiria exaustiva em torno desta discussão tão atual.

Deste modo, nota-se que a área sofre desta carência de pesquisas, visando aprimorar estudos referentes a este processo de análise de assunto na catalogação de assunto, com a finalidade de dar um respaldo teórico e também metodológico.

Alguns outros pesquisadores podem ser destacados como estudiosos desta temática, catalogação de assunto, como trabalhos de Fujita (2003) dentre outros; Olson e Boll (2001); bem como Sauperl (2002); Sauperl e Saye, (1998)⁵; Hovi (1989)⁶; Downing e Downing, 1992⁷; Taylor, (1999)⁸ *apud* Sauperl (2002).

Destacam-se pesquisas de Sauperl (2002, 1998, 1999), por focar em estudos voltados à catalogação de assunto em bibliotecas realizada por catalogadores, assim como defendemos nesta pesquisa. Sauperl também se utiliza da técnica do protocolo verbal, com a finalidade de pesquisar este contexto do tratamento temático da informação em bibliotecas.

Sauperl defende que existe uma longa tradição da catalogação de assunto, porém deixa claro que “ainda não se compreende exatamente de que maneira ocorre o processo de determinação de assunto” (SAUPERL, 2002, p.1). E segundo a autora “o processo de catalogação, e particularmente a atribuição de cabeçalho de assunto em bibliotecas, na visão de Sauperl, não tem sido estudado profundamente até hoje” (REDIGOLO, 2010).

No entanto, o processo de catalogação é vista como uma atividade complexa, envolvendo uma série de padrões e ferramentas. Ao observar a maneira como os “catalogadores compreendem e aplicam esses padrões e ferramentas para criar a representação de assunto de um documento, percebe as regras não escritas e as práticas usadas durante o processo de análise de assunto, baseando-se nas seguintes questões” (SAUPERL, 2002, p. 2):

⁵SAUPERL, A.; SAYE, J.D. Subject Determination during Cataloging. In: **Proceedings of the 9th ASIS SIG/CR Classification Research Workshop, Held at the 6st ASIS Annual Meeting, October 25-29, 1998, Pittsburgh, Pennsylvania**, edited by Elin K. Jacob. Silver Spring, Md.: American Society for Information Science, 1998.

⁶HOVI, I. The cognitive Structure of Classification Work. In: **Information, Knowledge, Evolution: Proceedings of the Forty-Fourth FID Congress Held in Helsinki**, Finland, 28 aug.-1sep. 1989. Edited by SinikkaKoskiala and RitvaLauno. Amsterdam: North Holland, 1989.

⁷DOWNING, Mildred Harlow; DOWNING, David H. **Introduction to Cataloging and Classification**. 6th ed. Jefferson, N.C.: McFarland, 1992.

⁸TAYLOR, Arlene G. **The organization of Information**. Englewood, Colo.: Libraries Unlimited, 1999.

- Quais são os estágios e fases do processo de catalogação?
- Qual é o papel dos estágios em todo o processo, e qual é a contribuição deles na criação de um registro bibliográfico?
- Há uma razão particular para a seleção ou sequência das etapas?

Neste sentido, após a contextualização sobre a catalogação de assunto, bem como sobre os catálogos. Faz-se pertinente lembrar que o principal objetivo do catalogador de assunto é de tornar visível o assunto de um documento, de modo que seja acessível aos usuários. Portanto, Wynar (1967)⁹ denota alguns objetivos da catalogação de assunto, ideia também defendida e utilizada por Mey (1995, p. 69):

1. Prover acesso por assunto a todo material mais relevante.
2. Prover acesso por assunto aos materiais através de todos os princípios de organização dos assuntos, por exemplo, assunto, processo, aplicabilidade, etc.
3. Reunir referências e materiais que tratem substancialmente do mesmo assunto, independentemente das disparidades na terminologia, ou disparidades resultantes de diferenças nacionais, diferenças entre grupos de especialistas e/ou da natureza mutável dos conceitos do próprio tema.
4. Mostrar as relações entre os campos de assunto, relações que podem depender das similitudes da matéria estudada, do método, ou do ponto de vista, ou do uso ou aplicação do conhecimento.
5. Prover uma entrada para qualquer campo do assunto, em qualquer nível de análise, da mais geral a mais específica.
6. Prover uma entrada através de qualquer terminologia comum a qualquer grupo considerável de usuários, especialistas ou leigos.
7. Prover uma descrição formal do conteúdo do assunto para qualquer unidade bibliográfica nos termos mais precisos, ou específicos, possíveis, esteja a descrição em forma de uma palavra ou frase breve, ou em forma de um número de classificação ou símbolo.
8. Prover meios para o usuário selecionar entre todos os itens de uma categoria particular, de acordo com qualquer conjunto de critérios escolhido, tais como: mais abrangente, mais recente, mais elementar, etc.

É pertinente destacar que estes objetivos da catalogação de assunto devem ser baseados em uma Política de Indexação que seja consistente de acordo com as pretensões da instituição, no caso das bibliotecas universitárias, devem se pautar nos objetivos das Universidades, bem como nos interesses de busca dos usuários de acordo com os cursos e linhas de pesquisas oferecidas.

⁹ WYNAR, B. S. **Introduction to catalogin and classification**. 3rd ed. Littleton: Libraries Unlimeted, 1967.

Para Olson e Boll (2001) a diferenciação entre catalogação e a indexação tem sido sempre um tanto nebulosa. Basicamente, a catalogação descreve um trabalho como um todo, sendo que a catalogação de assunto e classificação atribuem rótulos de assuntos que, juntos, descrevem o tópico de assunto geral da obra.

No entanto, a “distinção entre os dois processos está na utilização de diferentes linguagens documentárias (lista de cabeçalho de assunto para catalogação de assunto e tesouro para indexação) e nos resultados dos dois processos que terão como produto final o índice e o catálogo de assunto” (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009, p. 30).

O processo de catalogação de assunto não encontra-se amplamente discutido na literatura, por este motivo faz-se necessário identificar o processo de indexação, e assim, utilizá-lo para explicar, com aproximações, a área de catalogação de assunto.

A indexação, como apresenta Olson e Boll (2001, p. 125) “analisa um item em um nível muito mais profundo e fornece acesso a muitos dos conceitos nele contidos”.

No entanto, ainda no âmbito do tratamento temático da informação, o termo indexação, é tido como a terminologia mais usada para se referenciar ao trabalho de organização da informação referente aos serviços de indexação e resumo.

Esses serviços têm por finalidade organizar informações referentes, principalmente, a artigos de periódicos. Essas informações não são, normalmente, organizadas nas bibliotecas. Estas costumam se limitar à organização dos periódicos considerados em seu todo. Os produtos principalmente daqueles serviços são os índices/abstracts, que tanto podem estar disponíveis em forma impressa como na forma de bases de dados (DIAS; NAVES, 2007, p. 16).

As etapas do processo de indexação são discutidas, dentre outros autores, também por Lancaster (2004), Dias e Naves (2007) os autores apresentam-nos a existência de duas etapas centrais para o processo de Indexação: a Análise conceitual e a Tradução.

Para Lancaster (2004) a análise conceitual envolve investigar do que se trata o conteúdo documental. Ainda sobre esta primeira etapa, Dias e Naves (2007, p. 28) determinam que ela objetiva representar o assunto de um documento. Frohmann (1990¹⁰ *apud* DIAS; NAVES, 2007, p. 28) expõe que esta operação envolve representações implícitas ou explícitas do documento por uma frase de indexação.

¹⁰ FROHMANN, R. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101. 1990.

No entanto, a segunda etapa do processo de indexação, a tradução, é definida por Dias e Naves (2007) como a utilização de instrumentos de indexação para a representação dos termos identificados na análise conceitual, como as linguagens de indexação ou linguagens documentárias. Nesta etapa, para Frohmann (1990 *apud* DIAS; NAVES, 2007, p. 28), acontece a “tradução dos termos da frase de indexação para o léxico do vocabulário controlado de indexação, com a devida consideração pela semântica e sintaxe de linguagem de indexação”.

Conforme pesquisa de Gil Leiva (2008, p. 56, tradução nossa), da década de 70 até a atualidade se tem “dedicado numerosos esforços para a criação dos fundamentos teóricos da indexação sob perspectivas linguísticas ou cognitivas”, Jones, Kevin P.; Borko (1977)¹¹; Fugmann (1979)¹²; Farrow (1991)¹³; Bertrand e Cellier (1995)¹⁴; Anderson e Pérez-Carbalho¹⁵. Lancaster (1996)¹⁶ e Fugmann “são destacados por complementar a teoria com a prática. Autores que também propuseram regras para indexação de documentos, Cooper (1978)¹⁷ e Frohmann (1990)¹⁸”.

Várias são as definições encontradas na literatura sobre o processo de indexação, *vide* quadro abaixo apresentado por Gil Leiva (2008) que reúne algumas dessas conceituações.

¹¹ BORKO, H. Toward a theory of indexing. **Information Processing and Management**, v. 13, p. 355-365. 1977.

¹² FUGMANN, R. Toward a theory of informations supply and indexing. **International Classification**, v. 6, n.1, p. 3-15. 1979.

¹³ FARROW, J. F. A cognitive process modelo of document indexing. **Journal of Documentation**, v. 47, n. 2, p. 149-166. 1991.

¹⁴ BRETAND, A.; CELLIER, J.M. Psychological approach to indexing: effects of the operator’s expertise upon indexing behavior. **Journal of Informations Science**, v. 21, n. 6, p. 459-472. 1995.

¹⁵ ANDERSON, J. D., PÉREZ CARBALLO. The nature of indexing: how humans and machines analyze messages and texts for retrieval. Part I: Research, and the nature of human indexing. **Information Processing and Management**, v. 37, n. 2, p. 231-254.

¹⁶ LANCASTER, F. W. **Indización y resúmenes: teoría e práctica**. Buenos Aires: E B Publicaciones, 1996.

¹⁷ COOPER, W. S. Indexing documents bu Gedanken experimentation. **Journal of the American Society for Information Science**, p. 107-119. 1978.

¹⁸ FROHMANN, B. Rules of Indexing: A critique of mentalism in Information Retrieval Theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101. 1990.

Quadro 7: Definições sobre a Indexação

DEFINIÇÕES	AUTORES
Descrever e caracterizar um documento com a ajuda de representações dos conceitos em um documento para permitir uma busca eficaz das informações contidas no documento.	Unesco (1975, p.2)
Analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e expressar o conteúdo informacional na linguagem do sistema de indexação.	Borko e Barnier (1978, p.8) ¹⁹
Representação por elementos de uma linguagem documental ou natural a partir dos resultados da análise de conteúdo de um documento para facilitar a sua localização.	NF Z 47-102 1978
Descrever o conteúdo do documento ou demandas documentais para possibilitar a elaboração de estratégias de recuperação mediante a conceitos.	García Gutiérrez (1984, p. 105) ²⁰
Ação de descrever ou identificar um documento pelo seu conteúdo.	ISO 5963-1985 ²¹
Identificar informação em uma entidade do conhecimento (esteja no texto ou não) e organizá-la para esteja disponível em um sistema de recuperação.	Cleveland, D.B. e Cleveland, A.D. (2001, p. 97) ²²
Determinar o assunto temático dos documentos e expressá-lo em índices (por exemplo, descritores, cabeçalhos de assuntos, números de chamada, códigos de classificações ou índices) para que seja possível a representação temática.	Mai (2005, p. 599) ²³
Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.	ABNT NBR 12676-1992

Fonte: GIL LEIVA (2008, p. 208, traduzido e adaptado pela autora).

Gil Leiva (2008) faz um apanhado conceitual sobre a Indexação (*vide* QUADRO 7), de modo que identifica que a indexação deve agir como ferramenta para determinar o conteúdo documental de modo que torne o documento acessível, permitindo que as informações recuperadas sejam úteis aos usuários. Destaca-se ainda a inserção da Norma brasileira, ABNT NBR 12676 (1992), no quadro acima, pois identifica-se também com as demais interpretações e definições sobre a Indexação, porém logo em sua definição aponta que para a indexação é necessário identificar e traduzir os conceitos representativos do documento.

¹⁹ BORKO, H.; BERNIER, C.L. **Indexing concepts and methods**, Nueva York: Academic Press, 1978.

²⁰ GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Linguística documental**, Barcelona: Miltre, 1984.

²¹ INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Documentation** – methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Suíça: ISO, 1985. 5p. (ISO 5963-1985 (E)).

²² CLEVELAND, D.B.; CLEVELAND, A.D. **Introduction to indexing and abstracting**, Englewood: Libraries Unlimited, 2001.

²³ MAI, J.E. **Analysis in indexing: document and domain centered approaches**, Information Processing and Management, v. 41, n. 3, p. 599-611. 2005.

Em suma, para a indexação, o conteúdo do documento significa a temática de assunto presente no documento, que:

Expressa mediante termos descritores, que podem combinar-se eventualmente em uma expressão de indexação complexa (pré-coordenação) ou em (pós-coordenação), e que podem recodificar-se para permitir ordenações alternativas aos termos naturais, isto é, a alfabética, notavelmente ordenações sistemáticas (PINTO MOLINA, GARCÍA MARCO, AUGUSTÍN LACRUZ, 2002, p. 105, tradução nossa).

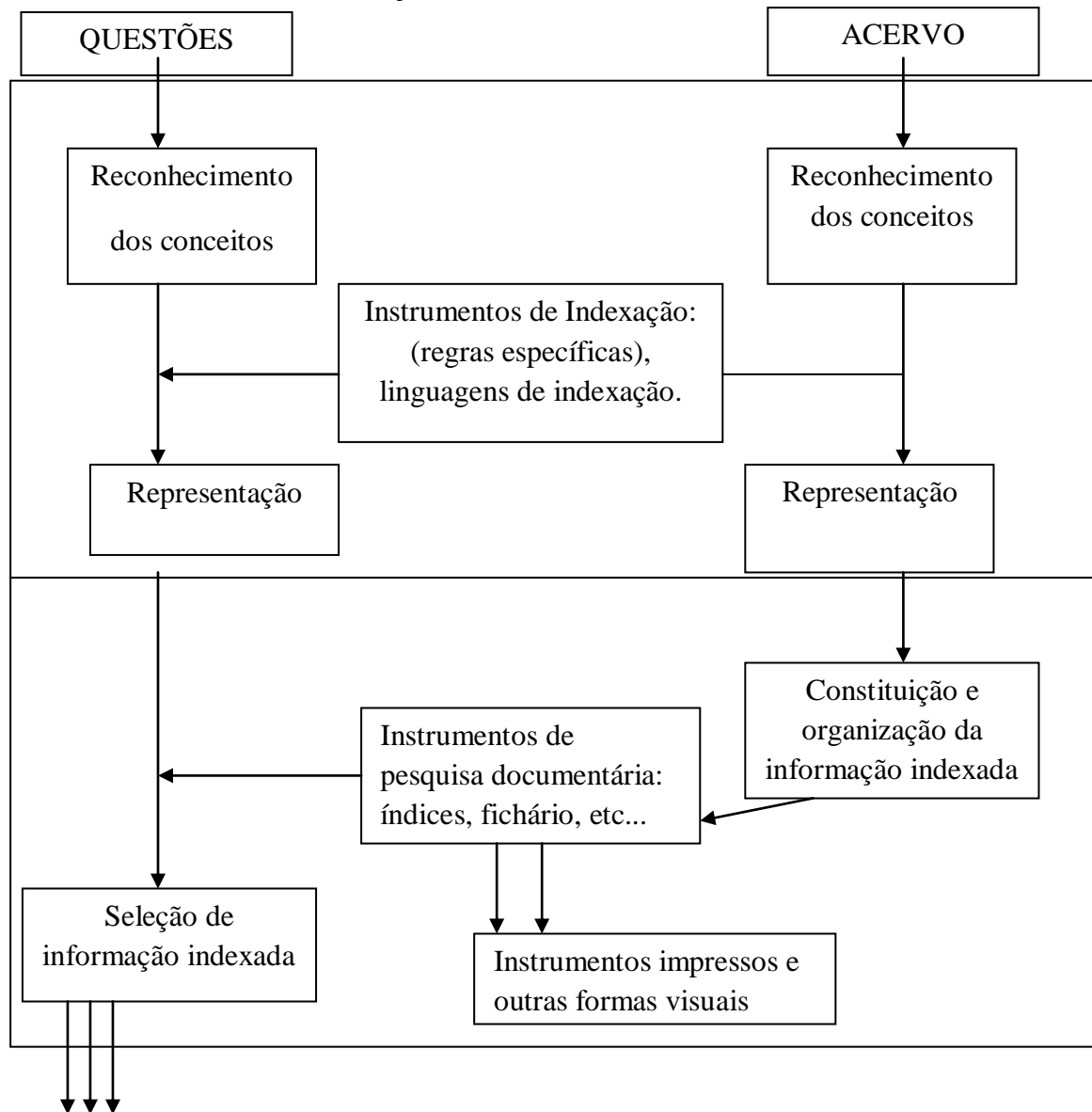
Complementando e ainda inserindo a perspectiva do usuário, entende-se que a indexação é uma operação que visa elaborar conceitos que determinem tanto o conteúdo dos documentos como as próprias estratégias de busca elaboradas pelos usuários (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004).

Por meio da indexação “se identificam os conceitos macroestruturais de cada documento, com a finalidade de estabelecer uma correspondência com a demanda informativa do usuário, para que possa aproveitar ao máximo a informação proporcionada por um texto” (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004, p. 48, tradução nossa). Chaumier (1986) definiu que o processo de indexação não somente interfere na fase de entrada dos documentos nas Bibliotecas, como também interfere diretamente na saída dos dados pela recuperação.

Sobretudo para Chaumier, a indexação vai além de ser apenas uma operação que consiste em descrever o conteúdo dos documentos por meio de representações dos conceitos contidos nos documentos. Nesta perspectiva investigativa sobre a indexação, destaca-se Chaumier (1988) que esclarece que o processo de indexação realiza-se não somente sobre os documentos, como também sobre as questões desenvolvidas pelos usuários.

Tal afirmativa pode ser observado também no processo de indexação extraído do UNISIST (1975)²⁴ e analisado por Chaumier (1988).

²⁴ UNISIST. **Principes d'indexation**. Paris, UNESCO, 1975.

Quadro 8: Processo de Indexação - Chaumier

Resposta às questões

Fonte: UNISIST (1975) *apud* CHAUMIER (1988, p. 65).

Entende-se que a indexação “formulada pelo usuário não permanece na simples tradução dos conceitos em linguagem documental, a questão prossegue até a formulação de uma equação lógica, constituída pelo conjunto de descritores selecionados para a questão, unidos entre si por condições lógicas de álgebra booleana” (CHAUMIER, 1988, p. 66).

A indexação compreende a identificação dos conceitos dos documentos em um nível profundo visando a representação documental, de modo que deve corresponder com a perspectiva do usuário, com finalidades a recuperação da informação.

Ao decorrer deste capítulo, nota-se que historicamente houve uma ruptura na evolução da catalogação de assunto, desde a transferência do impresso ao digital, diferentemente da indexação, que ao longo da história é respaldada por muitos estudos e metodologias, portanto, neste momento vale salientar a pertinência e necessidade de estudos voltados para a esta área de catalogação de assunto, na sequência deste capítulo, fez-se necessário contextualizar a primeira etapa da catalogação de assunto, ou seja, a análise de assunto.

2.2 A análise de assunto no processo de catalogação de assunto

Como é possível visualizar no quadro: Esquema básico do Processo Técnico Documental (*vide* QUADRO 2), a análise de assunto está inserida na fase intermediária do tratamento da informação, é considerada a primeira etapa do processo de indexação e catalogação de assunto, pois é nesta etapa que se inicia a determinação do conteúdo documental, por meio da leitura com objetivos profissionais.

Apesar de a análise de assunto apresentar relevância para a prática bibliotecária e também relevância conceitual para a área da Ciência da Informação, ela é pouco encontrada entre pesquisas, principalmente estudos que tratem do processo da análise de assunto propriamente dito, ou do processo acompanhado do contexto sociocognitivo.

Determinar o conteúdo dos documentos é um dos aspectos centrais da indexação, classificação e catalogação de assunto, e na visão de Mai (1997) é uma questão que deveria receber mais atenção da comunidade de pesquisa.

Questão debatida também por Dias e Naves (2007), que apresenta uma discussão sobre a escassez de literatura nesta área de pesquisa, tendo uma ínfima presença de discussões sobre este processo dentre as universidades que contêm cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inicialmente, um dos fatores que se destacam no texto de Mai (1997), dentre outras publicações do autor é a própria iniciativa de desenvolver investigações sobre um tema, como a indexação de assuntos, tratada nesta pesquisa como catalogação de assunto, pois possui pouca literatura investigativa em comparação com sua importância e relevância para a área de

Ciência da Informação, bem como para a Organização do Conhecimento. Questão levantada pelo autor Farrow (1991)²⁵, que pode ser visto no próprio texto de Mai (1997), onde ele aponta a necessidade de mais pesquisas nesta área.

No entanto, o problema de como determinar o conteúdo de um documento, vem ao longo do tempo sido discutido na literatura, porém esses estudos pouco se aprofundam para a determinação do processo de análise de assunto na catalogação de assunto. Mai (1997) propôs um estudo sobre o tratamento temático, mais precisamente em relação aos problemas relacionados à determinação do assunto dos documentos na Indexação de Assuntos²⁶. Faz-se oportuno destacar a sua relevância para a área, de modo que aborda a temática de análise de assunto, cujas necessidades de aprofundamentos teóricos e metodológicos são grandes.

Sobretudo, para Dias, Naves e Moura (2001, p. 207) “a análise de assunto é uma das tarefas mais complexas em um sistema de recuperação da informação e começa com o próprio conceito do que seja o assunto de um documento”.

Teóricos como Langridge (1989)²⁷, Farrow (1991), Albrechtsen (1992²⁸, 1993²⁹), Weinberg (1988)³⁰ *apud* Mai (1997) identificam que o processo de análise de assunto pode ser baseado no texto em si ou do mundo subjetivo do conhecimento do indexador, que a análise baseia-se apenas em conceitos do texto, os significados implícitos no texto ou as necessidades dos futuros usuários.

Nota-se a pouca atuação dos manuais de indexação e a falta de parâmetros metodológicos que deem auxílio ao bibliotecário onde deve identificar conceitos ou onde é mais apropriado buscar informações sobre o assunto de um documento. Para a referenciação a respeito dos passos a serem seguidos para a análise de conteúdo e as partes do texto a serem analisadas, cita-se a ISO 5963 (1985), cujas orientações não fogem as da ABNT 12.676 (1992), pois apenas limita-se a delimitar fontes onde sejam encontrados os assuntos, como por exemplo, o título, o resumo, dentre outros.

²⁵FARROW, John F. A cognitive process model of document indexing', **Journal of Documentation** v. 47, n. 2, p. 149-66.1991.

²⁶ Termo usado por Mai (1997), que nos remete ao conceito de Catalogação de Assunto.

²⁷LANGRIDGE, D. W. Subject analysis: principles and procedures. London: Bowker-Saur Liston, David M. and Howder, Murray L. (1977). 'Subject analysis', **Annual Review of Information Science and Technology** 12, pp. 81-118. 1989.

²⁸ALBRECHTSEN, Hanne. 'PRESS: a thesaurus-based information system for software reuse' *in*: Williamson, Nancy J. and Hudon, Michele, eds. **Classification research for knowledge representation and organization**. New York: Elsevier, pp. 137-44. 1992.

²⁹ALBRECHTSEN, Hanne. 'Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis', **The Indexer** 18:4, pp. 219-24. 1993.

³⁰WEINBERG, B. H. Why indexing fails the researcher, **The Indexer**. v. 16, n. 1, p. 3-6. 1988.

Mai (1997) determina como sendo vagas e insuficientes as diretrizes da ISO 5963 para respaldarem a Indexação, e que são quase que forçar o Bibliotecário a desenvolver habilidades próprias. É o caso de tornarem-se proficientes por meio da obtenção de prática e habilidades adquiridas pela experiência. Destaca-se que o bibliotecário deve fazer o levantamento de conceitos essenciais para o documento e para isso também se utiliza de questões presentes na ISO 5963 (1985), já citada acima.

O objetivo da análise de assunto pode ser apontado como sendo a extração e a determinação de conceitos, e que para isto o catalogador necessita de condições específicas (*vide* tópico 2.2), como conhecimento prévio, instrumentos e estratégias. É um processo que se inicia com a leitura do texto e faz-se necessário que o profissional também conheça diversas estruturas e tipos textuais (REDIGOLO, 2010).

Apesar de se ter a consciência de que o catalogador versus indexador não trabalham em neutralidade, para gerar resultados esperados³¹, pois é uma atividade complexa, subjetiva e pode ser realizada sob diversas perspectivas; pois o Catalogador infere sobre o assunto, usando a sua maneira de interpretação. Como apresentado por Mai (1997), que também associa as etapas do processo de indexação à capacidade de interpretação do profissional, porém esta associação é feita a partir da semiótica³², descrevendo, assim, a natureza sógnica dos elementos resultantes das operações envolvidas, ou seja, na descrição do assunto (ALMEIDA, 2010).

Estabelecer o assunto de um documento não é uma “atividade neutra e objetiva, mas influenciada por diferentes visões teóricas e interesses. A consequência desta visão é que o assunto propriamente dito não pode ser considerado como sendo algo objetivo em um senso positivista” (HJORLAND, 2003, p. 94, tradução nossa).

Os parâmetros para um bom desenvolvimento da análise de assunto na catalogação de assunto não depende apenas da cognição profissional ou de uma metodologia, deve contar também com uma política de indexação da própria instituição, que sirva como fundamento para a tomada de decisões que sejam estratégicas. Assim, Rubi e Fujita (2010) ressaltam que a

³¹Que também pode se tornar subjetivo diante de tal contextualização.

³²“A Semiótica, muito mais claramente, fará distinguir as exigências formais de sua construção e, portanto, a necessidade com que produz suas conclusões, da falibilidade de sua representação do real. Com efeito, seu objeto-os signos- pertence ao universo fenomênico e só é alcançado em suas manifestações empíricas” (SILVEIRA, 2007, p. 21). “Sua proposta é representar como devem ser os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência “científica”, isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência” (SILVEIRA, 2007, p. 21).

política de indexação deve fundamentar-se em uma filosofia que reflita os objetivos do sistema.

A necessidade de determinação dos pontos de acesso de assunto aumenta com o novo panorama em que as bibliotecas se encontram, pois muitos serviços oferecidos pelas bibliotecas tomaram novas proporções devido aos avanços tecnológicos, inclusive os catálogos. Desta forma, os benefícios que a tecnologia trouxe para a otimização dos serviços, andam paralelamente com problemas por ela causado, como a recuperação de uma infinidade de documentos que muitas vezes são irrelevantes para a busca. Portanto, a necessidade de estudar o processo de análise de assunto cresce juntamente com a evolução da tecnologia.

Na literatura existem divergências entre as etapas que compõe a análise de assunto, Mai (1997) relaciona quatro elementos a este processo de Indexação de Assunto, onde um elemento é o documento físico em análise, o segundo elemento é o tema, o terceiro é a descrição formal do assunto e o quarto elemento é a introdução do assunto que foi construído na linguagem de indexação ou sistema de classificação, na forma de termos de índice, uma marca de classe, ou um título.

Taylor (1999) dedica-se à análise de assunto em diferentes contextos. Para o autor, a análise de assunto consiste em duas operações (TAYLOR, 1999³³ *apud* SAUPERL, 2002, p. 7):

- Análise conceitual, qual é o processo de determinação intelectual do conteúdo do documento; e
- Transação do resultado da análise conceitual dentro da moldura conceitual das listas de cabeçalhos de assunto ou sistemas de classificação.

Sauperl e Saye (1998³⁴) *apud* Sauperl (2002, p. 11) definem cinco etapas para a análise de assunto:

- Identificação dos tópicos do livro;
- Identificação da intenção do autor;
- Inferência dos possíveis usuários;
- Relação dos tópicos de assunto com a coleção existente;

³³ TAYLOR, Arlene G. **The organization of Information**. Englewood, Colo.: Libraries Unlimited, 1999.

³⁴ SAUPERL, A.; SAYE, J.D. Subject Determination during Cataloging. In: **Proceedings of the 9th ASIS SIG/CR Classification Research Workshop, Held at the 6st ASIS Annual Meeting, October 25-29, 1998, Pittsburgh, Pennsylvania**, edited by Elin K. Jacob. Silver Spring, Md.: American Society for Information Science, 1998.

- Relação dos tópicos de assunto com o esquema de classificação e lista de cabeçalho de assunto.

No entanto, destacam-se alguns teóricos como Dias e Naves (2007), Sauperl (2002), Hovi (1989), ABNT (1992), Redigolo (2010) que tratam a análise de assunto como contendo três etapas em seu processo:

- Leitura do documento,
- Identificação de conceitos; e a
- Seleção de conceitos.

Moreiro González (2002) define as três etapas como sendo o reconhecimento, que se dá a partir da leitura; a redução, onde a informação do documento acontece por meio de mensagens essenciais e a representação.

Para esta investigação, assim como os autores citados acima, bem com em Redigolo (2010), determina-se o estudo da análise de assunto a partir dessas três etapas: Leitura do documento; Identificação de conceitos e Tradução de conceitos.

- Leitura do documento:

Inicialmente, vale ressaltar que para uma atividade de determinação do assunto em âmbito profissional, não é pertinente realizar uma leitura linear do documento, pois este tipo de leitura linear não é indicado para a realidade profissional, onde o tempo é limitado e a quantidade de documentos a serem analisados é grande.

Para Jouve (2002), a leitura linear, ou leitura “inocente” é a primeira leitura, ou seja, aquela de primeiro nível e a mais comum, que segue a leitura sequencial do texto, e não há a preocupação de destacar os percursos de leitura inscritos no próprio texto.

Oposta a esta concepção, já mais próxima da realidade profissional de Tratamento Temático da Informação, Jouve (2002, p. 28) expõe que “a leitura experiente” quando o leitor, ou melhor, o “releitor”³⁵, pode utilizar seu conhecimento aprofundado do texto para decifrar as primeiras páginas à luz do desfecho”. No entanto, existe uma diferenciação dessa leitura

³⁵ Entendido nesta pesquisa como leitor com objetivos profissionais.

experiente de Jouve (2002) para a leitura documentária, pois nesta segunda a leitura é realizada em partes julgadas estratégicas para a localização de conceitos.

A Norma ABNT 12.676 (1992, p.2) indica que o exame do documento deve ser realizado a partir de uma leitura técnica das seguintes partes:

- a) título e subtítulo;
- b) resumo, se houver;
- c) sumário;
- d) introdução;
- e) ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
- f) palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.)
- g) referências bibliográficas.

No entanto, a Norma ABNT 12.676, se resume em apenas indicar as partes onde deve ser lido, porém não indica a tipologia documental, levando em consideração que cada tipo de documento possui uma estrutura interna. Sendo que os artigos de periódicos possuem uma estrutura típica, como resumo, abstract, palavras-chave, introdução, pressupostos teóricos, materiais e métodos, resultados e considerações, diferentemente de livros que geralmente possuem sumário, prefácio e capítulos.

Mai (1997) apresenta que a primeira etapa deste processo envolve a leitura, ou seja, é no início do processo de análise de assunto que a inferência do profissional pode ser maximizada, pois o nível de subjetividade é maior, bem como o nível de compreensão de leitura.

Teóricos como Cavalcanti (1989), Giasson (1993), Fujita (2004), estudam a leitura voltada para contextos profissionais. Segundo Fujita (2004, p.02), “a atitude do leitor frente ao texto, anteriormente vista como uma recepção passiva de mensagens passa a considerar o processamento mental de informação da compreensão e evolui para uma perspectiva de interação entre o leitor e o texto”.

Giasson (1993) desenvolve um modelo de compreensão de leitura baseado em três variáveis: Leitor, Texto e Contexto (*vide* QUADRO 9).

Quadro 9: Modelo contemporâneo da compreensão na leitura



Fonte: GIASSON, 1993, p. 21.

O modelo de Giasson (1993) pode ser perfeitamente aplicado ao contexto da leitura profissional, visto a sua pertinência ao envolver essas três variáveis que indiscutivelmente estão relacionados com a leitura profissional do catalogador e que certamente podem inferir em seu fazer profissional, como a própria questão que envolve o texto em relação a sua forma, como a estrutura textual, ou sobre o seu conteúdo como as regras gramaticais, de concordância sintática e semântica e a própria intenção do autor ao passar a mensagem ao interlocutor, ou neste caso, o leitor profissional.

A variável leitor envolve o conhecimento-prévio do catalogador relacionado ao assunto, conhecimento linguístico e de suas regras. Além dessas duas variáveis, Giasson (1993) insere o contexto como influenciador na atividade da leitura profissional. A variável leitor relaciona-se com o contexto social, psicológico e físico. Assim o contexto psicológico do profissional, pode alterar os resultados da análise. O próprio contexto do ambiente de trabalho, como iluminação, instrumentos etc. Além do contexto social, que Koch (2002) denomina como contexto sociocognitivo, que envolve vários contextos cognitivos do catalogador.

O sentido do contexto de cada leitura é valorizado perante os outros objetos do mundo com os quais o leitor tem uma relação. O sentido fixa-se no plano do imaginário de cada um, mas encontra, em virtude do caráter forçosamente coletivo de sua formação, outros imaginários existentes, aquele que divide com os outros membros de seu grupo ou de sua

sociedade (THÉRIEN, 1990³⁶, p. 10 *apud* JOUVE, 2002, p. 22). Completando esta ideia, Kato (1995) define que para a compreensão da leitura, o leitor pode ir além das intenções do próprio autor, sendo que este leitor possui experiências próprias e assim a “leitura vai além de extrair o sentido final do texto, este é o elemento que delimita a gama de interpretações possíveis, algumas das quais podem não ter sido planejadas pelo autor” (KATO, 1995, p. 71).

Para Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) os indivíduos “para compreender um texto, lançam mão de todo o conhecimento prévio armazenado na memória de longo prazo, demandando, inclusive, possíveis esquemas de procedimento existentes na memória semântica”.

Entende-se então, que a leitura é uma experiência “e se encontra, como tal, submetida a um conjunto de variáveis que a priori não são apenas da competência da teoria literária (JOUVE, 2002, p. 31)”. Para o autor, o ato da leitura envolve variáveis que como mencionadas acima são decisivas para o desenvolver da atividade profissional do catalogador.

Diante desta contextualização, percebe-se então que muitos fatores precisam ser favoráveis para um desenvolvimento profícuo da análise de assunto na catalogação de assunto que, no entanto, perpassam a própria intenção do autor e do conteúdo da mensagem documentada. Centra-se também na influência do contexto e no modo em que o profissional lida com a própria atividade.

- Identificação de conceitos:

A identificação de conceitos acontece a partir da leitura e análise realizada pelo catalogador. No entanto, esta etapa esta inteiramente ligada à compreensão e ao entendimento no momento da leitura, esclarecendo que o catalogador “realiza as duas operações, identificação e seleção de conceitos, durante a leitura e que a tradução dos termos que representam os conceitos em descritores da linguagem do sistema só deve ser feita após seu término para que a análise seja conceitual e voltada para a demanda” (FUJITA, 2003, p. 71).

A norma NBR 12.676 (1992, p.2) apresenta alguns questionamentos para a identificação de conceitos em documentos textuais, assim como:

- a) qual o assunto de que trata o documento?

³⁶ THÉRIEN, G. Pour une sémiotique de la lecture. *Protée*, v.2, n. 3. 1990.

- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (p. ex. um estudo sociológico da religião)

Porém, nota-se que a norma não indica precisamente em que localidade do texto o catalogador irá encontrar as respostas para esta questão, visto que é impossibilitada a leitura completa do documento devido às condições não favoráveis em uma biblioteca, como o tempo e a quantidade de documentos a serem analisados.

Seguindo nesta direção, alguns teóricos da área centram esforços na tentativa de desmistificarem o processo de análise e identificação de termos, como Fujita (2003), Dias e Naves (2007), Moreiro González (2004).

Moreiro González (2004, p. 45, tradução nossa), apresenta uma série de táticas que o Catalogador deve ter para obter os conceitos fundamentais de um documento:

- O tema principal corresponde com o título?
- Poderia dar ao documento um título alternativo?
- Quais são os objetivos determinados pelo autor?
- Descreva em cinco linhas o perfil do assunto, marcando a divisão temática que o texto apresente. Muitas vezes aparecerá em subtítulos, outras vezes deverá identificar os diferentes subtextos em que se divide a superestrutura.
- Localizar as palavras-chave de um texto para extrair a superestrutura e seguir o raciocínio do autor. Identificar os pontos que contém a ideia principal de cada parágrafo do texto.
- Logo, esquematiza-se um plano do texto (pontos que contém as ideias principais de cada parágrafo).
- Destacou-se alguma coisa? Em particular alguma expressão sublinhada? - Buscar palavras-locuções que possuem ligações, existem ligações lógicas?

No entanto, neste contexto, destaca-se que para a identificação de conceitos, Fujita (2003) desenvolveu um Modelo de Leitura Documentária para indexação de textos científicos, em que se apoia na combinação da exploração da estrutura textual para

identificação de conceitos por meio de questionamento, como proposta de auxiliar e nortear o Catalogador (REDIGOLO, 2010).

O Modelo de Leitura para indexação de textos científicos elaborado por Fujita (2003) apresenta em sua estrutura três tabelas. Na primeira estão os procedimentos de análise de assunto e a análise conceitual do PRECIS (FUJITA, 1995); na segunda, a abordagem sistemática por meio de questionamento para a identificação de conceitos da Norma 12.676 e a terceira refere-se à localização dos conceitos identificados em partes da estrutura textual, seguindo indicação de Tálamo (1987) sobre a identificação do tema do texto pelo objetivo proposto e Kobashi (1994), referente ao modelo de leitura para indexação de resumos (REDIGOLO, 2010, p. 68).

Quadro 10: Grade do Modelo de Leitura para indexação de textos científicos

CONCEITO	QUESTIONAMENTO	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS
OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS) (Confirmar tema em referências)	
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS) (Confirmar tema em referências)	
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS) (Confirmar tema em referências)	
MÉTODOS DO AGENTE (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA	
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	

Fonte: FUJITA, 2004.

O Modelo de leitura, no entanto, foi desenvolvido para que pudesse auxiliar os catalogadores como um direcionamento para o levantamento de conceitos relevantes para o processo de análise de assunto, a partir de questionamentos baseada na Norma 12. 676 e

também indicando as partes textuais que os conceitos poderiam ser identificados com mais precisão. Porém, este modelo inicialmente foi desenvolvido para artigos científicos, sendo que o modelo para livros ainda encontra-se em fase de pesquisa, pois as estruturas textuais de artigos científicos e de livros não são equivalentes.

Nota-se que a atitude do catalogador diante da identificação de um documento e como ele deve proceder é considerada uma atividade tão complexa quanto à leitura, pois depende desta análise para identificar um conjunto de termos que fazem sentido para a obra analisada. Porém, esses esforços e indicações de como os catalogadores devem agir diante de assuntos que não são de seu domínio é de extrema relevância para a área.

- Seleção de conceitos:

Assim como a identificação, a seleção dos conceitos também não pode ser desvinculada da leitura e análise do documento. No entanto, nem todos os termos identificados devem ir para o catálogo da biblioteca, contudo o catalogador deve ter consciência disto.

Para Fujita, a seleção deve ter “em vista os objetivos para os quais as informações são indexadas. Assim, nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados” (FUJITA, 2003, p. 65). A seleção dos termos deve ocorrer de acordo com a política de indexação da instituição, com os seus objetivos e as delimitações que ela impõe aos profissionais, como quantos termos devem ser determinados, quais as intenções de busca do público alvo, a escolha do termo selecionado deve basear-se em um vocabulário controlado estipulado pela instituição.

Para Chaumier, a tradução deve ser feita a partir de uma linguagem, pois assim é um meio para controlar e normalizar os termos de entrada no catálogo. “Essa tradução se faz nos termos da linguagem documentária utilizada pelo serviço de documentação. Na maioria das vezes, a linguagem documentária será um thesaurus próprio do centro de documentação” (CHAUMIER, 1988, p. 65).

Para a norma NBR 12676 (1992, p.3), o catalogador deve expressar os conceitos identificados no documento por termos de Indexação, sugere que o profissional deve ter as seguintes práticas:

- a) Usar descritores cabíveis já existentes na linguagem de indexação utilizada;
- b) Para os termos que representam novos conceitos, deve-se verificar sua precisão e aceitabilidade em instrumentos de referência, tais como:- dicionários e enciclopédias de autoridade reconhecida nas suas especialidades; - tesouros, especialmente os elaborados de acordo com a ISO 2788 ou ISO 5964 e - tabelas de classificação.

Para Dias e Nave (2007, p. 76), ideia compartilhada de Blair (1990)³⁷, nesta fase onde se deve representar os conteúdos que foram identificados no texto,

[...] inicia-se um processo linguístico e o problema de descrever o documento para recuperação é, principalmente, o problema de como a linguagem é usada. Assim, qualquer teoria de indexação ou representação de documentos pressupõe uma teoria da linguagem e do significado.

As representações dos conceitos selecionados se realizam mediante a consulta a diferentes vocabulários, como as listas de autoridades; de tesouros; normas de indexação; as linguagens documentárias controladas e linguagens naturais (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004).

As linguagens documentárias, segundo Cintra et. al. (2002), são construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a traduzir os conteúdos dos documentos.

Deste modo, a linguagem documentária pode ser considerada como um sistema artificial de signos normalizados, que facilitam a representação formalizada do conteúdo dos documentos para permitir a recuperação, manual ou automática, de informações solicitadas aos usuários. Para Chaumier, a tradução “se faz nos termos da linguagem documentária utilizada pelo serviço de documentação. Na maioria das vezes, a linguagem documentária será um thesaurus próprio do centro de documentação” (CHAUMIER, 1988, p. 65).

Para Silva e Fujita (2004, p.145), o que “difere a linguagem pré da pós-coordenada é que, na primeira, os termos são combinados no momento da elaboração do índice e na segunda os termos são combinados no momento da busca para a recuperação da informação”.

³⁷ BLAIR, D. C. **Language and representation in information retrieval**. Amsterdam; New York: ElsevierScience, 1990.

Por pré-coordenados e pós-coordenados, Gil Urdiciain (2004) esclarece que se os termos são combinados quando se elabora a linguagem ou no momento da descrição, será uma linguagem pré-coordenada, e se são feitas no momento da recuperação, se tratará de uma linguagem pós-coordenada, que são estabelecidas a partir de teorias cognitivas da recuperação da informação. Assim, segundo Van Slype (1991)³⁸ *apud* Gil Urdiciain (2004, p. 24), com um planejamento pragmático denomina as diferenças entre as linguagens pré e pós-coordenadas segundo os critérios de coordenação.

Para a autora, os pré-coordenados contribuem mais com a precisão na busca, pois as estratégias de busca podem ser realizadas mediante as estratégias que não impedem falsas combinações, dando maiores resultados na recuperação. Em contrapartida, os pós-coordenados têm a vantagem de dar uma resposta para necessidades de indexação reais.

Quadro 11: Tipologias de linguagens documentárias segundo o critério de coordenação

Coordenação	Pré-coordenados	Classificações
		Listas de cabeçalhos de assunto
	Pós-coordenados	Listas de descritores livres
		Listas de palavras-chave
		Tesauro

Fonte: VAN SLYPE (1991) *apud* GIL URDICIAIN (2004, p. 24, tradução nossa).

Denota-se, então, a importância do uso de uma linguagem documental e também do desenvolvimento de uma Política de Indexação, pois estas regras que são pré estabelecidas por esta Política são de extrema relevância para que haja uma normalização nos processos desenvolvidos pela instituição, bem como para a determinação de como dar-se-á a catalogação de assunto.

Como observado em Carneiro (1985), fica evidente que esta discussão e a necessidade de uma Política de Indexação já é antiga na área. Porém, pode-se inferir que na realidade brasileira, os profissionais são carentes tanto de um método para o desenvolvimento da catalogação de assunto, quanto de Políticas de Indexação que realmente dê bases necessárias para um profícuo desenvolvimento de serviços de uma Biblioteca, quanto em relação à Análise de Assunto, pois a metodologia pode ser vaga se não houver também uma política.

³⁸ SLYPE, G. V. **Los lenguajes documentales de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales.** Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. 1991

Diante dessa contextualização teórica acerca da Análise de Assunto, destaca-se o quadro elaborado por Redigolo (2010), que aponta às concepções sobre a análise de assunto a partir dos três eixos da Análise de Assunto: a leitura, identificação e a seleção dos conceitos. Demonstra aspectos relevantes e específicos sobre cada etapa da Análise de Assunto levantada a partir da literatura e também a partir da análise das coletas de dados.

Quadro 12: Concepções sobre a análise de assunto a partir dos três eixos de análise do processo

<p>Leitura documentária pelos catalogadores de assunto</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Exame do documento de acordo com a Norma 12.676 (ABNT, 1992) e Alocamento de atenção a áreas importantes (BROWN, 1980); - Explicitação dos objetivos da leitura (BROWN, 1980); - Identificação de aspectos importantes da mensagem (BROWN, 1980); - Monitoração do comportamento para ver se está ocorrendo compreensão (BROWN, 1980); - Engajamento em revisão e auto-indagação para ver se o objetivo está sendo atingido (BROWN, 1980); - Recobrimento de atenção quando a mente se distrai ou faz digressões (BROWN, 1980).
<p>Identificação dos conceitos pelos catalogadores de assunto</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretação do conteúdo implícito e explícito no documento, o que vai além dos limites da estrutura superficial léxica e gramatical; - Procura de palavras mais frequentes no texto; - Levantamento de interrogações sobre o texto para identificar conceitos; - Identificação de conceitos a partir do próprio conteúdo do documento;
<p>Seleção dos conceitos pelos catalogadores de assunto</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de conceitos a partir do próprio conteúdo do documento; - Manifestação de preocupação com o usuário no momento da seleção de conceitos (Seleção de acordo com a demanda); - Utilização de uma linguagem documentária; - Utilização dos conceitos identificados para determinar o assunto do documento sem mesmo realizar a seleção destes termos.

Fonte: REDIGOLO (2010, p. 84).

No entanto, vale ressaltar que estas categorias já identificadas em trabalho anterior servirão como princípio para observação e investigação das coletas de dados nesta pesquisa, pois as próprias categorias demonstram atitudes dos catalogadores diante da atividade de catalogação de assunto, bem como a definição do assunto do documento.

2.3 Bibliotecas Universitárias: qualidade na Análise de Assunto visando a recuperação da informação

A biblioteca universitária não deve ser vista como um elemento estático no contexto da Universidade, portanto ela caracteriza-se por representar um dinâmico campo científico de pesquisa, que se encontra em constantes modificações, de acordo com interesses das investigações dos pesquisadores, bem como com os grupos de pesquisas. Na concepção de Fujita (2005, p. 99), a universidade “promove a construção do conhecimento através da pesquisa, por meio de conteúdos curriculares o contato do aluno com o conhecimento já construído”.

Por conseguinte, o papel da biblioteca universitária é de representar os interesses acadêmicos de uma comunidade, porém não somente centralizados nas unidades físicas, como também fazer parte de um todo científico, onde deve conter a representação de comunidades científicas, agindo como propulsora de novas investigações também em ambientes digitais, com a nova realidade dos catálogos *on-line*, as OPACS.

Assim, devem representar e realçar os interesses científicos, agindo como a mediadora do conhecimento, propulsando a investigação e a pesquisa, formando, o conjunto de interesses da Universidade, que são considerados como a pesquisa, o ensino e a extensão.

Com esta perspectiva, as bibliotecas universitárias podem ser vistas como uma agência de disseminação dos saberes produzidos por esse sistema de informação maior, e assim, auxiliar o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma que possível o processo de transformar a informação em conhecimento (BOCCATO, 2009).

Devem-se analisar as bibliotecas universitárias tomando em consideração o seu contexto, isto é, a própria universidade. São consideradas como “unidades que contribuem para a reputação da universidade devendo estar alinhadas com a sua missão, participar no desenvolvimento de currículos e integrar espaços e funções destinados à aprendizagem dos estudantes” (WEINER, 2009, p.9).

Tomando o tratamento temático da informação como uma das principais atividades no contexto de biblioteca universitária, Chaumier (1988, p. 63), distingue que o processo de indexação é “uma operação que consiste em descrever e caracterizar um documento, com o auxílio da representação dos conceitos nela contidos”.

Deste modo, a identificação e tradução dos conceitos acontecerão de acordo com os objetivos do centro de documentação, as necessidades dos usuários, os documentos já

indexados e as necessidades imediatas do sistema documental, visando um fluxo ininterrupto de busca e acesso à informação, caracterizando a qualidade do sistema e diretamente a análise de assunto e a tradução feita a partir de um vocabulário controlado.

Visando a qualidade de um sistema informacional e o reflexo direto que a indexação, bem como as suas etapas de análise e tradução tem sobre a recuperação da informação. Neste sentido, para Chaumier (1988, p. 63) a indexação tem lugar de destaque na análise documentária, pois é por meio dela que se condicionará o valor de um sistema informacional de recuperação da informação. No entanto, pode-se afirmar que uma “indexação insuficiente representa 90% das causas essenciais para aparição de ruídos ou de silêncios em uma pesquisa”.

Neste contexto, entende-se por ruído “a percentagem de documentos que não respondem à questão levantada e selecionada a partir da interrogação, em consequência, essencialmente, de combinações acidentais de característica ou de confusões, no sentido quanto aos termos de caracterização” (CHAUMIER, 1971, p. 20).

Para Chaumier (1971, p. 20), oposta a essa denominação de ruído, está a noção de silêncio, que é “a percentagem de documentos pertinentes que respondem a uma questão existente na memória e não selecionada a partir da interrogação”.

Sobretudo, a representação deve ser realizada conscientemente, além do próprio conteúdo documental, pautando-se também nos objetivos da instituição e dos usuários, caso contrário não adiantará desenvolver linguagens e nem habilitar pessoal para uso desta linguagem.

Compartilhando do mesmo pensamento de Chaumier (1971), Cooper denota que o resultado de uma boa indexação “justifica-se a atribuição de um termo a um documento se a utilidade média associada a essa atribuição for positiva, e injustificada se for negativa”, segundo Cooper (1978, p. 110)³⁹ utilizado também por Lancaster (2004, p. 83).

³⁹ COOPER, W. S. Indexing documents by gedanken experimentation. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 29, p. 107-119. 1978.

Quadro 13: Fatores que podem afetar a qualidade da indexação

<p><u>Fatores ligados ao indexador</u></p> <p>Conhecimento do assunto Experiência Concentração Capacidade de leitura e compreensão Profissionalidade (GIL LEIVA, p. 74)</p>	<p><u>Fatores ligados ao documento</u></p> <p>Conteúdo temático Complexidade Língua e Linguagem Extensão Apresentação e sumarização</p>
<p><u>Fatores ligados ao vocabulário</u></p> <p>Especificidade/Síntese Ambiguidade ou imprecisão Qualidade do vocabulário de entradas Qualidade da estrutura Disponibilidade de instrumentos auxiliares afins</p>	<p><u>Fatores ligados ao processo</u></p> <p>Tipo de indexação Regras e instruções Produtividade exigida Exaustividade da indexação</p> <p><u>Fatores ambientais</u></p> <p>Calefação/Refrigeração Iluminação Ruído</p>

Fonte: OLIVER *et. al.* (1966) *apud* LANCASTER (2004, p. 89, adaptado pela autora).

Langridge (1989), quando diz que “nenhum sistema de recuperação de informação pode ser melhor que a análise de assunto que nele é realizada. Qualquer conceito que escape na análise, não será representado na linguagem do sistema”. Logo, determina que a qualidade dos catálogos, índices, etc. dependerão em grande parte de vários fatores que envolvem este processo, inclusive os fatores ligados ao próprio profissional.

Como se observa no quadro acima muitos são os fatores que estão diretamente ligados ao processo de catalogação de assunto e à determinação do assunto do documento, bem como os citados por Oliver (1966) *apud* Lancaster (2004).

Estes fatores apresentados (*vide* QUADRO 13) estão detalhados e discutidos abaixo de acordo com a literatura, mostrando sua relevância para o aprimoramento da análise de assunto na catalogação:

Fatores ligados ao Indexador/Catalogador

Os fatores ligados ao próprio catalogador, no quadro acima citado como indexador, são determinados como o conhecimento prévio, experiências em áreas de assuntos específicas e a capacidade de leitura, compreensão e ainda a capacidade de identificação de tipologias textuais.

Naves (2001) destaca que esses fatores são determinantes com relação à influência que o catalogador tem durante a análise de assunto, devido a aspectos como a subjetividade (diferentes ideias da mesma informação, ou ideias que não se apresentam muito claras), o conhecimento prévio (que é o conhecimento armazenado na memória de cada indivíduo) e a formação e experiência do profissional.

Determina-se, então, assim como em Redigolo (2010) que o conhecimento prévio está ligado à cognição de todo leitor, que muitas vezes não tem consciência do seu próprio conhecimento, que pode ser percebido quando em dificuldade na leitura, o leitor utiliza-se de estratégias para monitorar a compreensão do significado do texto.

No entanto, o conhecimento prévio é um elemento que se intitula essencial para o leitor durante o processo de leitura para que haja a sua compreensão (BORBA, 2003). Contudo, o processo de aquisição de um novo conhecimento é complexo, pois o leitor ao entrar em contato com a nova informação passa por um contraponto com o conhecimento prévio já existente, acontecendo assim, uma fusão e formando o novo conhecimento (RUMELHART, 1977).

O leitor, anteriormente era visto como um receptor passivo de mensagens, passa a ser considerado como um processador mental de informação da compreensão e evolui para uma perspectiva de interação entre o leitor e o texto (FUJITA, 2004).

Neste sentido, o conhecimento prévio do catalogador determinará grande parte do resultado da análise de assunto, visto que a partir de experiências anteriores, bem como experiência em áreas de assuntos específicos, reconhecimento de tipologias textuais e ainda capacidade de compreensão textual, poderá determinar com maior ou menor êxito os conceitos representativos dos documentos.

Fatores ligados ao documento

Sobre os fatores ligados ao documento, OLIVER *et. al.* (1966) *apud* Lancaster (2004) consideram o conteúdo temático do documento, a complexidade, a língua e a linguagem, a extensão, e a apresentação e sumarização, como sendo de suma importância para a compreensão do catalogador.

Seguindo esta linha de raciocínio dos autores citados acima, o catalogador precisa estar apto a compreender e identificar estruturas no texto, com o objetivo de retirar do conteúdo conceitos que o represente, tendo em vista a complexidade dos textos e orações, como regras gramaticais, compreensão do vocabulário ou unidades léxicas, que são conjunto de unidades significativas da língua, metáforas, sinonímias, ou seja, captar a totalidade do significado das orações.

Esta concepção de fatores voltados ao documento remete-nos a Albrechtsen (1993), quando trata da concepção orientada ao conteúdo, pois envolve uma interpretação dos conteúdos dos documentos que vão além do léxico e algumas vezes da estrutura superficial gramatical. No entanto, a análise de assunto não deve focalizar o documento como uma fonte isolada de conhecimento, e sim considerá-lo em um contexto.

Na concepção orientada ao conteúdo, destaca-se o aprimoramento das técnicas, mas ao focalizar apenas a representação dos documentos, desconsideram-se seus possíveis usos. Portanto, as concepções orientadas para o conteúdo devem ser intrínsecas, caracterizando a leitura documentária.

Ademais, para Fujita (2003), a concepção de leitura orientada para o conteúdo deve orientar a identificação de conceitos no processo de análise de assunto.

Fatores ambientais

Estes fatores referem-se às condições do ambiente de trabalho do Catalogador. Neste caso, o ambiente físico também pode interferir no processo de Catalogação, pois o profissional também está sujeito as condições de trabalho que lhes são oferecidas.

As condições precisam estar favoráveis para que o a Catalogação ocorra com menos interferentes, ou seja, questões como:

- a refrigeração, que precisa estar adequada, para que não ocorra a calefação, que é um processo físico de vaporização, que acontece quando a temperatura ambiente este muito elevada.
- a iluminação também precisa estar ajustada, pois ambientes muito escuros não motivam ao trabalho.
- o ambiente precisa ser calmo, sem ruídos para que não influencie nas decisões do Catalogador, pois um ambiente agitado desestimula este trabalho.

O conteúdo precisa ser analisado de acordo com o contexto em que está inserido, para que seu significado seja o menos ambíguo possível (PINTO MOLINA, 1993), visto que pode agregar valores a determinados termos e assumir novos significados, apenas mudando o foco de análise.

Diante desta contextualização, pode-se afirmar que o ambiente deve ter condições favoráveis, e suas variáveis são importantes, pois podem estabelecer e delimitar o desempenho do profissional, de modo que precisam exercer as suas atividades de acordo com o interesse dos usuários que utilizam o sistema de busca da biblioteca.

Fatores ligados ao vocabulário

Os fatores ligados ao vocabulário são: especificidade/síntese, ambiguidade ou imprecisão, qualidade do vocabulário de entradas, qualidade da estrutura, disponibilidade de instrumentos auxiliares afins.

A especificidade foi identificada em Cutter (1904) com o nome de princípio de assunto específico, e que consiste em assinalar ao item a epígrafe ou a notação mais específica para representar o conceito identificado no próprio item.

Para a Norma 12.676 (ABNT, 1992, p. 3) a especificidade se refere ao grau de “precisão com que um termo define determinado conceito no documento. A Norma 12. 676 determina que ocorra perda de especificidade quando um conceito é representado por um termo com significado mais genérico”.

Em alguns casos, podem se usar “termos que definem conceitos mais genéricos, dependendo do grau que o indexador considera que a maior especificidade pode afetar negativamente o desempenho do sistema de indexação; e o peso atribuído ao conceito”

(ABNT, 1992, p. 3). Sobre esta afirmativa, Gil Leiva (2008) determina que existe uma relação exata entre as unidades conceituais escolhidas e o termo ou os termos elegidos para representá-la.

Lancaster (2004) considera a questão da seletividade como o princípio mais importante da indexação/catalogação de assuntos, porque alguns assuntos identificados seriam indexados em mais de um nível de especificidade. A inclusão de mais termos de indexação aumentaria, portanto, a exaustividade de uma representação ou aumentaria a sua especificidade.

Fatores ligados ao processo

São fatores ligados ao processo propriamente dito, como qual o tipo de indexação, as regras e instruções pela instituição, produtividade exigida e exaustividade da indexação, que também são determinadas pelas normas e regras estipuladas pela instituição.

Ao se estabelecer regras e instruções, a instituição deve visar uma política de indexação, sendo necessário que se leve em conta alguns fatores que são imprescindíveis ao planejamento e eficácia de qualquer sistema de recuperação da informação (CARNEIRO, 1985, p. 222), que se seguem como:

- a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação;
- a identificação da clientela a que se destina o sistema;
- os recursos humanos, materiais e financeiros.

Pois, para Lancaster (2004) os indexadores necessitam saber muito mais do que os princípios da indexação, pois devem, em especial, estar inteiramente a par dos interesses da comunidade atendida, ou seja, dos usuários reais e potenciais de um sistema de informação.

Alguns autores como Gil Leiva (2008), Lancaster (2004), Martínez Tamayo e Catalina Valdez (2008), Norma 12.676 (ABNT, 1992) definem que exaustividade é determinar todos os conceitos possíveis de um documento, e principalmente na concepção de Lancaster (2004) quanto mais termos definidos (maior exaustividade), mais específico será o a determinação de conteúdo.

A indexação exaustiva, segundo Lancaster (2004, p. 27) implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento.

Gil Leiva (2008) define exaustividade como a prática de extração de todos os conceitos caracterizadores do conteúdo integral dos documentos. Vale ainda, citar a Norma 12.676, que define a exaustividade, também ao número de conceitos representados pelos termos atribuídos a um documento pelo Catalogador, porém não define como deve ser essa atribuição de termos, deixa a critério do bom senso do profissional.

Todos esses fatores formam o contexto sociocognitivo que envolve o catalogador, sobretudo por sociocognitivismo entendem-se todos os conhecimentos que estão armazenados na memória do indivíduo, que para Koch (2002) é denominado como “actantes sociais”, elucida também que esses conhecimentos devem ser utilizados durante um intercâmbio verbal, ou seja, são usados para o entendimento sobre algum assunto.

Lancaster (2004, p. 86) aponta que para uma boa indexação devem ser previstos vários erros que podem ser identificados por um catalogador proficiente ou por algum ‘revisor’. Os tipos de erros são identificados como:

1. O indexador infringe a política, especialmente a relativa à exaustividade da indexação.
2. O indexador deixa de empregar os elementos do vocabulário da forma como devem ser utilizados (por exemplo, uma combinação incorreta de cabeçalhos principal/subcabeçalhos).
3. O indexador deixa de utilizar um termo no nível correto de especificidade. Na maioria dos casos isso significará que o termo selecionado não é o mais específico existente.
4. O indexador emprega um termo obviamente incorreto, talvez porque não possua conhecimentos especializados (por exemplo, combustíveis líquidos para foguetes quando o documento trata mesmo é de combustíveis gasosos).
5. O indexador omite um termo importante.

A partir dessas contextualizações foi possível perceber que a qualidade ou resultado da catalogação de assunto, principalmente no que tange a determinação do conteúdo documental, pauta-se não somente no próprio processo, mas também em questões linguísticas, de compreensão, questões voltadas ao interesse do usuário, e no contexto sociocognitivo do

profissional, que influenciam diretamente na representação e por consequência na recuperação da informação.

Desta forma, salienta-se que a recuperação da informação deve ser vista com proximidade dos processos de organização da informação, pois são atividades que se complementam, nas duas direções. A organização deve ser desenvolvida de tal modo que vise a recuperação, e a recuperação por sua vez deve ser pautada em procedimentos bem estabelecidos da organização, demonstrando a qualidade desse processo em um sistema de informação.

Resgatando a discussão sobre a indexação e a catalogação de assunto, ainda na conceituação de Moraes, Guimarães e Guarido (2007) e de Fujita (2013, p. 149), que também discute sobre os parâmetros da indexação e da catalogação de assunto, retoma-se que a indexação “como processo de análise de assunto tem raízes teóricas e metodológicas ligadas à linha inglesa e a catalogação de assunto à linha norte-americana”.

Entende-se que a catalogação de assunto e a indexação se desenvolveram em ambientes diferentes, segundo Fujita (2013, p. 149):

Ambas tiveram desenvolvimentos próprios em ambientes institucionais e tipologias documentárias diferentes além de áreas de assunto mais especializadas no caso da indexação. Assim, a indexação é realizada em serviços de indexação e resumos com artigos de periódicos e documentação científica em geral e a catalogação de assuntos em bibliotecas com livros e documentação publicada convencionalmente.

Com o aumento de informações registradas e as necessidades de buscas cada vez mais precisas e com mais velocidade, e também a mudança da perspectiva dos sistemas de informação para o desenvolvimento científico e tecnológico, no decorrer do tempo a indexação e a elaboração de resumos, segundo Fujita (2013), cada vez mais buscava o aprimoramento teórico e metodológico.

Assim como defendido por Lancaster (1993), Fujita (2013) dentre outros autores, existe uma dualidade, entre serviços de indexação e resumos que produzem bases de dados e bibliotecas que produzem catálogos (FUJITA, 2013, p. 150).

Existe um histórico linear de investigação que consolida a área da indexação, enquanto que a catalogação de assunto, segundo Martinho e Fujita (2010) e Fujita, Augustín Lacruz e Gómez Díaz (2011) está imobilizada perante as práticas e estabelecimento de regras e

instrumentos atualizados, que supram as necessidades desse novo contexto em que as bibliotecas universitárias se encontram.

A partir deste capítulo verificamos que:

- a indexação e a catalogação de assunto podem ser tratadas conceitualmente semelhantes, no entanto ambas tiveram desenvolvimentos próprios em ambientes institucionais e tipologias documentárias diferentes;

- O processo de catalogação de assunto não se encontra amplamente discutido na literatura, deste modo a pesquisa utilizou-se do processo de indexação com aproximações para área de catalogação de assunto.

- A análise de assunto na catalogação de assunto é pouco estudada na realidade científica de nosso país;

- a escassez de literatura, e a falta de normalização para a análise de assunto na catalogação acarretam dificuldades e problemas diretamente na recuperação da informação nas bibliotecas.

Visto a subjetividade da catalogação e a pouca investigação da análise de assunto, é importante destacarmos a necessidade de estudos voltados a normalizações para a catalogação de assunto. Assim no próximo capítulo apresentamos as normalizações existentes para indexação e suas características.

No quadro abaixo observa-se as categorias de análises identificadas a partir deste capítulo teórico:

Quadro 14: Categorias de análise extraídas para análise dos PVI e PE

Exaustividade e especificidade	Lancaster (2004, cap. 2, p. 65)
Qualidade na análise de assunto	Lancaster (2004, cap. 2, p. 65) / Gil Leiva (2008, cap. 3, p. 86) / Análise do PVI e PE

Fonte: Elaborado pela autora.

3 ESTUDO DE NORMALIZAÇÕES PARA A ANÁLISE DE ASSUNTO

Devido à escassez literária e a falta de normalização para a catalogação de assunto discutida no capítulo anterior, este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama teórico sobre as normalizações para indexação de documentos e manuais de indexação, com a finalidade de dar bases investigativas para a área de organização da informação, mais especificamente para a análise de assunto na catalogação de assunto.

Em comparação com a área de tratamento descrito, a área de tratamento temático da informação mostra-se carente de instrumentos e metodologias eficazes atualizados, pois para o tratamento descritivo existem inúmeros instrumentos, tais como o AACR2R – Código de Catalogação Anglo Americano 2º edição – Revisado, o Marc 21 – *Machine Readable Cataloging*, dentre outros. Além disso, as atividades que envolvem o tratamento descritivo são mais pontuais e menos subjetivas do que as atividades referentes ao tratamento temático.

De acordo com Mai (1997)⁴⁰, o processo de análise temática dos documentos “está baseado no texto em si ou no mundo subjetivo do catalogador e que a análise pode ser baseada apenas em conceitos, no texto, nos significados implícitos do texto ou nas necessidades dos futuros usuários” (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012, p.10).

Determinar o assunto de um documento torna-se uma “atividade complexa e que exige atenção, conhecimento prévio, habilidade no uso de instrumentos, entre outros fatores, para que se possa realizá-la de forma satisfatória” (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012, p.10).

Este processo tão significativo de representação do conteúdo documental para a recuperação da informação é o que torna a indexação e a catalogação de assunto atividades subjetivas, pois cabe ao catalogador realizar análises críticas (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012, p. 9).

⁴⁰MAI,J.E. The concept of subject: on problems in indexing. In: McILWAINE, I.C. (ed.). **Knowledge organization for information retrieval: 6th International Study Conference on Classification Research**. The Hague: FID, 1997b. p. 60-67. (FID, n. n. 716). Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/jemai/Papers/1997_TheConceptOfSubjectOnProblemsInIndexing.pdf >. Acesso em: 11 de ago. 2010.

Além de análises críticas, para uma boa representação o catalogador ainda deverá ativar conhecimentos prévios e conhecimento de mundo para inferir neste processo de representação.

Segundo Farrow (1991)⁴¹ *apud* (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 142) “a compreensão textual é um processo limitado, não apenas pela habilidade de leitura do indexador, mas também pela sua capacidade de armazenamento na memória.

Neste sentido, esforços normalizadores tornam-se necessários para a análise de assunto na catalogação, visto o alto grau de subjetividade e inferência do catalogador que envolve esta atividade. Na concepção de Gil Leiva (2008, p. 83) normalizar é uma operação, ou um conjunto de operações que incluem “aspectos cognitivos, de formação, intelectuais e subjetivos”. Infere-se que normalizar significa estabelecer um conjunto de atividades, tornando-se uma tarefa complexa, pois são diretrizes destinadas a profissionais, construídas a partir de conhecimentos, opiniões e preferências.

Desde a metade dos anos sessenta existem trabalhos que tratam de explicar como indexar documentos. Alguns desses trabalhos procedem de iniciativas particulares ou de grandes instituições estatais (UNESCO, Centro Nacional de Informação Científica e Técnica russa, Centro de Documentação da NASA, a Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA, etc.). Essas políticas perseguiram, entre outros aspectos, a aplicação de aspectos homogêneos em regras de indexação (GIL LEIVA, 2008, p. 83).

Essas pesquisas tendiam a investigar e estabelecer parâmetros que norteassem a atividade de indexação, como apontado por Gil Leiva (2008), os estudos pretendiam aplicar aspectos homogêneos para a indexação, fixar categorias necessárias para a prática normalizada da leitura documentária, identificação e seleção de conceitos, para que os assuntos dos documentos fossem definidos de forma resumida, traduzidos por uma linguagem de indexação.

Contudo, é desde a década de 70 que se iniciaram publicações das normas para indexação, a publicação mais recente foi em 1985, com a ISO5963, seguida de suas traduções. Como pode ser verificado a seguir (3.1):

⁴¹ FARROW. John F. A cognitive process model of document indexing. **Journal of Documentation**, v. 47, n. 2, p. 149-166, june 1991.

3.1 Normalizações para a indexação de documentos

A partir do princípio discutido acima, de que a indexação e a catalogação de assunto são atividades subjetivas e que estão sujeitas a inferências cognitivas do catalogador, o estudo e a elaboração de normas e metodologias são vistos como essenciais e necessários para o bom desenvolvimento da área, pois podem amenizar fatores subjetivos determinantes para a análise de assunto.

Desde aproximadamente a década de 70, iniciaram movimentos para a publicação de normalizações para a indexação. Essas iniciativas partiram de instituições como a IFLA, a FID e a UNESCO, que foram grandes colaboradoras da ISO para desenvolvimento de diretrizes para a norma que viria posteriormente.

Abaixo se constata no quadro síntese as normalizações para indexação de documentos e os manuais de indexação existentes conforme Gil Leiva (2008, p. 84):

Quadro 15: Síntese das normalizações

ANO	NORMA	SÍNTESE
a) 1978	NF Z 47-102 - Norma Francesa	Propôs a identificação dos conceitos que representam o conteúdo e seleção dos conceitos tendo em conta a exaustividade e especificidade desejada;
b) 1984	BS 6529 – Norma Britânica	Expõe técnicas gerais para análise e identificação de conceitos, especialmente para determinar o assunto de Forma resumida, particularmente para aquelas agências que visam permutar seus registros bibliográficos.
c) 1984	NC 39-22 – Norma Cubana	Foi desenvolvida no mesmo ano da norma Britânica BS 6529. Porém não teve a mesma repercussão da Britânica, pois esta última serviu como parâmetro para outras normas.
d) 1985	UNI ISO 5963	Inicialmente inspirou-se em duas normas, principalmente na Norma Francesa NF Z 47-102 de 1978 e na Norma Britânica BS 6529, que foi publicada um ano antes, em 1984. Foi bastante difundida, sendo utilizada por diversos países,

		onde na maioria as variações são usadas até os dias atuais.
e) 1989	UNI ISO 5963 – Norma Italiana	Tradução da UNI ISO 5963.
f) 1989	NP 3715 – Norma Portuguesa	Tradução da UNI ISO 5963.
g) 1991	UNE 50-121 – Norma Espanhola	Tradução da UNI ISO 5963.
h) 1992	NBR 12676 – Norma Brasileira	Tradução da UNI ISO 5963.
i) 2000	NC ISO 5963 – Norma Cubana	Tradução da UNI ISO 5963

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Quadro síntese das normas examinaremos a estrutura e conteúdo de cada norma apresentada acima:

a) NF Z 47-102 de 1978 – Norma Francesa: *Principles Généraux Pour l'indexing des Documents* (Princípios gerais para a indexação de documento).

A norma Francesa NF Z 47-102 *Principles généraux pour l'indexing des documents* foi desenvolvida em 1978 a partir dos trabalhos efetuados pelo Comitê técnico Documentação da ISO e da UNESCO.

Esta norma foi estruturada da seguinte forma:

- 1: Objetivo e domínio de aplicação;
 - 2: Processo e finalidade;
 - 3: Reconhecimento de conceitos contidos na informação (captura do conteúdo total do documento, identificação dos conceitos que representam o conteúdo e seleção dos conceitos tendo em conta a exaustividade e especificidade desejada);
 - 4: representação dos conceitos em uma linguagem documental;
 - 5: Controle de qualidade da indexação;
- Anexo 1: Esquema da indexação na cadeia documental; e
Anexo 2: Glossário (GIL LEIVA, 2008, p. 84, tradução nossa).

b) BS 6529 de 1984 – Norma Britânica: *Recommendations for Examining Documents, Determining their Subjects and Selecting Indexing Terms* (Recomendações para o exame documental, determinação dos assuntos e seleção dos termos de indexação).

A BS 6529 foi elaborada pela BSI – *British Standards Institution* em 1984 e surgiu seis anos depois da Norma Francesa NF Z 47-102, desta forma, representava um avanço para a área e foi a propulsora para muitos outros países adaptarem ou traduzirem esta norma.

A norma de 1984, que foi elaborada com o intuito de representação, expõe técnicas gerais para análise e identificação de conceitos, especialmente para determinar o assunto de um documento de forma resumida, particularmente para aquelas agências que visam permutar seus registros bibliográficos. Já existia um pensamento da padronização para a transferência bibliográfica.

Está subdividida em dez páginas. E ainda é possível comprar esta norma pela internet no site shop.bsigroup.com.

c) NC 39-22 de 1984 – Norma Cubana – *Indización Manual de Documentos* (Indexação Manual de Documentos).

A norma Cubana NC 39-22 foi desenvolvida no mesmo ano da norma Britânica BS 6529, em 1984. Porém não teve a mesma repercussão da Britânica, pois esta última serviu como parâmetro para outras normas, como por exemplo, para a elaboração da UNI ISO 5963 DE 1985 juntamente com a norma francesa NF Z 47-102 DE 1978.

d) UNI ISO 5963 de 1985 – *Documentation – Methods for Examining Documents, Determining their Subjects, and Selecting Indexing Terms* (Documentação – Métodos para análise de documentos, determinação de assuntos e seleção de termos de indexação).

A UNIISO 5963, inicialmente inspirou-se em duas normas, principalmente na Norma Francesa NF Z 47-102 de 1978 e na Norma Britânica BS 6529, que foi publicada um ano antes, em 1984.

Sua primeira edição publicada em 01 de dezembro de 1985, e intitulada como: *Documentation – Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms* (Documentação – Métodos para análise de documentos, determinação de assuntos e seleção de termos de indexação).

A norma UNI ISO 5963, foi bastante difundida, sendo utilizada por diversos países, onde na maioria as variações são usadas até os dias atuais.

Foi elaborada pela *International Organization for Standardization* e estabelece os métodos para a análise dos documentos e, assim, como identificar os termos de indexação, chamados de conceitos. Portanto, destina-se como um guia para indexadores durante as fases de análise de documentos e identificação conceito.

Está distribuída em oito páginas e é composta por nove seções, sendo que o último refere-se ao anexo, definidos como:

1. Finalidade e campo de aplicação;
2. Referências;
3. Definições;
4. Processos da indexação;
5. Análise do documento;
6. A identificação de conceitos;
7. Seleção dos termos de indexação;
8. O controle de qualidade e consistência da indexação;
9. Anexo. Fluxograma da operação de indexação usando um dicionário de sinônimos.

Na primeira seção da norma está exposto o campo de aplicação e a sua finalidade, que esclarece a importância de existir um guia para indexadores iniciantes e, portanto não

proficientes na análise e identificação de conceitos. Também expõe técnicas gerais para análise de documentos aplicáveis à indexação.

Um dos objetivos dessa norma é, sobretudo, determinar uma padronização de procedimentos dentro de uma instituição, bem como entre diferentes instituições, que permita o intercâmbio de dados e a comunicação entre ambas.

No entanto, a norma esclarece também que suas regras se aplicam apenas em instituições que utilizam técnicas de indexação manuais, pois para a indexação automatizada exige outros tipos de procedimentos que estão ligados diretamente ao uso de um computador, como a frequência que as palavras aparecem no texto, posição da palavra no texto, a eliminação de palavras vazias, assim como pode ser observado, entre outros autores, em Gil Leiva (2008).

A ISO 5963 faz menção a duas normas, para a criação e desenvolvimento de tesouros, monolíngues e multilíngues, porém, apenas utiliza uma remissiva para as respectivas normas:

ISO 2788: Diretrizes para a criação e desenvolvimento de tesouros monolíngues;

ISO 5964: Diretrizes para a criação e desenvolvimento de tesouros multilíngues;

Na terceira seção, tem breves definições sobre conceitos como: documento; o próprio significado de conceito; assunto; termo preferencial ou descritor; termos não preferenciais; índice e indexação, no entanto, são descrições curtas e que não trazem definições de teóricos da área e mais esclarecimentos sobre o processo de indexação.

Os processos de indexação são definidos em três:

- Exame do documento:

A norma distingue os documentos entre impressos e não impressos e acusa ainda que para o entendimento completo desses documentos é preciso se fazer uma interpretação do texto e ainda acusa que a leitura completa dos documentos é impraticável, porém o indexador deve garantir que nenhuma informação importante seja ocultada.

Determina as partes mais relevantes para a análise do documento UNI ISO 5963 (1985, p.5):

- título;
- resumo, se houver;

- sumário;
- introdução;
- ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
- palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.);

Sobre as partes mais importantes a serem analisadas a UNI ISO 5963 (1985, p.5), aponta algumas considerações:

Todos esses elementos devem ser examinados e avaliados pelo indexador durante a análise que faz do documento. Não é recomendável fazer a indexação a partir exclusivamente do título, e, se houver um resumo, não deve ser visto como um substituto satisfatório do exame do texto. Os títulos podem ser enganosos; tanto os títulos quanto os resumos podem ser inadequados; em muitos casos nenhum dos dois é uma fonte confiável do tipo de informação que o indexador requer.

- Identificação dos principais conceitos presentes no assunto:

Para a identificação, o catalogador ao fazer o exame do documento determina os principais elementos para a descrição do assunto. Visando a subjetividade desta tarefa a norma expõe uma lista de questões que podem envolver fatores gerais presente em um texto, todavia não existe um direcionamento das partes textuais que se devem buscar as resposta de cada questão UNI ISO 5963 (1985, p. 5):

- qual o assunto de que trata o documento?
- como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- o documento se refere aos métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (ex. um estudo sociológico da religião).

As questões expostas pela norma possuem um nível de generalidade que permite ser aplicada a qualquer área, deixando em aberto a elaboração de outras questões, específica para cada disciplina, o que se pode deduzir é que o bibliotecário deve inferir a todo o tempo sobre as indicações da norma.

Para esta segunda fase da indexação, a identificação dos conceitos, a norma sugere algumas questões investigativas para que seja possível determinar um assunto para o documento, no entanto, nota-se que não existe um encaminhamento para quais partes textuais que se deve atentar a cada questão, deste modo, conclui-se que existe uma deficiência na norma, pois para que a identificação do assunto possa ser mais precisa e eficiente, é necessário que o Catalogador consiga identificar as partes textuais mais relevantes, sem que tenha que fazer uma leitura contínua e demorada do documento.

- Seleção dos conceitos em termos de uma linguagem de indexação.

Sugere que o profissional utilize de termos que já constam na linguagem de indexação, caso não possuir, deve verificar a aceitabilidade do termo de acordo com instrumentos de referência: - dicionários e enciclopédias de autoridade reconhecida nas suas especialidades; - tesouros, especialmente os elaborados de acordo com as ISO 2788 ou ISO 5964; e tabelas de classificação.

Esclarece ainda que, caso o termo não seja encontrado na linguagem, é possível que ele seja admitido imediatamente (por uma comissão responsável).

E por último aborda sobre o controle de qualidade que consiste na especificidade dos termos atribuídos a um documento e o nível de exaustividade atingido na indexação. No conhecimento prévio que envolve o indexador e na qualidade dos instrumentos utilizados.

A qualidade da indexação, para a norma, pode ser observada pela análise dos resultados da recuperação, ou seja, os documentos pertinentes recuperados e também pelo contato direto com os usuários.

Como anexo, apresenta um organograma do processo de indexação utilizando um tesouro, apenas como um informativo, pois deixa claro que o anexo não faz parte da norma.

Segundo Gil Leiva (2008, p. 84, tradução nossa) “desde a publicação da ISO 5963 de 1985 foram elaboradas e atualizadas normas equivalentes em diferentes países, as quais as traduções e interpretações são geralmente mais ou menos fieis”.

Quadro 16: Normas traduzidas a partir da ISO 5363 (1985)

ISO 5963-1985				
UNI ISO 5963 / 1989 (Itália)	NP 3715 / 1989 (Portugal)	UNE 50-121 / 1991 (Espanha)	NBR 12676 / 1992 (Brasil)	NC-ISO 5963 2000 (Cuba)

Fonte: GIL LEIVA, 2008, p.84 (tradução nossa).

As normas descritas a seguir são as traduções da ISO 5963-1985:

e) UNI ISO 5963 de 1989 – Norma Italiana – *Documentazione - Metodi Per L' Analisi dei Documenti, la Determinazione del Loro Soffetto ela Selexione dei Termini di Indicizzazione* (Documentação. Métodos para a análise de documentos, determinação de seu conteúdo e seleção dos termos de indexação).

A Norma UNI ISO 5963 foi lançada em 1989 na Itália, também com o mesmo nome de sua original, ISO 5963-1985.

Está apresentada resumidamente em nove tópicos distribuídos em quatro páginas, traz definições mais curtas e explicações reduzidas da forma original. Apesar de estar em um formato mais limitado, a norma não deixou de trazer o organograma ilustrativo como anexo.

1. Objetivos;
2. Referências;
3. Definições;
4. Processos e propósitos de indexação;
5. Análise do documento;
6. Identificação dos conceitos;
7. A escolha de termos de indexação;
8. O controle de qualidade e consistência da indexação;
9. Apêndice.

f) NP 3715 de 1989 – Norma Portuguesa – Documentação - Método para a Análise de Documentos, Determinação do seu Conteúdo e Seleção de termos de Indexação.

A versão NP 3715 da ISO 5963-1985 foi elaborada em 1989 pelo IPQ (Instituto Português de Qualidade) em Monte da Caparica. Também é utilizado até os dias atuais em Portugal, é uma tradução da ISO 5963-1985 e segue os mesmos padrões.

1. Objetivo e campo de aplicação;
2. Referências;
3. Definições;
4. Procedimentos de indexação;
5. Análise do documento;
6. Identificação e seleção dos conceitos;
7. Escolha dos termos de indexação;
8. Controle de qualidade;
9. Anexo.

g) UNE 50-121 de 1991 – Norma Espanhola – Documentación. Métodos para el Análisis de documentos, Determinación de su Contenido y Selección de los Términos de Indización (Documentação. Métodos para a análise de documentos, determinação de seu conteúdo e seleção dos termos de indexação).

A variação espanhola da Norma ISO 5963-1985 foi elaborada pela *Asociación Española de Normalización y Certificación* (Associação Espanhola de Normalização e Certificação), que também traz o mesmo nome apresentado e a mesma estrutura da versão original de 1985.

Apesar de ter uma forma de apresentação diferente da ISO 5963, traz seu conteúdo praticamente na íntegra.

1. Objetivo e campo de aplicação;
2. Normas para consulta;
3. Definições;
4. Processo de indexação;
5. Exame do documento;
6. Identificação dos conceitos;
7. Seleção dos termos de indexação;
8. Controle de qualidade da indexação;
9. Anexo.

h) NBR 12676 de 1992 – Norma Brasileira – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) Métodos para análise de Documentos – Determinação de seus Assuntos e Seleção de Termos de Indexação.

A norma brasileira NBR 12676, Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação, foi elaborada a partir da UNI ISO 5963 de 1985 pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas foi publicada em agosto de 1992, porem somente entrou em vigora partir de 29 de outubro daquele mesmo ano.

Neste tópico serão apresentadas algumas questões referentes a Norma Brasileira, que também refere-se a UNI ISO 5963, pois no tópico da ISO apenas descrevemos a norma em sua plenitude.

Está distribuída em apenas quatro páginas, que contém breves definições não muito específicas sobre a Indexação e sobre Termos de Indexação; o que é um Documento; sobre Assunto; Conceito; Termos preferidos e não preferidos e Índices de Assuntos.

A NBR 12676 é mais sucinta que a original UNI ISO 5963, que possui oito tópicos enquanto a NBR possui apenas cinco, além de eliminar algumas orientações, também não traz em sua versão o anexo presente na versão original.

Apresenta sucintamente as fases que compõe a Indexação, a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes em seu conteúdo; e c) tradução desses conceitos em termos de uma linguagem de indexação.

No entanto, a norma auxilia o Catalogador a utilizar-se durante as três fases de instrumentos como os tesauros, códigos de classificação, cabeçalhos de assunto, etc.

Um agravante para a Norma é que ela dispõe das partes essenciais onde devem ser encontrados os conceitos em um documento:

- titulo e subtítulo;
- resumo, se houver;
- sumário;
- introdução;
- ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
- palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.);
- referências bibliográficas.

Apesar de apresentar as partes mais importantes dos documentos, adverte que não é recomendável definir o assunto do documento por uma dessas partes isoladas e sim pela análise total do documento.

Para Lancaster (2004), o bibliotecário deve levar em conta o documento inteiro, porque os termos atribuídos devem refletir o documento como um todo. Porém, para Jones (1976⁴² *apud* LANCASTER, 2004, p. 24) existem algumas partes do documento que devem ser melhores analisadas, como primeiros parágrafos dos capítulos, “e frases de abertura e encerramento de parágrafos parecem ser especialmente ricos em palavras indexáveis”.

A norma não se detém quais são os conceitos que devem ser mencionados, mas sugere a “abordagem sistemática” (item 4.3, NBR 12676), para identificar conceitos, que são os elementos para a descrição dos assuntos, onde direciona o Indexador a elaborar listas de aspectos que forem identificados como importantes.

No item 4.3.2 da NBR 12676, menciona que na seleção de conceitos o principal critério deve ser sempre o “valor de um conceito”, no qual surge a dúvida em como atribuir valor ao conceito de um documento, pois essa é a chave principal para a determinação do assunto. A atribuição do assunto envolve fatores, como a cognição do bibliotecário, que relaciona-se com seu conhecimento prévio, com suas limitações e escolhas, as inferências do contexto, bem como levar em consideração a realidade do usuário, pois o objetivo da representação é diretamente a recuperação da informação. Nota-se então, que determinar conceitos para um documentos pode tanto otimizar o acesso, quanto impedi-lo.

A norma 12676, após mencionar o “valor de um conceito”, no item 4.3.2, onde os conceitos devem ser considerados e escolhidos em observância à determinada comunidade de usuários.

No entanto, a norma é de caráter subjetivo como pode ser evidenciado no exemplo a seguir, onde a indexação fica ao julgamento do indexador (item 4.3.3.1.2) em relação ao estabelecimento de termos ou descritores.

No item 5.1 sugere que a qualidade na indexação depende da imparcialidade e do conhecimento do Indexador. Neste sentido, surge uma indagação: Mas como o profissional pode ser imparcial e aplicar seu conhecimento na indexação ao mesmo tempo?

Para Cleverdon (1984 *apud* Gil Leiva, 2008, p. 76), existem muitos fatores que interferem na qualidade da indexação, fatores estes que também são subjetivos e difíceis de

⁴² JONES, K.P. Towards a theory of indexing. **Journal of Documentation**, v. 32, 118-125, 1976.

serem determinados, como a exaustividade, especificidade, correção e consistência, os três primeiros são intrínsecos ao momento da indexação e da determinação do assunto, deve ser trabalho e pensando juntamente com o todo, depende do entendimento do bibliotecário.

O último parâmetro abordado pelos pesquisadores refere-se à consistência, que demonstra um passo posterior ao da indexação, como em sua pesquisa Gil Leiva (2008) apresenta-nos a necessidade de estudos referentes aos resultados da indexação, bem como estudos referentes à recuperação da informação, visando o *feedback* e a qualidade da indexação.

Quadro 17: Qualidades da indexação

Qualidades da indexação	<p>- Exaustividade Conceitos caracterizadores do conteúdo integral de um documento.</p> <p>- Especificidade Relação exata entre unidade conceitual e o termo elegido para representá-la.</p> <p>- Correção Ausência de erros de inclusão e também de omissão.</p> <p>- Consistência Grau de coincidência entre duas ou mais indexações.</p>
--------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CLEVERDON (1984⁴³ *apud* GIL LEIVA, 2008, p. 76, tradução nossa).

Outro ponto importante, que a norma teria que ressaltar desde o início é a menção da importância de uma Política de Indexação. Esse instrumento dará direcionamento a todo o processo e a norma apenas faz uma alusão à questão no item 5.1.3. Visto que uma Política de Indexação é de extrema relevância para dar parâmetros para a indexação, bem como para a catalogação de assunto, realidade das bibliotecas universitárias brasileiras e espanholas.

Outros aspectos levantados na análise em questão concentram-se no ponto em que a Norma não teve uma aplicação prática, esta contém uma indicação das partes textuais, da qual o leitor profissional deve se deter no momento da leitura, todavia esta indicação serve apenas

⁴³ CLEVERDON, C.W. Optimizing conveniente on-line access to bibliographic databases, **Information Services & Use**, 1984, vol. 4, p. 37-47.

para o Indexador fazer uma leitura rápida do texto, pois a Norma não direciona o que o profissional deve encontrar em cada parte textual. Neste sentido, a não identifica o tipo de documento textual, fazendo apenas uma leve menção da forma impressa e não impressa.

Pode-se considerar que a norma na época de sua publicação foi um progresso, no entanto, hoje se apresenta desatualizada para os padrões e necessidade de organização e sistematização dos sistemas de recuperação da informação, visto a crescente produção documental estimulada pelo ambiente digital que a *Web* e a *Internet* proporcionam.

i) NC ISO 5963 de 2000– Norma Cubana - Metodos para el Analisis de Documentos, Determinacion de su Contenido y Seleccion de los Terminos de Indizacion (Métodos para a análise de documentos, determinação de seu conteúdo e seleção dos termos de indexação).

A norma Cubana foi publicada em 2000 e elaborada pelo Comitê Técnico de Normalização a partir da UNI ISO 5963 DE 1985.

No entanto, a norma cubana de 2000 não tomou como base a norma que já existia em seu país, a Norma Cubana 39-22 DE 1984. E sim utilizou como base a UNI ISO 5963 DE 1985. Observa-se que assim como na versão brasileira, a norma cubana manteve o mesmo nome utilizado na ISO 5963, e também é mais sucinta do que a sua original.

Prefácio

1. Âmbito;
2. Termos e definições;
3. Processo de indexação;
4. Exame do documento;
5. Identificação dos conceitos;
6. Seleção dos termos de indexação;
7. Controle de qualidade da indexação;
8. Anexo.

3.2 Metodologias de indexação em Manuais de Indexação

Vários são os sistemas de informação importantes, desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento, no entanto, segundo Rubi e Fujita (2003) há aqueles que merecem destaque, seja pela sua abrangência, pelo seu pioneirismo ou por características peculiares especiais

como, por exemplo, o *International Information System for Agricultural Sciences and Technology – AGRIS* – (<http://www.fao.org/docrep/008/ae909e/ae909e00.htm>), *Current Agricultural Research Information System – CARIS* – (<http://rdl.lib.uconn.edu/databases/1212>), *Education Resources Information Center – ERIC* – http://www.libraries.psu.edu/psul/ebsl/special_topics/eric.html), *International Nuclear Information System – INIS* – (<https://www.sheffield.ac.uk/library/cdfiles/inis>), *Medical Literature Analysis and Retrieval System – MEDLARS* (<http://www.nlm.nih.gov/pubs/factsheets/intlmedlars.html>), entre outros.

Neste artigo, as autoras, Rubi e Fujita (2003) apontam quais são os sistemas que mais contribuíram:

Esses sistemas permitem o acesso à informação mundial produzida pela área porque se apoiam na cooperação entre os centros da área de assunto coberta por eles. Assim, os sistemas de informação que contribuíram, inclusive com seus manuais de indexação, por meio de seus centros cooperantes foram: AGRIS, através dos centros de informação Coordenação Geral de Documentação em Agricultura - CENAGRI -; INIS, por meio do Centro de Informações Nucleares - CIN -; e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME - através do centro de informação Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral.

Apesar de existirem diversos manuais de indexação importantes, como visto acima em Rubi e Fujita (2003), para esta pesquisa serão discutidos dois manuais de indexação: o Manual de Indexação AGRIS/CARIS em sua primeira versão de agosto de 1994 por apresentar tanta relevância e por ser um sistema de informação que mais contribuiu para a área, inclusive com seu manual de indexação e o modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos (FUJITA, 2003), por ter sido desenvolvido também a partir do manual de indexação AGRIS/CARIS.

Manual de Indexação AGRIS/CARIS

Desde 1975, o banco de dados AGRIS – Sistema de Informação Internacional para a Ciência e Tecnologia Agrícola – tem agregado e disseminado referências bibliográficas, tais como trabalhos de pesquisa, estudos e teses, cada um incluindo metadados, como

conferências, pesquisadores, editores, instituições e temas, catalogadas por mais de 150 instituições participantes em mais de 100 países.

O primeiro capítulo do manual de indexação AGRIS/CARIS (1994) apresenta o papel da indexação e a busca da informação. Antes de explicar como funciona a operação de indexação no sistema AGRIS/CARIS (1994), a autora introduz a questão da utilização de uma base de dados e relaciona tal entendimento à experiência do indexador.

Além de oferecer a explicação de cada etapa do processo de indexação, destaca a questão de a indexação ser um dos fatores mais importantes de qualidade e confiabilidade das informações sumarizadas nas bases de dados, porém essas informações devem estar de acordo com as necessidades dos usuários.

A partir desse ponto é possível compreender que o AGRIS/CARIS (1994) sinaliza uma indexação orientada às necessidades da comunidade usuária especializada. O manual define os usuários do sistema AGRIS/CARIS (1994) como toda comunidade de pessoas interessadas no desenvolvimento da agricultura.

Em seguida, o manual descreve as unidades que compõem o tratamento das partes de um documento, sendo a identificação de forma, que é a descrição física e a descrição do tema, ou assunto do documento.

No tópico 2 encontramos pontos sobre a busca de informação. O manual fala das possibilidades que o usuário pode buscar uma informação no sistema AGRIS/CARIS (1994) e em seguida explica as dificuldades ligadas à busca utilizando uma linguagem natural.

Após, o manual traz a indexação como a solução para superar as dificuldades que surgem durante a busca de informação, para minimizar a ambiguidade das palavras em linguagem natural.

Cita que as soluções concernem em:

- normalizar a terminologia utilizada para descrever o assunto do documento no sistema de informação;
- analisar o documento com fim de identificar os conceitos presentes e um significado consistente do assunto, levando em consideração a sequência de palavras e das expressões nas frases, parágrafos e outros;
- traduzir os conceitos selecionados na análise de assuntos em termos de uma linguagem;
- registrar o assunto do documento de forma normalizada visando a busca pelo usuário.

Afirma que o assunto do documento em termos normalizados constituem o sentido do Manual de Indexação AGRIS/CARIS (1994). Aponta que o indexador deve ter em mente que a finalidade da indexação está na recuperação da informação que responda às necessidades dos usuários.

Observa-se que o manual de indexação AGRIS/CARIS (1994) inicia seu primeiro capítulo falando sobre base de dados, busca de informação e indexação. O referido documento fornece uma abrangência ampla sobre a indexação e cobre vários itens que norteiam o processo de indexação e a sua política. Por isso, obteve a nomenclatura de manual, por permear o processo de indexação em sua plenitude e não apenas no que concerne à política.

Denota que a análise de conteúdo é uma etapa fundamental no processo de indexação e uma seleção errônea prejudica a qualidade da indexação. Define como etapas da análise de conteúdo:

- conhecer a área de representação da instituição;
- selecionar os conceitos do documento; e
- representá-lo segundo uma linguagem adotada pela instituição.

O Manual de Indexação AGRIS/CARIS (1994) alerta que não é necessário realizar uma leitura integral do texto, mais sim de suas partes mais significativas, e que devem ser examinadas de forma cautelosa, tais como: título, resumo, índice, sumário, títulos dos capítulos, parágrafos, quadros, legendas, palavras em destaque no texto, prefácio, introdução, conclusão, palavras chaves, índices e bibliografias. O referido manual detalha quais as informações que o indexador encontrará em cada item e a ordem de importância do uso de cada um.

Enquanto a leitura documentária, a NBR 12.676 (1992) é mais sucinta do que o manual de indexação AGRIS/CARIS:

- título e subtítulo;
- resumo, se houver;
- sumário;
- introdução;
- ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
- palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.);
- referências bibliográficas.

De acordo com o Manual de Indexação AGRIS/CARIS (1994), os elementos úteis para a análise de assuntos são o título e os objetivos, o indexador busca descrever detalhadamente o conteúdo do documento e ser condizente com as recomendações do sistema.

Visa uma análise completa orientada para uma identificação de diferentes conceitos respeitando a sua função dentro da estrutura da unidade. Por meio da identificação de objeto, ação, ponto de vista, agente, método, localização e ambiente e resultados o manual detalha cada um. Desta forma, o manual apresenta alguns conceitos a serem identificados no documento, como: objeto, ação, agente, meio, localização e ambiente e resultados. É baseado na identificação de conceitos e não palavras, os conceitos que representam o conteúdo do documento. Ressaltando que é necessária uma coerência com o sistema e com as particularidades da unidade.

Traz um roteiro que deve ser seguido para a identificação de conceitos do documento, propondo uma série de questões, que devem ser encontradas no texto, tentando esgotar todas as possibilidades. Trata duas operações distintas, a identificação de conceitos (baseado no questionamento) e a seleção de conceitos (de acordo com vocabulário controlado).

O manual AGRIS/CARIS, assim como a norma UNI ISO de 1985 não faz relação a qual parte do documento deve ser encontrada os conceitos e os questionamentos que o próprio manual apresenta.

Há uma ampla explicação sobre as diversas funções que um conceito pode desempenhar e que por inúmeras vezes pode ocorrer uma confusão na atribuição da função do conceito ou o mesmo pode desempenhar varias funções como sendo, objeto ou agente simultaneamente, o manual exemplifica detalhadamente com exemplos as diversas funções e coloca que um engano de função do conceito não prejudica a qualidade da indexação o importante e levantar todos os conceitos do documento.

Durante a atribuição de conceitos é necessário considerar o foco da instituição e o uso a utilidade da informação para a mesma e seus usuários, sendo mais uma vez detalhista e fazendo uso de exemplos.

O manual permite de dois a vinte conceitos para cada documento, considerando sempre a especificidade e a exaustividade.

Sobre a qualidade da indexação, o manual elenca alguns elementos, como: exaustividade, especificidade, unicidade e coerência entre os descritores e categorias. Vale ressaltar que estes elementos também se encontram na literatura, especificamente, em Carneiro (1985).

Visto a impossibilidade de o bibliotecário catalogador trabalhar em completa neutralidade, Redigolo e Almeida (2012, p. 17) expõem que “muitos são os elementos que envolvem da análise de assunto e que condicionam o seu produto resultante, incluindo a inferência do profissional”. Por consequência desses diversos elementos, para Redigolo e Almeida (2012, p. 17),

[...] o catalogador não trabalha em completa neutralidade nas decisões que envolvem a representação documental, estando sujeito a sua maneira de interpretação e a sua experiência colateral que comprovam seus hábitos ao determinar a representação.

Desta forma, o manual AGRIS/CARIS (1994) evidencia que um manual tem a função de nortear e não engessar a indexação. Portanto, para Redigolo e Almeida (2012, p. 17) “mostram-se necessários aprofundamentos e reflexões, buscando-se quebra e autocorreção das tendências e hábitos adquiridos. Nesse sentido, é indispensável que o catalogador possua experiência colateral e que domine os referentes das áreas do conhecimento em que atua”.

Manual de Ensino do modelo de Leitura Documentária para Indexação de Textos Científicos (FUJITA, 2003) (vide QUADRO 10, p. 48).

O Modelo de Ensino de Leitura Documentária para Indexação de artigos científicos foi elaborado por Fujita (2003), a partir da NBR 12.676, Kobashi (1994) e Tálamo (1987), análise conceitual do PRECIS (FUJITA, 1995) e também a partir do manual AGRIS/CARIS.

O Modelo de Leitura para indexação de textos científicos elaborado por Fujita (2003) apresenta em sua estrutura três tabelas. Na primeira estão os procedimentos de análise de assunto e a análise conceitual do PRECIS (FUJITA, 1995); na segunda, a abordagem sistemática por meio de questionamento para a identificação de conceitos da Norma 12.676 e a terceira refere-se à localização dos conceitos identificados em partes da estrutura textual, seguindo indicação de Tálamo (1987) sobre a identificação do tema do texto pelo objetivo proposto e Kobashi (1994), referente ao modelo de leitura para indexação de resumos (REDIGOLO, 2010, p. 68).

Nota-se que o modelo de leitura visa uma leitura dinâmica, também pautada em direcionamentos propostos pela norma NBR 12.676, porém com o diferencial de apontar as partes textuais onde os conceitos podem ser encontrados.

O manual dá instruções de leitura a partir de três procedimentos principais:

- Exploração do conhecimento da estrutura textual;
- Identificação de conceitos;
- Seleção de conceitos.

Assim, para Fujita (2003, p.1) “a leitura documentária, realizada pelo indexador na fase de análise, visa propiciar a “identificação de conceitos” para posterior representação em índices que satisfaçam a demanda do usuário”.

Sobre as partes textuais a serem investigadas, o manual do modelo de leitura é mais completo que a NBR 12.676, pois indica alguns pontos a mais na estrutura textual:

- Título em português;
- Título em inglês;
- Autoria;
- Resumo do trabalho científico;
- Palavras-chave;
- Abstract;
- Keywords;
- Introdução;
- Materiais e métodos;
- Resultados;
- Figuras;
- Discussão dos resultados;
- Conclusões;
- Referências bibliográficas.

Além disso, expõe a localização do conteúdo pertinente de cada uma dessas partes do texto (FUJITA, 2003):

- Introdução: explicação do assunto principal com referencial teórico, contendo os objetivos com o tema principal do trabalho ao final da introdução;
- Materiais e métodos: descrição de materiais e métodos utilizados, processos, técnicas, amostragem;
- Resultados: compatibilidade com objetivos enunciados, materiais e métodos utilizados, com o uso, às vezes de, figuras, gráficos, tabelas, fotografias, etc;
- Discussão dos resultados: verificação dos resultados a partir do referencial teórico utilizado;
- Conclusões: verificação dos objetivos propostos;
- Referências bibliográficas

O Modelo de Leitura, assim como o manual AGRIS/CARIS também apresenta alguns conceitos a serem identificados no documento, como: objeto, ação, agente, meio, localização e ambiente e resultados, existe uma conceituação sobre cada conceito.

Cada um desse conceito, segundo o modelo de ensino de leitura documentária e poderá ser recuperado através dos seguintes questionamentos, sobretudo o manual do modelo de leitura apresenta-se mais completo que a norma NBR 12676 e do que o manual AGRIS/CARIS, pois não apresentam um questionamento para se chegar a este conceito, como o modelo de leitura, assim não identificam uma metodologia que combina exploração textual com questionamentos.

O modelo de leitura utiliza-se de alguns questionamentos da NBR 12676, porém indicando a estrutura textual e os conceitos a serem encontrados. Considerando que a norma representa o aspecto mais técnico do exame do documento, sem se questionar ou identificar o indexador como leitor. Assim, de acordo com Fujita (2003), o indexador deve ser visto como leitor profissional, porém um leitor diferenciado do leitor comum, pois tem objetivos profissionais na leitura, para que possa determinar o assunto do documento.

Fujita (2003) ao falar de análise de assunto para a identificação de conceito, baseada em Albrechtsen (1993), arrola três concepções de análise que afetam o desempenho do indexador, sendo elas: concepção simplista, concepção orientada para o conteúdo e concepção orientada pela demanda.

A autora, Fujita (2003), afirma que a concepção orientada pela demanda e pelo conteúdo são mais que complementares, visto que a segunda foca na abstração do documento e a terceira concentra-se em representar e resumir a informação com enfoque para o possível uso pelo usuário.

Sugere-se a possibilidade do Modelo de Leitura Documentária ter acrescentado um tópico destinado à identificação de conceitos com enfoque para o usuário com a seguinte indagação: tais conceitos identificados pelo modelo poderiam suprir a necessidade de busca do usuário que utiliza os serviços desse sistema de informação?

Tal questionamento seria apenas uma forma de reflexão ao indexador, que deve focar não apenas no documento, mas também no usuário ao realizar a indexação, assim como o manual AGRIS/CARIS (1994).

O manual AGRIS/CARIS também aponta que se deve primeiramente analisar o conteúdo, selecionar os conceitos do documento e representá-los segundo uma linguagem controlada adotada pela instituição.

Sabe-se que pela análise de assunto o indexador interpõe seus valores e o processo é considerado subjetivo (FUJITA, 2003). Ainda segundo a autora, o fato é revestido pela característica da subjetividade a partir da leitura documentária feita pelo indexador, visto que é realizado um processo interativo entre três variáveis: leitor, texto e contexto.

Por fim, o modelo de leitura trabalha com a indexação conceitual, que propõe a identificação por conceitos, no entanto, a norma não tem essa preocupação de trabalhar por conceitos.

3.3 Considerações sobre as normalizações

Pelo histórico das normalizações existentes percebe-se que na história existe uma longevidade das normas para indexação. Desde 1978 com a norma Francesa, que está dividida em cinco partes e já trabalhava com a noção de conceito. Porém não apresenta uma forma de extrair esses conceitos da estrutura textual. Sucedida pela norma Britânica de 1984, que se destacou por expor técnicas para análise e identificação de conceitos, principalmente com a finalidade de resumir para agências que permutavam seus registros bibliográficos. Também no ano de 1984, surge uma norma Cubana, porém não teve a mesma repercussão da anterior.

Um ano mais tarde, em 1985 surge a UNI ISO de 1985, essa norma foi baseada principalmente na norma Francesa NF Z 47-102 de 1978 e na norma Britânica BS 6529. A norma de 1985 teve uma grande repercussão sendo utilizada por diversos países e isso ocorreu pelos avanços que a norma trazia para a área. Neste momento, a norma apresentou as partes mais relevantes para a análise do documento e também questões que ajudam a identificar as partes mais importantes do texto. Porém, as questões não remetem em qual parte textual encontrar tais respostas.

A UNI ISO de 1985 foi propulsora de várias outras normas espalhadas pelo mundo, sendo que são traduções em vários idiomas desta norma original. Como a UNI ISO 5963 de 1989 – Norma Italiana; NP 3715 de 1989 – Norma Portuguesa; UNE 50-121 de 1991 – Norma Espanhola; NBR 12676 de 1992 – Norma Brasileira e a NC ISO 5963 de 2000 – Norma Cubana.

Depois da Norma Cubana - NC ISO 5963 de 2000 não houve mais nenhuma outra norma que viesse a substituir a UNI ISO 5963 de 1985 ou suas traduções.

Tomando com base este contexto, este capítulo teórico sobre as normalizações revela uma carência desta área, pois as normas encontram-se desatualizadas e não contemplam a real necessidade de organizações como as bibliotecas universitárias.

Os dois manuais de indexação discutidos nesta pesquisa referem-se a indexação de artigos científicos. O manual de indexação AGRIS/CARIS é considerado um dos mais completos manuais de indexação, sua base de dados - AGRIS, através dos centros de informação Coordenação Geral de Documentação em Agricultura – disponibilizam acesso à informação mundial produzida pela área, para um público especializado da área de agricultura.

O manual AGRIS/CARIS:

- Traz uma explicação sobre a indexação e sua importância para a base de dados;
- Explica a importância de um controle terminológico;
- Aponta de deve-se analisar o documento a fim de identificar conceitos;
- E logo depois traduzir esses conceitos identificados com a linguagem controlada;
- Que a finalidade da indexação é a recuperação de documentos;
- Define como etapas da análise de conteúdo:
 - conhecer a área de representação da instituição;
 - selecionar os conceitos do documento; e
 - representá-lo segundo uma linguagem adotada pela instituição.
- Partes significativas do documento para a identificação de conceitos: - título; - resumo;- índice;- sumário;- títulos dos capítulos;- parágrafos;-quadros;- legendas;- palavras em destaque no texto;- prefácio, - introdução; - conclusão;- palavras chaves;- índices; e - bibliografias.
- Visa identificar conceitos por meio da identificação de objeto, ação, ponto de vista, agente, método, localização e ambiente e resultados, sendo que o manual detalha cada um.

Fujita (2003) apresenta-nos um estudo sobre o manual de indexação, porém este manual e o modelo de leitura que acompanha o manual são para ser aplicado em artigos científicos, não abrangendo a necessidade de análise de assunto de livros em bibliotecas.

Manual de ensino do modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos:

- Trabalha com conceitos;

- Indica as partes textuais para identificação de conceitos: objeto, ação, agente, meio, localização e ambiente e resultados, existe uma conceituação sobre cada conceito.
- Apresenta questionamentos para a identificação dos conceitos, indicando as partes textuais;

Visando esse contexto, a desatualização das normas e a não padronização dos processos de análise de assunto geram insegurança na prática profissional, levando com que os bibliotecários formem hábitos, que muitas vezes não são mais refletidos. Deste modo, o uso de normas para a determinação do assunto de livros faz-se necessária na medida em que é essencial para dar diretrizes norteadoras para a representação.

O problema da eficiência da recuperação da informação é reflexo direto da análise de assunto e conseqüentemente pela definição de assunto dado ao documento, que além de representar o conteúdo do texto, deve também traduzir as necessidades de uma comunidade de interesse em uma linguagem controlada homogênea e sistematizada.

A necessidade de tratar tematicamente a informação de uma forma mais específica é devido às especializações dos acervos, criando novas formas de representação para uma recuperação mais ágil (NOVELLINO, 1996). Esta afirmação torna-se cada vez mais atual, verificando que existe alta taxa de produção científica, juntamente com a escassez de instrumentos atualizados para o tratamento temático, principalmente para a análise de assunto.

Além disso, este capítulo teórico é considerado relevante para as análises dos dados coletados com os protocolos verbais individuais e com as pesquisas etnográficas, pois dará suporte teórico para as discussões empíricas coletadas em pesquisa de campo.

A partir das análises das normalizações foram extraídas as seguintes categorias de análise:

Quadro 18: Categorias de análise extraídas para análise dos PVI e PE

Leitura documentária	NBR 12676 (1992) (cap. 3, p. 84)
Identificação de conceitos	NBR 12676 (1992) (cap. 3, p. 84)
Seleção de conceitos	NBR 12676 (1992) (cap. 3, p. 84)
Qualidade da análise de assunto	Lancaster (2004, cap. 2, p. 65) / Gil Leiva (2008, cap. 3, p. 86) / Análise do PVI e PE

Fonte: Elaborado pela autora.

4 A ANÁLISE DE ASSUNTO SOB A PERSPECTIVA DAS ABORDAGENS SOCIOCognITIVA, DA SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

Com o intuito de alcançar o terceiro objetivo desta pesquisa, desenvolveu-se este quarto capítulo teórico contendo elementos que vão além da compreensão textual. Este capítulo pautou-se em um conjunto de princípios que se complementaram com o propósito de discutir a análise de assunto.

Esses elementos referem-se a abordagem sociocognitiva, semiótica e linguística textual, que pretendem argumentar fatores relacionados ao próprio texto, como também questões que envolvem o sociocognitivismo do catalogador, além de trazer alguns conceitos da teoria semiótica peirceana⁴⁴ para a discussão da análise de assunto.

O estudo englobou alguns elementos envolvidos no processo de compreensão que podem ser utilizados pelo catalogador, para que possa interpretar e agregar nas representações documentárias, bem como conhecimentos específicos e conhecimento de mundo, pois a falta de conhecimento sobre alguns fatores podem influenciar na tomada de decisão do profissional, principalmente quando a análise de assunto torna-se um hábito, onde não há mais reflexão sobre as atividades.

Desta forma, destaca-se a aplicação de alguns tópicos relacionados com a abordagem sociocognitiva, semiótica e linguística textual para a análise dos dados coletados, que se pautaram em diversos autores, tendo como principais autores discutidos: Kobashi (1994); Pinto e Galvez (1999); Farias (1999); Fujita (1999, 2004); Schwarz (2000); Pignatari (2004); Reis (2006); Silveira (2007); Gil Leiva (2008); Koch (2002, 2009); Koch e Travaglia (2009); Marques (2009); Redigolo e Almeida (2012) e Brandão (2012).

⁴⁴Peirce se dedicou às questões filosóficas, entre elas às questões semióticas e metafísicas.

4.1 Abordagem sociocognitiva e tipos de textos em Organização da Informação

Este tópico discute os aspectos sociocognitivos e a influência que eles representam para a análise de assunto, e também o reconhecimento dos tipos textuais como facilitador para identificar conceitos.

4.1.1 Abordagem sociocognitiva em Organização da Informação

Para a análise de assunto a compreensão acontece no primeiro momento do processo de análise, durante a leitura profissional⁴⁵, pois segundo Dias e Naves (2013) é durante a leitura que a informação é processada na mente do leitor, à vista disso é que os conteúdos são processados, compreendidos e possivelmente interpretados.

É no momento da leitura que são ativados os conhecimentos já existentes na cognição do catalogador, além deste fato, o catalogador ainda sofre influência de outros aspectos, como apresentados no capítulo 2: os fatores ligados ao indexador, fatores ligados ao documento, fatores ligados ao vocabulário, fatores ligados ao processo e fatores ambientais.

Desta forma, sugere-se que a perspectiva sociocognitiva é perfeitamente aplicada a esta pesquisa, pois se entende a importância do entendimento desses diversos contextos para identificar as influências nos resultados da análise de assunto.

Koch (2002) define por sociocognitivismo como todo conhecimento que está armazenado na memória do indivíduo, que para Koch (2002) é denominado como “actantes sociais”.

Ainda para a autora, o sociocognitivismo se traduz pela interconectividade entre contextos cognitivos, de modo que os conhecimentos de diversas origens sejam parcialmente compartilhados (KOCH, 2002). Esses actantes são denominados como:

- conhecimento linguístico,
- conhecimento enciclopédico,
- conhecimento da situação comunicativa e de suas regras,
- conhecimento superestrutural,
- conhecimento estilístico; e

⁴⁵ Leitura voltada para finalidade profissional, diferente de um leitor comum, pois não fará uma leitura linear do documento.

- conhecimento de outros textos (intertextualidade).

Tendo este panorama, pode-se dizer que o uso desses conhecimentos prévios durante o processamento textual se realizará mediante diversas estratégias.

Ainda neste contexto social, Koch (2002) elucida os fenômenos que a análise do contexto deve recobrir como o cenário sócio cultural, a própria linguagem como contexto, conhecimentos prévios, evento focal e contexto interativamente construído.

Segundo Boccato (2012, p. 80), o catalogador, caracterizado como produtor do processo de compreensão utiliza:

o conhecimento prévio que possui sobre sua ferramenta de trabalho (a política de indexação, as regras e os procedimentos do manual de indexação, a linguagem documental) e as reais necessidades dos usuários para realizar a análise de assuntos e, conseqüentemente, a representação temática. Por meio do conhecimento prévio textual e linguístico, ele terá capacidade de compreender a leitura para a elaboração dessa análise, auxiliado por seu conhecimento armazenado na memória, estruturas mentais que englobam o conhecimento linguístico, textual (estrutural) e o conhecimento de mundo, constituindo-se em experiências acumuladas utilizadas como estratégia de leitura e, conseqüentemente, de análise de assunto.

Deste modo, vale ressaltar que o contexto sociocognitivo é entendido, como a interconectividade entre contextos cognitivos, de modo que os conhecimentos de diversas origens sejam parcialmente compartilhados.

4.1.2 Tipos de textos em Organização da Informação

Além de conhecer aspectos intrínsecos relacionados ao texto, o catalogador também precisa distinguir os tipos de texto, as diferenças de apresentação de cada tipo textual, como também qual o tipo de informação deve esperar de cada texto, para que dessa forma possa aperfeiçoar a representação de conteúdo.

Deste modo, faz-se necessário destacar os inúmeros tipos textuais, visto que os catalogadores trabalham com documentos organizados de diversas maneiras, por consequência com diferentes formas de organizar a informação. No entanto, para o desenvolvimento metodológico desta pesquisa nos pautaremos apenas em documentos científicos do tipo livro.

Veja no quadro abaixo alguns autores e suas descrições sobre as tipologias textuais:

Quadro 19: Tipologias textuais

Autor	Tipologias propostas
Werlich (1975) ⁴⁶	Descritivo, narrativo, expositivo, argumentativo e instrutivo.
Grosse (1976) ⁴⁷	Normativo, de contato, de indicação de grupo, poético, de auto manifestação, enunciado, de transferência de informação, de transição.
Van Dijk (1972 ⁴⁸ e 1977) ⁴⁹	Argumentativo, científico, narrativo, jornalístico, conferência, sermão, atestado, petição, discurso público, entre outros.
Adam (1992) ⁵⁰	Narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo e dialogal.

Fonte: GIL LEIVA (2008, p. 25).

Estrutura esquemática dos textos conforme Kobashi (1994, p. 114-116):

Texto Científico:

- Tema: assunto que se irá desenvolver;
- Problema: dificuldade que se quer solucionar cientificamente;
- Hipótese: proposição que se antecipa à comprovação de uma realidade porque se propõe, através dela, uma resposta a um problema que poderá ser comprovado ou refutado pelas observações a que os fatos serão submetidos;
- Metodologia: procedimentos e operações que possibilitem a observação racional e controlada dos fatos, de modo a permitir a interpretação e a explicação adequada do fenômeno observado.
- Resultado: implica a aceitação, ou não, das hipóteses formuladas, ou a reformulação das mesmas;
- Conclusão: comentário final, em que se discutem as possibilidades de aplicação e de utilização dos resultados, isto é, a incorporação ou não destes últimos a um sistema teórico.

Argumentativo ou dissertativo:

- Tese: apresentação de um ponto de vista;
- Argumentos: são as provas apresentadas para qualificar positivamente o ponto de vista do autor e, simultaneamente, desqualificar um ponto de vista inicialmente apresentado;
- Conclusão: confirma o ponto de vista inicialmente apresentado.

⁴⁶ WERLICH, E. *Typologie der texte*, Heilderberg: Quelle und Meyer, 1975.

⁴⁷ GROSSE, E. U. *Text und Kommunikation*, Stuttgart: Kohlhammer, 1976.

⁴⁸ DIJK, T.A.V. *Some Aspects of Text Grammars*, La Haya: Mouton, 1972.

⁴⁹ DIJK, T.A.V. *Text and contexto: explorations in the semantics and pragmatics of discourse*, Londres: Longman, 1977.

⁵⁰ ADAM, J.M. *Les textes: types et prototype: récit, description, argumentation, explication et dialogue*, Paris: Nathan, 1992.

Expositivo:

- Problema: dificuldade que se pretende resolver, verificar cientificamente;
- Causas: causas e consequências dos problemas;
- Solução: resposta para a solução do problema.

Como se observa na divisão proposta por Kobashi (1994), cada estilo textual possui uma forma de organizar a informação, com objetivos e públicos diferentes. Por este motivo, considera-se importante que o catalogador conheça a estrutura textual, além de como a informação está disponibilizada, pois assim tornará mais familiar o reconhecimento do que se trata o documento, ou seja, qual o tipo de informação irá encontrar, além de ajudar na compreensão adequada da informação.

O conhecimento da estrutura do texto pode ajudar o catalogador a construir uma representação mental da informação. Segundo Pinto e Gálvez (1999, p. 75) “quando se reconhece a estrutura, o catalogador será melhor preparado para selecionar a informação relevante e construir conexões internas entre os elementos do conteúdo”.

Dessa mesma forma, Fujita (1999, p. 25) explana que o “conhecimento textual faz parte do conhecimento prévio do leitor e é umas das condições para que haja a compreensão da leitura”.

4.2 Abordagem da Semiótica

A Semiótica Peirceana, para Silveira (2007) é uma ciência rigorosa, construtora de formas ideais e que de acordo com Mai (1997b), lida com o problema de como o significado é derivado de um signo e transformado em outro signo. “É uma ciência que se preocupa com os caracteres comuns de todos os signos, determinando os traços gerais da conduta dos seres inteligentes que são capazes de aprender com a experiência” (SILVEIRA, 2007, p.22).

A Semiótica vem ampliando o universo de referenciais teóricos da Ciência da Informação, pois “contribui de forma que busca elementos que possibilitem a compreensão de fenômenos dessa área, de modo a conduzir uma teorização adequada a respeito das preocupações existentes nas pesquisas em organização da informação e do conhecimento” (REDIGOLO, ALMEIDA, 2012, p. 2).

Algumas contribuições que a Semiótica pode acrescentar para a Ciência da Informação:

- a) as reflexões epistemológicas sobre os fundamentos teóricos e suas noções essenciais;
- b) as diversas correntes de análise temática da informação: análise documental, indexação e catalogação de assunto;
- c) em seus processos;
- d) na construção de modelos de mundo, instrumentos e produtos que operacionalizam a organização do conhecimento: tesouros, esquemas de classificação e linguagens documentais (ALMEIDA, 2010).

A análise aqui proposta compõe a experiência colateral e o hábito que são dois conceitos advindos da Semiótica e que darão respaldo teórico para a análise comparativa da cognição do catalogador. Esses preceitos ultimamente estão aparecendo em pesquisas teóricas na área de Ciência da Informação, todavia não tem sido aplicado de forma prática às pesquisas, merecendo maior atenção tanto para as análises semióticas, quanto para a exploração particular da análise de assunto.

4.2.1 Experiência Colateral

A experiência, para Ibri (1992, p. 23), “parece sugerir sua unidade, num convite quase irrecusável de pensar a realidade”. Neste sentido, Silveira (2007) apresenta que a experiência supõe o confronto com outro, permitindo uma representação desse confronto. Assim:

“a representação geral, a mediação, pensamento, síntese e cognição estão, assim, sob o mesmo modo de ser fenomênico. Parece ser lícito inferir que o curso temporal da experiência como resultado cognitivo do viver, traduz-se na aquisição de terceiridade, ou seja, de mediações cuja tessitura frente ao mundo, como vimos, se confunde com a própria concepção de ego, instância das generalizações a partir da factualidade individual da secundidade⁵¹, da pluralidade experienciada que constitui o não-ego. Parece também que a experiência estrutura um vetor direcionado à terceiridade⁵², na sua força

⁵¹Primeiridade é a base de toda realidade, sendo pressuposta por confrontos existenciais. Secundidade guarda uma especificidade irreduzível relativamente àquela primeira (SILVEIRA, 2007, p. 42).

⁵²Terceiridade supõe a Secundidade e, conseqüentemente, a Primeiridade, permitindo, contudo, que a atualização contida no confronto existencial se generalize a terceiros elementos que diretamente não mantenham entre si relação de ação e reação (SILVEIRA, 2007, p. 42).

compulsiva de fazer pensar que, expressa em representações gerais que constituem o pensamento (IBRI, 1992, p. 15)”.

Peirce mostra que a experiência pode ser observada a partir da Fenomenologia como características que nunca são ausentes, de forma que exista uma repetição dessas características. Silveira (2007, p. 4) discute que o “universo da experiência fenomênica identifica-se com a experiência cotidiana de cada ser humano, as categorias poderão ser confirmadas pelas próprias observações pessoais de cada sujeito”.

Fique entendido, então, que o que temos a fazer como estudantes de fenomenologia, é simplesmente abrir nossos olhos mentais, olhar bem para o fenômeno e dizer quais são as características que nele nunca são ausentes, seja este fenômeno algo que a experiência externa força sobre nossa atenção, ou seja, o mais selvagem dos sonhos ou a mais abstrata e geral das conclusões da ciência (PEIRCE, CP. 5.41 *apud* IBRI, 1992, p. 5).

A partir desta conceituação de Peirce, Ibri (1992, p.6) infere que a Fenomenologia, por “pretender a formação dos modos de ser de toda experiência ou categorias, parece não poder submeter-se a outro método de que não aquele constituído, fundamentalmente, pela coleta de elementos de incidência notável e pela posterior generalização de suas características”.

Ainda na concepção de Peirce, entende-se por experiência colateral como o que emerge naturalmente em conexão com a vida corrente, a partir da cognição. Assim como a experiência, o elemento cognitivo também deve ser tido como um estatuto de representação.

Sob a ótica da percepção filosófica de Peirce, como também observado por Redigolo e Almeida (2012), trata-se de experiência colateral ou como ela é vivida diretamente pelo catalogador no momento da representação do assunto, e as inferências que o profissional é capaz de fazer. Desta forma, entende-se que a experiência colateral compreende as vivências e observações do indivíduo.

Para a filosofia de Peirce, a própria interpretação é tida como experiência (IBRI, 1992). Para Silveira (2007, p. 50), “[...] nada garante que haverá um dia uma interpretação definitiva, nem que somente venha a haver uma única interpretação”.

A proficiência leva o catalogador, por muitas vezes, a não refletir mais sobre a atividade desenvolvida (REDIGOLO, 2010), o que gera uma problemática para a representação, pois esta atividade deve permear um mundo reflexivo, onde o catalogador

deveria permanecer em constantes atualizações, pois existem modificações e inovações nas áreas do conhecimento.

Neste contexto, a experiência profissional não pode ser vista tradicionalmente como acúmulo de conhecimentos, ou seja, de acontecimentos de uma determinada atividade (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012). Portanto, o catalogador necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento.

A partir de aspectos retirados da teoria de Peirce, Ibri (1992) e Silveira (2007), foi possível destacar alguns pontos referentes à experiência colateral que podem ser observados na análise de assunto na catalogação:

- Experiência como resultado cognitivo do viver;
- Emerge com a vida corrente;
- Expressa por características que nunca estão ausentes;
- Coleta de elementos de incidência notável;
- Experimentações e observações do indivíduo;
- Categorias poderão ser confirmadas pelas próprias observações pessoais de cada sujeito.

4.2.2 Hábitos

Hábitos “são as tendências adquiridas para comportar-se de forma similar sob circunstâncias semelhantes no futuro” (FARIAS, 1999, p. 12). Farias (1999) deixa claro que o conceito peirceano de hábito não está necessariamente ligado a processos conscientes, e muito menos se restringe somente a seres humanos ou vivos.

“Ora a identidade de um hábito depende de como ele nos induz a agir, não só nas circunstâncias em que provavelmente surgiram, mas também naquelas que poderão ocorrer, não importa quão improváveis elas sejam” (PEIRCE, V. 400).

Aquilo que o hábito é depende do quando e do como ele nos leva a agir. No que toca ao quando, qualquer estímulo para a ação provém da percepção; no que toca ao como, todo o objetivo da ação é o de produzir um resultado sensível. Assim, chegamos ao que é tangível e concebivelmente prático

como sendo a raiz de qualquer distinção real do pensamento, independentemente de quão sutil ele for; e não há distinção de significado por mais fina que seja que não consista numa possível diferença da prática (PEIRCE, V. 400).

Neste sentido, o que podemos observar em Peirce (V. 401) é que a “ação tem referência exclusiva ao que afeta os sentidos, o nosso hábito tem o mesmo comportamento que a nossa ação, a nossa crença o mesmo que o nosso hábito, e a nossa concepção o mesmo que a nossa crença”.

Na concepção de Peirce o hábito pode ser acionado a partir de estímulos da percepção que provocam a repetição de alguma ação produzindo um resultado. A ação e o hábito estão diretamente ligados ao sentido do sujeito, pois a partir de estímulos é que direcionará o resultado de sua ação. Ainda para Peirce, a experiência produzida a partir de algum fato, estabelecerá as crenças de um sujeito que o direcionará na repetição de um hábito. Dessa forma, o hábito pode ser visto de uma forma positiva ou negativa perante seus resultados.

É impossível que tenhamos uma ideia nas nossas mentes que não se relacione com os concebíveis efeitos sensíveis das coisas. A nossa ideia de qualquer coisa é a nossa ideia dos seus efeitos sensíveis, e se supusermos que temos uma outra é enganar-nos a nós próprios, e confundimos uma simples sensação que acompanha o pensamento como uma parte do próprio pensamento. É absurdo dizer que o pensamento tem um significado não relacionado com a sua única função.

De acordo com este pensamento de Peirce, inevitavelmente nossos pensamentos se refletirão no produto final. Peirce (V. 402) considera quais os efeitos, que podem ter certos comportamentos práticos, a concepção dos seus efeitos constitui o conjunto da nossa concepção do objeto, neste sentido, o “hábito em ação é o que determina o fazer do catalogador, podendo ser classificado como uma predisposição para agir, isto é, interpretar o assunto de um documento” (REDIGOLO, ALMEIDA, 2012, p. 13).

Sobre o hábito do catalogador, Redigolo e Almeida (2012), expõem que a forma ou o mecanismo como o catalogador determina o assunto refere-se ao hábito que o força a agir, é o que move o profissional a agir de certa maneira.

No contexto do catalogador, o hábito passa a ser interpretativo e o próprio ambiente de trabalho o condiciona a esse sentido. Diante dessa afirmativa, vale ressaltar ainda que por muitas vezes a falta de manuais e também a precariedade na formação dos bibliotecários, não

permitem que carreguem consigo essas noções prévias sobre a análise de assunto (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012, p. 12).

Este é um aspecto a ser refletido perante o fazer profissional do catalogador, principalmente diante da análise de assunto, pois a ruptura de hábitos leva a novas reflexões, a repensar na maneira como encarar este processo intelectual importante para a organização e recuperação da informação em todo centro de informação, principalmente nas bibliotecas universitárias que são o cerne desta investigação.

A partir de aspectos retirados da teoria de Peirce, Farias (1999) e Redigolo e Almeida (2012), foi possível destacar alguns pontos referentes ao hábito que podem ser observados na análise de assunto na catalogação:

- hábito em ação é o que determina o fazer;
- o hábito condiciona a ação;
- repetição de alguma ação produz um resultado;
- hábito produz resultados;
- a ação reflete nos resultados;
- hábito induz o agir;
- hábitos geram efeitos no comportamento prático;
- ruptura dos hábitos leva a novas reflexões.

4.3 Abordagem da Linguística Textual

A linguística textual se desenvolveu na década de 60 na Europa, e de acordo com Bentes (2001), trouxe propostas teóricas diversificadas, havendo não somente um desenvolvimento progressivo da área, mas também um afastamento do domínio teórico-metodológico da Linguística Estrutural de Saussure.

Hoje, a linguística textual, tem seu espaço no cenário de pesquisas nacionais e alguns autores que mais se destacam são Koch (1997, 1998, 1999); Koch e Marcuschi (1998); Marcuschi (1998, 1999).

Segundo Koch (2009a, p. 151) a linguística textual apresenta um desenvolvimento cada vez maior voltado para:

investigações na área de cognição, as questões relativas ao processamento do texto, em termos de produção e compreensão, às formas de representação do conhecimento na memória, à ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, às estratégias sociocognitiva e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, passaram a ocupar o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo.

Seguindo esse raciocínio, a linguística textual aproxima-se de questões relacionadas com o sociocognitivos, pois segundo, segundo Koch (2003) são as contribuições para o desenvolvimento da competência textual dos leitores, cooperando com a combinação de elementos dentro de muitas possibilidades:

O que significa torná-los aptos a interagir socialmente por meio de textos dos mais variados gêneros, nas mais diversas situações de interação é preciso conhecer -, nos textos que lemos ou produzimos, constitui um conjunto de decisões que vão funcionar como instruções ou sinalizações a orientar a construção do sentido (KOCH, 2003, p. 2).

A linguística textual, segundo Koch (2009a), tem como sua maior preocupação o texto, envolvendo todas as ações linguísticas, cognitivas e sociais que resultam em sua organização, produção, compreensão e funcionamento.

Com vistas a esta contextualização e que também a noção de contexto e a interação entre autor, leitor e obra também são objetos de estudo da linguística textual é possível fazer aproximações com a área da análise de assunto na catalogação, pois o catalogador deve alcançar níveis de compreensão e de construção do sentido, visto que isso implicará diretamente no entendimento do conteúdo por meio da estrutura do texto.

Essa compreensão dar-se-á no primeiro momento da análise de assunto, durante a leitura profissional⁵³, pois segundo Dias e Naves (2013) é durante a leitura que a informação é organizada na mente do leitor, à vista disso é que os conteúdos são processados e compreendidos.

Para o contexto profissional do catalogador, os aspectos da linguística textual fazem parte de elementos que envolvem a compreensão textual. Deste modo, a pesquisa se pautou em Koch (2009a, 2009b, 2002), para definir parâmetros básicos da linguística textual para a análise de assunto:

⁵³ Leitura voltada para finalidade profissional, diferente de um leitor comum, pois não fará uma leitura linear do documento.

- Coesão textual
- Coerência textual
- Intertextualidade
- Metáfora

4.3.1 Coesão Textual

A coesão refere-se à forma de construir um discurso. Reúne “fatores que dão conta da estruturação da sequência superficial do texto” (MARCUSCHI, 1986⁵⁴ *apud* KOCH, 2009b, p. 16).

Os componentes da superfície textual, isto é, as palavras e frases que compõem um texto, encontram-se conectadas entre si numa sequência linear, por meio de dependências de ordem gramatical (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981⁵⁵ *apud* KOCH, 2009b, p. 16).

Sobretudo, a coesão textual identifica os mecanismos constitutivos do texto e, a partir deles, examina as classes de palavras e de sentenças, os conectivos, os processos de ordenação e de retomada do tema, os tempos verbais, entre outros fenômenos.

Segundo Gil Leiva (2008, p. 40) a conexão textual acontece por meio de marcadores textuais, também intitulados de conectores ou conectivos. No entanto, é possível haver conexão sem haver coerência.

Ex.: Hoje o dia está chuvoso e frio, pois ontem não saímos de casa.

Nota-se, então, a partir do exemplo acima, que a conexão textual não é condição suficiente para a aceitabilidade do discurso. Esses marcadores tratam-se de unidades que guiam relações do texto como um todo.

Halliday e Hasan (1976)⁵⁶ *apud* Koch (2009b, p. 18) distinguem cinco mecanismos de coesão:

- Referência (pessoal, demonstrativa, comparativa);

⁵⁴ MARCUSCHI, Luiz A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Série Debates 1, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

⁵⁵ BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1981. Trad. Inglesa: *Introduction to Textlinguistics*. London: Longman.

⁵⁶ HALLIDAY, M.A.K.; HANSEN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

São elementos da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos. A referência pessoal é feita por pronomes pessoais e possessivos. **Ex.:** você; eles.

A referência demonstrativa é realizada por meio de pronomes demonstrativos e advérbios de lugar. **Ex.:** menos este.

A referência comparativa é efetuada por meio de identidades e similaridades. **Ex.:** igual ao de ontem.

- Substituição (nominal, verbal, frasal);

É a colocação de um item substituindo outro.

Ex.: Maria comprou uma bolsa e Isabel *também*.

- Elipse (nominal, verbal, frasal);

Omite-se um lexical, um sintagma, uma oração ou enunciado, facilmente recuperáveis pelo contexto.

Ex.: João viu as notas no site? Viu.

- Conjunção (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa);

Estabelece relações específicas entre elementos: aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa.

- Coesão lexical (repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos, colocação).

É obtida através da reiteração, ou seja, pelos sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos. E pela colocação, que é o uso de termos que pertencem a um mesmo campo de significado.

Ex.:

Houve um grande *acidente* na estrada. Dezenas de *ambulâncias* transportaram os *feridos* para os *hospitais* da cidade mais próxima.

No quadro abaixo, extraído de Gil Leiva (2008, p. 42), apresentam-se componentes para a construção da coesão de um discurso.

Quadro 20: Classificação dos marcadores do discurso

Estruturadores da informação	Comentadores	Pois, pois bem, assim, etc.
	Ordenadores	Em primeiro lugar, por uma parte, de um lado, etc.
	Digressão	Por certo, a propósito, etc.
Conectores	Conectores Aditivos	Ademais, incluso, a parte, etc.
	Conectores Consecutivos	Por tanto, por conseguinte, em consequência, pois, assim, etc.
	Conectores Contra argumentativos	Pelo contrário, não obstante, contudo, etc.
Reformuladores	Explicativos	Ou seja, isto é, a saber, etc.
	Retificação	Melhor dito, melhor falado, melhor, etc.
	Distanciamento	Em qualquer caso, em todo caso, de todo modo, etc.
	Recapitulação	Em suma, em conclusão, em definitivo, etc.
Operadores Argumentativos	Reforço Argumentativo	Em realidade, na verdade, etc.
	Operadores de Solidificação	Por exemplo, em particular, etc.
Operadores Conversacionais	Modalidade Epistêmica	Claro, desde logo, pelo visto, etc.
	Modalidade Deôntica	Bom, bem, etc.
	Enfocadores de Alteridade	São interjeições para chamar atenção. Como: veja, olhe, etc.
	Metadiscursivos Conversacionais	Bom, este, etc.

Fonte: MARTÍN ZORRAQUINO; PÓRTOLES LÁZARO (1999⁵⁷, p. 4.081 *apud* GIL LEIVA, 2008, p. 42, tradução nossa).

4.3.2 Coerência Textual

A coerência é o que estabelece um sentido para o texto. Para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos do discurso.

“A relação a ser estabelecida pode ser não só semântica (entre conteúdos), mas também pragmática, entre atos de fala, ou seja, entre as ações que realizamos ao falar (por exemplo: jurar, ordenar, asseverar, pedir, ameaçar, prometer, avisar, advertir, etc.)” (KOCK; TRAVAGLIA, 2009, p. 24).

Desta forma, percebe-se que alguns elementos são utilizados para identificar e representar a coerência de um discurso, segundo os autores Dressler (1972)⁵⁸; Beaugrande Dressler (1997)⁵⁹ *apud* Gil Leiva (2008, p. 43), os elementos são:

⁵⁷ MARTÍN ZORRAQUINO, M.A.; POTOLÉS LÁZARO. *Los marcadores del discurso*, en I. Bosque y V. Demonde (dir.): Gramática descriptiva de la Lengua española, Madrid: Espasa, 1999, pp. 4.051-4.213.

⁵⁸ DRESSLER, W.: *Einführung in die textlinguistik*, Tubinga: Niemeyer, 1972.

- ✓ Continuidade de sentido (formado pelo encadeamento de proposições);
- ✓ Ativação de conhecimentos (ao ler e ouvir uma palavra se recupera fragmentos de conhecimento por meio da memória);
- ✓ Força de vinculação (as relações existentes entre os conceitos);
- ✓ Ativação generalizada (um elemento de conhecimento ativado atua em outros elementos associados mentalmente);
- ✓ Memória episódica e memória semântica (a episódica contém os recursos da própria experiência do indivíduo, a semântica representa todo o que se considera certo do mundo em geral);
- ✓ Economia (forma de armazenamento das unidades do conhecimento em nossa memória);
- ✓ Utilização dos padrões globais (ajudam no desenvolvimento do progresso de um tema ou na apresentação de uma comunicação no momento oportuno);
- ✓ Herança (transferência de conhecimento entre elementos similares);
- ✓ Compatibilidade entre a linguagem específica do discurso e a percepção em geral (adequação entre a linguagem do emissor e do receptor).

Para que um “discurso seja coerente tem que haver um sentido no todo do texto, neste sentido a base da coerência é a continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto” (BEAUGRANDE; DRESSLER 1981 *apud* KOCK; TRAVAGLIA, 2009, p. 26).

Deste modo, para Kock e Travaglia (2009), a continuidade é que estabelece uma coesão conceitual cognitiva entre os elementos do texto através de processos cognitivos que operem entre os usuários/leitores (produtor e receptor). Existe um processo de interpretabilidade que permite a compreensão textual.

4.3.3 Intertextualidade

Intertextualidade pode ser considerada como sendo uma junção de fragmentos textuais, formando relações discursivas intertextuais.

⁵⁹ BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W.: *Introduction to Text Linguistics*, Londres: Longman, 1981.

Em relação à intertextualidade, Brandão (2012, p. 94) reconhece como tendo dois níveis:

- Uma intertextualidade interna em que um discurso se define por sua relação com discurso(s) do mesmo campo podendo divergir ou apresentar enunciados semanticamente vizinhos aos que autoriza sua formação discursiva;
- Uma intertextualidade externa em que um discurso define certa relação com outros campos conforme os enunciados sejam citáveis ou não.

Segundo Koch (2002) a intertextualidade faz parte do processo sociocognitivo do catalogador, sendo que a relação intertextual, de acordo com Brandão (2012) prova que existe uma intensa circulação de uma região do saber para outra. O catalogador deve estar ciente que se deparará com uma diversidade de assuntos, muitas vezes dentro do mesmo livro. Além de conexões do texto com áreas e conceitos diversificados.

4.3.4 Metáfora

Para Reis (2006, p. 6), as metáforas são como um “degrau no processo de amadurecimento da linguagem científica; um recurso conceitual que dá, aos homens de ciência, ainda que provisoriamente, meios de expressão possível na abordagem de seus objetos de investigação”.

Na concepção de Haley (1988⁶⁰, p. 12) citado por Reis (2006, p. 5) metáfora opera uma “transferência de predicados cuja resultante aponta para o crescimento semiótico. Esse crescimento, emergência de novos símbolos, fixa permanentemente ou não, no plano da linguagem e da cultura, determinados hábitos”.

As metáforas, na visão de Peirce (2.277) *apud* Pignatari (p. 52), representam o caráter representativo de um representame, que resulta em um paralelismo com alguma outra coisa.

Por representamen (ou signo) entende-se como sendo o primeiro elemento que se mantém em “uma relação triádica⁶¹ genuína para com o segundo, chamado seu objeto, de modo a ser capaz de determinar que um terceiro, chamado seu interpretante, assuma a mesma

⁶⁰HALEY, Michael. *The semeiosis of poetic metaphor*, Indiana: Indiana University Press, 1988.

⁶¹ Relação triádica na concepção de Peirce é a relação entre signo/representante, o objeto e o interpretante.

relação triádica para com seu objeto que ele próprio assume para com aquele mesmo objeto” (PEIRCE, 1974, v.2, 2.274⁶² *apud* SILVEIRA, 2007, p. 43). Ainda para o autor, representamen ou signo é aquilo que de alguma forma represente algo para alguém.

Em outra passagem, Peirce dá a entender que a metáfora esta ligada à predicação:

Se a metáfora for entendida literalmente como significando a expressão de uma similitude quando o signo de predicação é empregado em lugar do signo de semelhança – como quando dizemos ‘este homem é uma raposa’, em lugar de ‘este homem é como uma raposa’. Dizemos esclarecedora, tendo em vista que a questão da propriedade ou precisão da aplicação do termo ‘metáfora’ como característica do eixo linguístico paradigmático.

As metáforas apresentam-se como um desafio a mais para o catalogador, pois trabalha com semelhanças de significado entre os termos, e o catalogador necessita conhecimento prévio, além de ter discernimento para conseguir fazer associações para a representação de conteúdo.

4.4 Considerações sobre as três abordagens

O catalogador ao realizar o processo de análise de assunto está sujeito a muitas interferências, tanto externas, quanto internas. Ou seja, consideram-se externas as situações que fogem do controle do profissional, como condições contextuais, materiais de apoio, infraestrutura, e etc.

As interferências internas referem-se aos processos pessoais do catalogador, entende-se como os conhecimentos específicos, conhecimento de mundo, cognição profissional, além dos hábitos e experiências colaterais.

Assim como discutido em Redigolo e Almeida (2012), a análise de assunto é um processo interpretativo que gera a representação do documento. Tomando como base que esta atividade é um processo interpretativo, conclui-se que não existe neutralidade do profissional quando este analisa um documento.

O catalogador deve compreender que por meio da coesão textual identificará os mecanismos constitutivos do texto e, a partir deles, examinará as classes de palavras e de sentenças, os conectivos, os processos de ordenação e de retomada do tema, os tempos

⁶² PEIRCE, C.S. *Papéis Coligidos*. In Peirce/Frege. São Paulo. Abril Cultural. 1974.

verbais, entre outros fenômenos. Bem como os estruturadores da informação, os conectores, os reformuladores, operadores argumentativos e operadores conversacionais.

A coerência textual é o que dará continuidade de sentido (formado pelo encadeamento de proposições); ativação de conhecimentos (ao ler e ouvir uma palavra se recupera fragmentos de conhecimento por meio da memória); força de vinculação (as relações existentes entre os conceitos); ativação generalizada (um elemento de conhecimento ativado atua em outros elementos associados mentalmente); memória episódica e memória semântica (a episódica contém os recursos da própria experiência do indivíduo, a semântica representa todo o que se considera certo do mundo em geral); economia (forma de armazenamento das unidades do conhecimento em nossa memória).

As metáforas são como um desafio a mais para o catalogador, pois necessita conhecimento prévio, além de ter discernimento para conseguir fazer associações para a representação de conteúdo.

Além disso, conhecer os tipos de textos é essencial, pois cada estilo textual possui uma forma de organizar a informação, com objetivos e públicos diferentes. Por este motivo, considera-se importante que o catalogador conheça a estrutura textual, além de como a informação está disponibilizada, pois assim tornará mais familiar o reconhecimento do que se trata o documento, ou seja, qual o tipo de informação irá encontrar, além de ajudar na compreensão adequada da informação.

O catalogador deve estar ciente que se deparará com uma diversidade de assuntos, muitas vezes dentro do próprio livro. Além de conexões no próprio texto com áreas e conceitos diversificados.

Trata-se de experiência colateral ou como ela é vivida diretamente pelo catalogador no momento da representação do assunto. Portanto, o catalogador necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento.

Hábito em ação é o que determina o fazer do catalogador, podendo ser classificado como uma predisposição para agir, isto é, interpretar o assunto de um documento.

Desta forma, o catalogador deve ter conhecimento de vários aspectos que envolvem a análise de assunto, como ao que se referem à normalização, aos usuários, ao contexto de trabalho, aos materiais de apoio, bem como conhecimentos textuais e principalmente ter o autoconhecimento, de suas limitações relacionadas a esta atividade e também de suas

potencialidades, além de que muitas variáveis que envolvem a análise de assunto pertencem a uma esfera interpretativa.

No quadro abaixo, segue-se as categorias de análise com perspectiva neste capítulo teórico:

Quadro 21: Categorias de análise extraídas para análise do PVI e PE

Experiência Colateral	Peirce (1975) (cap. 4, p. 104)
Hábito	Peirce (1975) (cap. 4, p. 106)

Fonte: Elaborado pela autora.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo tratamos da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, destacando-se a realização das coletas de dados com a aplicação do protocolo verbal individual (PVI) com os bibliotecários catalogadores, além da observação e entrevista retrospectiva com a pesquisa etnográfica (PE) sobre os procedimentos dos catalogadores durante a análise de assunto.

A metodologia está subdividida da seguinte forma:

- A delimitação do universo da pesquisa: Este texto introdutório que contém o perfil dos sujeitos, a definição do corpus da pesquisa, os quadros identificando as bibliotecas onde os dados foram coletados;

- A técnica introspectiva do Protocolo Verbal contido no tópico 5.1 define introspecção para poder explicar o uso da técnica introspectiva do protocolo verbal, nos tópicos 5.1.1 e no 5.1.1.1 onde contém os procedimentos anteriores, durante e posterior do PVI;

- A pesquisa etnográfica no tópico 5.2 define procedimentos de observação, aplicação e análise.

- 5.3 Formação das categorias e forma de análise dos dados no tópico 5.3.

A nossa pesquisa, segundo sua finalidade, é de caráter aplicado, possuindo objetivos de natureza exploratória e explicativa, com procedimentos para coleta de dados de ordem bibliográfica, visando a realização de uma análise qualitativa. Caracteriza-se como uma pesquisa teórico-prático sendo classificada como pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo.

O universo da pesquisa compreende uma amostra de dezesseis bibliotecas universitárias, sendo seis da área de Biológicas, seis da área de Exatas e quatro da área de Humanas. Explica-se que as seis coletas da área de Exatas já foram previamente realizadas na dissertação de mestrado de Redigolo (2010). A totalidade de coletas com o protocolo verbal individual será de dezesseis, e com a pesquisa etnográfica somará doze coletas, pois as coletas da área de Exatas não contam com a pesquisa etnográfica.

A amostra foi assim definida para que as análises dos dados pudessem proporcionar a observação dos procedimentos, dificuldades e instrumentos disponíveis aos catalogadores em

torno de domínios específicos em diferentes bibliotecas universitárias, visto que existe distinção entre estes universos de pesquisa, sobretudo por terem um contexto e situações diferentes.

Quadro 22: Perfil dos sujeitos da pesquisa

Área do conhecimento	Universidade	Sujeito	Experiência
Biológicas – Medicina	<u>Universidade 1</u> USP/Universidade de São Paulo	Catalogador 1	Pouco tempo como catalogador
Biológicas – Medicina	<u>Universidade 2</u> UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina	Catalogador 2	Proficiente
Biológicas – Medicina	<u>Universidade 3</u> UFBA/Universidade Federal da Bahia	Catalogador 3	Pouco tempo como catalogador
Biológicas – Medicina	<u>Universidade 4</u> UNICAMP/Universidade Estadual de Campinas	Catalogador 4	Pouco tempo como catalogador
Biológicas – Medicina	<u>Universidade 5</u> UNB/Universidade de Brasília	Catalogador 5	Pouco tempo como catalogador
Biológicas – Medicina	<u>Universidade 6</u> UFMG/Universidade Federal de Minas Gerais	Catalogador 6	Pouco tempo como catalogador
Exatas – Ciência da Computação	<u>Universidade 7</u> UFSCar/Universidade Federal de São Carlos	Catalogador 7	Pouco tempo como catalogador
Exatas – Ciência da Computação	<u>Universidade 8</u> UNICAMP/Universidade Estadual de Campinas	Catalogador 8	Proficiente
Exatas – Ciência da Computação	<u>Universidade 9</u> UNIMAR/Universidade de Marília	Catalogador 9	Proficiente
Exatas– Ciência da Computação	<u>Universidade 10</u> UNOESTE/Universidade do Oeste Paulista	Catalogador 10	Proficiente
Exatas – Ciência da Computação	<u>Universidade 11</u> USC/Universidade Sagrado Coração	Catalogador 11	Pouco tempo como catalogador
Exatas – Ciência da Computação	<u>Universidade 12</u> USP/Universidade de São Paulo	Catalogador 12	Proficiente

Humanas – Biblioteconomia	Universidade 13 Universidad de Granada	Catalogador 13	Proficiente
Humanas – Biblioteconomia	Universidade 14 Universidad de Salamanca	Catalogador 14	Proficiente
Humanas – Biblioteconomia	Universidade 15 Universidad de Murcia	Catalogador 15	Proficiente
Humanas – Biblioteconomia	Universidade 16 Universidad Politécnica de Cartagena	Catalogador 16	Proficiente

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se a relevância de observação e análise de dados além das bibliotecas brasileiras (*vide* QUADROS 23 e 24), também em bibliotecas espanholas (*vide* QUADRO 25), destacando-se que esta comparação entre os diferentes contextos, faz-se necessária neste momento de pesquisa, pois se pretende aprofundar a investigação, observando o processo de análise de assunto em diferentes culturas, envolvendo as políticas de indexação das instituições, além dos vocabulários utilizados, entre outros procedimentos pré-estabelecidos para cada instituição.

Quadro 23: Seleção de seis bibliotecas para coletas com o Protocolo Verbal Individual e com a Pesquisa Etnográfica, em território brasileiro – Biológicas

	Área	Material	Bibliotecas
Brasil	Biológicas	- Livro (Protocolo Verbal Individual)	Universidade 1
			Universidade 2
	Universidade 3		
	Universidade 4		
	Universidade 5		
	Universidade 6		
	Medicina	- Entrevista (Pesquisa Etnográfica acerca da realidade profissional e o PVI)	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 24: Seleção de seis bibliotecas para coletas com o Protocolo Verbal Individual, em território brasileiro – Exatas

	Área	Material	Bibliotecas
Brasil	Exatas Ciência da Computação	- Livro (Protocolo Verbal Individual)	Universidade 7
			Universidade 8
			Universidade 9
			Universidade 10
			Universidade 11
			Universidade 12

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 25: Seleção de quatro bibliotecas para coletas com o Protocolo Verbal Individual e com a Pesquisa Etnográfica, em território espanhol - Humanas

	Área	Material	Bibliotecas
Espanha	Humanas Biblioteconomia	- Livro (Protocolo Verbal Individual) - Entrevista (Pesquisa Etnográfica acerca da realidade profissional e o PVI)	Universidade 13
			Universidade 14
			Universidade 15 (três coletas)
			Universidade 16

Fonte: Elaborado pela autora.

A biblioteca universitária foi determinada como corpus desta pesquisa, por ser um contexto de especialidades múltiplas e o bibliotecário terá o contato com muitas áreas sem ter o domínio necessário de todas elas. Para Fujita (2007) as bibliotecas universitárias desenvolvem ações, produtos e serviços para a sua clientela de tal maneira que se atinjam os objetivos e metas traçadas em um determinado período. Portanto, ressalta-se que essas organizações possuem suas próprias definições e procedimentos, geralmente baseando-se em uma política de indexação da própria instituição, que sirva como fundamento para tomada de decisões estratégicas, além de ter definições sobre o uso de vocabulários ou de linguagens documentárias.

O documento livro justifica-se pelo fato da pesquisa ser direcionada ao contexto de bibliotecas universitárias, onde o livro é o documento mais significativo pertencente a este meio. Outro motivo para utilização do livro consiste no fato de que os catálogos não trabalham com artigos científicos, pois existem bases especializadas de busca de artigos. Por fim, o livro foi selecionado para o corpus da pesquisa pelo fato do contexto a ser investigado é a análise de assunto na catalogação, o que reflete diretamente na alimentação dos catálogos e consecutivamente na recuperação da informação em bibliotecas universitárias.

O Protocolo Verbal Individual gerou verbalizações que proporcionou a observação de procedimentos, dificuldades e processos dos profissionais no momento do desenvolvimento da análise de assunto. Esta técnica foi aplicada com um catalogador em cada biblioteca universitária selecionada, onde o profissional foi observado ao realizar a catalogação de um documento do tipo livro.

As investigações deram prosseguimento com a pesquisa etnográfica, com o intuito de levantar relatos, dificuldades, observações, processos e ações dos profissionais, para que se possa fazer um paralelo entre a teoria e a prática, assim como foi iniciado em Redigolo (2010).

Segue-se o detalhamento das três técnicas abordadas nesta pesquisa:

5.1 Introspecção

Antes de abordar a questão do protocolo verbal individual, faz-se necessário mencionar sobre a introspecção, pois é uma técnica de coletas de dados introspectiva, o que permite observar os processos cognitivos, de forma a conseguir explorar experiências conscientes do sujeito.

Observa-se que a introspecção foi por muito tempo o principal instrumento de pesquisa. Na década de 1970, uma de suas preocupações primordiais era a estrutura de conteúdos de experiências conscientes, isto é, imagens, sentimentos ou sensações e seu principal objetivo era descobrir a base da semelhança do comportamento (CAVALCANTI, 1989).

No entanto, entende-se que consciência não se limita apenas ao saber lógico, inclui também, o saber das emoções e sentimentos do homem, o saber dos desejos e o saber do inconsciente (BOCK *et.al.*, 1994).

Deste modo, a consciência, para Bock *et. al.* (1994) pode ser entendida como produto subjetivo, como apropriação pelos homens do mundo objetivo, produz-se em um processo ativo que tem como base a atividade sobre o mundo, a linguagem e as relações sociais.

As técnicas introspectivas são mencionadas e classificadas por Radford e Burton (1974⁶³ *apud* CAVALCANTI, 1989, p. 138):

- auto-observação: (Introspecção propriamente dita) – O analista-observador relata seus próprios eventos mentais.
- auto-relato ou auto-percepção (retrospecção) – Os sujeitos contam sua experiência ao pesquisador/analista.
- pensar alto (protocolos verbais ou análise de protocolo) – Os sujeitos pensam em voz alta enquanto realizam uma tarefa.

Quadro 26: Continuum de técnicas introspectivas

INSTROSPECÇÃO	PSICOLOGIA INGÊNUA	PSICANÁLISE
Auto-observação	auto-relato	pensar alto

Fonte: HEIDER (1958⁶⁴ *apud* CAVALCANTI, 1989, p. 139).

Segundo Cavalcanti (1989) na auto percepção deve haver pelo menos dois participantes, que são o sujeito e o analista, e enquanto que na auto-observação o participante único faz o papel de sujeito-analista. No que se diz respeito aos analistas, na auto-observação o analista observa e analisa seu próprio comportamento; na auto percepção, o sujeito relata observações de seu próprio comportamento para o analista.

Assim, na leitura documentária, Fujita, Nardi e Fagundes (2003) consideram que a técnica introspectiva de Pensar Alto, ou Protocolo Verbal, revela a introspecção do leitor de forma natural, com vantagens sobre outros tipos de técnicas tais como diários, questionários ou entrevistas porque é a única que fornece acesso direto ao processo mental de leitura enquanto está sendo realizado pelo leitor, diferente das outras que revelam apenas a reflexão após o processo de leitura.

⁶³ RADFORD, J.; BURTON, A. **Thinking:** its nature and development. John Wiley e Sons, 1974.

⁶⁴ HEIDER, F. **The psychology of interpersonal relations.** Wiley, 1958.

Dessa forma, é válido afirmar que a técnica de Pensar alto, Protocolo Verbal, é a única técnica propriamente introspectiva enquanto as outras são de natureza retrospectiva.

5.1.1 Protocolo Verbal (PV)

Segundo Cavalcanti (1989), protocolos são geralmente definidos como relatos verbais dos processos mentais conscientes do informante, ou seja, eles se referem ao “pensar alto” do sujeito enquanto realiza uma tarefa de qualquer natureza.

A técnica introspectiva e qualitativa de coleta de dados, o Protocolo Verbal (PV), tem sido utilizada em estudos para desvendar os processos cognitivos da mente humana. É um modo de coleta que fornece dados sobre processos mentais utilizados pelos indivíduos durante a realização de alguma tarefa, sendo Ericsson e Simon (1987) são os precursores desta técnica para a observação de estratégias durante a atividade de leitura Segundo Neves (2006, p. 44), Ericsson e Simon (1987) “preferiam a obtenção de relatos introspectivos durante o desempenho de uma tarefa do que a obtenção de relatos retrospectivos”.

Para Neves (2006, p. 45, tradução nossa) o PV, “evidencia um evento cognitivo a partir da verbalização, e se tornou útil em estudos de processos cognitivos complexos, tais como a resolução de problemas e tomada de decisão”.

Desta maneira, o protocolo verbal é uma técnica muito utilizada para identificar processos mentais usados pelos sujeitos no momento da leitura, sendo que o leitor é capaz de disponibilizar os processos mentais na sequência que estão sendo processados, assim se caracteriza a técnica do pensar alto (*“think aloud”*).

Fornece, por meio da gravação da exteriorização verbal, os pensamentos que o sujeito obteve durante a atividade de leitura para a realização de alguma tarefa, no caso desta pesquisa, durante a catalogação.

O Protocolo Verbal consiste nas verbalizações dos pensamentos pelo sujeito participante, fornecendo principalmente, informações de estratégias, dificuldades e procedimentos durante a leitura.

No momento das verbalizações do indivíduo, podem ser exteriorizados dois tipos de dados, durante a atividade de leitura:

- *Think aloud (Pensar Alto)*: o sujeito simplesmente vocaliza espontaneamente sua fala interna, sem análise [introspectivo];

- *Talk aloud*: as verbalizações são mais conscientes [retrospectivo].

Para Cavalcanti (1989) as estratégias de leitura são percebidas quando há uma ruptura na compreensão, o leitor desacelera a leitura e torna-se metacognitivo. Brown (1980)⁶⁵ lista algumas atividades, às quais confere como natureza metacognitiva, destacadas por Fujita; Nardi; Santos (1998):

- explicitação dos objetivos da leitura;
- identificação de aspectos importantes da mensagem;
- alocamento de atenção a áreas importantes;
- monitoração do comportamento para ver se está ocorrendo compreensão;
- engajamento em revisão e auto indagação para ver se o objetivo está sendo atingido;
- tomada de ações corretivas quando são detectadas falhas na compreensão;
- recobrimento de atenção quando a mente se distrai ou faz digressões.

Ao final da técnica do Protocolo Verbal, é permitido ao pesquisador, caso necessite, realizar uma entrevista retrospectiva com o sujeito, para retomada de questões que não ficaram muito claras durante o desenvolvimento da leitura (CAVALCANTI, 1989). A retrospectiva, “parece acontecer mais facilmente do que a introspecção ou o pensar alto. Aparentemente é mais fácil falar sobre o que você pensa que faz do que falar sobre o que você pensa que está fazendo” (CAVALCANTI, 1989, p. 139).

A aplicação do Protocolo Verbal seguirá os procedimentos de uso indicados por Fujita, Nardi e Fagundes (2003) e Neves (2006):

5.1.1.1 Protocolo Verbal Individual (PVI)

O Protocolo Verbal Individual “vem sendo adotado para estudos de observação em leitura, compreensão de metáforas, interpretação de poesias, auxílio no ensino de língua estrangeira e como instrumento pedagógico para o ensino em sala de aula” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 145).

⁶⁵BROWN, N. Metacognitive development and reading. In: SPIRO et. al. (orgs). **Theoretical issues in reading comprehension**. New Jersey: L. Erlbaum Associate Publishers, 1980.

Durante a aplicação há apenas a gravação das falas do sujeito, sem que haja a interação do pesquisador, possibilitando que o catalogador realize a atividade apenas com o seu conhecimento prévio, conhecimento de mundo e sua experiência.

A aplicação do Protocolo Verbal Individual utilizou dos procedimentos adotados no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Política de tratamento da informação documentária da rede de bibliotecas da UNESP” (FUJITA, 2006), cuja descrição foi baseada em trabalho Fujita, Nardi e Fagundes (2003) e também descrições baseadas em Naves (2006).

O Protocolo Verbal Individual engloba três procedimentos:

Procedimentos anteriores à coleta de dados

a) Definição do universo da pesquisa:

Bibliotecários catalogadores (*vide* QUADRO 22).

- Seis coletas em universidades brasileiras - área de Biológicas, Medicina.

- Seis coletas em universidades brasileiras – área de Exatas, Ciência da Computação, que foi coletada em Redigolo (2010).

- Quatro coletas em universidades espanholas – área de Humanas, Biblioteconomia.

b) Seleção do Texto-Base:

O texto base para a coleta é do tipo livro, como previamente foi definido na metodologia, pertencentes ao domínio específico da área de biológicas, humanas e exatas. Os títulos dos livros foram diferentes em cada instituição, pois foi catalogado o livro que estava disponível e escolhido a critério de cada catalogador.

c) Definição da tarefa:

Os catalogadores foram observados por meio da técnica do Protocolo Verbal Individual, tanto em território brasileiro, quanto em território espanhol, durante a realização da catalogação de um livro na área de biológicas, humanas e exatas, que consistiu na gravação de voz, enquanto o profissional realizava a atividade de catalogação.

d) Seleção dos Sujeitos:

A seleção dos sujeitos, para os propósitos da pesquisa, se concentrou nos catalogadores das bibliotecas das universidades brasileiras e espanholas já expostas na metodologia (*vide* QUADROS 23, 24 e 25).

e) Conversa informal com os sujeitos:

Antes da aplicação do protocolo verbal, houve uma conversa informal com cada um dos catalogadores, marcando primeiramente uma data para entrevista, ainda foram mencionados os objetivos da pesquisa mostrando sua importância para o desenvolvimento da área de Organização e Representação da Informação.

Durante conversa, evidenciou-se a preocupação em manter a identidade de cada um dos sujeitos oculta como propósito de não comprometer os dados e deixá-los à vontade durante a realização da tarefa de catalogação, conforme sua preferência e rotina diária.

f) Familiarização com a tarefa do “Think Aloud”:

Antes da aplicação do protocolo verbal, o pesquisador realizou uma familiarização com a tarefa de “Pensar Alto” utilizando um texto contendo “Instruções aos sujeitos” (*vide* ANEXO C), elaborado por NARDI (1993), tendo o propósito de apresentar procedimentos para auxiliar o sujeito no desempenho da tarefa.

Procedimentos durante à coleta de dados

a) Gravação do “Pensar Alto” durante a leitura do texto-base:

Durante a gravação do protocolo verbal individual, os sujeitos exteriorizaram os seus pensamentos e realizaram a leitura do material em voz alta, procurando esquecer a presença do pesquisador, de modo que faça o relato de seus processos mentais gerando o protocolo.

O pesquisador ficou presente observando as suas reações, lembrando que é necessário pensar alto e também para controlar o gravador digital. A aplicação do Protocolo Verbal Individual é feita individualmente com cada catalogador, assim como, a conversa informal, familiarização com a tarefa e instruções aos sujeitos.

b) Entrevista retrospectiva (optativa):

A entrevista retrospectiva pode ser aplicada com cada sujeito com o objetivo de esclarecer alguns pontos considerados obscuros pelo pesquisador, na tentativa de observar quais processos o sujeito utilizou para possíveis soluções de problemas de compreensão.

Procedimentos posteriores à coleta de dados

a) Transcrição literal das gravações das falas dos sujeitos (protocolo verbal individual):

As transcrições foram realizadas de forma literal, de maneira a destacar a compreensão dos catalogadores, suas dúvidas, equívocos, identificação e seleção de termos.

Para melhor identificação dos processos adotados pelos catalogadores, o texto transcrito foi demarcado conforme as notações específicas para transcrição, adaptadas de Cavalcanti (1989) (*vide* ANEXO D).

b) Leitura detalhada dos dados em busca de fenômenos significativos e recorrentes para construir categorias de análise:

Com o intuito de buscar aspectos relevantes para a construção de categorias de análise, esta etapa foi baseada na leitura detalhada das transcrições dos protocolos verbais individuais.

c) Construção das categorias de análise:

Após a leitura detalhada das transcrições dos PVI, foram extraídas categorias de análise (*vide* QUADRO 27). As categorias foram desenvolvidas a partir das transcrições e também da teoria estudada.

d) Volta aos dados para retirar trechos da discussão que exemplificassem cada fenômeno, cada categoria:

Durante a coleta, foi solicitado aos catalogadores que realizassem a catalogação conforme estão habituados e que fossem externalizando seus pensamentos, “*think aloud*”. Assim foi possível analisar a maneira como a análise de assunto foi desenvolvida e possibilitou a observação dos aspectos sociocognitivos do catalogador (*vide* 6.1).

5.2 Pesquisa Etnográfica

A pesquisa etnográfica é advinda da Antropologia e destina-se a observação e estudo das culturas. No entanto os antropólogos têm apontado os limites desse recurso para se apreender os processos e a dinâmica da vida social de grupos urbanos, já que ele captaria apenas as representações de seus integrantes, sendo insuficiente para analisar suas formas de conduta (ROMANELLI, 1998). Devido ao curto tempo de observação e também do tamanho da amostra.

Para Romanelli (1998), a pesquisa etnográfica, assim como a reflexão antropológica (ou etnológica) visa à compreensão das diferenças culturais presentes em qualquer sociedade.

Assim como o protocolo verbal, a pesquisa etnográfica também é utilizada na Educação e seu interesse é evidente a partir da década de 1970, tendo a sala de aula como centro de estudos e pesquisa.

A metodologia da pesquisa etnográfica é pioneira em estudos na área, foi aplicada em pesquisa de Redigolo (2010), principalmente com a forma que foi utilizada, com a observação dos dados embasada pela técnica introspectiva do protocolo verbal. O método mostrou-se pertinente de modo que proporcionou a discussão dos dados, a visão do profissional sobre a análise de assunto e a comparação entre a prática e a teoria.

Sua aplicabilidade vai além de apenas levantar dados sobre os procedimentos profissionais, ela permite também estudar os processos a partir do contexto em que o catalogador realiza seu trabalho, pautando-se de normas e regras estabelecidas de acordo com o objetivo de cada instituição.

Assim, objetiva a descoberta de novas relações e de novas formas de entendimento da realidade a partir da observação e visão dos participantes (sujeitos) sobre os significados dos resultados obtidos em sua prática cotidiana (MAIA, 2007).

“A observação pode converter-se em recurso eficiente e complementar da pesquisa, embora não constitua o requisito mais relevante na produção de material empírico” (ROMANELLI, 1998, p. 124). “Os integrantes dessas camadas mostram-se remitentes em não permitir a observação direta de sua intimidade, embora não sejam avessos a participar de pesquisas, fornecendo informações através de entrevistas e/ou questionários” (ROMANELLI, 1998, p. 124).

Para Maia (2007), a pesquisa etnográfica considera o pesquisador como o principal instrumento na coleta de dados o que possibilita estar em constante revisão de técnicas e das questões que orientam a pesquisa. O tempo da coleta varia de uma pesquisa para outra e as explicações devem reconstruir a prática observada, com a pretensão de captar suas múltiplas dimensões e contradições.

A especificidade do método etnográfico nos remete, de alguma forma, à noção de pesquisa qualitativa, podendo assumir conotações diferentes, dependendo da orientação teórica de quem a utiliza (MACEDO, 2006).

Reafirmando a visão de Macedo (2006), Ludke e André (1986, p. 16⁶⁶ *apud* MAIA, 2007, p. 86) apontam que na pesquisa etnográfica, não há um roteiro fixo a ser seguido para o desenvolvimento da pesquisa, pois irá depender da natureza dos problemas de cada pesquisa, mas é possível dizer que o pesquisador passa por três etapas principais, sendo a primeira:

- a exploração: que consiste na seleção dos problemas, do local e os primeiros contatos com o campo de estudo, nesta etapa, acontecem também às primeiras observações.
- a decisão: que consiste na busca dos dados para compreensão e interpretação do fenômeno. Os tipos de dados relevantes são: forma e conteúdo da interação verbal dos participantes, forma e conteúdo da interação verbal com o pesquisador, comportamento não-verbal, padrões de ação e não ação; traços, registros e arquivos e documentos.
- a descoberta: que consiste na explicação da realidade é a análise de todo o processo vivenciado pelo pesquisador. Essa interação continua entre os dados reais e as suas possíveis explicações teóricas.

Segundo André (1995), são três técnicas utilizadas na pesquisa etnográfica:

- a observação participante: faz com que o pesquisador tenha um grau de interação com a situação, de maneira que as pessoas e as situações são observadas em sua manifestação natural.
- a entrevista: permite que o pesquisador aprofunde as questões de estudo.
- a análise dos documentos: torna possível a contextualização e o complemento das informações, uma vez que possibilita o contato com outras fontes.

A coleta e análise da pesquisa etnográfica seguirão os procedimentos realizados em Redigolo (2010).

⁶⁶ LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 5 ed. São Paulo: EPU, 1986. 123 p.

5.2.1 Observação dos sujeitos

Como foi mencionado anteriormente, a pesquisa etnográfica exige a observação participante, para Valladares (2007, p. 303) a observação participante consiste:

- Compõe-se de uma fase exploratória, que se torna essencial para o desenvolvimento da pesquisa;
- Supõe a interação do pesquisador/pesquisado;
- Pode chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de “assistente informal”.
- O pesquisador não deve recuar em face de um cotidiano que muitas vezes se mostra repetitivo e de dedicação intensa.

Nesta pesquisa, as observações realizaram-se por meio da aplicação do protocolo verbal individual, o que favoreceu um detalhamento da atividade da análise de assunto.

A observação do sujeito foi a partir dos dados dos protocolos e as discussões partiram do conhecimento individual do catalogador sobre o contexto a qual pertence, de relatos destes profissionais sobre o contexto, sobre os usuários, sobre a linguagem, política de indexação, sobre qualquer aspecto contextual que exerça influência direta na análise de assunto, questões essas que envolveram a entrevista retrospectiva.

Com a análise detalhada dos protocolos verbais individuais e aplicação dos métodos da pesquisa etnográfica, foi possível dar destaque aos processos do catalogador e levantar uma discussão sobre a influência de aspectos contextuais na análise de assunto em bibliotecas universitárias com a perspectiva do próprio catalogador, e assim poder contribuir para estudos da área.

As entrevistas estão detalhadas no próximo tópico.

5.2.2 Entrevistas

A pesquisa etnográfica, geralmente faz uso de entrevista para a concretização de sua proposta enquanto método elicitador de dados. É por meio das entrevistas que o pesquisador aprofundará as suas questões de estudo.

Para Macedo (2006), a entrevista é um rico e pertinente recurso metodológico para a apreensão de sentidos e significados e para a compreensão das realidades humanas, na medida em que toma como premissa irremediável que o relato é sempre resultante de uma conceituação, e que o mundo é aquilo que pode ser dito e que as coisas existem mediante as denominações que lhes são emprestadas.

Deste modo, percebe-se que a entrevista é uma relação didática, que cria uma forma de sociabilidade específica, limitada no tempo, sem continuidade, em que, inicialmente, os parceiros se defrontam como estranhos, mas que durante o encontro os estranhos tornam-se parceiros de uma troca (ROMANELLI, 1998).

Porém, o pesquisador é também um mediador para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo. Através de diferentes perguntas, o entrevistador conduz o outro a voltar-se sobre si próprio em um processo no qual este procura lembrar-se de acontecimentos de modo a compor um relato coerente e organizado para si mesmo e para aquele que o ouve (ROMANELLI, 1998).

Nesta pesquisa, realizou-se uma entrevista juntamente com os catalogadores sobre os seus procedimentos observados durante a aplicação do PVI. As entrevistas foram baseadas em um modelo de questões (*vide* APÊNDICE A), porém foram adequadas para a realidade de cada catalogador, de cada contexto, de acordo com cada aplicação do PVI, visto que cada coleta foi diferenciada uma da outra.

As entrevistas possibilitaram que o pesquisador determinassem os problemas, as dificuldades, principalmente referentes ao cotidiano profissional e muitos outros aspectos que surgiram durante a análise das entrevistas, tornando possível confrontar as verbalizações anteriores dos sujeitos, com as suas novas elucidações.

As análises das entrevistas foram pautadas nos aspectos observados pelo pesquisador e também de acordo com a teoria.

5.3 Formação das categorias e forma de análise dos Protocolos Verbais (PVI) e Pesquisa Etnográfica (PE)

A composição das categorias seguiram parâmetros pautados na proposta desta investigação, que é aprofundar estudos acerca da análise de assunto na catalogação de assunto, sob uma perspectiva de autores nacionais e internacionais, de normalização e de

sociedade de profissionais para identificar diretrizes da análise de assunto na catalogação de assunto que propiciem o aprimoramento do processo de indexação na política de indexação em bibliotecas universitárias.

E também a partir dos objetivos específicos, principalmente aos objetivos específicos: c) Explorar a análise de assunto utilizando aspectos das teorias linguística, sociocognitiva e semiótica e d) Investigar os processos de análise de assunto por meio do protocolo verbal individual e da pesquisa etnográfica, destacando os processos referentes a esta atividade em contexto de diferentes bibliotecas universitárias, proporcionando uma análise comparativa entre as bibliotecas espanholas e brasileiras.

O quadro abaixo contém as categorias que foram extraídas a partir da leitura dos protocolos verbais individuais, das pesquisas etnográfica e também da literatura estudada.

As categorias estão dispostas em ordem alfabética:

Quadro 27: Categorias obtidas a partir da leitura dos PVI e das PEs, da literatura e de normalização.

CATEGORIA	FONTE
Acesso a linguagem pelo usuário	Extraída das coletas – PVI e PE
Cognição Profissional	Extraída das coletas – PVI e PE
Especificidade do vocabulário controlado	Extraída das coletas – PVI e PE
Experiência colateral	(PEIRCE, 1975) (cap.4, p.104)
Exaustividade e especificidade	Lancaster (2004, cap. 2, p. 65)
Hábitos	(PEIRCE, 1975) (cap.4, p. 106)
Identificação de conceitos	NBR 12676 (1992) (cap. 3, p. 84)
Leitura documentária	NBR 12676 (1992) (cap. 3, p. 84)
Política de Indexação	Extraída das coletas – PVI e PE
Proficiência Profissional	Extraída das coletas – PVI e PE
Qualidade da Análise de Assunto	Lancaster (2004, cap. 2, p. 65) / Gil Leiva (2008, cap. 3, p. 86) / Análise do PVI e PE
Seleção de conceitos	NBR 12676 (1992) (cap. 3, p. 84)
Usuários	Extraída das coletas – PVI e PE

Fonte: Elaborado pela autora.

As análises dos dados dos PVI e dos PEs foram desenvolvida a partir das categorias descritas acima, divididas entre Brasil e Espanha, seguidas dos relatos observados com os PVI

e o PE dispostos em quadros, juntamente com uma análise crítica dos resultados encontrados com as duas técnicas.

Seguiram a seguinte ordem:

EXEMPLO:

CATEGORIA

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Catalogador 1	Relatos
Catalogador 2	Relatos

Pesquisa Etnográfica

Catalogador 6	Relatos
Catalogador 9	Relatos

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Catalogador 13	Relatos
Catalogador 16	Relatos

Pesquisa Etnográfica

Catalogador 15	Relatos
Catalogador 16	Relatos

Discussão: Análise crítica dos resultados encontrados com as duas técnicas.

A partir da definição do corpus da pesquisa, no próximo capítulo estão apresentados os resultados obtidos com a aplicação das técnicas do PVI e PE.

6 RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se as discussões a partir dos dados coletados pela aplicação dos protocolos verbais individuais (PVI) e das pesquisas etnográficas (PE) nas universidades brasileiras e espanholas, bem como estabelecer um parâmetro analítico entre a teoria, o estudo de normalização juntamente com a prática profissional.

6.1 Resultados PVI e PE

A partir da elaboração das categorias (*vide* QUADRO 27), foi possível iniciar a investigação e discussão sobre o fazer profissional, pautando-se nas transcrições do PVI, que retratam a cognição do catalogador em relação à determinação do assunto de livro. Deste modo, temos uma representação fiel dos processos mentais do profissional durante a catalogação do livro.

Em contraponto, a PE permite revelar algumas contradições e explicações a partir do contexto. As entrevistas foram aplicadas na sequência do PVI e o método mostrou-se pertinente para a observação dos catalogadores de modo que proporcionou a discussão dos dados, a visão do profissional sobre a análise de assunto e a comparação entre a prática e a teoria.

Seguem-se abaixo as análises das coletas dos PVI e PE utilizando-se das categorias de análise descritas na metodologia:

ACESSO A LINGUAGEM PELO USUÁRIO

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Durante a aplicação do PVI, notou-se que apenas uma biblioteca investigada disponibiliza a linguagem para o usuário utilizarem durante a busca.

Catalogador 9 diz que “os usuários tem acesso a linguagem. Nessa listagem tem os assuntos principais. Como, por exemplo, *Ciência da Computação*. Eles selecionam e busca diretamente dentro das grandes áreas, está vindo como a busca fica mais refinada”.

Mostra que o sistema apresenta uma problemática na entrada dos assuntos, com diferenças terminológicas: “*Ainda O nosso sistema foi alimentado com muitas falhas. Diferenças terminológicas. Os mesmos termos no plural e no singular, isso é praticamente lixo no sistema*”.

Catalogador 9	<p><i>Os usuários tem acesso a linguagem. Nessa listagem tem os assuntos principais. Como, por exemplo, Ciência da Computação. Eles selecionam e busca diretamente dentro das grandes áreas, ta vindo como a busca fica mais refinada. Buscou o livro que eu acabei de catalogar. Então se eles querem um livro que fala sobre o Windows XP, eles entram aqui e recuperam precisamente dentro desta área maior. Eu fiz uma busca dentro da própria área, que é uma busca mais afinada, mais restrita, mas se eu jogar Windows XP aqui no geral, bom ele me trouxe MS OFFICE, porque é um assunto específico da Informática. Agora se eu coloco Educação aqui nesta busca mais geral, aqui educação será um termo relacionado e pode estar dentro de qualquer área, olha só, ele trouxe muita coisa, dentro de várias áreas do conhecimento. O termo Educação estará praticamente em todas as áreas do conhecimento. Existe um assunto principal que é determinado na classificação, e outros assuntos relacionados, então quando você faz a catalogação e a classificação de um livro, você primeiro busca no sistema se o assunto principal já existe, e dentro dele você coloca os assuntos relacionados. Por exemplo, quando são assuntos relativamente novos dentro das áreas do conhecimento, e que temos a possibilidade de inserir dentro das áreas do conhecimento já conhecidas, eu consulto a Dóris e até mesmo o CDD, quando é um assunto relativamente novo, atualizado, nós podemos olhar na Dóris e até mesmo na CDD 21ª edição, acho que já está na 22ª, eu verifico e aí, por exemplo, meu sistema permite cadastrar um assunto novo também, então naquele campo do assunto que eu te mostrei, o sistema vai pedir o número de classificação, e eu posso incluir outros assuntos novos, ele vai incluir e não alterar. Eu gostaria de trabalhar com o Aleph ou o sistema da UNICAMP o VTLs, o Pérgamo, Sofia, mas o nosso sistema é desenvolvido pelo próprio setor de informática da nossa Universidade. O nosso sistema é limitado, aconteceu que tem uma explosão de assuntos relacionados e de assuntos principais. O nosso sistema foi alimentado com muitas falhas. Diferenças terminológicas. Os mesmos termos no plural e no singular,</i></p>
----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<i>isso é praticamente lixo no sistema.</i>
--	---------------------------------------------

Pesquisa Etnográfica

Com a pesquisa etnográfica foi perguntado aos catalogadores se seria viável disponibilizar a linguagem para os usuários, porque na realidade das bibliotecas essa prática não existe.

Uma justificativa dada pelos catalogadores é que os usuários não usariam a linguagem, deixando a responsabilidade do intermédio para o bibliotecário de referência, de toda a forma o bibliotecário de referência não conseguiria atingir aos usuários remotos.

Na realidade do catalogador 9 tenta-se amenizar os problemas da representação, como plural e singular, sinônimos, etc., disponibilizando a linguagem para a busca do usuário.

Catalogador 1	<i>Não, os usuários aqui não tem acesso a uma linguagem, no entanto quando a gente vai conversar com eles que vem na referencia pedindo ajuda como pesquisar a gente tem que explicar para eles que o termo que ele está procurando não é sempre o termo que a gente tem, então ele tem que pensar em algum termo que seria próximo do que ele quer. Mas eles não têm acesso a isso lá fora.</i>
Catalogador 3	<i>Não temos isso não.</i>
Catalogador 4	<i>Eu acho que não adianta, porque os alunos não vão usar, a minha experiência que diz isso. Já houve uma época em que as bibliotecárias de referência entravam em sala de aula e instruíam todos os alunos calouros. Hoje em dia não faz mais. Os alunos recebiam aulas de pesquisa. Infelizmente o nosso catálogo não faz remissivas. O setor de referência é que pode fazer a diferença nesse aspecto.</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Pesquisa Etnográfica

Nenhuma biblioteca presente nessas investigações disponibiliza a linguagem para o usuário. Alegaram que não existe nenhum instrumento que seja confiável e atualizado, além de dificuldades na representação geradas pela desatualização na linguagem, a busca também fica prejudicada.

Catalogador 13	<i>E usamos algo que seja confiável nas bibliotecas espanholas?</i>
-----------------------	---------------------------------------------------------------------

Catalogador 14	<i>Os manuais e os cabeçalhos de assuntos estão defasados, não se encontra nada.</i>
Catalogador 15	<i>Não pensamos em disponibilizar a linguagem para o usuário.</i>
Catalogador 16	<i>A linguagem de busca do usuário é mais simples do que a linguagem da controlada.</i>

Discussão:

Permitir que o usuário tenha acesso a linguagem parece ser uma estratégia para minimizar a problemática das buscas nos catálogos. Principalmente se contiver remissivas que direcione o usuário em suas buscas. Se não houver remissivas, o que foi representado por uma linguagem controlada, não será recuperado por termos naturais digitados pelos usuários nos catálogos.

A realidade das bibliotecas brasileiras e espanholas é a mesma no que diz respeito a esse aspecto, a linguagem controlada não está satisfazendo a entrada dos descritores, por falta de atualização e tampouco é disponibilizada para ajudar o usuário no momento da busca.

Outra alternativa seria otimizar os serviços de referência, com atendimento presencial e também *online* que auxilie aos usuários na recuperação nos catálogos, portanto é outra ideia que está longe das nossas realidades, principalmente no que tange ao atendimento *online*.

ESPECIFICIDADE DO VOCABULÁRIO CONTROLADO

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Os catalogadores utilizam uma linguagem controlada, porém deixam claro a falta de atualização e de especificidade, na visão dos catalogadores a BN, a LC, Rede Pergamum, e o Bibliodata são desatualizados e pouco específicos, tanto para a área de biológicas, quanto para exatas e humanas.

Os catalogadores 6 e 12 usam o vocabulário da própria instituição, que tem um fator positivo, pois existe reuniões periódicas para discutirem a linguagem, o emprego de novos termos, etc.

No entanto, para a área de biológicas, existe a NLM, tem o site, ele está bem atualizado, NLM *Classification* 2012 e a linguagem do Decs, que também é atualizada e mais específica do que as citadas acima.

Catalogador 1	<i>A gente pesquisa aqui na BN, a gente vê se tem o assunto na BN, na LC em último caso a assunto, porque na LC a gente tem que traduzir algumas notas, porque algumas notas são necessárias, porque tem assuntos que são especificamente para aquele tipo de material, por exemplo: Samba é para dança, Sambas é para gênero musical. A gente olha o termo Fibrilação Atrial na Rede Pergamum, vamos em visualizar Marc para ver os detalhes, aqui no caso ele não especifica que tipo de obra a gente pode usar esse assunto, então provavelmente é só Fibrilação Atrial e a gente usa esse, ele tem uma remissiva, para Auricular use Atrial é uma remissiva, ele coloca uma remissiva em inglês também, Auricular Fibrillation e o Atrial Fibrillation, então se você buscar por qualquer um desses termos ele vai buscar aquele documento. Mesmo os assuntos específicos da área da saúde a gente não usa um vocabulário controlado específico da saúde, a gente usa esse mais geral até por conta da política da UNB de ser uma coisa mais universal, então a gente não especifica tanto. Tem que puxar todos esses campos, essas remissivas e a gente forma o nosso catálogo desse jeito em uma outra tabela, que ai a gente tem a tabela principal que é a tabela do bibliográfico que ele tem acesso as tabelas auxiliares, que no caso aqui é a tabela de autoridades que a gente cadastra, autoridade índice, a gente cria um novo assunto. Se esse assunto não estivesse registrado aqui e esse livro aparecesse, a gente ia criar esse novo assunto para registrar esse livro, se aparecer outros livros ai já temos esse assunto e a gente vai colocando, mas pode acontecer de um assunto ter somente um livro registrado, mas a gente tem que usar ele controlado, dessas bases que a gente busca.</i>
Catalogador 2	<i>Esses termos já estão marcados como revisados, então a gente procura sempre usar um termo que alguém já pesquisou que são agentes anti - infecciosos; quimioterapia – câncer; antibióticos.</i>
Catalogador 3	<i>No campo de assunto vou colocar Fisiologia Humana, bem no geral porque a gente prefere assim, por ser Biblioteca Universitária. Posso colocar também só Fisiologia, como já veio aqui nos dados que puxei no Pergamum, pois ele também é autorizado.</i>
Catalogador 4	<i>Tudo o que fazemos conferimos na NLM, tem o site, ele está bem atualizado, NLM Classification2012 e a linguagem do Decs.</i>
Catalogador 6	<i>Vamos conferir aqui no nosso próprio vocabulário controlado.</i>
Catalogador 7	<i>Como eu sei que está relacionado? Foi que eu olhei na tabela da base da nossa unidade onde tem os termos, ela já vai me dar os termos que são relacionados e os que eu não posso usar. Então os termos que eu acho que se relacionam com o meu assunto principal que está no livro, então eu coloco esses termos relacionados.</i>
Catalogador 9	<i>O nosso sistema é limitado, aconteceu que tem uma explosão de assuntos relacionados e de assuntos principais. O nosso sistema foi alimentado com muitas falhas. Diferenças terminológicas. Os mesmos termos no plural e no singular, isso é praticamente lixo no sistema. – Não usamos uma linguagem controlada.</i>
Catalogador 10	<i>Usamos o Bibliodata.</i>
Catalogador 11	<i>Vocabulário controlado da própria USC.</i>
	<i>Na USP eles usam mais termos que nós, eles já colocam mais específico para a área da matemática, não é o mesmo foco que agente, é mais aplicado para a matemática.</i>

Catalogador 12	<i>Usamos o vocabulário controlado USP. Agente trabalha nesse vocabulário da USP há 15 anos, ele cobre todas as áreas do conhecimento, e depois de todos esses anos que agente está conseguindo começar as relações entre os termos. Já tínhamos todos os termos validados pela literatura e usuários, mas não faziam relações entre si.</i>
-----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pesquisa Etnográfica

Quando questionados sobre a especificidade e atualização da linguagem, as respostas foram de encontro com o que observamos na prática, alegaram novamente a desatualização e pouca especificidade.

Este cenário demonstra a problemática que as bibliotecas enfrentam ao fazerem a representação temática dos livros.

Muitas vezes, os catálogos não são suficientes para busca por assunto, pois não está bem representado, seja por falha na análise de assunto ou pelas linguagens controladas desatualizadas.

Catalogador 1	<i>Usamos a Rede Pergamum, a BN e a LC. Nós antigamente tínhamos uma ordem de prioridade de pesquisarmos primeiro pela Rede Pergamum, mas aí percebemos que o nosso catálogo crescia mais do que o da Rede, porque eles só assimilam termos da PUC Rio e da PUC PR, e essas bibliotecas são bem menores do que as nossas, então como a gente viu que estavam faltando termos, nós adotamos a BN e a LC, e tiramos essa prioridade. Então a gente pega onde tem o assunto mais bem descrito, com mais detalhes, então damos mais prioridades para isso.</i>
Catalogador 2	<i>Temos reunião dos catalogadores uma vez por mês e tiramos todas as dúvidas, porque sempre temos algumas coisas para discutir. Esse manual é bom porque já vem uma tabela de siglas atrás, então quando a gente tem dúvidas dá para consultar.</i>
Catalogador 3	<i>Nós éramos colaboradores com o Bibliodata, então utilizamos a lista de cabeçalho controlado nesta base de autoridade de assunto, que foi tirado da LC. E a partir dessa linguagem formamos a nossa base. O nosso catálogo é geral, porque é uma Biblioteca Universitária e o Bibliodata também é geral, ele não é especializado em nada. A nossa base é um pouco suja porque foi migrada de outra base, e veio cheio de sujeito, veio muita coisa não normalizado. Conferimos também no DECS, senão tiver na LC.</i>
Catalogador 4	<i>Usamos o Decs pelas facilidades que nós apresenta, por ser uma linguagem controlada atualizada e que abrange as necessidades da área médica. Recordo-me que antigamente não existia a palavra eutanásia no Decs. Então nós colocávamos em Morte, Antecipação da Morte, mas não representava o que realmente era. E geralmente os usuários de medicina buscam por autor e por título, na opção de busca. Então não recuperava.</i>
Catalogador 6	<i>Usamos o vocabulário da Biblioteca Nacional do Congresso. O vocabulário controlado é importante porque são as terminologias que regulamentam as áreas, e é necessário para não ficar uma coisa solta. A padronização é importante, porque senão fica muito aberto e você se perde.</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Verifica-se que os catalogadores espanhóis deixam bem claro a falta de atualização presentes nos vocabulários controlados, o que gera falta de opção, o catalogador 13 diz que desconhece vocabulários controlados atualizados na Espanha.

Catalogador 13	<i>Temos vocabulários controlados e manuais atualizados na Espanha? Eu desconheço.</i>
Catalogador 14	<i>Usamos Biblioteca de Sevilla e a Nacional, listas que não estão atualizadas.</i>
Catalogador 15	<i>Para o assunto usamos Biblioteca de Sevilla e a Biblioteca Nacional, porém tem muitas falhas e não está totalmente atualizada.</i>
Catalogador 16	<i>Está totalmente desatualizada.</i>

Pesquisa Etnográfica

O catalogador demonstra indignação sobre a falta de atualização deste instrumento, essa é a realidade presente no contexto espanhol.

A maioria das bibliotecas usam as listas da Biblioteca Nacional ou da Biblioteca de Sevilha, porém estas linguagens estão desatualizadas em relação às necessidades de cada área, principalmente na área da Biblioteconomia, alvo de nossa investigação em território espanhol.

Catalogador 13 “Eu quero saber onde eu posso encontrar uma estrutura válida onde eu possa encontrar os conceitos da nossa área do conhecimento. Quando me diz eu vou me dar por satisfeito, porque não sei onde está”.

O catalogador 14 diz que vocabulários controlados são desenvolvidos para fichas, não para sistemas automatizados.

Catalogador 13	<i>Eu quero saber onde eu posso encontrar uma estrutura válida onde eu possa encontrar os conceitos da nossa área do conhecimento. Quando me diz eu vou me dar por satisfeito, porque não sei onde está. E usamos algo que seja confiável nas bibliotecas espanholas?</i>
	<i>Não tem sentido para livros se fazer cabeçalhos de assunto. Aqui as pessoas não encontram a informação e são estudantes de documentação e não encontram com o cabeçalhos de assunto que utilizamos. Utilizamos o cabeçalho de assunto de Sevilla e da Biblioteca Nacional e não encontram a informação. Isso está feito para fichas e não para um sistema automatizado.</i>

Catalogador 14	<p><i>Em Catalunha no se utiliza não usam cabeçalhos de assunto fazem anos, utilizam descritores, porque os sistemas de cabeçalhos de assunto pertenciam a fichas. Para determinar os cabeçalhos de assuntos utilizamos a lista de cabeçalhos da Universidade de Sevilla. Mas eu não gosto dessa tradução, me parece que esta mal feito, as matérias não estão atualizadas. Veja mesmo gestão estratégica, se busca por termo gestão estratégica não vai encontrar nada, mas se busca por título se encontra. Os cabeçalhos de assuntos estão desatualizados e não se adequam a um sistema de recuperação automatizada.</i></p> <p><i>Eu trabalho com etiqueta social. Também desprezo cabeçalho de assunto. No campo científico são os próprios investigadores que estão determinando os assuntos de suas publicações.</i></p> <p><i>Os manuais e os cabeçalhos de assuntos estão defasados, não se encontra nada. Tudo muito no geral. Todos os sistemas estão totalmente defasados, na CDU, por exemplo, homofobia esta dentro de medicina, ainda tratado como uma doença e não como uma identidade da pessoa.</i></p>
Catalogador 15	<p><i>Nós seguimos a linguagem da Biblioteca de Sevilla e da Biblioteca Nacional, o que acontece é que nós temos que preencher uma etiqueta uma outra etiqueta que é a 653 que nela podemos colocar qualquer assunto que temos visto, que não esta validada. E muitas vezes passamos para o processo técnico e algumas vezes podem aceitar esse assunto então já passa a ser autorizado, pois essas listas não são muito atualizadas.</i></p>
Catalogador 16	<p><i>Nós seguimos a linguagem da Biblioteca de Sevilla e da Biblioteca Nacional, muitas vezes não atendem as necessidades dos nossos usuários. Podemos usar outra etiqueta para colocar assuntos não autorizados.</i></p>

Discussão:

A falta de padronização e atualização das linguagens foi reclamação frequente dentre os catalogadores, e podem ser detectadas durante a atividade do PVI e PE e dessa forma afirma-se que a realidade brasileira apresenta-se quase igualada à realidade espanhola.

A análise revela o quanto desatualizada encontram-se as linguagens controladas, tanto na Espanha, quanto no Brasil, exceto na universidade 6 e 12, pois possuem um vocabulário controlado próprio que passa por atualizações frequentes, por grupos de pesquisadores especialistas da área juntamente com os catalogadores.

A área de Medicina, como está representada pelos catalogadores brasileiros, possui linguagens controladas são atualizadas, como por exemplo, o Decs, que é usado pela maioria, ou também o NLM usado pelo catalogador 4.

O catalogador 14, espanhol, afirma que o uso de vocabulários controlados é para serem aplicados em fichas em papel, para sistemas automatizados não funcionam. Porém se não houver um controle terminológico, e todo o conteúdo do documento funcionar como metadados para busca, a infinidade de itens recuperados será enorme e ao mesmo tempo inviável para o usuário, pois a seleção do que é relevante levará muito tempo.

A atividade bibliotecária perderá seu sentido e razão, pois não cumprirá com o seu papel de disseminador de informações relevantes de acordo com as necessidades de busca dos

usuários. Assim funcionam os sistemas de busca, como o *Google*, por exemplo, entra na questão da exaustividade (*vide* categoria da exaustividade e especificidade).

A questão do uso de termos mais específicos ou mais gerais será determinada pelo manual de política de indexação, na análise de assunto, no entanto as linguagens controladas precisam estar em frequente modificação e atualização, pois a linguagem científica é viva e dinâmica, sofre muitas variações, principalmente na área de biológicas, que a constância das descobertas é maior.

Chaumier (1988) considerada a linguagem controlada como um sistema artificial de signos normalizados, que facilitam a representação formalizada do conteúdo dos documentos para permitir a recuperação, manual ou automática, de informações solicitadas aos usuários.

Porém esta afirmativa somente será válida se a estrutura da linguagem estiver atualizada e condizendo com o contexto da instituição.

EXPERIÊNCIA COLATERAL (PEIRCE, 1975) / COGNIÇÃO PROFISSIONAL

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Alguns catalogadores fazem analogias a respeito do assunto analisado na obra, e expressam falas demonstram compreensão sobre o processo. Inclusive reportando-se a obras semelhantes que estão no acervo.

Catalogador 1	<i>As vezes o livro fala uma coisa na capa, mas dentro ele tem mais assuntos, esse aqui pelo o que a gente vê pelos capítulos praticamente todos falam de Fibrilação Atrial, ou voltado para farmacologia ou envelhecimento mais tudo esta atrelada a isto. Eu encontrei esse livro aqui: Fibrilação Atrial seus aspectos físicos e terapêuticos, que no fim das contas é isso que o livro fala mesmo, apesar de ter outros assuntos, mas é isso daqui.</i>
Catalogador 2	<i>Aqui na nossa base, o antibiótico, lá no Instituto de Química está no 547, claro que não está dentro do 612 de jeito nenhum,</i>
Catalogador 3	<i>Este livro serve para todos os que fazem da área da saúde, é um livro base, serve para farmácia, biologia, odonto, nutrição, medicina, este livro serve para todos. Na verdade temos que prestar muita atenção no que estamos fazendo, pois parece repetitivo, porém ao fazermos a descrição de um livro pode sair de outro. Temos que ter muito cuidado com isso.</i>

Catalogador 4	<p><i>Então eu pego um grande livro de Gastreterologia, eu vou classificar ele aqui, WI 100, porque é trabalhos gerais dentro da Gastro. Agora se eu quero Gastrite, então vou classificar ele em WI 310. Um livro de cirurgia Gastro intestinal, WI 480. A NLM é fantástica e tem muito livro importado, traduzido, muito livro em português na base deles.</i></p> <p><i>Toda obra a primeira coisa que eu faço é indexar, porque se eu tiver duas doenças relacionadas, na indexação eu defino qual é o descritor mais importante, isso facilita para classificar.</i></p> <p><i>Temos que tomar cuidado com as generalidades, por exemplo, morfologia, não é um termo médico, olha onde esse termo está, dentro de desastres, de geologia. Então se eu usar, Dermatologia/Morfologia estará errado, está indexando errado.</i></p>
Catalogador 8	<p><i>Aqui no caso quando junta programmer e Unix. Unix eu sei que é uma linguagem, um sistema operacional de computadores, eu já sei disso.</i></p> <p><u><i>A tem uma coisa que eu não tinha percebido, se ele é em francês, com certeza vai ter a tradução dele, pelo menos o título original.</i></u></p> <p><i>Hoje com o avanço tecnológico, com as linguagens de programação existem muitos sistemas operacionais, nessa área que está sempre se atualizando.</i></p>
Catalogador 9	<p><i>Agora eu vou trabalhar com os assuntos relacionados.</i></p> <p><i>Porque aqui ele explica sobre o Windows, sobre o Word 2007, ele vai passo a passo. Assim eu verifico que também posso colocar como assunto relacionado o termo Windows XP.</i></p>
Catalogador 11	<p><i>é da área de Ciência da Computação, linguagem de programação. C# é linguagem de programação, ela veio depois do C++, eles lançaram para dizer que ela é muito melhor que o C++, por isso ela tem quatro + [#].</i></p> <p><i>Agora eu vou incluir o assunto específico do livro no tópico termo livre, vou incluir C# linguagem de programação, essa linguagem de programação eu estou me baseando na CDD, que é a forma como está exposta, e junto a isso associando o C#, que é mais específico.</i></p>
Catalogador 12	<p><i>Aqui neste primeiro parágrafo, na verdade, é engraçado porque ele já fala de uma diferença de conceito com a própria palavra programa, porque esta falando aqui de dois estágios de programa de computador, vamos dizer assim, de uma era antiga e de uma nova era. O que na verdade antes o que achávamos que era os programas de computadores e o que realmente agente provou com o conhecimento científico o que eles são hoje. Provavelmente, pode ser alguma coisa da linha histórica inclusive, de uma evolução dos programas de computadores {conclusões sobre a apresentação}. Aqui no prefácio ele começa a falar de Ciência, aqui ele fala que o termo Ciência é estendido ou denota a prática de trabalho que depende de conhecimento e consciência aplicada de princípios na arte. Sendo compreendida para requerer o conhecimento de regras tradicionais e qualidades adquiridas por alto, ou alguma coisa bem próxima a isso. Foi nesse contexto que o título do livro foi escolhido, a programação começa como uma arte e hoje grande parte das pessoas aprendem apenas assistir as performances. Nos últimos 10 anos, entretanto, as pesquisas vem descobrindo várias teorias úteis e princípios, e alcançando pontos para começar a ensinar esses princípios.</i></p> <p><i>Na verdade quem pode mexer com esse material, tem que ter o mínimo de conhecimento. Na verdade esse livro pode ser usado também para pequenos programas, ou pequenos textos de programa, de uma ou duas páginas. Aqui também diz que grandes programas são continuidades de pequenos programas, de poucas páginas escritas, de códigos escritos.</i></p> <p><i>Porque aqui ele fala de várias linguagens, por exemplo, seguidas de espaço em branco, linhas horizontais, então eu não sei se na verdade é uma linguagem figurada, se ele está dando um exemplo para se referenciar a outra coisa, ou se realmente ele está se referindo a algo relacionado com os códigos. Em relação aos outros capítulos, ele diz que tem alguns que são divertidos, que falam sobre programas. Aqui no último tem um resumo, uma história escrita por ele sobre a ciência da programação. E histórias tipo anedotas, sobre problemas envolvidos com a questão da programação.</i></p> <p><i>Já de cara eu colocaria ele, até pela própria divisão da tabela de conteúdo {sumário} como um livro geral de programação. Ele não dá um pequeno histórico, mas a parte teórica ele coloca ponto a ponto, não coloca em profundidade, mas ele cobre um pouco</i></p>

	<i>de cada ponto da teoria de programação. Como existe uma ênfase para o capítulo 3, que fala da introdução ao desenvolvimento de programas propriamente dito, então fisicamente este livro ficaria na Ciência da Programação, programação geral. Ele não trata de nenhuma linguagem específica, ele não fala de como criar grandes programas. Ele mesmo diz que são programas pequenos. Então ele ficaria na programação geral. Mas, as palavras chave, por exemplo, já que podemos indexar por mais de um termo, para poder enriquecer essa representação temática, eu daria uma ênfase para essa parte de desenvolvimento de programas. Embora tenha uma parte histórica aqui no final, ela é pequena, notas históricas. Os capítulos não são profundos, isso dá para perceber, através da quantidade de páginas de cada capítulo. Então é um livro muito geral que trata de um pouco de cada coisa.</i>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pesquisa Etnográfica

Catalogador 1	<i>A gente até fala Catalogar um termo, eu pessoalmente falo é uma Catalogação do termo, então eu não insiro um termo no catálogo, eu estou catalogando um termo. No fim das contas é uma catalogação descritiva do termo que a gente está usando. Eu acho que tem o mesmo peso aqui para nós. Nesses vinis aqui, a gente está vendo esse projeto de Indexação, a gente não está priorizando tanto o descritivo, tanto que tem uns campos para recursos eletrônicos que nós não estamos usando, porque a gente vai priorizar a Indexação. Eu pessoalmente dou mais importância para a Indexação mesmo, porque eu acho que recupera mais que a descritiva.</i>
Catalogador 4	<i>A catalogação de um modo geral está um pouco em baixa, porque as Universidades hoje querem formar gestores. E para pesquisas, a grande maioria quer partir para Biblioteca Virtual, para tecnologias. Mas se não tiver esse trabalho aqui que estamos fazendo, esse trabalho intelectual do bibliotecário as coisas não funcionam.</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Percebe-se que os profissionais refletem pouco sobre a atividade desenvolvida, e quase não interagem com o assunto do documento.

Catalogador 13	<i>Estudos acadêmicos têm que servir para a prática e que deem resultados na catalogação. O documento que eu tenho coincide justamente com o que estávamos falando, um documento sobre catalogação cooperativa,</i>
Catalogador 14	<i>Penso que nós, Bibliotecários, perdemos tempo com atividades que supostamente já deveria vir pronta, porque temos outros serviços sociais para fazer. A catalogação tem para mim pouco futuro, a catalogação teve muito peso há muito tempo e agora não tem peso nenhum a catalogação. Eu levo tanto tempo aqui que quase não consulto mais os assuntos.</i>
Catalogador 15	<i>Pois na realidade este livro trata de métodos para atividades organizativas, que é sobre um sistema, que é para ajudar os profissionais para organizar situações que se podem apresentar a empresa que seja problemática, na realidade o assunto poderia ser Análises de Sistemas, mas vamos ver se temos em nossa base de dados. No caso este livro, se vai fazer uma apresentação em uma empresa em um tempo curto, pode</i>

	<i>ajudar a organizá-lo e assim vai.</i>
--	------------------------------------------

Pesquisa Etnográfica

Apresentam consciência do ato intelectual que é a catalogação, no entanto não fazem muitas reflexões sobre o processo de análise de assunto.

Catalogador 13	<i>Tem um ato intelectual, e a principal atividade é a abstração mental do tema, o tema de qual se está tratando. É claro que devemos ter a mente muito em branco cada vez que fizermos este processo. E ver que um dos maiores erros que cometemos na hora de indexar é colocar para trabalhar profissionais que não tem experiências em recuperar. Somente a experiência em recuperar te concede o privilégio de situar-te em essa mente em branco em frente a um documento para saber do que realmente se trata, qual a sua essência, sabendo o que o usuário pede e necessita, como um intermediário com o usuário. Senão estará permanentemente projetando seus pontos de vista pessoais. E tem que ser uma atividade junta com a recuperação.</i>
Catalogador 14	<i>Para livros se pode fazer igual. Não tem sentido para livros se fazer cabeçalhos de assunto. Aqui as pessoas não encontram a informação e são estudantes de documentação e não encontram com o cabeçalho de assunto que utilizamos. O formato Marc é uma coisa que é absurda totalmente, esta feito para pensar em fichas manuais e não em informação.</i>

Discussão:

A experiência ajudar determinar o assunto, pois existirá um conhecimento sobre o tema. Assim, observa-se que o contato com várias áreas do conhecimento não permite que o catalogador domine uma área em específico, assim fica mais difícil para que ele faça as relações com o tema do documento.

A proficiência leva o catalogador, por muitas vezes, a não refletir mais sobre a atividade desenvolvida (REDIGOLO, 2010), o que gera uma problemática para a representação, pois esta atividade deve permear um mundo reflexivo, onde o catalogador deveria permanecer em constantes atualizações, pois existem modificações e inovações nas áreas do conhecimento.

Neste contexto, a experiência profissional não pode ser vista tradicionalmente como acúmulo de conhecimentos, ou seja, de acontecimentos de uma determinada atividade (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012). Portanto, o catalogador necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento.

A partir de aspectos retirados da teoria de Peirce, Ibri (1992) e Silveira (2007), foi possível destacar alguns pontos referentes à experiência colateral que podem ser observados na análise de assunto na catalogação:

- Experiência como resultado cognitivo do viver;
- Emerge com a vida corrente;
- Expressa por características que nunca estão ausentes;
- Coleta de elementos de incidência notável.
- Experimentações e observações do indivíduo.
- Categorias poderão ser confirmadas pelas próprias observações pessoais de cada sujeito

EXAUSTIVIDADE e ESPECIFICIDADE (LANCASTER, 2004)

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Na prática, a maioria dos catalogadores não especificam minuciosamente o conteúdo do livro, pois muitos não observam o conteúdo dos capítulos, optando por deixarem os livros nos tópicos mais gerais de assunto. *Catalogador 2* “E agora eu vou ter que ver o assunto, eu não quero abrir um assunto novo, eu quero me enquadrar em um assunto que já tem”.

Catalogador 3 “O livro na verdade se você for descrever tanto faz você colocar pelo autor e título do que pelo assunto, não é um periódico, que você tem que descrever cada artigo e claro que cada um vai ser um assunto e assim você tem que se preocupar e colocar o assunto correto para cada artigo, e abranger o assunto realmente naquilo que ele enfoca esse livro aqui é geral”.

	<p><i>Porque tem assuntos que são especificamente para aquele tipo de material, por exemplo: Samba é para dança, Sambas é para gênero musical. Mesmo os assuntos específicos da área da saúde a gente não usa um vocabulário</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Catalogador 1	<i>controlado específico da saúde, a gente usa esse mais geral até por conta da política da UNB de ser uma coisa mais universal, então a gente não especifica tanto.</i>
Catalogador 2	<i>E agora eu vou ter que ver o assunto, eu não quero abrir um assunto novo, eu quero me enquadrar em um assunto que já tem. Eu vou colocar quatro assuntos, esses termos são autorizados porque eles já estão na nossa base, alguém já pesquisou isso e já passou pelo grupo de qualidade, esses termos já estão marcados como revisados</i>
Catalogador 3	<i>no campo de assunto vou colocar Fisiologia Humana, bem no geral porque a gente prefere assim, por ser Biblioteca Universitária. Posso colocar também só Fisiologia, como já veio aqui nos dados que puxei no Pergamum, pois ele também é autorizado. Este livro ficaria em fisiologia, eu não me aprofundo em Indexação, a parte descritiva não tem. O livro na verdade se você for descrever tanto faz você colocar pelo autor e título do que pelo assunto, não é um periódico, que você tem que descrever cada artigo e claro que cada um vai ser um assunto e assim você tem que se preocupar e colocar o assunto correto para cada artigo, e abranger o assunto realmente naquilo que ele enfoca esse livro aqui é geral então a Fisiologia pega tudo.</i>
Catalogador 4	<i>Temos que tomar cuidado com as generalidades, por exemplo, morfologia, não é um termo médico, olha onde esse termo está, dentro de desastres, de geologia. Então se eu usar, Dermatologia/Morfologia estará errado, está indexando errado. Quando tem essa barrinha aqui, significa que esse outro termo é um aspecto do descritor principal. O Decs tem o termo geral e as especificidades.</i>
Catalogador 6	<i>Neste caso o assunto já está no título. Agora se eu for ver algum outro que está relacionado. Posso dar uma olhada no sumário. Mas como dá para ver, é tudo relacionado com a Embriologia, se eu for entrar muito específico em cada capítulo vou ter que colocar muitos termos, e não fazer indexação dos capítulos, a não ser que trate de coisas muito diferentes.</i>
Catalogador 7	<i>Eu coloco primeiro o termo principal, o importante que esse termo principal seja igual à classificação. Agora os termos secundários podem ser outros. Eu posso colocar vários termos relacionados ao assunto principal, mas precisa ser padronizado. A base vai me mostrando os termos que tem, os documentos que foram classificados com esse termo como principal. o termo principal é o primeiro termo que vai condizer com a minha classificação – UNIX sistema operacional de computador, e os outros relacionados eu vou colocando o que eu acho que está relacionado com esse termo: Sistemas Operacionais, Software, Programa de Computador, Redes de Computadores.</i>
Catalogador 8	<i>Agora vou colocar o assunto: UNIX sistema operacional de computadores. Sistemas operacionais. Quando agente coopera não necessariamente utilizamos os mesmo termos de assunto, agente adapta os dados para a nossa unidade.</i>
Catalogador 9	<i>O assunto principal é Microsoft Office, eu não sei se ele vai buscar, o que ele recuperou pra mim foi MS Office. Agora eu vou trabalhar com os assuntos relacionados. <u>Então para os assuntos relacionados, e para que seja facilitado para o aluno, para que ele tenha uma possibilidade maior de recuperação, eu vou colocar o próprio título do livro, porque dentro da área de Informática os assuntos são todos muitos precisos, tudo muito exato, então eu vou colocar Microsoft Office Word 2007.</u></i>
Catalogador 10	<i>Mais minuciosa, então eu vou no Pesquisibli, vou no campo de assunto, eu vou pesquisar. <u>Você tem que analisar bem a obra para ver quanto assunto a obra comporta, Difícil ficar muito tempo em uma obra apenas.</u></i>
Catalogador 11	<i><u>Não tem um número específico para C#, então vamos utilizar linguagem de programação mesmo.</u> Agora eu vou incluir o assunto específico do livro no tópico termo livre, vou incluir C# linguagem de programação, essa linguagem de programação eu estou me baseando na CDD, que é a forma como está exposta, e junto a isso associando o C#, que é mais específico. Porque se eu colocasse esses termos genéricos eu teria que colocar C# entre parênteses na frente de todos os termos, ficaria muito genérico.</i>
Catalogador 12	<i><u>Quando, por exemplo, esse tema a Ciência da Programação, ele é muito amplo, então eu preciso de outros elementos para dar uma lida, para saber como eu vou especificar mais. Então seriam esses dois termos que eu usaria para fazer a representação temática: Software (desenvolvimento) e Técnicas de Programação (teoria).</u></i>

Pesquisa Etnográfica

Durante a entrevista os catalogadores mostraram a importância da determinação de quantos termos de indexação forem necessários para uma representação mais fiel, porém durante a prática observou-se que muitas das bibliotecas deixam os títulos nos assuntos mais gerais, pois consideram que bibliotecas universitárias não tem que especificar muito o assunto.

Isso justifica-se também pelo pouco tempo que os catalogadores tem para descrever cada obra, visto a escassez de tempo e recursos que possuem.

É uma situação bastante frequente nas bibliotecas, que apesar dos catalogadores saberem da importância da exaustividade e da especificidade na representação, não passam muito tempo debruçados sobre esta atividade, tentando minimizar o máximo de tempo possível em sua execução.

Muitas vezes isso ocorre porque o catalogador já é proficiente naquela área, ou porque quer terminar com mais brevidade a análise de assunto na catalogação.

Catalogador 1	<i>Somos orientados a usar no máximo 5 e no mínimo 1, mas dependendo da obra é interessante colocarmos mais de 5 termos, por exemplo, quando a gente pega um congresso que tem muitos termos dentro. Na classificação a gente tenta deixar mais no geral, porque no fim das contas a Classificação aqui, apesar dela ajudar na hora da busca é mais um número de localização mesmo, então a gente deixa no geral na Classificação, mas se der para especificar na Indexação, quando tem muitos assuntos a gente usa mais de cinco termos. Como tem a questão da remissiva eu acho que já ajuda muito na recuperação da obra, então talvez por isso não tenha necessidade de tantos termos.</i>
Catalogador 2	<i>Sempre utilizamos 4 termos para o assunto, certinho.</i>
Catalogador 3	<i>O nosso catálogo é geral, porque é uma Biblioteca Universitária e o Bibliodata também é geral, ele não é especializado em nada.</i>
Catalogador 6	<i>O assunto é importante porque cai nisso, porque como usuária você vai pelo título que é importante, mas se você já é um pesquisador, e já tem algum trabalho mais elaborado você vai buscar pelos termos específicos, será o assunto que abrirá portas para você encontrar também documentos relacionados.</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Os catalogadores 15 e 16 especificam mais o assunto, utilizando três termos. Enquanto que os catalogadores 13 e 14 tratam o assunto de forma mais genérica. O catalogador 14 mostra conhecimento prévio sobre a linguagem controlada, antecipando que o termo não está na lista de autorizados.

Catalogador 13	<i>Mesmo tendo vários capítulos eu vejo um assunto só: Catálogo Cooperativa. Se eu colocar EUA, isso é uma questão de lugar e não uma questão geográfica, pois se todo a gente que vai buscar por EUA vai recuperar a Catálogo Cooperativa. Posso colocar um sub-cabeçalho?</i>
Catalogador 14	<i>O assunto, temos aqui que um assunto é Indústria Editorial, eu levo tanto tempo aqui que quase não consulto mais os assuntos. O outro assunto seria Gestão, porque não tem Gestão Estratégica na lista de autorizados.</i>
Catalogador 15	<i>Vou conferir os assuntos que estão no registro: Motores de busca na Internet, Marketing y internet e Páginas Web, os três assuntos estão na nossa base e eu vou mantê-los assim. No caso este livro, se vai fazer uma apresentação em uma empresa em um tempo curto, pode ajudar a organizá-lo e assim vai. Estou buscando Análises de Sistema em nossa base e vejo que é autorizado, então vou capturar e vai direto para o meu registro, vou colocar os indicadores, que seriam o primeiro e o quarto. O outro assunto proposto é Teoria de Sistemas, vou comprovar se existe em nossa base de dados, não existe exatamente igual, aqui esta em ordem direta.</i>
Catalogador 16	<i>Não existe na nossa biblioteca, vamos buscar outro assunto similar para ver se temos aqui, bom eu selecionei o assunto Planificação Estratégica aqui em nossa base, vou dar um capturar e já vai direto para o registro. Vamos ver se os indicadores estão bem. Tenho que modificar a etiqueta dos dados locais, este livro foi comprado por um departamento, então tenho que colocar o código aqui, 225. Este livro foi comprado por um professor da faculdade de documentação e colocamos o código 053 nesta etiqueta. Dou um validar e comprovo que não aparece nenhum erro, então damos um aceitar. Os assuntos foram Biblioteca e Administração, que este assunto buscamos no catálogo de assunto da Biblioteca da Universidade de Sevilla, esse termo já existia. E o outro assunto buscamos na Biblioteca Nacional em autoridades, aqui tem autoridades de pessoas, de entidades, de assunto, etc. E o outro assunto é Planificação Estratégica da Biblioteca Nacional.</i>

Pesquisa Etnográfica

Em contrapartida, durante a entrevista o catalogador que apenas colocou um termo disse que sempre detalha minuciosamente o tema do livro.

Porém para a questão da exaustividade e especificidade, um termo não representará por completo o assunto do livro, ficará muito geral, esse caso ocorreu com o catalogador 13 e

14 que apresentaram a todo o momento a não eficácia da catalogação de assunto, bem como a descritiva.

Catalogador 13	<i>Quantas quiser, eu sempre coloco muito, principalmente em bio-medicina, para deixar muito específico.</i>
Catalogador 14	<i>Eu trabalho com etiqueta social. Também desprezo cabeçalhos de assunto.</i>
Catalogador 15	<i>Se poder colocar várias, mas em um registro é melhor colocar 3 ou 4, no máximo de 5.</i>
Catalogador 16	<i>Usamos de 3 a 5 termos.</i>

Discussão:

Apesar de não possuírem um manual para determinar como deve ser o processo de tomada de decisão para as atividades técnicas e intelectuais, as bibliotecas contam com algumas regras próprias, como por exemplo, muitas decidem/optam por deixarem os termos na generalidade, alegando serem bibliotecas universitárias.

A atual conjuntura e a despreocupação com a representação de conteúdo tira o foco da necessidade de especificar o texto com a finalidade de que o assunto do documento esteja totalmente representado, fato que ocorre tanto nas bibliotecas brasileiras, quanto nas bibliotecas espanholas.

Como se observa na literatura o caminho mais adequado é deixar o assunto cada vez mais específico e a obra representada exaustivamente, de modo que não deixe a representação genérica, como também não a deixe excessivamente representada.

Não especificar o assunto contido nos capítulos dos livros é um problema sério para a área de humanas, principalmente, pois nesta área os temas podem variar, inclusive a terminologia, de modo que em um mesmo livro possa conter capítulos de autores e temas diferentes.

A questão da especificidade e da exaustividade também deve ser tratada no manual de política de indexação, deixando bem clara as decisões que o catalogador deve tomar, em relação com a quantidade de termos, a análise por capítulos em caso de livros que contenham autores diferentes para cada capítulo.

Lancaster (2004) considera a questão da seletividade como o princípio mais importante da indexação e da catalogação de assuntos, porque alguns assuntos identificados

seriam indexados em mais de um nível de especificidade. A inclusão de mais termos pertinentes de indexação aumentaria a especificidade e, consecutivamente, a exaustividade.

Alguns autores como Gil Leiva (2008), Lancaster (2004), Martínez Tamayo e Catalina Valdez (2008), Norma 12.676 (ABNT, 1992) definem por exaustividade, determinar todos os conceitos possíveis de um documento, e principalmente na concepção de Lancaster (2004) quanto mais termos definidos (maior exaustividade), mais específicos será a determinação de conteúdo.

HÁBITOS (PEIRCE, 1975) / PROFICIÊNCIA PROFISSIONAL

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

A maioria dos catalogadores levam muitos anos na mesma atividade e não repensam como estão a desenvolvendo.

Catalogador 1	<i>Para começar a catalogar eu prefiro de já achar um número de classificação que já tem a ligação com o assunto também.</i>
Catalogador 2	<i>Quando eu não sei um termo sempre busco o significado da tradução.</i>
Catalogador 4	<i>Toda obra a primeira coisa que eu faço é indexar, porque se eu tiver duas doenças relacionadas, na indexação eu defino qual é o descritor mais importante, isso facilita para classificar. A partir do momento que você definiu o assunto principal da obra é que vai te dar embasamento para você classificar. O correto é primeiro você indexar a obra e definir quais são os descritores principais e quais são secundários.</i>
Catalogador 5	<i>Sou nova nessa área.</i>
Catalogador 7	<i>A nossa base também permite que agente crie alguns termos, porém devemos consultar a FGV. Então essas classificações que estão aqui, são livros que já foram colocados nesse assunto e usando esses termos. Aqui nós usamos a 20ª edição da CDD, mas para a área da Computação, nós usamos a 22ª edição, porque trás termos mais específicos da área, tem termos mais novos da área, mais atualizada. Agente vem na CDD e confere se essa classificação que eu encontrei na base é mesmo o que diz respeito ao meu assunto. Agente segue um padrão, usando os termos do nosso vocabulário controlado, quando eles não estão na listagem dos controlados, a especialista cria e coloca como termo relacionado.</i>

Pesquisa Etnográfica

Catalogador 1	<i>Antigamente aqui na BCE, no setor de catalogação era separada por área, que eram as áreas de Catalogação aqui, depois isso passou a misturar um pouco, mas no fim das contas a gente meio que faz essa divisão, ficou meio que automático, a gente se especializa e se divide de acordo com as áreas de interesse de cada uma de nós, por exemplo, uma gosta mais da área de medicina, a outra para a área de exatas. Nós mesmas nos dividimos e nos especializamos um pouco por gostar de determinada área. Depois de um tempo que os bibliotecários chegam aqui, eles mesmos vão se adaptando e optando em que eles querem se especializar, não inicio não está tão especificado, mas depois os próprios profissionais vão percebendo onde vão se adaptando mais e se especializa naquela área e quando tem aquela área, a gente só pega ela, mas isso é um acordo que a gente faz entre nós.</i>
Catalogador 2	<i>Eu sempre trabalhei em privada e na privada a gente faz tudo, não é igual aqui que somos contratadas para fazer a catalogação, aqui eu estou a um ano fazendo catalogação na área da Medicina. Como eu trabalhei em Biblioteca de Faculdade privada e fazia tudo, tem todas as áreas... Direito, Pedagogia, dentre outras. Eu acho bom, porque a gente cansa menos, muda a área e aqui como eu faço só saúde eu acho que rende mais.</i>
Catalogador 3	<i>Eu trabalhei na Biblioteca Setorial de Medicina, depois eu vim para a Biblioteca Central, então eu estou fazendo a 16 anos. Antigamente era separado, a Classificadora fazia a Classificação e a Indexação e a Catalogadora fazia a Catalogação, depois com o sistema informatizado ai um profissional só começou a fazer a Classificação, Catalogação e a Indexação. Catalogar os livros da medicina é complicado porque muda o Cutter, na medicina os alunos chamam os livros normalmente pelo autor, às vezes damos entradas por autor que nem está mais na autoria do livro, mas colocamos por saber que os alunos buscam por esses nomes. Eu faço muitas áreas Agronomia, Educação, Biologia, Astronomia, Geologia, Odonto, porque são livros, e aqui nós não nos preocupamos em indexá-lo em um assunto próprio, porque quanto mais geral o material que você pega, menos que você tem que enfatizar para não dar pista errada. Em uma tese, você tem que ser bem mais específico do que em um livro. Geralmente os livros são mais gerais.</i>
Catalogador 4	<i>Nossa já fazem muitos anos, estou a beira de me aposentar! Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição, Gestão de Saúde. Isso é muito complicado, pois temos que ficar muito atentos, se fosse apenas uma área, seria bem mais fácil, e seríamos proficientes nela. Porque temos que ser precisos, entender a terminologia, as combinações, e complica quando amplia esse leque. Olha eu já trabalho aqui a muito tempo, já estou a beira de aposentar, a experiência que eu tenho, é difícil de passar para um jovem em um ano, ou seis meses. Nós agora estamos com uma Catalogadora iniciante que está nos acompanhando tentando aprender um pouco da prática. Minha experiência foi adquirida com o tempo, na prática. Eu fico muito triste com a nova geração, espero que não me interprete mal, os jovens não tem paciência. Nós fomos nos capacitando com o tempo e a universidade nos tornou catalogadores e indexadores. Qualquer profissional somente é pleno no que faz depois de dez anos de trabalho, eu te falo isso com a maior certeza do mundo.</i>
Catalogador 6	<i>Aqui eu estou a pouco tempo, mas fiquei 15 anos na biblioteca de física. Fiquei 15 anos em Física, fiquei especializada nesta área, e agora estou aqui. Tudo isso dentro da UFBA. Eu saio de uma área onde eu trabalhava com mecânica quântica e caio na área da saúde. A área da saúde é interessante por si só, então para mim é bom. Faço catalogação desde 1996. A mudança de área é interessante porque você acaba lidando com áreas de conhecimentos diferentes, com assuntos distintos e acaba aprendendo. Eu acho isso muito interessante. Já fui da área de humanas. Aqui eu trabalho com medicina, enfermagem, odontologia, nutrição e mais dois institutos. Houve uma incorporação nessa biblioteca. Não acho que a mudança de área atrapalhe, acho que não. Isso me</i>

	<p><i>parece fantástico, porque para mim isso permite agregar conhecimento. Porque agora estou aqui falando de coração, de rim, fígado. Agora estou com a parte de biologia molecular, cardiologia, farmacologia, epidemiologia, neurociência, doenças infecciosas. Isso é fantástico.</i></p> <p><i>Olha nós temos alguns cursos, porque na verdade quando você tem um banco de dados desse como o Pergamum, você tem treinamento.</i></p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Nota-se que o primeiro catalogador 13 diz que é necessário representar muito bem o conteúdo do livro, todavia destinou um termo controlado para um livro com vários capítulos. O catalogador 14 mostra aversão a atividade de catalogação. O catalogador 16 mostra que desenvolve a catalogação de modo a seguir o que já está implantado na biblioteca.

Catalogador 13	<p><i>Temos que catalogar enriquecendo o máximo possível a nossa catalogação. Enriquecer com o resumo, com o sumário, enriquecer o máximo e vamos chegar tarde ao fazermos tesouros que sejam funcionais. Estudos acadêmicos têm que servir para a prática e que deem resultados na catalogação.</i></p>
Catalogador 14	<p><i>A catalogação tem para mim pouco futuro, a catalogação teve muito peso há muito tempo e agora não tem peso nenhum a catalogação.</i></p> <p><i>O assunto, temos aqui que um assunto é Indústria Editorial, eu levo tanto tempo aqui que quase não consulto mais os assuntos.</i></p>
Catalogador 16	<p><i>Olha aqui desenvolvemos a catalogação de forma a seguir tradicionalmente o que já vem sendo aplicado, os padrões de organização.</i></p>

Pesquisa Etnográfica

Pelos relatos dos profissionais percebe-se que levam muitos anos catalogando e que o resultado de suas catalogações, principalmente no que tange a determinação do assunto é abaixo do esperado.

Catalogador 13	<p>O pouco que eu aprendi em todos os anos de trabalho é que a experiência para a recuperação é o único que nos faz entender todos os demais. Porque parece que fazemos as representações para nós mesmos.</p> <p>Faço catalogação a muitos anos. Nossa, a muitos e muitos anos. (risadas).</p>
Catalogador 14	<p>Na área de documentação catalogo a 22 anos.</p>
	<p>São muitos anos de experiência. Primeiro trabalhei 16 anos na Escola Empresarial de Murcia. No ano 2000 vim para esta biblioteca.</p>

Catalogador 15	<p>Sim catalogo mais áreas, da Faculdade Econômicas, de Economia e também Ciência do Esporte ou Educação Física, dentre outras áreas.</p> <p>Não, não é complicado. Eu gosto de mudar de assunto e não apenas me centrar em um assunto, eu acho enriquecedor, quanto mais assunto ver é melhor.</p> <p>Nós sempre temos que observar a autoridade da Biblioteca Nacional e comprovaríamos neste catálogo. Quase nunca ficamos com o assunto que vem junto com o registro, temos que criar nosso próprio assunto.</p>
-----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Discussão:

Na realidade das universidades no geral, a grade de disciplinas como catalogação e indexação são um tanto ultrapassadas e deste modo a formação acadêmica dos bibliotecários fica prejudicada.

A maioria dos profissionais vai para o mercado de trabalho sem ter alguns conceitos bem definidos, claro que se considera que o mercado de trabalho é diferente da academia. No entanto, poderia minimizar alguns erros frequentes observados durante a prática de catalogação em bibliotecas universitárias.

Além disso, cursos de capacitação, que parte de um princípio de formação continuada, deveria ser uma prática muito mais frequente, principalmente ser uma iniciativa tomada pelos administradores das bibliotecas.

A experiência na atividade de catalogação foi a principal formadora desses profissionais. Pois quase todas as atitudes tomadas no momento da catalogação foram advindas da própria prática.

Muitas vezes o profissional possui um envolvimento direto com a área, o que o tornar proficiente em determinados assuntos. É o caso de profissionais que atuam, por exemplo, em bibliotecas especializadas. Além do domínio das áreas de atuação, a proficiência leva o catalogador, por muitas vezes, a não refletir mais sobre a atividade desenvolvida (REDIGOLO, 2010).

Deste modo para Redigolo e Almeida (2010, p. 12)

A forma ou o mecanismo como o catalogador determina o assunto refere-se ao hábito que o força a agir, é o que move o profissional a proceder de certa maneira. Pode-se afirmar que o hábito em ação é o que determina o fazer do catalogador, podendo ser classificado como uma predisposição para agir, isto é, interpretar o assunto de um documento. No contexto do catalogador, o hábito passa a ser interpretativo e o próprio ambiente de trabalho o condiciona a esse sentido.

A partir de aspectos retirados da teoria de Peirce, Farias (1999) e Redigolo e Almeida (2012), foi possível destacar alguns pontos referentes ao hábito que podem ser observados na análise de assunto na catalogação:

- hábito em ação é o que determina o fazer;
- o hábito condiciona a ação;
- repetição de alguma ação produz um resultado.
- hábito produz resultados;
- a ação reflete nos resultados;
- hábito induz o agir;
- hábitos geram efeitos no comportamento prático;
- ruptura dos hábitos leva a novas reflexões.

Este é um aspecto a ser refletido perante o fazer profissional do catalogador, principalmente diante da análise de assunto, pois a ruptura de hábitos leva a novas reflexões, a repensar na maneira como encarar este processo intelectual importante para a organização e recuperação da informação em todo centro de informação, principalmente nas bibliotecas universitárias que são o cerne desta investigação.

Sobre o hábito do catalogador, Redigolo e Almeida (2012), expõem que a forma ou o mecanismo como o catalogador determina o assunto refere-se ao hábito que o força a agir, é o que move o profissional a agir de certa maneira.

IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS (NBR 12676, 1992)

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Na prática, os catalogadores demonstraram a importância de identificar os termos antes de buscá-los na linguagem, identificando previamente o tema dos documentos.

O catalogador 1, identificou o assunto por intermédio de interpretação do conteúdo: “*Para a gente escolher os assunto a gente tem que olhar mesmo dentro do livro, e esse aqui parece ser bem específico*”.

O catalogador 3 não modifica o campo de assunto, apenas verifica se ele é autorizado.

O catalogador 8 mencionou que identifica conceitos a partir de conhecimentos já adquiridos anteriormente, identificou conceitos a partir do contexto: “*Muitas vezes agente descobre o assunto por coisas que já conhecemos*”. O catalogador 9 também identifica o conteúdo a partir do contexto, justifica-se o tempo como catalogador na mesma área “*mesmo por trabalhar com isso a sete anos, eu consigo identificar*”.

O catalogador 11 identifica termos a partir do conteúdo do documento “*Não estou tendo dificuldade com o assunto do material, no caso se tivesse muita dificuldade com o assunto, eu iria buscar esse material até encontrá-lo para me certificar como foi catalogado e qual o assunto foi designado para este documento*”. O catalogador 12 mostrou conhecimento sobre o assunto e realizaram inferências, interpretou o conteúdo.

Catalogador 1	<i>Para a gente escolher os assunto a gente tem que olhar mesmo dentro do livro, e esse aqui parece ser bem específico para Fibrilação Atrial, as vezes o livro fala uma coisa na capa, mas dentro ele tem mais assuntos, esse aqui pelo o que a gente vê pelos capítulos praticamente todos falam de Fibrilação Atrial, ou voltado para farmacologia ou envelhecimento mais tudo esta atrelada a isto.</i>
Catalogador 3	<i>O campo de assunto a gente não muda, nós apenas conferimos para ver se ele é autorizado.</i>
Catalogador 5	<i>Neste caso o assunto já está no título. Agora se eu for ver algum outro que está relacionado. Posso dar uma olhada no sumário. Mas como dá para ver, é tudo relacionado com a Embriologia, se eu for entrar muito específico em cada capítulo vou ter que colocar muitos termos, e não fazer indexação dos capítulos, a não ser que trate de coisas muito diferentes. É que trata da embriologia no geral, como livro tem vários capítulos é complicado querer indexar todos.</i>
Catalogador 8	<i>Muitas vezes agente descobre o assunto por coisas que já conhecemos, pela nossa compreensão que fazemos da realidade {conhecimento de mundo, conhecimento prévio}, aqui provavelmente esse título trata da linguagem de computadores, linguagem de programação.</i>
Catalogador 9	<i>Por que aqui em um dos capítulos tem um item que fala sobre o Windows XP, vai ser um assunto importante, e que os alunos trabalham muito</i> <i>Na área da saúde e a área de informática são os mais fáceis de classificar. Então na área de Informática, quando você olha o sumário, e os capítulos, até mesmo por trabalhar com isso a sete anos, eu consigo identificar.</i>
Catalogador 10	<i>Se o assunto que eu identificar não estiver autorizado, eu tenho que fazer uma pesquisa mais minuciosa.</i>
Catalogador 11	<i><u>Não estou tendo dificuldade com o assunto do material, no caso se tivesse muita dificuldade com o assunto, eu iria buscar esse material até encontrá-lo para me certificar como foi catalogado e qual o assunto foi designado para este documento.</u></i>
Catalogador 12	<i>Quando por exemplo, esse tema a Ciência da Programação, ele é muito amplo, então eu preciso de outros elementos para dar uma lida, para saber como eu vou especificar mais.</i>

Pesquisa Etnográfica

Na entrevista os catalogadores confirmam o que realizaram na prática, a importância da identificação para melhor descreverem o conteúdo.

Muitas vezes o catalogador não consegue se dedicar a uma análise aprofundada dos documentos porque necessitaria de mais tempo, mais condições para essa triagem, mais bibliotecários contratados pela instituição, são fatores internos e externos ao catalogador, deste modo percebe-se que o ambiente de trabalho influencia muito nas tomadas de decisões.

Catalogador 1	<i>A gente olha, mas as vezes está dentro de uma grande área e cada capítulo fala de uma coisa muito diferente, acontece muito quando a gente pega simpósio, anais de congresso acontece bastante, como a Universidade tem um caráter mais universal a gente opta por deixar no assunto mais geral, que no caso seria Cardiologia, e como aqui a política da UNB é universal então a gente deixa na mais geral mesmo. Aqui a gente faz bastante isso, pelo menos a maioria dos Bibliotecários aqui tentam identificar a partir da leitura, ver se já existe nos nossos termos e se não tiver a gente tenta adaptar com o que a gente encontra nas bases que pesquisamos.</i>
Catalogador 3	<i>A gente tem que fazer essa identificação, nós temos que segui-las. Às vezes demora, mas tem. Se bem que a correria é tanta, que muitas das vezes a gente vai pelo geral e não nos preocupamos muito não de discriminar bem um assunto.</i>
Catalogador 4	<i>Sim, na leitura vamos identificando os termos, o que parece que representa melhor a obra. O termo que está sendo muito usado no livro é dermatose, então vamos colocar dermatoses. Tem três capítulos só com a palavra dermatose. Diagnóstico diferenciado, está vindo é um capítulo, também podemos colocar. Está vindo esse capítulo, Doenças e distúrbios, é impossível eu indexar por cada um desses tópicos, então como é amplo eu vou colocar, Dermatopatias, que significa doenças dermatológicas, está vindo que ele nos remete. Aqui tem os apêndices, temos que avaliar se vale a pena colocar, nesse caso eu acho que não, porque esse é um livro tipo guia rápido de consulta. E como ele é um guia rápido de consulta eu posso colocar também a palavra Guia. A partir do momento em que eu defino essas palavras (fez a identificação a partir do livro).</i>
Catalogador 5	<i>Você faz a leitura e pega a grande área, depois dentro da grande área você vai tentando fortalecer o livro que você tem para catalogar, de uma forma que você garanta que o usuário possa procurar.</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

O catalogador 13 busca o assunto diretamente na base e usa um descritor que já está autorizado no sistema.

O catalogador 14 não faz a identificação dos conceitos a partir da leitura documentária, apenas valida os termos recuperados nos registros de cooperação.

O catalogador 15 identifica os termos a partir da leitura, vai discutindo o tema e relacionando com outros conhecimentos, primeiramente interpreta o conteúdo e faz relações com o contexto.

O catalogador 16 partiu dos termos que foram recuperados juntamente com o registro e apenas os validou, apenas valida os termos recuperados nos registros de cooperação.

Catalogador 13	<i>Vamos ver o assunto, digito catalogação na nossa base e vem a lista, tenho o assunto catalogação cooperativa.</i>
Catalogador 14	<i>Não faz a identificação.</i>
Catalogador 15	<i>Os assuntos propostos aqui são Análises de Sistemas, Atividades Organizativas, olho um pouco o prólogo, o índice do livro. O primeiro assunto é Análises de Sistemas [está folheando o livro]. Pois na realidade este livro trata de métodos para atividades organizativas, que é sobre um sistema, que é para ajudar os profissionais para organizar situações que se podem apresentar a empresa que sejam problemáticas, na realidade o assunto poderia ser Análises de Sistemas, mas vamos ver se temos em nossa base de dados. No caso este livro, se vai fazer uma apresentação em uma empresa em um tempo curto, pode ajudar a organizá-lo e assim vai.</i>
Catalogador 16	<i>E agora temos que validar o assunto, foi catalogado pela Biblioteca de Cartagena, mas eu tenho que conferir, porque pode ser que não esteja correto, vou validar a nossa autoridade de assunto. Tenho aqui Biblioteca e Administração. O outro termo é Direção Estratégica, que alguma bibliotecária elegeru para este livro existe aqui na Biblioteca, ou senão buscamos nas outras bibliotecas.</i>

Pesquisa Etnográfica

Foi perguntado aos catalogadores se eles têm pré-definido a etapa de identificação e qual a importância dela para a representação. A resposta dessa questão foi positiva, pois 3 catalogadores mostram a importância da identificação dos termos, pois a partir da identificação é que o catalogador infere na representação, de modo a enriquece-la com seu conhecimento já adquirido anteriormente, todavia na prática observou-se ao contrário, a maioria dos catalogadores não identificaram os termos a partir da leitura.

O cenário das bibliotecas espanholas segue com as mesmas dificuldades encontradas em nossas bibliotecas, a falta de condições favoráveis acarretam sobrecarga para os catalogadores gera problemas na representação.

Catalogador 13	<i>Eu coloco tudo o que a obra tem para oferecer. A identificação, a meu ver é perder tempo, porque temos que pensar em um âmbito maior, que todas as partes de um</i>
-----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<i>documento podem ser utilizadas para a busca, como o texto inteiro tornar-se metadados.</i>
Catalogador 14	<i>Para identificar bem o assunto, é necessário que haja conhecimento da área, quanto mais tempo você está trabalhando com uma determinada área, melhor será a sua compreensão.</i>
Catalogador 15	<i>Veja a importância da identificação, as etapas para a representação deve ser cumprida, porque somente assim terá um bom entendimento da atividade que está realizando.</i>
Catalogador 16	<i>Creio que a identificação é gerada a partir da leitura e mostra o entendimento do tema. Algumas vezes o que torna esse trabalho menos minucioso é o pouco tempo que temos entre a chegada de um material e disponibilizá-lo para os usuários.</i>

Discussão:

A identificação dos conceitos, segundo Redigolo (2010, p. 118) podem seguir as seguintes fases: Leitura técnica, seguida da interpretação do conteúdo, onde o catalogador também pode interrogar o texto e também identificar conceitos a partir do conteúdo ou identificar conceitos a partir do contexto.

A maioria dos catalogadores espanhóis não identificou os termos a partir da interpretação do conteúdo, no entanto com a pesquisa etnográfica observou-se que eles concordam sim que a identificação de termos é importante.

De acordo com o catalogador 16 “*Algumas vezes o que torna esse trabalho menos minucioso é o pouco tempo que temos entre a chegada de um material e disponibilizá-lo para os usuários*”.

Já no Brasil, essa foi uma prática mais frequente, os catalogadores, em sua maioria, discutiram o conteúdo do livro.

Apesar dos catalogadores brasileiros e espanhóis não terem interrogado o texto, muitos catalogadores interpretaram o conteúdo do documento e identificaram os termos a partir do próprio conteúdo e do contexto, a minoria utilizou os termos recuperados nos registros de cooperação.

A realidade nas bibliotecas, tanto no Brasil, quanto na Espanha, torna-se muito diferente do que é tratada na teoria, pois são muitos livros para catalogar, pouco tempo, poucos bibliotecários para esta função e muita demanda.

Percebe-se que o processo de análise de assunto perdeu a característica que possuía antes do advento das tecnologias. A questão do pular fases, ou seja, a não identificação dos conceitos, reflete negativamente na etapa de recuperação da informação. Apesar do catálogo hoje representar uma nova forma de busca, sua base se constitui da mesma maneira de antes do uso das tecnologias, ou seja, o catálogo precisa ser alimentado de forma consistente, para

que a busca por assunto seja contemplada positivamente pelos usuários, tanto remotos, quanto locais.

Não identificar os conceitos a partir da leitura técnica, terá como reflexo um acervo mal representado.

Sobretudo, um agravante para essa ocorrência é a deficiência normativa que a área sofre. Na literatura encontra-se alguns questionamentos para a identificação de conceitos em documentos textuais, assim como a Norma UNI ISO 5963 (1985):

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (p.ex. um estudo sociológico da religião)

No entanto, a Norma não indica precisamente em que localidade do texto o Catalogador irá encontrar as respostas para esta questão, visto que é impossibilitada a leitura completa do documento devido às condições não favoráveis em uma Biblioteca, como o tempo e a quantidade de documentos a serem analisados.

O Manual de Indexação AGRIS/CARIS visa uma análise completa orientada para uma identificação de diferentes conceitos respeitando a sua função dentro da estrutura da unidade. Por meio da identificação de objeto, ação, ponto de vista, agente, método, localização e ambiente e resultados o manual detalha cada um. Ressaltando que é necessária uma coerência com o sistema e com as particularidades da unidade.

Sugere-se a possibilidade do Modelo de Leitura Documentária (FUJITA, 2003) ter acrescentado um tópico destinado à identificação de conceitos com enfoque para o usuário com a seguinte indagação: tais conceitos identificados pelo modelo poderia suprir a necessidade de busca do usuário que utiliza os serviços desse sistema de informação?

Tal questionamento seria apenas uma forma de reflexão para o catalogador, que deve focar não apenas no documento, mas também no usuário ao realizar a indexação.

Sabe-se que pela análise de assunto o catalogador interpõe seus valores e o processo é considerado subjetivo (FUJITA, 2003). Ainda segundo a autora, o fato é revestido pela

característica da subjetividade a partir da leitura documentária, visto que é realizado um processo interativo entre três variáveis: leitor, texto e contexto.

LEITURA DOCUMENTÁRIA (NBR 12676, 1992)

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

A maior parte dos catalogadores brasileiros realizam mais a leitura técnica, exceto o catalogador 1 e 2, que pautaram-se apenas no sumário e capa.

Como discutido na literatura, para uma representação bem feita, o catalogador precisa percorrer as partes textuais para se certificar do assunto discutido no documento, apenas o sumário e a capa são pouco concretos, alocando atenção para as áreas importantes.

Os catalogadores 5, 7, 8, 9, 10 e 12 identificam aspectos importantes da mensagem durante a leitura.

Catalogador 1	<i>Olha a capa e o sumário</i>
Catalogador 2	<i>Olha o sumário</i>
Catalogador 3	<i>O campo de assunto a gente não muda, nós apenas conferimos para ver se ele é autorizado.</i>
Catalogador 4	<i>Título, sumário, ficha catalográfica, os capítulos.</i>
Catalogador 5	<i>Título e sumário. Mas como dá para ver, é tudo relacionado com a Embriologia, se eu for entrar muito específico em cada capítulo vou ter que colocar muitos termos, e não fazer indexação dos capítulos, a não ser que trate de coisas muito diferentes. É que trata da embriologia no geral, como livro tem vários capítulos é complicado querer indexar todos.</i>
Catalogador 7	<i>Para detectar o assunto eu dou uma olhada na folha de rosto, e vejo mais ou menos é o assunto, alguns livros trazem a catalogação na fonte, que nós nos orientamos mais ou menos como eles colocaram os termos. Dou uma folheada nele, vejo de que área ele é, vejo o assunto principal, que se trata de sistemas.</i>
Catalogador 8	<i>Quando eu tenho muita dificuldade com o assunto eu tento encontrá-la de qualquer jeito. Mas quando eu acho que eu posso identificar o assunto através da leitura das páginas prefaciais, o próprio título muitas vezes indica do que a obra se trata, principalmente quando se trata de obra da área de exatas, da computação, porque não dá margem para várias interpretações, como na área de humanas, por exemplo, que um livro sobre sociologia pode estar tanto na área de Ciências Econômicas, ou Ciências Sociais, ou na Educação. Embora eu seja muito nova trabalhando com essa área, eu já consigo perceber que a identificação é muito mais rápida do que em outras áreas, porque se dá</i>

	<i>muitas vezes até pelo título.</i>
Catalogador 9	<i>Vou fazer uma leitura técnica no livro, dou uma verificada no sumário, olho o início dos capítulos. Nos catalogadores jamais podemos ler o livro passo a passo, por inteiro, mas nós vamos folheando.</i>
Catalogador 10	<i>Você tem que analisar bem a obra para ver quanto assunto a obra comporta, eu geralmente olho no sumário.</i>
Catalogador 12	<i>Eu olho a tabela de conteúdo {sumário}, e as referências bibliográficas eu deixo por último, na verdade eu não utilizo as referências como um super elemento, porque normalmente elas são muito extensa e aí agente acaba ficando meio perdido. No caso deste livro eu vou dar uma lida no prefácio e esta apresentação.</i>

Pesquisa Etnográfica

Mais do que na prática, na teoria os catalogadores falam sobre a importância da leitura técnica da obra para a análise de assunto.

Os catalogadores expressam a necessidade de se realizar a leitura técnica do livro, mas na prática profissional o que ocorre é que é mais rápido e fácil usar os termos que recuperados nos registros de cooperação.

Catalogador 1	<i>Eu uso o título, o sumário, o prefácio ou a introdução. Dependendo se for uma dissertação ou uma tese a gente costuma olhar as conclusões. Os objetivos e as conclusões são uma fonte que a gente costuma olhar.</i>
Catalogador 2	<i>Eu sempre olho no sumário, para tentar me achar o tema de que se trata o livro. A introdução, algumas vezes olho as orelhas e também costumo ver a contracapa.</i>
Catalogador 3	<i>Eu inicio pelo título, pois ele é importante. Vou dentro do livro. Às vezes tem livro que você demora um monte, mesmo sendo um livro simples, mas geralmente quando o assunto não é um que você faz sempre, então demora para colocar direitinho no lugar. O sumário também é muito importante para mim, à apresentação do livro, às vezes o assunto é tão complexo que você precisa ir ler sobre o autor nas orelhas do livro, ver qual é a área do autor e seu histórico. Quando o assunto é geral você logo mata, porém quando é específico, você precisa ter mais cuidado ao analisá-lo, precisa ver até os outros livros que ela já publicou, a gente olha aqui na base, porque se tiver a gente já coloca o mesmo número, é raro a gente ir à CDU, se o autor já existe na base a gente já vai pelos livros que ele tem, vamos olhando pelo que mais se aproxima naquele número mesmo.</i>
Catalogador 4	<i>Claro que sim, é como se fosse uma triagem do material. Veja no caso dessa tese que está aqui. Como a bibliotecária está fazendo. Vai marcando com esses marcadores que colam nas páginas. Colocando os termos. Você não pode só seguir pelo título, é lógico que você pode tirar informações do título também. Mas na tese, você vai principalmente aos objetivos, a ficha catalográfica, o título, o sumário, assim você já vai saber o que é mais importante. Os objetivos e a introdução. Então você tem que dar uma geral, fazer uma leitura técnica.</i>
	<i>Bem como eu não esperava que fosse sair da minha área de especialidade que é Física, então aqui tenho que me dedicar um pouco mais para a leitura. Para eu captar onde eu devo colocar, porque o livro sai daqui desse setor e vai para a estante. Tem que fazer a leitura para tentar colocar na área específica. Se o estudante que já conhece a biblioteca</i>

Catalogador 5	<i>for até a estante para ver os livros, e algum título não tiver no lugar correto, é que aqui no processamento não algo certo. Hoje tem muitos assuntos, novos. A área de ciência da saúde é muito dinâmica. As vezes pedimos ajuda para algumas ajuda para professores e alunos especialistas.</i>
----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Na prática os catalogadores não se preocupam muito em fazer o rastreamento do assunto na própria obra, nota-se que apenas os catalogadores 15 e 16 chamam a atenção para partes importantes do livro, todavia não se prendem muito ao conteúdo do livro.

Muitas vezes, encontrar os registros nas bases cooperantes muitas vezes substitui a preocupação em rastrear o conteúdo do livro.

Catalogador 13	<i>Olha o título e percorre o sumário</i>
Catalogador 14	<i>Não faz a leitura técnica</i>
Catalogador 15	<i>Título, sumário e folheia o livro.</i>
Catalogador 16	<i>Título, sumário, folheia o livro e olha nos termos do registro cooperado.</i>

Pesquisa Etnográfica

Apenas os catalogadores 15 e 16 acreditam ser importante a leitura técnica “*Na atual situação das bibliotecas fica muito difícil realizar a leitura corretamente dos documentos, mesmo sabendo que isso é muito importante para a representação*”.

O catalogador 14 não respondeu a questão sobre a relevância da leitura. E o catalogador 13 mostra-se descontente com a catalogação “*Isso é perder tempo hábil de trabalho, trabalhando em ilha*”.

Catalogador 13	<i>Isso é perder tempo hábil de trabalho, trabalhando em ilha.</i>
Catalogador 14	<i>Hoje temos a busca dos documentos por qualquer parte, trabalhar assim é trabalhar para o nada.</i>

Catalogador 15	<i>Alguns livros os assuntos estão claros, que podem se determinar o assunto somente pelo título do livro. Às vezes tem que olhar o prólogo e um pouco o conteúdo do livro para ver qual matéria vai determinar. Os assuntos mais difíceis de determinar são quando são muito específicos, como nas teses de doutorado.</i>
Catalogador 16	<i>Na atual situação das bibliotecas fica muito difícil realizar a leitura corretamente dos documentos, mesmo sabendo que isso é muito importante para a representação.</i>

Discussão:

A leitura técnica é considerada a primeira etapa da análise de assunto e é a partir dela que se obterá resultados positivos ou não na representação de assunto.

Como observado em Redigolo (2010) que pontua algumas fases da leitura documentária, os catalogadores brasileiros e espanhóis não explicitaram os objetivos de leitura e não monitoraram o comportamento para ver se está ocorrendo compreensão. Apenas alocaram a atenção para as áreas importantes do documento e identificação dos aspectos importantes da mensagem.

Diante da realidade das bibliotecas brasileiras e espanholas, de importação de registros de catalogação, da digitalização de documentos, dos catálogos on-line, a leitura técnica passou a ter menos espaço e importância.

Pois os catalogadores não sentem mais a necessidade de fazerem a leitura para descobrirem qual o assunto principal, e também em qual classificação a obra se insere, pois as informações que aparecem no registro cooperado já lhes parecem o suficiente. Algumas vezes fazem a conferência se estes termos são autorizados de acordo com a linguagem e outras vezes não.

A leitura técnica do documento tornou-se menos relevante quando o registro de catalogação passou a ser cooperado, e isso representa ganho de tempo para realizar outras atividades. Visto que são poucos profissionais contratados em uma biblioteca e a quantidade de trabalho é grande.

Apesar dos catalogadores brasileiros terem realizado mais a leitura técnica do que os catalogadores espanhóis, ambos não seguiram sequer as diretrizes que a norma UNI ISO 5963 (1985, p.5) determina:

- título;
- resumo, se houver;
- sumário;
- introdução;
- ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;

- palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.);

O Manual de Indexação AGRIS/CARIS alerta que não é necessário realizar uma leitura integral do texto, mais sim de suas partes mais significativas tais como: título, resumo, índice, sumário, títulos dos capítulos, parágrafos, quadros, legendas, palavras em destaque no texto, prefácio, introdução, conclusão, palavras chaves, índices e bibliografias. O manual detalha quais as informações que o indexador encontrará em cada item e a ordem de importância do uso de cada um.

Nota-se que o modelo de leitura documentário (FUJITA, 2003) visa uma leitura dinâmica, também pautada em direcionamentos propostos pela norma NBR 12 676, porém com o diferencial de apontar as partes textuais onde os conceitos podem ser encontrados. Assim, para Fujita (2003, p.1) “a Leitura Documentária, realizada pelo Indexador na fase de análise, visa propiciar a “identificação de conceitos” para posterior representação em índices que satisfaçam a demanda do usuário”.

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Dentre as universidades brasileiras investigadas, o catalogador 1 menciona a política de indexação como instrumento atualizado durante a atividade de catalogação, pois é uma prática habitual presente em seu dia-a-dia, deixa transparecer algumas decisões, como deixar os termos mais específicos ou mais gerais.

O catalogador 8 apenas diz que existe um manual, porém não faz uso do mesmo durante a representação.

Os demais desenvolvem a análise de assunto sem se pautarem em nenhum instrumento auxiliar e em momento algum mencionam a política ou um manual.

Catalogador 1	<i>Mesmo os assuntos específicos da área da saúde a gente não usa um vocabulário controlado específico da saúde, a gente usa esse mais geral até por conta da política da universidade de ser uma coisa mais universal, então a gente não especifica tanto.</i>
Catalogador 2	<i>“Inclusive a gente tem um livrinho para seguir, que dá as regrinhas que devemos seguir, todas as bibliotecas seguem as mesmas normas”.</i>
Catalogador 3	<i>Não menciona o uso do manual, nenhum momento refere-se a ele.</i>
Catalogador 4	<i>Não menciona o uso do manual, nenhum momento refere-se a ele.</i>
Catalogador 5	<i>Não menciona o uso do manual</i>
Catalogador 8	<i>Existe um manual que seguimos.</i>

Pesquisa Etnográfica

O resultado com a PE vão na mesma direção do PVI e mostram a precariedade na existência de instrumentos atualizados e também de consciência dos catalogadores em relação a importância de uma política ou manual que dê diretrizes concretas para a análise de assunto.

Apesar do catalogador 1 ter falado sobre a política de indexação quando estava desenvolvendo o PVI, quando questionado sobre o manual diz que essa política não existe em papel e que está em fase de discussão na comissão da biblioteca: *“Na pratica vamos seguindo a experiência de quem começou a fazer assim, e ai vamos fazendo e passando para os Bibliotecários novos que vão entrando.”*

O catalogador 2, diz o quanto é importante e atualizado esse manual, pois existem reuniões dos catalogadores mensalmente para discutir as recorrentes dúvidas.

Nas outras universidades, mesmo que contenham o manual que é o do catalogador 5, não o utilizam como deveriam.

Os catalogadores 1 e 2 não interpretam a análise de assunto, seguem falando da catalogação descritiva.

Catalogador 1	<i>“Como tem muito material e tem muita área de conhecimento dentro da Universidade, a gente ainda não colocou no papel essa política de indexação, mas aí fica a critério do Bibliotecário. Deixamos no máximo 5 termos, a gente usa no máximo 5 termos”. A gente não tem essa política no papel ainda, estamos até discutido e pensamos em convidar um professor do Departamento para começar a fazer isso, mas ainda não foi para frente o projeto. A ideia da Biblioteca é colocar essa política no papel o mais breve possível. Na pratica vamos seguindo a experiência de quem começou a fazer assim, e ai vamos fazendo e passando para os Bibliotecários novos que vão entrando.</i>
----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Catalogador 2	<i>“Temos o nosso livrinho, para Monografias, que inclui livros. O de tese está quase ficando pronto. Aqui temos um Manual para entradas de dados em padrão AACR2 e Marc 21, esse é só de monografias, está para sair outro de tese e outro de periódicos. É uma política que seguimos aqui na Biblioteca e é a mesma que todas as outras Bibliotecas do SBU, são as regras que a gente segue, estão todas aqui. Porque mesmo que a gente importe os dados de outras bibliotecas no Pesq, temos que usar os padrões estipulados pelo nosso Manual. Temos reunião dos catalogadores uma vez por mês e tiramos todas as dúvidas, porque sempre temos algumas coisas para discutir. Esse manual é bom porque já vem uma tabela de siglas atrás, então quando a gente tem dúvidas da para consultar”.</i>
Catalogador 3	<i>“Não usamos nenhuma política e não temos nenhuma política elaborada aqui na instituição”.</i>
Catalogador 4	<i>“Nós não temos um manual escrito, a indexação nós seguimos exatamente o que o Decs manda”.</i>
Catalogador 5	<i>“A Biblioteca faz, mas na verdade quase não manuseamos esse manual. E eu estou aqui a pouco tempo”.</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Para os catalogadores 13 e 14 a catalogação está em desuso, portanto partindo desse princípio, neste contexto o uso de uma política de indexação aparentemente mostra-se irrelevante. *“Eu tenho uma aversão contra a atividade de catalogar”.* *“A catalogação para mim é uma atividade que está em desuso e não tem consistência na atualidade”.*

O catalogador 15 citou o manual durante a atividade, sobre a quantidade de termos estipulados para cada catalogação *“Vou usar somente dois termos, mas no nosso manual diz que podemos colocar no máximo 5. De 4 a 5”.* O catalogador 16 não cita o manual.

Catalogador 13	<i>“Eu tenho uma aversão contra a atividade de catalogar. Tenho o livro a teoria da biblioteconomia de Henrique Molina onde fala que é um trabalho que se deve conceder intelectualidade, mas para mim são processos técnicos”.</i> <i>“Catalogar é um pequeno universo dentro dos fazeres Bibliotecários, e que deveria ser feito por uma pessoa e bem feito, o melhor possível”.</i>
Catalogador 14	<i>“A catalogação para mim é uma atividade que está em desuso e não tem consistência na atualidade. Penso que nós, Bibliotecários, perdemos tempo com atividades que supostamente já deveria vir pronta, porque temos outros serviços sociais para fazer. A catalogação tem para mim pouco futuro, a catalogação teve muito peso há muito tempo e agora não tem peso nenhum”.</i>
Catalogador 15	<i>“Vou usar somente dois termos, mas no nosso manual diz que podemos colocar no máximo 5. De 4 a 5”.</i>
Catalogador 16	<i>Não citou o manual.</i>

Pesquisa Etnográfica

De acordo com respostas obtidas através da pesquisa etnográfica, observa-se a realidade das bibliotecas espanholas no que diz respeito à Política de Indexação. Nota-se que diante da amostra que temos referente às bibliotecas espanholas, apenas uma realmente possui um Manual de Política que contenha as diretrizes e pontuações sobre a atividade de indexação/catalogação de assunto.

Diante da amostra das bibliotecas espanholas, a presença de um manual não é muito comum, mesmo quando existe, esse recurso é pouco utilizado.

Os catalogadores discutem o desuso da catalogação e a desatualização dos manuais (quando existem), deixando transparecer a pouca relevância que a análise de assunto na catalogação apresenta diante do cenário atual em que as bibliotecas se encontram, com seus catálogos online.

Dois catalogadores afirmam ter o manual, um deles mostra o manual em dois suportes, o manual impresso e o informatizado. Além de nos indicar que possuem o manual, é possível perceber que durante a catalogação pauta-se em seu uso. O outro catalogador não fez uso do manual durante a representação de assunto.

Catalogador 13	<i>“Não. Essa é uma solução de caráter normativo, é que continuando sendo ilhas de informação, e continuando trabalhando para nós mesmos”.</i>
Catalogador 14	<i>“Sim, aqui existe um serviço de verificação dos assuntos por um bibliotecário e um grupo de trabalho que se reúne para determinar diretrizes. E usamos a Regra de Catalogação Espanhola para a descritiva. Os manuais e os cabeçalhos de assuntos estão defasados, não se encontra nada. Tudo muito no geral. Todos os sistemas estão totalmente defasados, na CDU, por exemplo, homofobia esta dentro de medicina, ainda tratado como uma doença e não como uma identidade da pessoa”. “O problema que na Espanha, a chamada Biblioteconomia técnica teve muito peso e agora com a tecnologia e catálogos online, foram se queimando etapas. Porque quando tínhamos tudo em papel, falávamos de Gestão da Coleção, Temas de Marketing e de qualidade. E aqui passamos diretamente para a automatização, então passamos da maquina de escrever de fichas para os sistemas automatizados, mas em nosso país as etapas intermédias, como gestão de qualidade, de cliente, marketing. Como não planejamos muito, somos capazes de improvisar, isso é bom e ruim”.</i>
Catalogador 15	<i>“Sim, temos um manual de procedimentos (demora muito tempo para encontrá-lo). É uma regra de catalogação que nos usamos. Mas também temos um manual de procedimentos informatizado, é um manual que seguimos, abreviado”.</i>
Catalogador 16	<i>“Sim temos um manual, mas está desatualizado, então só olhamos se for um caso extremo”.</i>

Discussão:

O índice das bibliotecas que contêm uma política de indexação é muito baixo tanto nas bibliotecas espanholas quanto nas bibliotecas brasileiras. As duas técnicas demonstraram o mesmo resultado, onde a política é pouco utilizada e pouco visualizada como sendo importante, bem como o próprio processo de análise de assunto.

Seguir os procedimentos deixados pelos catalogadores mais experientes parece ser uma prática comum entre as bibliotecas brasileiras, o que nos levar a crer que existe pouca reflexão sobre esta atividade. Além do mais, os catalogadores visam mais a catalogação descritiva.

Na realidade das bibliotecas universitárias espanholas, a análise de assunto na catalogação é pouco refletida, pois um dos catalogadores diz que o caráter normativo não é interessante, pensar desta maneira assim é continuar trabalhando em ilhas, ou seja, isolados de outros contextos, de outras bibliotecas. A realidade brasileira não é muito diferente, pois na maioria dos casos não existe a presença de manuais normalizadores.

Alguns catalogadores não interpretam a catalogação de assunto, como o catalogador 2, pois quando foi questionado sobre o uso do manual, referiu-se à catalogação descritiva.

Ainda mostram uma realidade de digitalização dos documentos, como em dois exemplos nas bibliotecas espanholas, visam a indexação de artigos científicos, tirando o foco da catalogação de assunto de livros, que são de realidades e ambientes diferentes.

A política de indexação, segundo Cesarino e Pinto (1978), é entendida como uma decisão gerencial tradicional, que divide as atividades informativas em gerenciais, de processamento e de interface com o usuário, passando a ver a gestão da unidade ou serviço de informação vista como um todo, no qual se inserem atividades de organização, disponibilização e uso da informação, de forma integrada e interdependente (mutuamente retroalimentável).

Dessa forma, uma política de indexação é de suma importância para uma unidade de informação, principalmente para agências como as bibliotecas universitárias, que tem um papel fundamental dentro das universidades, que fomentam a pesquisa e dão suporte para o ensino e extensão.

QUALIDADE DA ANÁLISE DE ASSUNTO (LANCASTER, 2004) / (GIL LEIVA, 2008)

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

O catalogador 3, diz que a catalogação deve ser realizada de forma detalhada e com muita atenção, porém se contradiz ao dizer que: *“O campo de assunto a gente não muda, nós apenas conferimos para ver se ele é autorizado”*.

O catalogador 7 preocupa-se em descrever o assunto *“Agente segue um padrão, usando os termos do nosso vocabulário controlado, quando eles não estão na listagem dos controlados, a especialista cria e coloca como termo relacionado. Quando surge alguma dúvida sobre o assunto, agente pesquisa, consultamos a nossa chefe, e quando surge alguma dúvida agente se reúne, conversa com algum especialista da área. Os próprios professores. E assim tentamos resolver os problemas relacionados ao assunto”*.

O catalogador 9 diz que a realidade da universidade, os usuários e a cultura organizacional determinam a representação: *“Nós trabalhamos de acordo com a realidade da nossa Universidade, dos nossos alunos, que são formados para o mercado de trabalho. Diferentemente nas Universidades públicas que os alunos são formados para a pesquisa. Trabalhos aqui de acordo com essa realidade, de acordo com a cultura organizacional”*.

Catalogador 2	<i>Para fazer o descarte dos livros da nossa biblioteca, todo ano cruza as informações do empréstimo e verifica-se quais os que têm mais saída e os que nunca saem.</i>
Catalogador 3	<i>O campo de assunto a gente não muda, nós apenas conferimos para ver se ele é autorizado. Na verdade temos que prestar muita atenção no que estamos fazendo, pois parece repetitivo, porém ao fazermos a descrição de um livro pode sair de outro. Temos que ter muito cuidado com isso. Tem muito termo que aparecem na nossa base que não estão normalizados.</i>
Catalogador 7	<i>Como eu não sou da área da Computação eu faço uma pesquisa. Eu entro em várias outras bibliotecas para confirmar os termos, o assunto. Agente segue um padrão, usando os termos do nosso vocabulário controlado, quando eles não estão na listagem dos controlados, a especialista cria e coloca como termo relacionado. Quando surge alguma dúvida sobre o assunto, agente pesquisa, consultamos a nossa chefe, e quando surge alguma dúvida a gente se reúne, conversa com algum especialista da área. Os próprios professores. E assim tentamos resolver os problemas relacionados ao assunto.</i>

Catalogador 9	<p><i>Nos catalogadores jamais podemos ler o livro passo a passo, por inteiro, mas nós vamos folheando.</i></p> <p><i>Na área da saúde e a área de informática são os mais fáceis de classificar. Então na área de Informática, quando você olha o sumário, e os capítulos, até mesmo por trabalhar com isso a sete anos, eu consigo identificar.</i></p> <p><i>Nós trabalhamos de acordo com a realidade da nossa Universidade, dos nossos alunos, que são formados para o mercado de trabalho. Diferentemente nas Universidades públicas que os alunos são formados para a pesquisa. Trabalhos aqui de acordo com essa realidade, de acordo com a cultura organizacional.</i></p>
----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pesquisa Etnográfica

Como já observado com o PVI, não existe nenhum controle da qualidade da indexação realizada nas universidades pesquisadas. Falta um controle comparativo de como os usuários estão buscando os documentos e como os documentos estão sendo catalogados.

Catalogador 1	<p><i>A gente não tem nenhum estudo nesta direção, talvez este tipo de coisa o setor de referencia poderia trabalhar neste sentido, porque tem alguns relatórios que se emite dos termos pesquisados, seria mais ou menos assim. Aqui na Catalogação a gente não trabalha com esses dados, poderíamos até trabalhar realmente, porque o Pergamum gera esses relatórios por assunto, tem como gerar isso, aí tem como a gente cruzar esses dados com os que a gente tem aqui. Mas nós não temos esse tipo de estudo/avaliação aqui.</i></p>
Catalogador 3	<p><i>Não, nós não fazemos nada nesse sentido. Nós poderíamos cruzar os dados da catalogação com os da referência, mas não fazemos isso não. A gente confia que o sistema já tenha que fazer essa avaliação e na pesquisa já vai acertando, né.</i></p> <p><i>As vezes damos entradas por autor que nem está mais na autoria do livro, mas colocamos por saber que os alunos buscam por esses nomes.</i></p> <p><i>Éramos colaboradores com o Bibliodata, então utilizamos a lista de cabeçalho controlado nesta base de autoridade de assunto, que foi tirado da LC. E a partir dessa linguagem formamos a nossa base. O nosso catálogo é geral, porque é uma Biblioteca Universitária e o Bibliodata também é geral, ele não é especializado em nada. A nossa base é um pouco suja porque foi migrada de outra base, e veio cheio de sujeito, veio muita coisa não normalizado. Conferimos também no DECS, senão tiver na LC.</i></p>
Catalogador 4	<p><i>O setor de referência é que pode fazer a diferença nesse aspecto.</i></p> <p><i>O que adianta aqui dentro fazermos uma indexação maravilhosa se lá fora não temos uma pessoa para guiar.</i></p>
Catalogador 6	<p><i>Isso deveria ser feito pelo setor de referência.</i></p>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Pensar sobre a qualidade da análise de assunto não aparentou ser uma preocupação dentre esses catalogadores, o catalogador 13 diz que se deve incluir ao máximo informações ao registro, mas os catálogos não buscam informações que estão em todos os campos. Essa é uma questão que também se aplica ao âmbito dos catálogos *online*.

Catalogador 13	<i>Temos que catalogar enriquecendo o máximo possível a nossa catalogação. Enriquecer com o resumo, com o sumário, enriquecer o máximo e vamos chegar tarde ao fazermos tesouros que sejam funcionais. Eu vou ampliar agora a etiqueta 505 com o /#R e o /#T, para o títulos /#T e para a menção de responsabilidade /#R, vou copiando os capítulos e colocando os /#T e o mesmo vou fazer com os autores de cada capítulo. Então essas palavras que eu estou colocando vão aparecer na busca em qualquer campo. Agora estou satisfeito com a minha catalogação.</i>
Catalogador 14	<i>Para mim quanto mais simples melhor.</i>
Catalogador 15	<i>Para a nossa representação, tentamos enriquecer ao máximo.</i>
Catalogador 16	<i>Tentamos identificar todo o assunto do material.</i>

Pesquisa Etnográfica

Foi perguntado aos catalogadores se existe algum tipo de avaliação, ao menos se os usuários conseguem recuperar pelos termos controlados.

O catalogador 13 se contradiz quando diz “Os assuntos devem ser determinados pensando no usuário e no desenvolvimento de seus processos cognitivos, para engrossar o conhecimento que já tinha na humanidade. E que não busque 1.200 documentos, quando o usuário somente precisa do necessário”. O que o catalogador disse faz todo o sentido, e a precisão nas buscas é o objetivo da análise de assunto. Mas se contradisse porque na prática mostrou não refletir sobre a análise de assunto, dizendo que seu uso está obsoleto, e determinou apenas um descritor para o livro analisado.

Os demais catalogadores dizem não existir um serviço que controle a consistência dos termos de indexação comparados com a busca dos usuários, revelando que a pouca reflexão sobre os resultados na análise de assunto.

Catalogador 13	<p><i>Avaliação das pessoas, avaliação da ciência, se o que nos interessa é a avaliação do resultado das perguntas do usuário, como o fim de dar-lhe uma pertinência e relevância para o que o usuário esta pedindo. O catálogo tem que responder as perguntas especifica do usuário.</i></p> <p><i>Os assuntos devem ser determinados pensando no usuário e no desenvolvimento de seus processos cognitivos, para engrossar o conhecimento que já tinha na humanidade. E que não busque 1.200 documentos, quando o usuário somente precisa do necessário. Pois não comeríamos 1.200 pães, não é mesmo, como leríamos tanto documento?</i></p>
Catalogador 14	<p><i>Eu posso fazer o teste, posso buscar no catalogo gestão estratégica, mas não vai recuperar, então eu posso colocar gestão que é mais geral. Neste caso posso buscar por titulo.</i></p> <p><i>E aqui deixamos assunto em Inglês e Espanhol, porque os alunos buscam em inglês também.</i></p> <p><i>Mas eu não gosto dessa tradução, me parece que esta mau feito, as matérias não estão atualizadas. Veja mesmo gestão estratégica, se busca por termo gestão estratégica não vai encontrar nada, mas se busca por titulo se encontra. Os cabeçalhos de assuntos estão desatualizados e não se adequam a um sistema de recuperação automatizada.</i></p> <p><i>O problema que na Espanha, a chamada Biblioteconomia técnica teve muito peso e agora com a tecnologia e catálogos online, foram se queimando etapas. Porque quando tínhamos tudo em papel, falávamos de Gestão da Coleção, Temas de Marketing e de qualidade. E aqui passamos diretamente para a automatização, então passamos da maquina de escrever de fichas para os sistemas automatizados, mas em nosso país as etapas intermédias, como gestão de qualidade, de cliente, marketing. Como não planejamos muito, somo capazes de improvisar, isso é bom e ruim.</i></p>
Catalogador 15	<p><i>Um serviço concreto não, mas existe estatísticas de uso dos livros. Mas não tem como fazer uma comparação de uso dos termos de indexação.</i></p>
Catalogador 16	<p><i>Em nossa biblioteca não existe um controle dessas buscas, fica difícil porque trabalhamos em poucos bibliotecários.</i></p>

Discussão:

A finalidade da análise de assunto não termina em si mesma, seu propósito encontra-se na representação para a recuperação da informação. Pensar na avaliação desta representação é verificar a sua aplicabilidade dentro de um sistema real da biblioteca. Deste modo, o usuário tem que chegar até o documento desejado, ou ter condições de conhecer o acervo da biblioteca, seja por um acesso presencial ou remoto ao catálogo.

As duas culturas não apresentam um estudo que mostra o *feedback* da análise de assunto para os usuários, porém essa questão levou os catalogadores a refletirem sobre o assunto. Uma das universidades espanholas diz que conseguem fazer a estatística dos livros, mas não do uso dos termos de indexação.

A presença ativa do bibliotecário de referencia ajuda muito nesse intermédio entre o acervo e os usuários, porém somente em buscas presenciais, eis que a busca remota, deve ser assistida através de uma boa representação e também com o auxílio da linguagem que deveria ficar disponível para uso.

A avaliação da análise de assunto deveria ser uma prática constante e rotineira dos catalogadores, pois assim seria possível ter a perspectiva além da própria análise de conteúdo, também o contexto, o usuário, a consistência, a exaustividade, a especificidade, ou ao menos fazerem a correção durante a realização do processo, que consiste ausência de erros de inclusão e também de omissão (CLEVERDON, 1984).

O Manual de Indexação AGRIS/CARIS denota que a análise de conteúdo é uma etapa fundamental no processo de indexação e que uma seleção errônea prejudica a qualidade da indexação. Define como etapas da análise de conteúdo: conhecer a área de representação da instituição, selecionar os conceitos do documento e representá-lo segundo uma linguagem adotada pela instituição. Ademais, acrescenta-se ainda que a representação deve pautar-se, ainda, no contexto e na comunidade usuária.

Sobre a qualidade da indexação, o Manual de Indexação AGRIS/CARIS elenca alguns elementos, como: exaustividade, especificidade, unicidade e coerência entre os descritores e categorias, também discutidos em Carneiro (1985).

A UNI ISO 5963 apresenta em sua estrutura um tópico sobre o controle de qualidade e consistência da indexação. Que consiste na especificidade dos termos atribuídos a um documento e o nível de exaustividade atingido na indexação. No conhecimento prévio que envolve o indexador e na qualidade dos instrumentos utilizados.

A qualidade da indexação, para a norma, pode ser observada pela análise dos resultados da recuperação, ou seja, os documentos pertinentes recuperados e também pelo contato direto com os usuários.

SELEÇÃO DE CONCEITOS (NBR 12676, 1992)

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Os catalogadores brasileiros partiram do princípio das três fases da análise de assunto, leitura, identificação e seleção, como é possível observar com os catalogadores 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

O catalogador 3 não identifica conceitos no documento, apenas verifica se os descritores do registro de cooperação é autorizado.

Catalogador 1	<i>Então eu pesquiso este assunto e vejo se ele tem aqui, se ele não tiver a gente vai buscando outros assuntos que estejam relacionados com Fibrilação Atrial. A gente tem o Fibrilação Atrial só que ai a gente vê se o campo está controlado, como a gente controla ele? Este daqui olha, se ele tem pelo menos o campo 150 que é a entrada principal para assunto dentro do nosso VCB e se tem o 670 que é de onde a gente puxou, no caso desse assunto ele foi puxado da Rede Pergamum, vou até te mostrar como a gente faz para puxar ele da Rede Pergamum, a gente pesquisa aqui na BN, a gente vê se tem o assunto na BN, na LC em último caso a assunto, porque na LC a gente tem que traduzir algumas notas, porque algumas notas são necessárias, porque tem assuntos que são especificamente para aquele tipo de material, por exemplo: Samba é para dança, Sambas é para gênero musical.</i>
Catalogador 2	<i>Eu vou colocar quatro assuntos, esses termos são autorizados porque eles já estão na nossa base, alguém já pesquisou isso e já passou pelo grupo de qualidade, esses termos já estão marcados como revisados.</i>
Catalogador 3	<i>O campo de assunto a gente não muda, nós apenas conferimos para ver se ele é autorizado.</i>
Catalogador 4	<i>Eu venho aqui no Decs e vou conferir esses termos identificados.</i>
Catalogador 5	<i>Então eu já sei que Embriologia é autorizado, mas mesmo assim vou pesquisar. Vejo aqui que posso colocar, e também posso colocar Embriologia Humana. Deixa-me ver aqui nesse que já temos na base se tem mais algum termo relacionado. Bem, aqui tem Biologia Humana, que também é autorizado e tem a ver com o assunto do livro em questão.</i>
Catalogador 7	<i>Eu faço a busca por esse termo e o sistema vai me trazendo os termos controlados, muitas vezes nós seguimos os descritores da FGV. Eu entrei como sistema operacional e ele vai me trazendo as classificações. Tem vários termos. Esse termo principal terá que condizer com o número de classificação. Aqui aparece os termos que já foram normalizados, então vem algumas indicações de NÃO USE para alguns termos.</i>
Catalogador 8	<i><u>Vou copiar o assunto que eles usaram, e ver no Pesquisib se esse assunto já foi traduzido para a nossa língua. Aqui já encontrei que é um assunto pronto para ser usado, que já está traduzido.</u></i>
Catalogador 9	<i>Eu vou digitar no sistema o assunto principal do livro, para ver se o assunto que eu estou digitando tem no sistema que nós trabalhamos aqui na Biblioteca. O assunto principal é Microsoft Office, eu não sei se ele vai buscar, o que ele recuperou pra mim foi MS</i>

	<i>Office, Nós trabalhamos de acordo com a realidade da nossa Universidade, dos nossos alunos, que são formados para o mercado de trabalho.</i>
Catalogador 10	<i>Eu vou colocar os assuntos, aí eu abro o 650, eu coloco o assunto que eu vejo que mais tem haver com a obra, da mesma forma que eu fiz com o autor, eu vou clicar para ver se eu tenho esse assunto autorizado dentro do nosso banco de assuntos.</i>
Catalogador 11	<i>Selecionamos desta lista de termos controlados para identificar o assunto mais específico que o documento trata e na frente entre parênteses vem a classificação de acordo com o CDD.</i>
Catalogador 12	<i>Fazemos a seleção dos termos utilizando o vocabulário USP.</i>

Pesquisa Etnográfica

Ao perguntar aos catalogadores sobre a etapa de seleção dos conceitos, e os possíveis danos de não usar uma linguagem controlada, os catalogadores afirmam que traduzir os termos para uma linguagem de indexação é muito importante para a busca.

Catalogador 1	<i>A seleção vai padronizar os termos</i>
Catalogador 2	<i>É necessária para a padronização, porém com uma linguagem atualizada.</i>
Catalogador 3	<i>Confirmamos no Decs ou na Lc., é muito importante para fazer um controle terminológico no sistema.</i>
Catalogador 4	<i>Depois na linguagem você tem que adequá-los.</i>
Catalogador 5	<i>Essa etapa é muito importante para a recuperação da informação</i>

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Neste caso, nota-se que os catalogadores 13 e 14 vão direto para os termos autorizados, buscando nas bases termos já existente e autorizados para livros similares, pois como visto no tópico anterior, estes catalogadores não identificaram os conceitos a partir da leitura.

Os catalogadores 15 e 16 validaram os conceitos identificados durante a leitura técnica.

Catalogador 13	<i>Vamos ver o assunto, digito catalogação na nossa base e vem a lista, tenho o assunto catalogação cooperativa, e isso vai me levando na pista de como nós já determinamos os assuntos aqui na biblioteca. Mesmo tendo vários capítulos eu vejo um assunto só: Catalogação Cooperativa.</i>
Catalogador 14	<i>O assunto, temos aqui que um assunto é Indústria Editorial, eu levo tanto tempo aqui que quase não consulto mais os assuntos. O outro assunto seria Gestão, porque não tem Gestão Estratégica na lista de autorizados.</i>
Catalogador 15	<i>E agora temos que validar o assunto, foi catalogado pela Biblioteca de Cartagena, mas eu tenho que conferir, porque pode ser que não esteja correto, vou validar a nossa autoridade de assunto. Estou buscando Análises de Sistema em nossa base e vejo que é autorizado, então vou capturar e vai direto para o meu registro, vou colocar os indicadores, que seriam o primeiro e o quarto. O outro assunto proposto é Teoria de Sistemas, vou comprovar se existe em nossa base de dados, não existe exatamente igual, aqui esta em ordem direta.</i>
Catalogador 16	<i>Não existe na nossa biblioteca, vamos buscar outro assunto similar para ver se temos aqui, bom eu selecionei o assunto Planificação Estratégica aqui em nossa base, vou dar um capturar e já vai direto para o registro. Vamos ver se os indicadores estão bem. Tenho que modificar a etiqueta dos dados locais, este livro foi comprado por um departamento, então tenho que colocar o código aqui, 225. Este livro foi comprado por um professor da faculdade de documentação e colocamos o código 053 nesta etiqueta. Dou um validar e comprovo que não aparece nenhum erro, então damos um aceitar. Os assuntos foram Biblioteca e Administração, que este assunto buscamos no catálogo de assunto da Biblioteca da Universidade de Sevilla, esse termo já existia. E o outro assunto buscamos na Biblioteca Nacional em autoridades, aqui tem autoridades de pessoas, de entidades, de assunto, etc. E o outro assunto é Planificação Estratégica da Biblioteca Nacional.</i>

Pesquisa Etnográfica

Nesta etapa, apenas confirmam a necessidade de usarem termos controlados para a representação do documento.

O não cumprimento das três etapas da análise de assunto, acontece por não existir uma sistematicidade da análise de assunto, o contexto em que as bibliotecas estão inseridas e a comodidade em reaproveitar os termos que estão no registro cooperado apenas verificando se são controlados pela linguagem, revelam o cenário atual das bibliotecas.

Catalogador 13	<i>Tem que usar os autorizados, mas tem o problema da desatualização.</i>
Catalogador 14	<i>Usamos a linguagem. Aqui as pessoas não encontram a informação e são estudantes de documentação e não encontram com o cabeçalhos de assunto que utilizamos.</i>
	<i>Nós seguimos a linguagem da Biblioteca de Sevilla e da Biblioteca Nacional, o que acontece é que nós temos que preencher uma etiqueta uma outra etiqueta que é a 653 que nela podemos colocar qualquer assunto que temos visto, que não esta validada. E muitas vezes passamos para o processo técnico e algumas vezes podem aceitar esse</i>

Catalogador 15	<i>assunto então já passa a ser autorizado.</i>
Catalogador 16	<i>Nós seguimos a linguagem da Biblioteca de Sevilla e da Biblioteca Nacional, sempre colocamos os termos autorizados.</i>

Discussão:

Redigolo (2010) desenvolve as etapas da seleção dos conceitos pelos catalogadores, que consiste no uso de um vocabulário controlado; uso dos termos identificados sem realizar a tradução dos conceitos; preocupação com o usuário e seleção dos conceitos a partir do próprio conteúdo do documento.

Todos os catalogadores validaram os termos, apesar de que alguns catalogadores terem reaproveitado termos recuperados nos registros de cooperação.

A seleção dos conceitos a partir de um vocabulário controlado é uma etapa importante para a análise de assunto, pois é nesta etapa que vão se determinar termos que irão definitivamente representar a obra no catálogo.

Para que essa tradução dos termos para descritores controlados sejam válidos como representantes do conteúdo documentos, ele deve representar não apenas o sentido que o autor pretendeu passar com a mensagem do livro, mas também o contexto da biblioteca, os interesses de busca dos usuários e a sua especificidade.

Os catalogadores brasileiros tentam verificar se os termos já existem no sistema e se não forem encontrados tentam adaptar com o que encontram nas bases que usamos para pesquisas.

No entanto, esta etapa deve partir do princípio que já tenham sido identificados termos a partir do conteúdo do documento, pois assim é possível fazer uma representação mais fiel do conteúdo textual. É importante salientar que não se devem utilizar as palavras do autor presentes no texto, mas sim a ideia que este texto representa.

A desatualização das linguagens controladas existentes é um agravante para esta fase de seleção, pois muitos catalogadores demonstraram dificuldades em adequar os termos identificados com os da linguagem, o que compromete diretamente a fidelidade da representação. Como a área de biológicas vive em constantes mudanças e descobertas, as linguagens controladas referentes à estas áreas são mais atualizadas e específicas.

USUÁRIOS

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Protocolo Verbal Individual

Com a aplicação do PVI, notou-se que o usuário foi mencionado diversas vezes, inclusive que são consultados especialistas nos assuntos para definir uma representação mais adequada para o usuário.

Catalogador 1	<i>Público alvo a gente deixa desconhecido porque aqui em nossa biblioteca vem pessoas de todos os lugares, não tem usuários somente da saúde.</i>
Catalogador 2	<i>Pois apesar de serem da área Médica e não ser muito útil por ser antigo, podem ser utilizados por alunos de pós-graduação para fazerem seus trabalhos</i>
Catalogador 3	<i>Que é como ela é conhecida até hoje dentre os usuários deste livro</i>
Catalogador 4	<i>Uma pessoa do primeiro ano pode não saber o que significa esse termo, que é a mesma coisa que doença da pele. Ai entra a nossa falta de ter uma pesquisa para saber se é interessante para eles saberem disso ou não. Ou se as nossas bibliotecárias de referência estão dando esse tipo de suporte para os nossos alunos.</i>
Catalogador 7	<i>Quando surge alguma dúvida sobre o assunto, agente pesquisa, consultamos a nossa chefe, e quando surge alguma dúvida agente se reúne, conversa com algum especialista da área. Os próprios professores. E assim tentamos resolver os problemas relacionados ao assunto.</i>
Catalogador 9	<i><u>Então para os assuntos relacionados, e para que seja facilitado para o aluno, para que ele tenha uma possibilidade maior de recuperação, eu vou colocar o próprio título do livro, porque dentro da área de Informática os assuntos são todos muitos precisos, tudo muito exato, então eu vou colocar Microsoft Office Word 2007.</u> <u>Por que aqui em um dos capítulos tem um item que fala sobre o Windows XP, vai ser um assunto importante, e que os alunos trabalham muito.</u> <i>Aqui eu posso colocar Software como sendo outro termo relacionado. Como está relacionado com Informática, seria outro termo para inspiração do aluno, vou colocar Informática também. Nós trabalhamos de acordo com a realidade da nossa Universidade, dos nossos alunos, que são formados para o mercado de trabalho. Diferentemente nas Universidades públicas que os alunos são formados para a pesquisa. Trabalhos aqui de acordo com essa realidade, de acordo com a cultura organizacional.</i></i>
Catalogador 10	<i><u>Agora eu vou arrumar esse registro de acordo com a minha biblioteca, de acordo com as minhas necessidades.</u></i>
Catalogador 11	<i>aqui vem a seleção da estante e do lado que os usuários vão pesquisar. A aquisição que não aparece para o usuário, a edição e a data de tombamento.</i>
Catalogador 12	<i>Já tínhamos todos os termos validados pela literatura e usuários, mas não faziam relações entre si. Na computação, não é necessário colocar áreas maiores do que agente tem, principalmente na nossa biblioteca que é muito especializada.</i>

Pesquisa Etnográfica

Quando questionados sobre o peso que o usuário tem durante a representação, os catalogadores confirmam o que realizaram na prática. O catalogador 6 reforça que os descritores “*tem que fortalecer o livro, de uma forma que você garanta que o usuário possa encontrá-lo*”.

O catalogador 1 levanta uma questão que refere-se ao não aprofundamento do assunto, porque “*dependendo do que o aluno digitar na base, ela vai buscar o termo, porque ele busca no documento como um todo, ou melhor, no registro que a gente cadastrou no sistema, se tiver no título ou se adicionarmos um resumo, por exemplo. E se tivermos a obra completa em pdf ele busca nesse documento todo, então por conta disso a nossa indexação não é tão profunda*”. Porém não existe um estudo de usuário da biblioteca, mostrando as realidades de pesquisa e busca.

Catalogador 1	<p><i>E muitas vezes o usuário não sabe que existe uma linguagem controlada. Para eles é somente um termo que a gente digita porque tem aquelas palavras no livro. Por isso que o nosso sistema fica em busca por palavras, porque é mais fácil do usuário encontrar o termo que ele está pesquisando.</i></p> <p><i>Lá fora a pesquisa do aluno é a pesquisa por palavras, então como é por palavras ele vai pesquisar tanto no título, como nas notas, como no assunto, como nas remissivas dos assuntos que a gente usou. Então dependendo do que o aluno digitar na base, ela vai buscar o termo, porque ele busca no documento como um todo, ou melhor, no registro que a gente cadastrou no sistema, se tiver no título ou se adicionarmos um resumo, por exemplo. E se tivermos a obra completa em pdf ele busca nesse documento todo, então por conta disso a nossa indexação não é tão profunda.</i></p>
Catalogador 3	<p><i>Não temos isso não, não temos essa preocupação.</i></p>
Catalogador 4	<p><i>Recordo-me que antigamente não existia a palavra eutanásia no Decs. Então nós colocávamos em Morte, Antecipação da Morte, mas não representava o que realmente era. E geralmente os usuários de medicina buscam por autor e por título, na opção de busca. Então não recuperava.</i></p> <p><i>Na graduação, nossos usuários tem um perfil imediatista, não são como um estudante de Filosofia que tem o perfil de pesquisador. Sempre usam alguns nomes como são conhecidos os livros, nunca vem com a informação precisa e completa. Tem noção da bibliografia básica e dos livros que os professores adotam. Então eles vem para a biblioteca especificamente procurando determinado livro. Ex: Cirurgia do Monteiro. Emergências do Martins. E a bibliotecária de referência tem que saber tudo.</i></p> <p><i>Outro perfil de usuário que está começando agora, que são os auxiliares de enfermagem. Esses já necessitam de nossa ajuda. Os graduandos são muito autônomos, suficientes. Os auxiliares de enfermagem usufruem mais do assunto, porque como estudam em outras escolas e vem aqui somente para pesquisar, não dominam as prateleiras e o sistema.</i></p> <p><i>Os médicos normalmente são pesquisadores e são auto-suficientes. Eles hoje vem a biblioteca muito raramente. Eles têm toda a estrutura em seus consultórios, em suas salas. Sabem todas as novidades nos temas. Quais os artigos que ainda vão ser publicados que estão em revisão.</i></p>
	<p><i>Quanto mais pontos de acesso você tiver, acho que facilita. Para mim o que é importante é o usuário.</i></p>

Catalogador 6	<i>Você faz a leitura e pega a grande área, depois dentro da grande área você vai tentando fortalecer o livro que você tem para catalogar, de uma forma que você garanta que o usuário possa encontra-lo.</i>
----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Protocolo Verbal Individual

Durante a atividade de análise de assunto, os catalogadores 14 e 15 não mencionaram os usuários.

O catalogador 13, depois de terminada a catalogação, vai até o catálogo e confere como o registro vai aparecer para o usuário. O catalogador 16 diz que a representação é destinada ao usuário.

Catalogador 13	<i>Conhece algum usuário que tem recuperado pela CDU? Agora eu vou à planilha do catalogo para ver como vê o usuário, e vou conferir.</i>
Catalogador 16	<i>Quando eu represento tenho que pensar no meu usuário.</i>

Pesquisa Etnográfica

Durante a entrevista os catalogadores discutem sobre a questão do usuário, e que a representação deve ser formulada de forma específica.

O perfil dos usuários da Espanha é diferente do Brasil, pois o hábito em frequentar a biblioteca é muito grande, ela é vista como além de fornecedor de informações, também como um ambiente para estudos diário.

Catalogador 13	<i>A pergunta do usuário na maioria das vezes é muito específica, não é o que a biblioteca tem sobre astronomia, por exemplo, e sim o que a humanidade sabe sobre astronomia. E isso é deixarmos de trabalhar como ilhas do conhecimento. Somente a experiência na recuperação pode nos dar respostas para o usuário. Para saber mais, tem que saber, tem que ter um conhecimento prévio. Porque uma pessoa que não conhece astronomia não pode formular uma pergunta específica em astronomia. Então é importante prestar atenção no usuário, para saber em que direção indexamos o documentos. Quando estamos falando de usuário o que deve importar é este murro na mesa e dizer o que funcione, mas que funcione de verdade. E que não busque 1.200 documentos, quando o usuário somente precisa do necessário. Pois não comeríamos 1.200 pães, não é mesmo, como leríamos tanto documento? Não poderíamos digerir. Os assuntos devem ser determinados pensando no usuário e no desenvolvimento de seus processos</i>
-----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<i>cognitivos, para engrossar o conhecimento que já tinha na humanidade.</i>
Catalogador 15	<i>Do meu ponto de vista não vale a pena fazer registros muito longos, porque se o usuário vai consultar em OPAC, tem muitas informações que não são importantes. É fundamental seguir as regras.</i>

Discussão:

Na base de dados Rebiun, catálogo de bibliotecas universitárias da Espanha, quando os catalogadores importam o registro, muitas vezes ele possui o resumo da obra, que de acordo com a decisão do catalogador pode permanecer ou não no registro. Essa é a realidade do Brasil? Questiona-se:

Com que frequência disponibiliza-se um livro no suporte papel para o suporte digital em um acervo de biblioteca universitária? Com que frequência o bibliotecário para o seu tempo para digitar o resumo de uma obra, do tipo livro?

Esse é mais um motivo pelo qual a representação deve ser realizada de forma consciente, onde o usuário seja o objetivo central.

Enquanto os usuários não forem tomados como relevantes no processo de determinação do assunto, as representações continuarão sendo feitas e não recuperadas quando buscadas pelo campo assunto nos catálogos das bibliotecas.

Esse tópico nos reporta outra vez para a questão da exaustividade e da especificidade, já mencionada anteriormente. O acesso está ligado diretamente ao tratamento recebido pelo documento, independentemente do seu suporte físico.

6.1.2 Discussão geral dos resultados

A discussão dos resultados revelou como foi desenvolvida a prática dos catalogadores. E nos mostrou que a ausência de um parâmetro metodológico adequado para a análise de assunto na catalogação, que dê diretrizes e que norteie o catalogador, é um empecilho para uma boa representação.

Um reflexo disso, é que as três etapas pertencentes à análise de assunto: leitura documentária, identificação dos conceitos e seleção dos conceitos, não são realizadas pelos catalogadores, que muitas vezes não fazem a triagem do tema do livro; não identificam termos a partir da leitura; selecionam diretamente os termos encontrados nos registros importados das bases de dados cooperantes.

Quadro 28: Quadro geral dos resultados

ACESSO A LINGUAGEM PELO USUÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> • A disponibilização da linguagem controlada para o usuário é outro ponto que merece atenção nesta discussão. Pois o usuário no momento da busca teria acesso aos termos controlados utilizados para a representação do documento. Acredita-se que isso minimizaria os erros nas buscas por assuntos.
<ul style="list-style-type: none"> • A realidade das bibliotecas brasileiras e espanholas é a mesma no que diz respeito a linguagem controlada, não está satisfazendo a entrada dos descritores por falta de atualização e tampouco é disponibilizada para ajudar o usuário no momento da busca.
<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar os serviços de referência, com atendimento presencial e também <i>online</i> que auxilie aos usuários na recuperação nos catálogos, portanto é outra ideia que está longe das nossas realidades, principalmente no que tange ao atendimento <i>online</i>.
ESPECIFICIDADE DO VOCABULÁRIO CONTROLADO
<ul style="list-style-type: none"> • A falta de padronização e atualização das linguagens foi reclamação frequente dentre os catalogadores, e podem ser detectadas durante a atividade do PVI e PE e dessa forma afirma-se que a realidade brasileira apresenta-se quase igualada à realidade espanhola.
<ul style="list-style-type: none"> • A área de Medicina, como está representada pelos catalogadores brasileiros, possui linguagens controladas mais atualizadas, como por exemplo, o Decs, que é usado pela maioria, ou também o NLM.
<ul style="list-style-type: none"> • A análise revela o quanto desatualizada encontram-se as linguagens controladas, tanto na Espanha, quanto no Brasil, exceto nas universidades que possuem um vocabulário controlado próprio que passa por atualizações frequentes, por grupos de pesquisadores especialistas da área juntamente com os catalogadores.
<ul style="list-style-type: none"> • A questão do uso de termos mais específicos ou mais gerais será determinada pelo manual de política de indexação, na análise de assunto, no entanto as linguagens controladas precisam estar em frequente modificação e atualização, pois a linguagem científica é viva e dinâmica, sofre muitas variações, principalmente na área de biológicas, que a constância das descobertas é maior.
<ul style="list-style-type: none"> • Um catalogador espanhol afirma que o uso de vocabulários controlados é para serem aplicados em fichas em papel, para sistemas automatizados não funcionam. Porém se não houver um controle terminológico, e todo o conteúdo do documento funcionar como metadados para busca, a infinidade de itens recuperados será enorme e ao mesmo tempo inviável para o usuário, pois a seleção do que é relevante levará muito tempo.
<ul style="list-style-type: none"> • Sem a representação do documento com uma linguagem documentária, a atividade bibliotecária perderá seu sentido e razão, pois não cumprirá com o seu papel de disseminador de informações relevantes de acordo com as necessidades de busca dos usuários. Assim funcionam os sistemas de busca, como o <i>Google</i>, por exemplo.
EXPERIÊNCIA COLATERAL (PEIRCE, 1975) / COGNIÇÃO PROFISSIONAL
<ul style="list-style-type: none"> • A experiência ajuda determinar o assunto, pois existirá um conhecimento sobre o tema. Assim, observa-se que o contato com várias áreas do conhecimento não permite que o

<p>catalogador domine uma área em específico, assim fica mais difícil para que ele faça as relações com o tema do documento.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apesar de não possuírem um manual para determinar como deve ser o processo de tomada de decisão para as atividades técnicas e intelectuais, as bibliotecas contam com algumas regras próprias, como por exemplo, muitas decidem/optam por deixarem os termos na generalidade, alegando serem bibliotecas universitárias.
<ul style="list-style-type: none"> • o catalogador necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento.
<p>EXAUSTIVIDADE e ESPECIFICIDADE (LANCASTER, 2004)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • A atual conjuntura e a despreocupação com a representação de conteúdo tira o foco da necessidade de especificar o texto com a finalidade de que o assunto do documento esteja totalmente representado, fato que ocorre tanto nas bibliotecas brasileiras, quanto nas bibliotecas espanholas.
<ul style="list-style-type: none"> • Não especificar o assunto contido nos capítulos dos livros é um problema sério para a área de humanas, principalmente, pois nesta área os temas podem variar, inclusive a terminologia, de modo que em um mesmo livro possa conter capítulos de autores e temas diferentes.
<ul style="list-style-type: none"> • A questão da especificidade e da exaustividade deve ser tratada no manual de política de indexação, deixando bem clara as decisões que o catalogador deve tomar, em relação com a quantidade de termos, a análise por capítulos em caso de livros que contenham autores diferentes para cada capítulo.
<p>HÁBITOS (PEIRCE, 1975) / PROFICIÊNCIA PROFISSIONAL</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Muitas vezes o profissional possui um envolvimento direto com a área, o que o tornar proficiente em determinados assuntos. É o caso de profissionais que atuam, por exemplo, em bibliotecas especializadas.
<ul style="list-style-type: none"> • Além do domínio das áreas de atuação, a proficiência leva o catalogador, por muitas vezes, a não refletir mais sobre a atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> • a forma ou o mecanismo como o catalogador determina o assunto refere-se ao hábito que o força a agir, é o que move o profissional a agir de certa maneira.
<ul style="list-style-type: none"> • a ruptura de hábitos leva a novas reflexões
<p>IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS (NBR 12676, 1992)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apesar dos catalogadores brasileiros e espanhóis não terem interrogado o texto, muitos catalogadores interpretaram o conteúdo do documento e identificaram os termos a partir do próprio conteúdo e do contexto, a minoria utilizou os termos recuperados nos registros de cooperação.
<ul style="list-style-type: none"> • A realidade nas bibliotecas, tanto no Brasil, quanto na Espanha, são muito diferentes do que é tratada na teoria, pois são muitos livros para catalogar, pouco tempo, poucos bibliotecários para esta função e muita demanda.

<ul style="list-style-type: none"> • Não identificar os conceitos a partir da leitura técnica, terá como reflexo um acervo mal representado.
<p>LEITURA DOCUMENTÁRIA (NBR 12676, 1992)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Diante da realidade das bibliotecas brasileiras e espanholas, de importação de registros de catalogação, da digitalização de documentos, dos catálogos on-line, a leitura técnica passou a ter menos espaço e importância.
<ul style="list-style-type: none"> • Os catalogadores não sentem mais a necessidade de fazerem a leitura para descobrirem qual o assunto principal, e também em qual classificação a obra se insere, pois as informações que aparecem no registro cooperado já lhes parecem o suficiente. Algumas vezes fazem a conferência se estes termos são autorizados de acordo com a linguagem e outras vezes não.
<ul style="list-style-type: none"> • A leitura técnica do documento tornou-se menos relevante quando o registro de catalogação passou a ser cooperado, e isso representa ganho de tempo para realizar outras atividades. Visto que são poucos profissionais contratados em uma biblioteca e a quantidade de trabalho é grande.
<ul style="list-style-type: none"> • Apesar dos catalogadores brasileiros terem realizado mais a leitura técnica do que os catalogadores espanhóis, ambos não seguiram sequer as diretrizes que da norma UNI ISO 5963.
<p>POLÍTICA DE INDEXAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • O índice das bibliotecas que contém uma política de indexação é muito baixo tanto nas bibliotecas espanholas quanto nas bibliotecas brasileiras. As duas técnicas demonstraram o mesmo resultado, onde a política é pouco utilizada e pouco visualizada como sendo importante, bem como o próprio processo de análise de assunto.
<ul style="list-style-type: none"> • Seguir os procedimentos deixados pelos catalogadores mais experientes parece ser uma prática comum entre as bibliotecas, o que nos levar a crer que existe pouca reflexão sobre esta atividade.
<ul style="list-style-type: none"> • Na realidade das bibliotecas universitárias espanholas, a análise de assunto na catalogação é pouco refletida, pois um dos catalogadores dizem que o caráter normativo não é interessante, pensar desta maneira assim é continuar trabalhando em ilhas, ou seja, isolados de outros contextos, de outras bibliotecas. A realidade brasileira não é muito diferente, pois na maioria dos casos não existe a presença de manuais normalizadores.
<ul style="list-style-type: none"> • Ainda mostram uma realidade de digitalização dos documentos, como em dois exemplos nas bibliotecas espanholas, visam a indexação de artigos científicos, tirando o foco da catalogação de assunto de livros, que são de realidades e ambientes diferentes.
<ul style="list-style-type: none"> • O uso de uma Política de Indexação não é comum em território brasileiro e espanhol.
<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma visualização maior para a catalogação descritiva.
<p>QUALIDADE DA ANÁLISE DE ASSUNTO (LANCASTER, 2004) / (GIL LEIVA, 2008)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • As duas culturas não apresentam um estudo que mostra o <i>feedback</i> da análise de assunto para

<p>os usuários, porém essa questão levou os catalogadores a refletirem sobre o assunto. Uma das universidades espanholas diz que conseguem fazer a estatística dos livros, mas não do uso dos termos de indexação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • A presença ativa do bibliotecário de referência ajuda muito nesse intermédio entre o acervo e os usuários, porém somente em buscas presenciais, eis que a busca remota, deve ser assistida através de uma boa representação e também com o auxílio da linguagem que deveria ficar disponível para uso.
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação da análise de assunto deveria ser uma prática constante e rotineira dos catalogadores, pois assim seria possível ter a perspectiva além da própria análise de conteúdo, também o contexto, o usuário, a consistência, a exaustividade, a especificidade, ou ao menos fazerem a correção durante a realização do processo.
<ul style="list-style-type: none"> • A qualidade da análise de assunto pode ser observada pela análise dos resultados da recuperação, ou seja, os documentos pertinentes recuperados e também pelo contato direto com os usuários.
<p>SELEÇÃO DE CONCEITOS (NBR 12676, 1992)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Todos os catalogadores validaram os termos, apesar de que alguns catalogadores terem reaproveitado termos recuperados nos registros de cooperação.
<ul style="list-style-type: none"> • Para que essa tradução dos termos para descritores controlados sejam válidos como representantes do conteúdo documentos, ele deve representar não apenas o sentido que o autor pretendeu passar com a mensagem do livro, mas também o contexto da biblioteca, os interesses de busca dos usuários e a sua especificidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Os catalogadores brasileiros tentam verificar se os termos já existem no sistema e se não forem encontrados tentam adaptar com o que encontram nas bases que usamos para pesquisas.
<ul style="list-style-type: none"> • A etapa de seleção dos conceitos deve partir do princípio que já tenham sido identificados termos a partir do conteúdo do documento, pois assim é possível fazer uma representação mais fiel do conteúdo textual. É importante salientar que não se devem utilizar as palavras do autor presentes no texto, mas sim a ideia que este texto representa.
<ul style="list-style-type: none"> • A desatualização das linguagens controladas existentes é um agravante para esta fase de seleção, pois muitos catalogadores demonstraram dificuldades em adequar os termos identificados com os da linguagem, o que compromete diretamente a fidelidade da representação. Como a área de biológicas vive em constantes mudanças e descobertas, as linguagens controladas referentes à estas áreas são mais atualizadas e específicas.
<ul style="list-style-type: none"> • Na base de dados Rebiun, catálogo de bibliotecas universitárias da Espanha, quando os catalogadores importam o registro, muitas vezes ele possui o resumo da obra, que de acordo com a decisão do catalogador pode permanecer ou não no registro. Essa é a realidade do Brasil?
<ul style="list-style-type: none"> • A importação dos registros de catalogação merece atenção em nossas discussões, pois nesses registros contêm além dos dados descritivos da obra, também os termos de indexação, o que muitas vezes torna esse processo que deveria ser intelectual em apenas uma etapa de conferência para ver se os documentos que estão nos registros são controlados.

USUÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto os usuários não forem tomados como relevantes no processo de determinação do assunto, as representações continuarão sendo feitas e não recuperadas quando buscadas pelo campo assunto nos catálogos das bibliotecas.
<ul style="list-style-type: none"> • O acesso está ligado diretamente ao tratamento recebido pelo documento, independentemente do seu suporte.

Fonte: Elaborado pela autora.

6.2 Catalogação de assunto de livros & Indexação de artigos

A estrutura do livro é diferente da estrutura de artigos científicos, desta forma, os livros não são tão precisos ao apresentarem seu objetivo e métodos, tornando um desafio para os bibliotecários catalogadores. Veja no quadro abaixo algumas diferenças entre a catalogação de livros e a indexação de artigos.

Quadro 29: Diferenças entre as análises na catalogação de assunto de livros e indexação de artigos

	A) CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO DE LIVROS	B) INDEXAÇÃO DE ARTIGOS
1	Bibliotecas.	Geralmente em bases de dados especializadas.
2	Em geral realizado por catalogador	Em geral realizado por indexador
3	Comporá um catálogo de biblioteca	Geralmente comporá uma base de dados
4	Geralmente trata de uma grande variedade de tópicos, principalmente em livros da área de humanas.	Geralmente trata de um tema central, mais ou menos bem definido.
5	O livro é analisado apenas uma vez pelo catalogador, dentro de um período curto de tempo.	É possível que exista uma equipe de indexadores e o período de análise pode ser mais demorado.
6	Livros estão disponíveis em acervos das bibliotecas, apenas seus metadados são intercambiáveis.	Geralmente artigos são digitalizados para itens intercambiáveis.
7	Livros raramente apresentam resumos.	Pode contar com um resumo ou resumo compilado.
8	Pode ter diversas formas de apresentação.	Possui uma estrutura textual mais ou menos linear.
9	Habitualmente os vocabulários controlados utilizados nas bibliotecas estão desatualizados,	Possui tesouros especializados atualizados, como na área da saúde,

	na realidade brasileira e na realidade espanhola.	agronomia, física, etc.
10	A estrutura textual de livros não é bem definida como a estrutura de artigos. Sua apresentação pode variar muito de um autor para o outro, e também modifica dependendo da área do conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Título em português; - Título em inglês; - Autoria; - Resumo do trabalho científico; - Palavras-chave; - Abstract; - Keywords; - Introdução; - Materiais e métodos; - Resultados; - Figuras; - Discussão dos resultados; - Conclusões; - Referências bibliográficas.
11	Pode conter capítulos com assuntos distintos (dificultando a catalogação de assunto, que geralmente não acontece por capítulos).	Geralmente contêm um assunto central.
12	Pouca visualização diante das tecnologias	Está em alta diante das tecnologias
13	Não é comum questionar especialistas da área.	Usualmente contam com especialistas da área.
14	Nas bibliotecas existe um foco maior para a catalogação descritiva, em muitos casos a análise de assunto está em segundo plano.	Os objetivos da representação de assunto são bem delimitados.
15	Por não ter uma estrutura fixa, os objetivos não são identificados com muita facilidade.	O objetivo do trabalho geralmente está no resumo e na introdução.

Fonte: Elaborado pela autora.

6.3 Diretrizes para a análise de assunto na catalogação de assunto baseado na literatura e na prática profissional

Como visto na literatura, a análise de assunto é um processo subjetivo e pouco sistematizado em nossa área, desta forma, a partir da discussão das normalizações existentes para indexação conforme previsto em Gil Leiva (2008), a partir das observações práticas das análises dos PVIs e dos PEs e da literatura estudada foi possível elaborar um rol inicial de diretrizes para a análise de assunto na catalogação em bibliotecas universitárias.

Os procedimentos para a análise de assunto na catalogação devem fazer parte do conjunto de diretrizes da Política de Indexação da biblioteca.

PROPOSTA DE ESTRUTURA PARA DIRETRIZES DE ANÁLISE DE ASSUNTO NA CATALOGAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

1 – Aspectos conceituais da análise de assuntos na catalogação: deve conter uma explicação sobre os conceitos:

- * análise de assunto;
- * catalogação de assunto;
- * linguagem controlada;
- * leitura documentária;
- * identificação de conceitos;
- * seleção de conceitos.

2 – Delimitação da área de assunto:

- * Conhecer a área de representação da instituição;
- * Tipo de serviço que oferecem.

3 – Definir o público usuário:

- *Tipo de usuário de acordo com os objetivos e demanda de cada instituição;
- * Necessidade de informação.

4 – Conhecer os instrumentos disponíveis: vocabulário controlado e suas especificações;

5 – Níveis de representação:

- * A especificidade e a exaustividade também devem ser tratados no manual de política de indexação, deixando bem clara as decisões que o catalogador deve tomar, em relação com a quantidade de termos, a análise por capítulos em caso de livros que contenham autores diferentes para cada capítulo, ao nível de especificidade que deve usar de acordo com o vocabulário controlado.
- * A especificidade da análise de assunto:
 - * Deve ser realizada até o ponto que o documento exija;
 - * Depende da necessidade do usuário.
- * Pertinência:

* O descritor deve representar o grau de adequação entre o conceito expressado do texto original.

* O catalogador ao realizar a representação deve-se colocar no lugar de um usuário quando realiza a busca.

6 – Reconhecer a estrutura textual: artigos, livros (aspectos mais comuns presentes em livros da área de biológicas, humanas e exatas).

7 – Intertextualidade:

* Intertextualidade interna: em que o discurso define relação com discursos do mesmo campo.

* Intertextualidade externa: em que o discurso define certa relação com outros campos.

* O catalogador deve estar ciente que se deparará com uma diversidade de assuntos, muitas vezes dentro do mesmo livro, além de conexões do texto com áreas e conceitos diversificados.

8 – Proficiência:

* Adquirir experiência na análise de assunto pelo tempo de trabalho como catalogador;

* Cursos de capacitação, que parte de um princípio de formação continuada, deveria ser uma prática muito mais frequente, principalmente ser uma iniciativa tomada pelos administradores das bibliotecas.

* Investigações a partir da literatura na área de catalogação de assunto;

* Aprofundamento sobre a área de domínio da biblioteca para que os assuntos se tornem cada vez mais familiares.

* Consultar especialistas e pesquisadores na área (quando possível).

9 – Hábitos:

* A forma ou o mecanismo como o catalogador determina o assunto refere-se ao hábito que o força a agir, é o que move o profissional a agir de certa maneira.

* Hábito que podem ser observados na análise de assunto na catalogação:

* Hábito em ação é o que determina o fazer;

* O hábito condiciona a ação;

- * Repetição de alguma ação produz um resultado.
- * Hábito produz resultados;
- * A ação reflete nos resultados;
- * Hábito induz o agir;
- * Hábitos geram efeitos no comportamento prático;
- * Ruptura dos hábitos leva a novas reflexões:
 - * A análise de assunto não pode ser realizada de maneira mecânica, a reflexão sobre a forma como desenvolver este processo intelectual é importante para a organização e recuperação da informação em todo centro de informação.

10 – Experiência colateral:

- * destacar alguns pontos referentes à experiência colateral que podem ser observados na análise de assunto na catalogação:
 - * Experiência como resultado cognitivo do viver;
 - * Emerge com a vida corrente;
 - * Expressa por características que nunca estão ausentes;
 - * Coleta de elementos de incidência notável;
 - * Experimentações e observações do indivíduo;
 - * Categorias poderão ser confirmadas pelas próprias observações pessoais de cada sujeito.
- * o catalogador necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento.

11 – O catalogador precisa estar apto:

- * A compreender e identificar estruturas no texto, com o objetivo de retirar do conteúdo conceitos que o represente, tendo em vista a complexidade dos textos e orações, como regras gramaticais, compreensão do vocabulário ou unidades léxicas, que são conjunto de unidades significativas da língua, metáforas, sinonímias, ou seja, captar a totalidade do significado das orações.

* A entender que por meio da coesão textual identificará os mecanismos constitutivos do texto e, a partir deles, examinará as classes de palavras e de sentenças, os conectivos, os processos de ordenação e de retomada do tema, os tempos verbais, entre outros fenômenos. Bem como os estruturadores da informação, os conectores, os reformuladores, operadores argumentativos e operadores conversacionais.

* A compreender que coerência textual é o que dará continuidade de sentido (formado pelo encadeamento de proposições); ativação de conhecimentos (ao ler e ouvir uma palavra se recupera fragmentos de conhecimento por meio da memória); força de vinculação (as relações existentes entre os conceitos); ativação generalizada (um elemento de conhecimento ativado atua em outros elementos associados mentalmente); memória episódica e memória semântica (a episódica contém os recursos da própria experiência do indivíduo, a semântica representa todo o que se considera certo do mundo em geral); economia (forma de armazenamento das unidades do conhecimento em nossa memória).

12 – Refletir sobre a qualidade da análise de assunto:

* pensar na avaliação da representação é verificar a sua aplicabilidade dentro do sistema da biblioteca.

* A qualidade da indexação, pode ser observada pela análise dos resultados da recuperação, ou seja, os documentos pertinentes recuperados e também pelo contato direto com os usuários.

* A análise de assunto é uma etapa fundamental no processo de catalogação e uma seleção errônea prejudica a qualidade da representação (AGRIS/CARIS, 1994).

13 – Permitir acesso a linguagem pelo usuário:

* permitir que o usuário tenha acesso a linguagem é uma estratégia para minimizar a problemática das buscas nos catálogos, principalmente pelo acesso remoto ao catálogo.

* a linguagem controlada não está satisfazendo a entrada dos descritores, por falta de atualização e também pelo pouco envolvimento do catalogador com a descrição do assunto.

14 – Avaliação da indexação

15 – Fases do processo de análise de assunto:

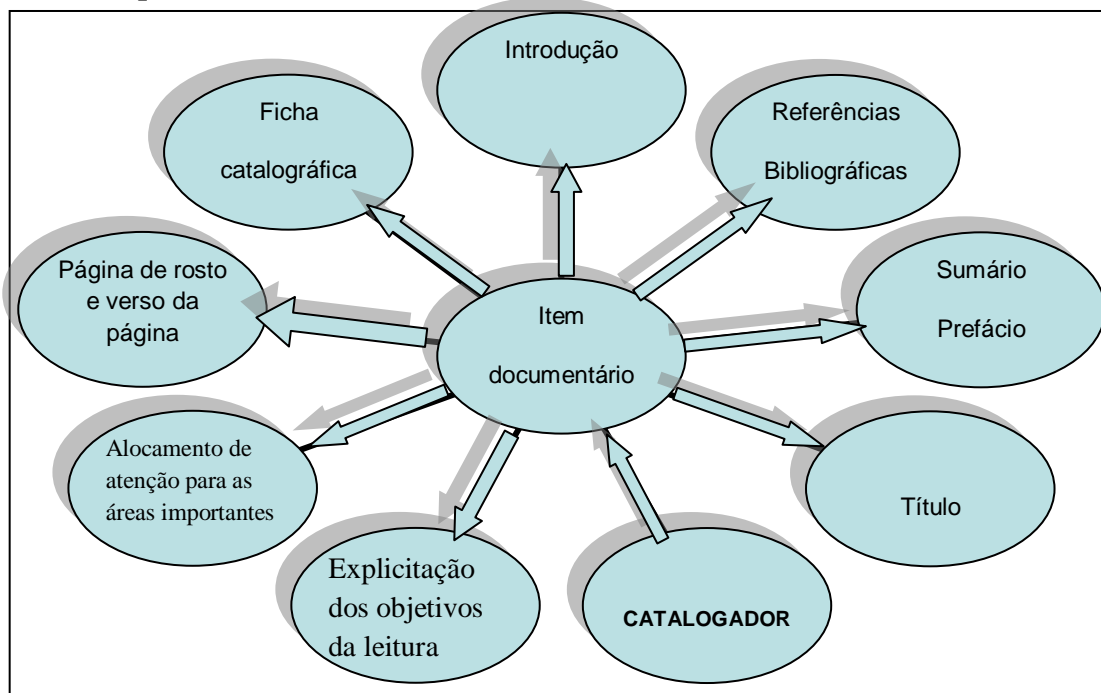
→ Leitura documentária

- ✓ Explicitar os objetivos de leitura (BROW, 1980), para que a intenção da leitura técnica não saia de foco durante a análise de assunto.
- ✓ Não é necessário realizar uma leitura integral do livro, pois além de não ser o objetivo profissional, no contexto profissional o tempo é limitado, o mais indicado é analisar as partes mais significativas, e que devem ser examinadas de forma cautelosa.
- ✓ Alocamento de atenção para as partes importantes do texto:
 - * Título
 - * Folha de rosto
 - * Contra capa
 - * Orelhas do livro (quando houver)
 - * Ficha catalográfica
 - * Sumário
 - * Capítulos (quando houver)
 - * Introdução (quando houver)
 - * Prólogo (quando houver)
 - * Prefácio (quando houver)
 - * Apresentação (quando houver)
 - * Conclusão (quando houver)
 - * Bibliografia
 - * Considerações (quando houver)
 - * Ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos (NBR12676, 1992)
 - * Referências bibliográficas
 - * Epílogo (quando houver)
 - * Apêndice (quando houver)
 - * Dados dos autores (poderá dar pistas sobre o tema abordado no documento)
 - * Índice de assuntos (quando houver)
 - * Índice onomástico (através dos autores citados pode se identificar conceitos)
 - * Palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.) (NBR12676, 1992)

* Agradecimentos (no caso de livro na área de humanas, os agradecimentos podem ajudar a revelar o assunto do livro).

No gráfico abaixo observa-se as fases para a leitura documentária segundo Redigolo (2010):

Gráfico 1: Esquema do exame do documento



Fonte: REDIGOLO (2010, p. 109).

NOTAS:

- (1) – Para livros da área de exatas e biológicas é mais comum o livro tratar de um único assunto, porém pode apresentar mais um assunto por capítulo.
- (2) – Na área de humanas, é mais comum cada capítulo dentro de um livro conter um tema diferente.
- (3) – Não recomenda determinar o assunto apenas pelo título, porque os títulos podem ser enganosos e subjetivos, principalmente na área de humanas.
- (4) – A leitura e compreensão do texto parte da cognição profissional.
- (5) – Não há neutralidade nesse processo de determinação de assunto, o conhecimento do catalogador influencia nas tomadas de decisões.

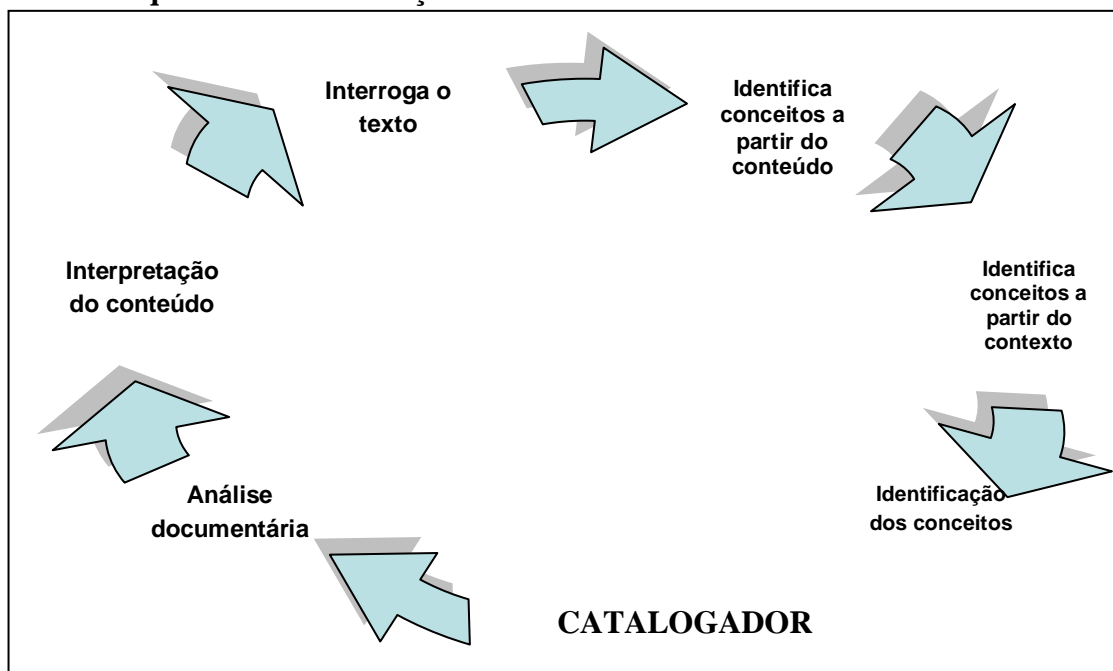
(6) – O catalogador não deve usar o fator tempo como empecilho para não fazer a leitura técnica do material.

→ Identificação de conceitos

- ✓ A identificação de conceitos ocorre durante a leitura, são etapas que estão interligadas, pois é durante a leitura que ocorre a compreensão do assunto do livro.
- ✓ Evitar palavras vazias: que não possuem um sentido em si. Ex: antes, estudado, permite, inclusive, etc. (GIL LEIVA, 2008, p. 329).
- ✓ Localizar as palavras-chave de um texto para extrair a superestrutura e seguir o raciocínio do autor (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004).
- ✓ Identificar os pontos que contêm a ideia principal de cada capítulo (em caso de assunto diferente para cada capítulo).
- ✓ Descreva em cinco linhas o perfil do assunto, marcando a divisão temática que o texto apresenta. Muitas vezes aparecerá em subtítulos, outras vezes deverá identificar os diferentes subtextos em que se divide a superestrutura. (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004)
- ✓ Interroga o texto:
 - * O livro trata de um único tema?
 - * Os capítulos tratam de um mesmo assunto?
 - * Os capítulos tratam de um tema diferente?
 - * Aborda alguma técnica, método ou instrumento especial? (NBR12676, 1992).
 - * O livro trata de algum agente dessa ação, operação, processo, etc.? (NBR12676, 1992)
 - * O capítulo trata de algum agente dessa ação, operação, processo, etc.? (em caso de assunto diferente para cada capítulo).
 - * O assunto é interdisciplinar?
 - * Quais são os objetivos determinados pelo autor? (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004)
 - * Destacou-se alguma coisa? Em particular alguma expressão sublinhada? - Buscar palavras-locuções que possuem ligações, existem ligações lógicas? (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004)

No gráfico abaixo observa-se as fases que podem determinar a identificação dos conceitos segundo Redigolo (2010):

Gráfico 2: Esquema da identificação dos conceitos



Fonte: REDIGOLO (2010, p. 120).

NOTAS:

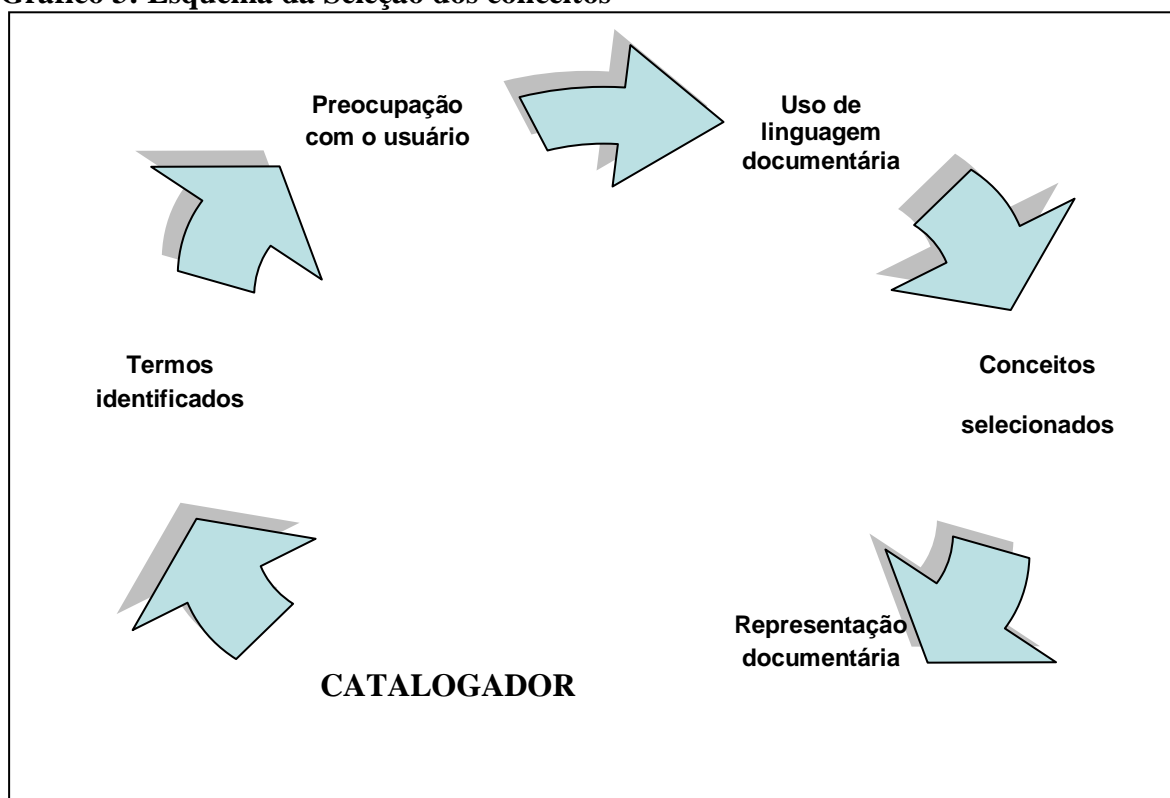
- (1) – A identificação dos termos deve partir do conteúdo documental.
- (2) – Usar as ideias do autor e não exatamente as mesmas palavras.
- (3) – Livros da área de humanas em geral são mais subjetivos, desta forma a identificação pode ser mais demorada. É muito comum o uso de metáforas, e figuras de linguagem no geral.
- (4) – Livros da área de biológicas e exatas geralmente são mais diretos em relação ao tema.
- (5) – O catalogador não deve usar o fator tempo como empecilho para não fazer a identificação dos conceitos a partir do conteúdo.
- (6) – Os termos precisam ser identificados a partir da leitura, e não somente obtidos através da catalogação na fonte, porque cada instituição possui uma realidade diferente.

→ Seleção de conceitos segundo a linguagem adotada pela instituição.

- ✓ A seleção dos conceitos deve ocorrer de acordo com a política de indexação da instituição.
- ✓ Uso da linguagem documentária:
 - * O catalogador deve conhecer em detalhes a linguagem adotada na instituição;
 - * Utilizar os descritores de acordo com a linguagem controlada utilizada na instituição.
 - * Alcançar níveis desejados de especificidade e exaustividade.
- ✓ Para selecionar os conceitos, o catalogador deve conhecer o contexto da instituição.
- ✓ Preocupação com o usuário:
 - * Conhecer os interesses do público alvo da biblioteca.
 - * Os assuntos identificados são autorizados? (Caso de resposta negativa deve-se voltar ao livro e realizar uma busca mais detalhada).
 - * Podem consultar especialistas no assunto (Ocorre muito em bibliotecas universitárias com característica de biblioteca especializada).
- ✓ Para os termos que representam novos conceitos, deve-se verificar sua precisão e aceitabilidade em instrumentos de referência, tais como:
 - dicionários e enciclopédias de autoridade reconhecida nas suas especialidades; - tesouros, especialmente os elaborados de acordo com a ISO 2788 ou ISO 5964 e - tabelas de classificação. (NBR12676, 1992).
 - consultar especialistas na área

No gráfico abaixo observa-se as fases que podem determinar a seleção dos conceitos segundo Redigolo (2010):

Gráfico 3: Esquema da Seleção dos conceitos



Fonte: REDIGOLO (2010, p. 129).

NOTAS:

- (1) – Não selecionar os conceitos recuperados diretamente do registro de cooperação, deve-se ajustar os termos de acordo com as normas, o vocabulário controlado, usuários e contexto da instituição.
- (2) – A seleção dos conceitos partirá da identificação prévia dos termos, iniciada na análise do conteúdo.
- (3) – As três etapas da análise de assunto deve ser rigorosamente cumpridas, pois cada instituição tem um contexto e interesses diferentes.
- (4) – Os termos devem ser validados com uma linguagem controlada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como proposição aprofundar estudos acerca da análise de assunto na catalogação de assunto, sob uma perspectiva de autores nacionais e internacionais, de normalização e de sociedade de profissionais para identificar diretrizes da análise de assunto na catalogação de assunto que propiciem o aprimoramento do processo de indexação na política de indexação em bibliotecas universitárias.

Nesse momento de nossas considerações finais da pesquisa, apresentamos as reflexões norteadas pela proposta acima, pelos três aspectos inicialmente abordados em nossa pesquisa em consonância com os objetivos específicos definidos.

A) – fundamentação teórica e metodológica da área de Organização e Representação do Conhecimento para a análise de assunto

B) – normalizações para a representação de conteúdo

C) – aspectos inerentes à percepção do catalogador

Desde o início quando ainda cursava Mestrado (2008-2010) e nos propomos a investigar essa temática, a análise de assunto na catalogação, o cenário era praticamente o mesmo que encontramos hoje, com esta pesquisa de doutorado (2010-2014). A falta de literatura que aborde a catalogação de assunto e o despreparo profissional para essa finalidade ainda fez parte da discussão. O primeiro capítulo teórico desta pesquisa abordou a análise de assunto no tratamento temático da informação, inclusive no que se refere ao tocante do paralelo entre a catalogação de assunto e a indexação, bem como a sua importância ao contexto de bibliotecas universitárias, que ainda requer um espaço e investigações para tratar de suas especificidades.

Diante das circunstâncias atuais, a biblioteca está passando por processos de saturação de alguns de seus serviços e produtos, o que tem levado a automação e a virtualização do texto. Em decorrência desse novo cenário de organização e de busca, a indexação se consolidou ao longo da história, pois desenvolveu sua teoria e metodologias. Em contraponto a catalogação de assunto manteve-se presa e relacionada à organização de bibliotecas. A catalogação de assunto está imobilizada perante as práticas e estabelecimento de regras e instrumentos atualizados, que supram as necessidades desse novo contexto em que as bibliotecas universitárias se encontram.

Dessa forma, ressaltou a importância da investigação da análise de assunto na catalogação para representação e recuperação da informação de livros em catálogos de bibliotecas universitárias, pautando-se em fundamentações teóricas e metodológicas da área de Organização e Representação do Conhecimento para análise de assunto das áreas científicas especializadas.

O estudo de normalizações para a análise de assunto representou um avanço significativo para o desenvolvimento teórico da pesquisa, pois mostrou a longevidade da existência de normas para indexação, no entanto desde a ISO de 1985 que não existe uma atualização da norma de métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação, tendo apenas as traduções desta norma em diversos países, inclusive no Brasil, com uma versão em 1992 com a NBR 12.676.

O capítulo teórico sobre as normalizações revelou a carência normativa existente na área, pois as normas encontram-se desatualizadas e não contemplam a real necessidade de organizações como as bibliotecas universitárias.

A desatualização das normas e a não padronização dos processos de análise de assunto geram insegurança na prática profissional, levando com que os bibliotecários formem hábitos, que muitas vezes não são mais refletidos. Deste modo, o uso de normas para a determinação do assunto de livros faz-se necessária na medida em que é essencial para dar diretrizes norteadoras para a representação.

O problema da eficiência da recuperação da informação é reflexo direto da análise de assunto e conseqüentemente pela definição de assunto dado ao documento, que além de representar o conteúdo do texto, deve também traduzir as necessidades de uma comunidade de interesse em uma linguagem controlada homogênea e sistematizada.

A necessidade de tratar tematicamente a informação de uma forma mais específica é devido às especializações dos acervos, criando novas formas de representação para uma recuperação mais ágil (NOVELLINO, 1996). Esta afirmação torna-se cada vez mais atual, verificando que existe alta taxa de produção científica, juntamente com a escassez de instrumentos atualizados para o tratamento temático, principalmente para a análise de assunto.

Muitos são os elementos envolvidos no processo de compreensão que podem inferir nas tomadas de decisões pelo catalogador, bem como conhecimentos específicos e conhecimento de mundo, a compreensão ou não de alguns fatores podem influenciar na tomada de decisão do profissional, principalmente quando a análise de assunto torna-se um hábito, onde não há mais reflexão sobre as atividades.

Diante dessas premissas, considera-se que a análise de assunto é um processo interpretativo, que não está livre de inferências do catalogador, não existe neutralidade na análise do documento para fins de representação.

Foi possível discutir sobre o fazer profissional, pautando-se nas transcrições dos protocolos verbais individuais, que retratam a cognição do catalogador em relação à determinação do assunto de livro. E também as investigações com a pesquisa etnográfica que permitiu revelar algumas contradições e explicações da prática realizada pelo catalogador.

Na realidade das universidades no geral, a grade de disciplinas como catalogação e indexação são um tanto ultrapassadas e deste modo a formação acadêmica dos bibliotecários fica prejudicada.

A maioria dos profissionais vai para o mercado de trabalho sem ter alguns conceitos bem definidos, claro que se considera que o mercado de trabalho é diferente da universidade. No entanto, poderia minimizar alguns erros frequentes observados durante a prática de catalogação em bibliotecas universitárias.

Além disso, cursos de capacitação, que parte de um princípio de formação continuada, deveria ser uma prática muito mais frequente, principalmente ser uma iniciativa tomada pelos administradores das bibliotecas.

A experiência na atividade de catalogação foi a principal formadora desses profissionais, pois quase todas as atitudes tomadas no momento da catalogação foram advindas da própria prática. A falta de investigações sobre a análise de assunto na catalogação, bem como a deficiência e poucas atualizações presentes nas normalizações existentes, foram pontos que dificultaram o desenvolvimento das discussões teóricas, bem como a análise prática.

Nesse sentido, discutir uma normalização para livros mostra-se um desafio para a pesquisa, pois a estrutura do livro é diferente da estrutura de artigos científicos, que é mais regular. Como pode ser visto no quadro das diferenças entre a catalogação de assunto de livros e indexação de artigos, e as dificuldades demonstradas de como analisar um livro.

A ausência de um instrumento que auxilie o catalogador na análise de assunto, reflete com que ele desenvolva seus próprios métodos, e uma vez habituado a fazer a representação de seu modo, não refletirá sobre seus resultados, levando com que a representação e a recuperação da informação fiquem prejudicadas.

Assim, nota-se que apesar de não ter uma política de indexação, as bibliotecas de algum modo tem elementos para uma política de indexação. A falta de um instrumento

metodológico atualizado faz com que o catalogador crie seus próprios métodos, acarretando a interrupção na reflexão do desenvolvimento da análise de assunto.

Dessa forma, uma política de indexação é de suma importância para uma unidade de informação, principalmente para agências como as bibliotecas universitárias, que tem um papel fundamental dentro das universidades, que fomentam a pesquisa e dão suporte para o ensino e extensão.

Alguns pontos são destacados:

- Existe despreocupação dos catalogadores em relação à análise de assunto;
- Não fazem a triagem do livro, muitas vezes não realizam a leitura documentária;
- Reaproveitam os assuntos dos registros importados nas bases de dados cooperantes;
- Não identificam termos a partir da leitura;
- As análises propiciaram a observação de que a ausência de um parâmetro metodológico adequado para a análise de assunto na catalogação, que dê diretrizes e que norteie o catalogador, é um empecilho para uma boa representação e recuperação da informação.

Percebe-se que o processo de análise de assunto perdeu a característica que possuía antes do advento das tecnologias. A questão do pular fases, ou seja, a não identificação dos conceitos, reflete negativamente na etapa de recuperação da informação. Apesar do catálogo hoje representar uma nova forma de busca, sua base se constitui da mesma maneira de antes do uso das tecnologias, ou seja, o catálogo precisa ser alimentado de forma consistente, para que a busca por assunto seja contemplada positivamente pelos usuários, tanto remotos, quanto locais.

Não identificar os conceitos a partir da leitura técnica, terá como reflexo um acervo mal representado. A seleção dos conceitos a partir de um vocabulário controlado é uma etapa importante para a análise de assunto, pois é nesta etapa que vão se determinar termos que irão definitivamente representar a obra no catálogo.

A finalidade da análise de assunto não termina em si mesma, seu propósito encontra-se na representação para a recuperação da informação. Pensar na avaliação desta representação é verificar a sua aplicabilidade dentro de um sistema real da biblioteca. Deste modo, o usuário tem que chegar até o documento desejado, ou ter condições de conhecer o acervo da biblioteca, seja por um acesso presencial ou remoto ao catálogo.

O catalogador deve ter conhecimento de vários aspectos que envolvem a análise de assunto, como ao que se referem à normalização, aos usuários, ao contexto de trabalho, aos

materiais de apoio, bem como conhecimentos textuais e principalmente ter o autoconhecimento, de suas limitações relacionadas a esta atividade e também de suas potencialidades, além de que muitas variáveis que envolvem a análise de assunto pertencem a uma esfera interpretativa.

A partir da discussão teoria e das análises dos dados elaborou-se uma proposta de estrutura para diretrizes de análise de assunto na catalogação em bibliotecas universitárias, que seguiu a seguinte estrutura: aspectos conceituais da análise de assuntos na catalogação, delimitação da área de assunto, definir o público usuário, conhecer os instrumentos disponíveis, níveis de representação, reconhecer a estrutura textual, intertextualidade, proficiência, hábitos, experiência colateral, aptidão do catalogador, refletir sobre a qualidade da análise de assunto, permitir acesso a linguagem pelo usuário, avaliação da indexação, fases do processo de análise de assunto.

Diante dessa contextualização, levanta-se alguns questionamentos sobre o desenvolvimento da análise de assunto:

O foco da representação está voltado ao cenário digital, de forma a disponibilizar textos na íntegra, com várias formas de acesso, porém por outro lado essa é a realidade da catalogação de livros das bibliotecas universitárias? Deste modo, a análise de assunto na catalogação de livros perdeu sua importância em meio ao digital? Ou o meio digital está ampliando essa necessidade? Devido a quantidade de documentos produzidos, representar para a recuperação torna-se cada vez mais essencial. Pois, recuperar muitos documentos, mesmo que o assunto não seja exatamente o que o usuário pesquisador está buscando não é interessante para suprir as necessidades de busca dos usuários.

Esta questão torna-se ainda mais real quando se pensa qual é a frequência que se disponibiliza um livro no suporte papel para o suporte digital em um acervo de biblioteca universitária? Com que frequência o bibliotecário tem disponibilidade para digitalizar o resumo de uma obra do tipo livro? Os pontos de acesso de assunto não somente é importante como primordial para a recuperação da informação, tanto local, quanto de meio remoto.

Esses são mais alguns motivos pelo qual a representação deve ser realizada de forma consciente, onde o usuário seja o objetivo central.

O processo da análise de assunto é diferente da teoria, e como observado em Redigolo (2010), muitas vezes é um processo tido como secundário dentre as atividades desenvolvidas nas bibliotecas. Sobretudo, um agravante para essa ocorrência é a deficiência normativa que a

área sofre. Diante do cenário, julga-se positivo os avanços obtidos com esta pesquisa, pois apresenta significativas evoluções teóricas e metodológicas.

Conclusiones Finales

La propuesta de investigación ha sido analizar estudios sobre la asignación de materias en la catalogación desde la perspectiva de la normalización, la literatura científica y sociedades profesionales con el fin de identificar recomendaciones y tareas que proporcionen la mejora del proceso de indización y el diseño de las políticas de indización en bibliotecas universitarias.

Así que, ahora presentamos las reflexiones guiadas por la propuesta anterior siguiendo los tres aspectos abordados inicialmente en línea con los objetivos específicos.

- A) – las bases teóricas y metodológicas del área de Representación del Conocimiento y la Organización para la asignación de materias.
- B) - la normalización para representar el contenido.
- C) - los aspectos de percepción del catalogador.

Desde los primeros contactos con estas materias al estudiar el Máster (2008-2010) y posteriormente durante la fase de esta investigación (2010-2014), la ausencia de abundante literatura sobre el tratamiento temático de la información y la falta de preparación profesional ha sido una constante. El primer capítulo teórico de este estudio abordó la asignación de materias en el procesamiento temático de información, teniendo en cuenta también la relación entre la asignación de materias y la indización, así como su importancia en el contexto de las bibliotecas universitarias.

Dadas las circunstancias actuales, la biblioteca está experimentando procesos de saturación en algunos de sus servicios y productos, lo que ha llevado a la automatización y virtualización del texto. Debido a este nuevo escenario de la organización y de búsqueda, la indización se ha ido consolidado a lo largo de la historia, ha desarrollado su teoría y metodologías. En contraste, los procesos de asignación de materias han seguido unidos y relacionados con la organización de las bibliotecas. En la catalogación por materias se observa cierta inmovilización de las prácticas y ausencia de normas que respondan a las necesidades de este nuevo contexto que se viene produciendo en las bibliotecas universitarias.

Así, se ha destacado la importancia de este asunto por medio del análisis de la catalogación de materias para la representación y recuperación de información de libros en catálogos de bibliotecas universitarias, basándonos en fundamentos teóricos y metodológicos

del campo de la Representación del Conocimiento y la Organización para la asignación de materias de los ámbitos científicos especializado.

El estudio de la normalización para la asignación de materias ha proporcionado una contribución significativa al desarrollo teórico de la investigación porque demostró la longevidad de la existencia de normas para la indización, pero desde la ISO 1985 no hay una actualización de los métodos para el análisis documento - la determinación de sus temas y la selección de los términos de indización, teniendo sólo traducciones de esta norma en varios países, entre ellos Brasil, con una versión en 1992, la NBR 12676.

Por tanto, el capítulo teórico sobre las reglas de normalización reveló la deficiencia existente, la antigüedad de las normas y que por tanto, no reflejan la necesidad real de las organizaciones actuales, como son las bibliotecas universitarias.

La deficiencia de las reglas de normalización y la falta de consenso en los procesos de asignación de materias provoca inseguridad en la práctica del catalogador, le lleva a recurrir a métodos personales que terminan afectando a la representación de la información. Por lo tanto, el uso de las normas para determinar las temáticas de los libros es necesaria en la medida en que es esencial para proporcionar principios orientadores para su representación.

El problema de la eficiencia de la recuperación de la información es un reflejo directo de la asignación de materias porque las materias del documento deben reflejar las necesidades de una comunidad en un lenguaje controlado, homogéneo y sistematizado.

La necesidad de tratar la información por temas de forma más específica se debe a las especializaciones de las colecciones y la creación de nuevas formas de representación para una recuperación más rápida (NOVELLINO, 1996). Esta declaración se hace cada vez más actual, al comprobar que cada vez existe una alta tasa de producción científica pero paralelamente una falta de actualización de las herramientas para el tratamiento temático, sobre todo para la asignación de materias.

Muchos son elementos implicados en el proceso de comprensión que se pueden inferir en la toma de decisiones por parte del catalogador, como el conocimiento del mundo y el conocimiento específico, así como la comprensión o no de ciertos factores que pueden influir en la toma de decisiones de los profesionales, especialmente cuando la asignación de materias se convierte en un proceso repetitivo basado en la costumbre y sin ninguna reflexión sobre esta actividad.

Dados estos supuestos, se considera que la asignación de materias es un proceso interpretativo, que no está libre de las inferencias del catalogador, pues no hay neutralidad en el análisis del documento a efectos de representación.

Fundamentándonos en las transcripciones de los protocolos verbales individuales ha sido posible analizar la asignación de materias por parte de los profesionales que representan la cognición del catalogador en relación con la determinación del tema del libro. Asimismo, la investigación etnográfica llevada a cabo, ha puesto de manifiesto algunas contradicciones y explicaciones de prácticas de los bibliotecarios indizadores.

La realidad de la formación académica en las universidades en lo relativo a la catalogación y asignación de materias se ha visto anticuada, lo que determina la formación de los bibliotecarios.

La mayoría de los egresados llegan al mercado laboral sin tener algunos conceptos bien definidos, y aunque son obvias las distinciones entre el ámbito profesional y el académico, se podrían minimizar algunos errores comunes observados durante esta investigación en la práctica de la asignación de materias en bibliotecas universitarias. Además, los cursos de capacitación dirigidos a la formación continua debería ser una práctica más común de lo que acontece, sobre todo ser una iniciativa adoptada por los directores de las bibliotecas.

La experiencia en la catalogación y asignación de materias realizada en sus entornos laborales ha sido la principal fuente formadora de los profesionales estudiados, de ahí que casi todas las actitudes durante la ejecución de esta tarea procedan de dicha práctica cotidiana. La falta de investigaciones sobre la asignación de materias en la catalogación, así como la falta de actualización de las normas existentes, fueron puntos que dificultaron el desarrollo de las discusiones teóricas y el análisis práctico. En este sentido, hablar de la normalización para la asignación de materias era un desafío para la propia investigación, puesto que la estructura de los libros es diferente a la estructura de los artículos científicos, que es más regular.

Como decimos, la ausencia de un instrumento para ayudar al catalogador en la asignación de materias, le lleva a desarrollar sus propios métodos, y una vez acostumbrados a ellos, no le lleva a reflexionar sobre sus resultados, afectando por tanto a la representación y la recuperación de información.

Sin embargo, a pesar de que las bibliotecas universitarias no poseen una política de indexación, de alguna manera, sí cuentan con elementos de dicha política.

Una política de indización es de suma importancia para una unidad de información, sobre todo para las bibliotecas universitarias, que desempeñan un papel clave dentro de las universidades ya que fomentan la investigación y el apoyan la enseñanza.

Se hace necesario destacar algunas cuestiones:

- Existe despreocupación por los bibliotecarios indizadores por el análisis temático;
- La mayoría de las veces, los bibliotecarios indizadores no analizan los libros usando la lectura documental;
- Los catalogadores reutilizan materias de registros importados de bases de datos cooperativas;
- Algunos bibliotecarios indizadores no identifican los términos a partir de la lectura;
- Los análisis permitieron observar que la ausencia de un parámetro metodológico adecuado para la asignación de materias que proporcione directrices para el profesional es un obstáculo para una buena representación y recuperación de información.

El proceso de asignación de materias ha perdido la característica que tenía antes de la llegada de la tecnología. La cuestión de saltarse etapas durante el proceso de la indización, es decir, la no identificación de los conceptos, se refleja negativamente en la posterior recuperación de la información. A pesar de que hoy el catálogo representa una nueva manera de buscar información, su fundamento está constituido de la misma manera que antes de la utilización de tecnologías, es decir, el catálogo necesita ser alimentado de manera consistentemente, para que la búsqueda por materias sea contemplada de manera positiva por los usuarios locales y remotos.

No identificar los conceptos a partir de una la lectura técnica, tiene su reflejo en un acervo mal representado conceptualmente. La selección de los conceptos de un vocabulario controlado es un paso importante para la asignación de materias, pues es aquí donde se determinan los términos que representarán la obra en el catálogo. De igual modo, el propósito de la asignación de materias no termina en sí misma, su objeto es la representación para la recuperación de información. Reflexionar sobre la evaluación de esta representación es verificar su aplicabilidad en un sistema de la biblioteca. Por lo tanto, el usuario tiene que llegar al documento deseado, o ser capaz de conocer la colección de la biblioteca.

Además, el bibliotecario indizador debe tener conocimiento de los diversos aspectos relacionados con la asignación de materias, como la normalización, los usuarios, el contexto de trabajo, los materiales de apoyo, así como el conocimiento textual y sobre todo, tener tanto un autoconocimiento de sus limitaciones relacionadas con esta actividad como también sus potencialidades.

A partir de la discusión de la teoría y el análisis de los datos obtenidos mediante la aplicación del protocolo verbal y la investigación etnográfica se ha elaborado una propuesta de directrices para la asignación de materias en bibliotecas universitarias que contiene:

- aspectos conceptuales para la asignación de materias;
- delimitación de la materia;
- delimitar la comunidad de usuarios;
- conocer los instrumentos disponibles;
- reconocer la estructura textual;
- intertextualidad;
- actitudes;
- hábitos;
- experiencia colateral;
- conocimientos del bibliotecario indizador;
- reflexionar sobre la calidad de la asignación de materias;
- permitir el acceso a los usuarios del lenguaje de indización;
- evaluación de la indización; y
- fases del proceso de asignación de materias.

A partir de aquí surgen algunas preguntas sobre el desarrollo de la asignación de materias como por ejemplo, ¿el enfoque de las representaciones temáticas de los documentos mira hacia el ámbito digital, con el fin de proporcionar los textos completos con diversas formas de acceso? , pero, por otro lado, ¿es esta la realidad de la asignación de materias en las bibliotecas universitarias? ¿La asignación de materias ha perdido su importancia en el medio digital?, ¿O el medio digital está ampliando esta necesidad? Debido a la cantidad de documentos producidos, representar para la recuperación se está convirtiendo en una cuestión

esencial. Recuperar muchos documentos sin que la temática sea la que se está procurando, no satisface las necesidades de información de los usuarios.

En definitiva, el proceso de análisis temático en la realidad es diferente de la teoría como ya se señaló en Redigolo (2010). A menudo sigue siendo visto como un proceso secundario entre las tareas bibliotecarias. Y por encima de todo, un factor agravante que provoca esta situación es la ausencia de normativa. Por tanto, dado el escenario descrito a lo largo de esta investigación, se cree que los resultados obtenidos en esta tesis doctoral proporcionan avances teóricos y metodológicos significativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C.; GUIMARÃES, J.A.C. Peirce e a ciência da informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VII, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2007.

ALMEIDA, C. C. de. Sobre o pensamento de Peirce e a Organização da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XI, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANCIB, 2010. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/185>>. Acesso em: 25 out. 2010.

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. **The indexer**, v. 18, n. 4, p. 219-224, oct. 1993. Disponível em: <http://www.theindexer.org/files/18-4/18-4_219.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2010.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

BARITÉ, M. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília, 2001. p.35-50

BENTES, A.C. Linguística textual. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. V.2. São Paulo: Cortez, 2001, p.245-288.

BERMAN, S. (Ed.). **Subject Cataloging**: critiques and innovations. New York: Haworth, 1984. 272 p.

BOCCATO, V.R.C. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias**: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. 2009. 299f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas Ciência da informação**. 2010, v. 15, n.3, p. 23-51. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 mar. 2011.

BOCCATO, V. R. C. O CONTEXTO SOCIOCOGNITIVO DO INDEXADOR NO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. esp.1, p. 67-86, 2012. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2012v17nesp1p67

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1994. 319 p.

BONNICHON, M. (Org.). **Guía de Indización para AGRIS y CARIS**. Centro de coordinación Agris/Caris. 1994.

BORBA, E. A. **Leitura para indexação: o uso da Linguagem Documentária como estratégia específica do leitor profissional**. 2003. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

BROWN, N. Metacognitive development and reading. In: SPIRO et al. (orgs). **Theoretical issues in reading comprehension**. New Jersey: L. Erlbaum Associate Publishers, 1980.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.221-241, set. 1985.

CARVALHO, I. C. L.; KANISHI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3.pdf>> . Acesso em: 20 jan. 2005.

CAVALCANTI, M. C. **I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática**. Campinas: UNICAMP, 1989. 271 p.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971. (Ciências Aplicadas, 6).

CHAUMIER, J. **Analisis y lenguajes documentales**: El tratamiento lingüístico de la información documental. Tradução de L. Porta. Barcelona: Editorial Mitre, 1986.

CHAUMIER, J. Indexação, conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. ½, p. 63-79, 1988.

CINTRA, A. M. M.; TALAMO, M de F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y. **Para entender as linguagens documentarias**. 2. ed. rev. e atuali. São Paulo, Polis, 2002. 92 p.

COATES, E. J. **Subject catalogues**: headings and structures. London: Library Association, 1960.

CUTTER, C. A. **Rules for a dictionary catalogue**, Washington: Gov't Printing off., 1876.

CUTTER, C. A. **Rules for a dictionary catalogue**. 4th ed. rewritten .Washington: Gov't Printing Office, 1904.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new science?. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-10, 2006.

DELAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. Delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et. al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de: Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127 - 153. Título original: La recherche qualitative.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L.; MOURA, M. A. O usuário-pesquisador e a análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 205-221, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=362&layout=abstract>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. 116p.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2ª ed. rev. Brasília: Thesaurus, 2013. 115p.

ENCONTRO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. **As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Mercosul: relato final**. Londrina: ABECIN, 2002.

ERICSSON, K. A., SIMON, H. A. Verbal reports on thinking. In: FAERCH, C., KASPER, G. (Eds) **Introspection in second language research**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 24-53.

FARIAS, P.L. Semiótica e Cognição: Os conceitos de hábito e mudança de hábito em C.S. Peirce. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.1, n.1 p. 12-16, 1999.

FIUZA, M. M. O ensino da catalogação de assunto. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 242-256, 1985.

FLAMINO, A.N.; SANTOS, P.L.V.A.C. MARC21 e XML como ferramentas para consolidação da catalogação cooperativa automatizada: uma revisão de literatura. In: VIDOTTI, Ap.B.G. (coord). **Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas**. São Paulo: Polis, 2004. p. 114-138.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1973.

FUJITA, M. S. L. **PRECIS na língua portuguesa: teoria e prática de indexação**. Brasília: UnB/ABDF, 1989. 213 p.

FUJITA, M. S. L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, Kester. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP, 2001. p.29-34.

FUJITA, M.S.L. **A análise documentária no tratamento da informação: as operações e os aspectos conceituais interdisciplinares**. Marília: Departamento de Ciência da Informação, FFC/UNESP, 2003. 15f.

FUJITA, M. S. L. **A leitura documentária na formação inicial do indexador: a abordagem sociocognitiva na investigação de estratégias de ensino.** 2004. 26 f. Descrição detalhada (Projeto Integrado de Pesquisa) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília.

FUJITA, M. S. L. Aspectos evolutivos das unidades de informação universitárias em ambiente digital na perspectiva da Rede de unidades de informação da UNESP. **Informação & Sociedade:** estudos, João Pessoa, v. 15, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/pdf/IS1520504.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2006.

FUJITA, M. S. L. **O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sociocognitiva para a investigação de estratégias de ensino.** 2007. 36 f. Descrição detalhada (Projeto Integrado de Pesquisa) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília.

FUJITA, M. S. L. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação;** v. 1, p. 1-32, 2008.

FUJITA, M. S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In: II CONGRESSO BRASILEIRO EM REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 2013, Rio de Janeiro. **II CONGRESSO BRASILEIRO EM REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.** Rio de Janeiro: Isko, 2013. p. 147 - 159.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação,** v. 10, n. 3, p. 13-31, set./dez. 1998.

FUJITA, M. S. L. **Leitura em análise documentária.** Marília: UNESP; CNPq, 1999. Relatório Parcial de Pesquisa.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; FAGUNDES, S. A. Observing documentary reading by verbal protocol. **Information Research,** v.8, n.4, 2003. Disponível em <<http://informationr.net/ir/8-4/paper155.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre a indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, M. S. L. **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 149 p.

FUJITA, M. S. L.; AUGUSTÍN LACRUZ, M. del C.; GÓMEZ DÍAZ, R. G. La indización y catalogación de materias en entornos bibliotecarios: desafíos y perspectivas. In: X CONGRESO ISKO CAPÍTULO ESPAÑOL, 10., 2011, Ferrol. **X CONGRESO ISKO CAPÍTULO ESPAÑOL**. Ferrol: Isko, 2011. p. 1 - 13.

GIASSON, J. **A compreensão na leitura**. Lisboa: Asa, 1993. 317 p.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización**: Teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008. 429 p.

GIL URDICIAIN, B. **Manual de lenguajes documentales**. Gijón: Trea, 2004. 280 p.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. 300p. p: 100-117. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 2)

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1, n.1, p.77-99, jan./jun. 2008.

HJORLAND, B. Fundamental of knowledge organizations. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJORLAND, B. What is knowledge organization? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

IBRI, I.A. **KósmosNoetos**: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva, Holon, 1992. (Coleção estudos; v. 130).

ISO 5963 Documentation. **Methods for Examining Documents, Determining their Subjects, and Selecting Indexing Terms**. Geneve: International Organization for Standardization, 1985.

JOUBE, V. **A leitura**. Tradução por: Brigitte Hervout. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 161 p. Título original: La lecture.

KATO, M. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 144 p.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002. 168 p.

KOCH, I.G.V. **Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch**. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**. vol. 1, n. 1, ago 2003. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/feae2f57341478af7ec218b4fc44d8e8.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009a. 168 p.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2009b. 84 p.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2009. 118 p.

LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1994.

LANCASTER, F.W. **El control del vocabulario en la recuperación de información**. Tradução de Alejandro de laCueva Martín. 2 ed. Zaragoza: Universitat de València, 2002.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução de: Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2 ed. ver. atual. Brasília: Briquet de Lemos, Livros, 2004. 452 p. Título original: Indexing and abstracting in theory and practice.

LANGRIDGE, D. **Subject Analysis: Principles and Practice**. London: Bowker-Saur, 1989.

LARA, M.L.G. **A representação documentária**: em jogo a significação. 1993. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MACEDO, R.S. **Etnopesquisa Crítica**: etnopesquisa-formação. Brasília: Líber Livro Editora, 2006. 179 p.

MAI.J.E. The concept of subject: on problems in indexing. In: McILWAINE, I.C. (ed.). **Knowledge organization for information retrieval: 6th International Study Conference on Classification Research**. The Hague: FID, 1997. p. 60-67. (FID, n. n. 716).

MAIA, G.Z.A. Pesquisa etnográfica e estudo de caso. In: LABEGALINI, A.C.F.B. (Org.). **Pesquisa em educação: passo a passo**. Marília: Edições M3T, 2007.

MARQUES, I.G. **Anáfora associativa - propostas de abordagem em contexto escolar**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino, área de especialização em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

MARTÍNEZ TAMAYO, A.M.; CATALINA VALDEZ, J. **Indización y clasificación em bibliotecas**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008. 232 p.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. A catalogação de assunto: apontamentos históricos e a sistematização de regras. In: GARCÍA MARCO, F.J. (Org.). **IBERSID**. 2010. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010. p. 1-10.

MEY, E.S.A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

MILSTEAD, J. L. Indexing for subject cataloguers. **Cataloging e Classification Quarterly**, New York, v. 3, n. 4, p. 37-44, 1983.

MORAES, J.B.E.; GUIMARÃES, J.A.C. ; GUARIDO, M.D.M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: GARCÍA MARCO, F.J. (Org.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.

MOREIRO GONZÁLEZ, J.A. **El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natural**. España: Ediciones TREA, S.L., 2004. 291 p.

NARDI, M. I. A. **As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira**. 1993. 260 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=361&layout=abstract>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

NECHES, R. et. al. Enabling Technology for Knowledge Sharing. **AI magazine**, v. 12, n.3, p.36-56. 1991. Disponível em: <<http://www.isi.edu/isd/KRSharing/vision/AIMag-small.html>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

NEVES, D. A. de B. La verbalización como registro para análisis em lainvestigación sobre lectura. Anales de documentación. **Revista de Biblioteconomía y Documentación**, v.9, 2006. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad09/ad0900.html>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

NEVES, D.A.de B.; DIAS, E.W.; PINHEIRO, A.M.V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, set./dez. 2006.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

NUNES, G.R. A explosão do poder simbólico e de signos. **Observatório da Imprensa**, ano 17, n. 762. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed749_a_explosao_do_poder_simbolico_e_de_signos>. Acesso em: 01 ago. 2013.

OLSON, H. A.; BOLL, J. J. **Subject Analysis in online catalogs**. 2ed. Colorado: Libraries Unlimited, 2001.

PEIRCE, C.S. **Como tornar as nossas ideias claras**. Trad. A. Fidalgo. Lusofia. Collected Papers (V. 388-410)

PIGNATARI, D. **Semiótica e literatura**. 6. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 195 p.

PINTO MOLINA, M.; GARCÍA MARCO, F. J.; AGUSTÍN LACRUZ, M. del. **Indización y resumen de documentos digitales y multimedia**: técnicas y procedimientos. Gijón: Trea, 2002. 350 p.

PINTO, M.; GÁLVEZ, C. **Análise documental de contenido**. Madri: Sintesis, 1999. 158 p.

R. BRISABOA, N. R.; PERÉZ-SANJULIÁN, C. F. Las bibliotecas digitales y la sociedad de la información. In: MIRANDA, F. A. (Coord.). **Del texto al hipertexto: las bibliotecas universitarias ante el reto de la Digitalización**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla - La Mancha, p. 103-140. 2004.

REDIGOLO, F. M. **O processo de análise de assunto na catalogação de documentos: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de Biblioteca Universitária**. 2010. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

REDIGOLO, F.M.; ALMEIDA, C. C.de. Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Peirce para a análise de assunto. **DataGramZero – Revista de Informação – v. 13 n. 3 jun/12**.

REIS, A. **Aproximações ao conceito de metáfora em C. S. Peirce**. Cadernos de Semiótica Aplicada. v. 4, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/566/487>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ROMANELLI, G. A Entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G; BISOLOBI-ALVEZ, Z.M.M. **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. **Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados**. Perspectiva em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.66-77, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/375/193>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 118-150, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=790&article=243&mode=pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

RUMELHART, D. E. Hacia una comprensión de la comprensión. In: RODRÍGUEZ, E., LAGER, E. (org.). **La lectura**. Santiago de Cali: Editorial Universidad del Valle, p.25-51, 1997.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

SAUPERL, A. **Subject determination during the Cataloging Process**. Boston: The Scarecrow Press, In., 2002. 173 p.

SEIDE, M.S. Funções discursivas da coesão lexical em textos do gênero jornalístico. In: V SIGET - Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais: O ensino em foco, 2009, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul. ISSN 18087655.

SILVA, M. dos R. da; FUJITA, M.S.L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SILVEIRA, L.F.B. da. **Curso de Semiótica Geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

URBINA, E. Del texto al hipertexto: la biblioteca digital y el Proyecto Cervantes. In: MIRANDA, F. A. (Coord.). **Del texto al hipertexto: las bibliotecas universitarias ante el reto de la Digitalización**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla - La Mancha, 2004. p. 141-166.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 12, n. 67, fev. 2007.

WEINER, S. The contribution of the library to the reputation of the university. **The Journal of Academic Librarianship**. v. 35, n. 1. 2009. Disponível em: <http://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/620207/description#description>. Acesso em: 03 de jun. de 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADOREAS DA ENTREVISTA PARA A PESQUISA ETNOGRÁFICA

- 1 – Existe uma Política de Indexação elaborada pela biblioteca? ou
- 2 – Existe alguma regra que normalize as atividades para o tratamento temático da informação.
- 3 – Há quanto tempo você faz a catalogação nesta instituição?
- 4 – Quantas áreas específicas você tem contato? Isso atrapalha ou ajuda no processo de determinação do assunto?
- 5 – Os procedimentos tomados foram desenvolvidos a partir da experiência na análise de assunto (conteúdo) na catalogação?
- 6 – Fale sobre a importância da determinação do assunto para a recuperação da informação.
- 7 – Você tem pré-definido a etapa da identificação e da seleção de conceitos?
- 8 – Fale sobre a seleção dos termos e o uso de um vocabulário controlado.
- 9 – Em sua visão, a catalogação de assunto ocupa o mesmo espaço e importância da catalogação descritiva?
- 10 – Como é feito ou se é realizado um controle para verificação se os termos determinados na análise de assunto estão condizentes com a busca dos usuários?
- 11 – Como é o dia a dia como catalogador nesta instituição?

ANEXOS

ANEXO A - PROGRAMA DE ATIVIDADES CONJUNTA ENTRE AS UNIVERSIDADES DE MURCIA (ESPANHA) E UNESP (BRASIL) – Versões em Português e Espanhol.

PROGRAMA DE ATIVIDADES CONJUNTAS ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)-CAMPUS DE MARÍLIA, E O PROGRAMA DE DOCTORADO EN GESTION DE INFORMACIÓN EN LAS ORGANIZACIONES, DA UNIVERSIDAD DE MURCIA, ESPANHA.

Conforme cronograma de atividades apresentado na Cláusula Terceira do 2º Anexo ao Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e a Universidad de Murcia (Espanha), esclarecemos que cada atividade terá o seguinte desenvolvimento:

1. Mobilidade de estudantes de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Campus de Marília, a princípio, um a cada ano, no período de 2011 a 2013, para o Programa de Doctorado en Gestion de información en las organizaciones, com a finalidade de desenvolverem partes das investigações da tese de doutorado em co-orientação com Professores orientadores designados em cada um dos Programas;
2. Mobilidade de estudantes do Programa de Doctorado en Gestion de información en las organizaciones, a princípio, um a cada ano, no período de 2011 a 2013, para o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Campus de Marília, com a finalidade de cursarem disciplinas e/ou desenvolverem partes das investigações da dissertação de mestrado ou tese de doutorado em co-orientação com Professores orientadores designados em cada um dos Programas;

A título de esclarecimento, informamos estar cientes de que para os casos em que houver interesse em estabelecer uma convenção de co-tutela, a tramitação da proposta junto a UNESP deverá obedecer a Resolução UNESP nº68 de 27 de novembro de 2008 e, por parte da Universidad de Murcia, o “Reglamento de cotutela de tesis doctorales de la Universidad de Murcia - Consejo de Gobierno, 26 de noviembre de 2010”, devendo assinar um acordo específico para essa finalidade.

3. Intercâmbio de professores visitantes de cada Programa de Pós-Graduação/Doutorado da UNESP e da Universidad de Murcia, Espanha, respectivamente, com a finalidade de co-orientação de alunos de mestrado e/ou doutorado, participação em conferências, palestras, ensino, pesquisa e participação em bancas de doutoramento, na seguinte conformidade:

Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva (Universidad de Murcia, Espanha):

- ministrará a disciplina de Pós-Graduação da UNESP “Política de indexação da informação” em conjunto com a Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP, Brasil) em Marília, Brasil, no primeiro semestre de 2011;

- realizará coleta de dados sobre “Política de indexação”, para desenvolvimento de pesquisa;
- dará continuidade ao plano de cooperação acadêmica em andamento com o Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita, desde 2007 cujos resultados são publicações e orientações conjuntas;
- realizará orientação de um aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, a partir do semestre de 2011, na linha “Produção e Organização da Informação”, compatível com a linha de pesquisa “La indización automática: modelos, técnicas y avances” do Programa de Doutorado em “Gestion de información em lasorganizaciones” da Universidad de Murcia.

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP, Brasil):

- realizará a coordenação do Anexo pela UNESP;
- ministrará a disciplina de Pós-Graduação da UNESP “Política de indexação da informação” em conjunto com o Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva da Universidad de Murcia, em Murcia, Espanha no segundo semestre de 2011;
- realizará coleta de dados sobre Política de indexação em bibliotecas universitárias e públicas de Murcia, Espanha para desenvolvimento do projeto de pesquisa “Política de indexação para bibliotecas” (bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 1C);
- dará continuidade ao plano de cooperação acadêmica em andamento com o Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva desde 2007 cujos resultados são publicações e orientações conjuntas;
- realizará orientação de um aluno de doutorado do Programa de Doutorado em “Gestion de información em lasorganizaciones” da Universidad de Murcia, a partir do segundo semestre de 2011, na linha de pesquisa “La indización automática: modelos, técnicas y avances”, compatível com a linha “Produção e Organização da Informação”, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP.

Prof. Dr. Juan Antonio Pastor (Universidad de Murcia, Espanha):

- ministrará a disciplina de Pós-Graduação da UNESP “Arquitetura da Informação” em conjunto com a Dra. Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti (UNESP, Brasil) em Marília, Brasil no segundo semestre de 2012;
- realizará orientação de um aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, a partir do segundo semestre de 2012, na linha “Informação e Tecnologia”, compatível com a linha de pesquisa “Arquitectura de laInformación: aporte de los sistemas de gestión de contenido y las tecnologías Web 2.0” do Programa de Doctorado em Gestion de información em lasorganizaciones, da Universidad de Murcia.
- realizará publicações conjuntas.

Profa. Dra. Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti (UNESP, Brasil):

- ministrará uma disciplina de Pós-Graduação na linha de pesquisa “Arquitectura de laInformación: aporte de los sistemas de gestión de contenido y las tecnologías Web 2.0”, em conjunto com o Prof. Dr. Juan Antonio Pastor (Universidad de Murcia, Espanha) em Murcia, Espanha no segundo semestre de 2012;

- realizará orientação de um aluno de doutorado do Programa de Doctorado em Gestion de información en las organizaciones, da Universidad de Murcia, a partir do segundo semestre de 2012, na linha “Arquitectura de la Información: aporte de los sistemas de gestión de contenido y las tecnologías Web 2.0”, compatível com a linha de pesquisa “Informação e Tecnologia”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP.
- realizará publicações conjuntas.

Prof. Dr. José Vicente Rodríguez Muñoz (Universidad de Murcia, Espanha):

- realizará a coordenação do Anexo pela Universidad de Murcia;
- ministrará a disciplina de Pós-Graduação da UNESP “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional” em conjunto com a Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP, Brasil) em Marília, Brasil no primeiro semestre de 2013;
- realizará orientação de um aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, a partir do primeiro semestre de 2013, na linha “Gestão, mediação e uso da informação”, compatível com a linha de pesquisa “La información como recurso estratégico en las organizaciones”, do Programa de Doctorado en Gestion de información en las organizaciones, da Universidad de Murcia.
- realizará publicações conjuntas.

Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP, Brasil):

- ministrará uma disciplina de Pós-Graduação na linha de pesquisa “La información como recurso estratégico en las organizaciones”, em conjunto com o Prof. Dr. José Vicente Rodríguez Muñoz (Universidad de Murcia, Espanha) em Murcia, Espanha no segundo semestre de 2013;
- realizará orientação de um aluno de doutorado do Programa de Doctorado em “Gestion de información en las organizaciones”, da Universidad de Murcia, a partir do segundo semestre de 2013, na linha “La información como recurso estratégico en las organizaciones”, compatível com a linha de pesquisa “Gestão, mediação e uso da informação”, do Programa de Pós-Graduação, em Ciência da Informação da UNESP
- realizará publicações conjuntas.

4. Reuniões da Comissão de Coordenação serão realizadas em outubro de cada ano, no período de 2011 a 2013, na Universidad de Murcia ou na Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, para acompanhamento, discussão e reflexão sobre o desenvolvimento das atividades programadas e elaboração de relatórios anuais e final do triênio;

5. A Comissão de coordenação estabelecerá o período de apresentação das teses e defesas.

PROGRAMA CONJUNTO DE ACTIVIDADES ENTRE EL PROGRAMA DE POSGRADO EN CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP)-CAMPUS DE MARÍLIA, Y EL PROGRAMA DE DOCTORADO EN "GESTION DE INFORMACIÓN EN LAS ORGANIZACIONES" DE LA UNIVERSIDAD DE MURCIA, ESPAÑA.

De acuerdo al calendario de actividades presentado en la Sección III del Segundo Anexo del Acuerdo de Cooperación entre la Universidade Estadual Paulista "Julio de MesquitaFilho (UNESP) y la Universidad de Murcia (España), señalamos que cada actividad tendrá el siguiente desarrollo:

1. La movilidad de los estudiantes de doctorado del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP-Marília, en principio, una cada año en el período 2011 a 2013 para el Programa de Doctorado en "Gestión de Información en Las Organizaciones ", con el objetivo de desarrollar partes de la investigación de tesis doctorales en codirección con los profesores directores de tesis designados en cada uno de los programas;
2. Programa de Movilidad Estudiantil de Doctorado "Gestión de Información En Las Organizaciones", en un principio, cada año en el período 2011 a 2013 para el Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP-Marília, a fin de recibir cursos y/o desarrollar partes de las investigaciones de las tesinas o tesis en codirección con los profesores nombrados en cada uno de los programas;

Para mayor claridad, se informa que en los casos en que exista interés en establecer un acuerdo de cotutela de tesis, la propuesta deberá ajustarse a la Resolución N° 68, UNESP, 27 de noviembre de 2008, y por el "Reglamento de cotutela de tesis doctorales de la Universidad de Murcia - Consejo de Gobierno, 26 de Noviembre de 2010", debiéndose suscribir un Convenio Específico al efecto.

3. El intercambio de profesores visitantes de cada uno de los Programas de Postgrado/Doctorado de la UNESP y la Universidad de Murcia respectivamente, se realizará con el objetivo de co-tutela de los estudiantes del máster y/o doctorado, participación en congresos, conferencias, docencia, investigación y participación en tribunales de tesis doctorales, con el siguiente programa:

Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva (Universidad de Murcia, España):

- Impartirá la disciplina del Posgrado de la UNESP "Política de indización de información", junto con la profesora Dra. MariângelaSpottiLopesFujita (UNESP, Brasil) en Marília, Brasil, en el primer semestre de 2011;
- Realizará la recopilación de datos sobre "la política de indización" para el desarrollo de investigaciones;
- Dará continuidad al plan de cooperación ya iniciado con la profesora Dra. MariângelaSpottiLopesFujita, desde 2007 cuyos resultados son publicaciones conjuntas y codirecciones conjuntas;
- Realizará una codirección a un estudiante de doctorado del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP, a partir de mediados de 2011, en la línea

"Producción y organización de la Información" compatible con la línea de investigación "La Indización automática: modelos, técnicas y Avances" del Programa de Doctorado en "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia.

Prof. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP, Brasil):

- Realizará la coordinación del Anexo por parte de la UNESP;
- Impartirá la disciplina del Posgrado de la UNESP "Política de indización de la información", junto con el profesor Dr. Isidoro Gil Leiva, Universidad de Murcia, Murcia, España en el segundo semestre de 2011;
- Realizará la recolección de datos sobre la indexación del Gobierno en las bibliotecas públicas y la Universidad de Murcia, España, para desarrollar el proyecto de investigación "La política de indización de las bibliotecas" (beca de investigación del CNPq Productividad-Nivel 1 C);
- Continuar la cooperación en curso académico con el profesor Dr. Isidoro Gil Leiva desde el año 2007, cuyos resultados son publicaciones conjuntas y directrices;
- Realizar una supervisión conjunta de un estudiante de doctorado del Programa de Doctorado en "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia, en el segundo semestre de 2011, bajo la línea de investigación "La Indización automática: modelos, técnicas Avances" compatible con la línea de investigación "Organización de la Producción y de la Información" del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP.

Prof. Dr. Juan Antonio Pastor (Universidad de Murcia, España):

- Impartirá la disciplina del Posgrado de la UNESP "Arquitectura de Información" en colaboración con la Dra. Silvana Aparecida BorsettiGregorioVidotti (UNESP, Brasil) en Marilia, Brasil, en el segundo semestre de 2012;
- Realización de una supervisión conjunta de un estudiante de doctorado del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP, en la segunda mitad de 2012, en "Tecnologías de la Información", en consonancia con la línea de investigación "Arquitectura de la Información : Gestión de contenidos digitales y la Web 2.0" del Programa de Doctorado "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia.
- Realización de publicaciones conjuntas.

Prof. Dra. Silvana Aparecida BorsettiGregorioVidotti(UNESP, Brasil):

- Impartirá un curso de postgrado en la línea de "Tecnologías de la Información", en consonancia con la línea de investigación "Arquitectura de la Información: Gestión de contenidos digitales y la Web 2.0" del Programa de Doctorado "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia en España durante el segundo semestre de 2012;
- Realizará la supervisión conjunta de un estudiante de doctorado del Programa de Doctorado en "Gestión de Información en Las Organizaciones" de la Universidad de Murcia, en el segundo semestre de 2012, en "Tecnologías de la Información", en consonancia con la línea de investigación "Arquitectura de la Información: Gestión de contenidos digitales y la Web 2.0" del Programa de Doctorado "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia, compatible con la línea de

investigación, "Tecnologías de la Información", del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP;

- Realización de publicaciones conjuntas.

Prof. Dr. José Vicente Rodríguez Muñoz (Universidad de Murcia, España):

- Coordinación del Anexo por parte de la Universidad de Murcia;
- Impartirá la disciplina del Posgrado de la UNESP "Información, Conocimiento y la Inteligencia Organizacional", junto con el profesor. Dra. Marta Ligia Pomim de San Valentín (UNESP, Brasil) en Marília, Brasil, en el primer semestre de 2013;
- Llevará a cabo una supervisión conjunta de un estudiante de doctorado del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP, desde el primer semestre de 2013, de la línea de investigación "Gestión, la mediación y el uso de la información" coherente con la línea de investigación "La Información como recurso estratégico en Las Organizaciones", del Programa de Doctorado "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia.
- Realización de publicaciones conjuntas.

Prof. Dra. Marta Ligia Pomim de San Valentín(UNESP, Brasil):

- Impartirá un curso de postgrado en la línea de "La de información como recurso estratégico en Las Organizaciones", junto con el profesor Dr. José Vicente Rodríguez Muñoz (Universidad de Murcia, España) en Murcia, España en el segundo semestre de 2013;
- Realizará la supervisión conjunta de un estudiante de doctorado del Programa de Doctorado en "Gestión de Información en las Organizaciones" de la Universidad de Murcia, en el segundo semestre de 2013, en la línea de investigación "La información como recurso estratégico en Las Organizaciones" compatible con la línea de investigación "La gestión, la mediación y el uso de la información", del Programa de Posgrado en Ciencias de la Información de la UNESP;
- Realización de publicaciones conjuntas.

4. Las reuniones del Comité Directivo se celebrarán en octubre de cada año en el período 2011-2013 en la Universidad de Murcia o la Facultad de Ciencias de la UNESP, Marília, para el seguimiento, discusión y reflexión sobre el desarrollo de las actividades programadas y para la realización de los informes anuales y finales del trienio;

5. El Comité de Coordinación establecerá tanto el plazo de presentación de las tesis como de las defensas.

ANEXO B – ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES DE MURCIA (ESPANHA) E UNESP (BRASIL).

SEGUNDO ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP (BRASIL) E A UNIVERSIDAD DE MURCIA (ESPANHA).

Pelo presente instrumento, de um lado, a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", doravante denominada UNESP, neste ato representada por seu Magnífico Vice-Reitor no exercício da Reitoria, Prof. Dr. Julio Cezar Durigan, e a Universidad de Murcia, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, D. José Antonio Cobacho Gómez,

EXPÕEM

Que a Universidad de Murcia e a UNESP firmaram um Acordo de Cooperação datado de 21 de janeiro de 2011, em cuja Primeira Cláusula estabelece seu desenvolvimento em posteriores anexos.

Por conseguinte, as partes ajustam entre si e por isso se obrigam, reciprocamente, pelas seguintes

CLÁUSULAS

PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Anexo tem por finalidade a cooperação acadêmica entre ambas as Universidades, com o objetivo de promover o intercâmbio de estudantes de doutorado, assim como de docentes das respectivas Instituições, para a realização de estudos e pesquisas de doutorado e com o fim de promover a formação de doutores e linhas de pesquisas conjuntas, junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP e o Programa de Doctorado en Gestión de Información en las Organizaciones, da Cátedra UNESCO em Gestión de Información en las Organizaciones, da Universidad de Murcia.

SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Os partícipes concordam em adotar os seguintes procedimentos na execução deste Anexo:

1. As formas de cooperação de mobilidade de estudantes de doutorado e de docentes terão os seguintes delineamentos:

a) Alunos de doutorado:

a.1. Os estudantes serão indicados pela Universidade de origem e deverão estar regularmente matriculados no Programa de Doutorado respectivo (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, no caso de estudantes da UNESP, e Programa de Doctorado en Gestión de Información en las Organizaciones, no caso de estudantes da Universidad de Murcia), com base em seu desempenho acadêmico e exposição de motivos para estudar na Universidade de destino. O aceite do estudante ficará a cargo da Universidade de destino, em função dos requisitos para acesso e em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Pós-graduação para a realização dos estudos e pesquisas.

a.2. Os estudantes selecionados pela Universidade de destino, enquanto instituição receptora, serão considerados alunos de intercâmbio e estarão sujeitos a regras e regulamentos da Instituição, devendo receber o mesmo tratamento dos estudantes locais.

a.3. Os estudantes do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação deverão possuir conhecimento da língua espanhola para realizarem intercâmbio com o Programa de Doctorado en Gestión de Información en las Organizaciones, assim como os estudantes de doutorado do Programa de Doctorado en Gestión de Información en las Organizaciones deverão possuir conhecimento da língua portuguesa para realizarem intercâmbio com o Programa de Pós-graduação em Ciência da informação.

a.4. A duração do período de permanência do estudante na instituição de destino será a estabelecida no cronograma de atividades constante do presente Anexo.

a.5. Os intercâmbios serão estabelecidos sempre em regime de reciprocidade e, conseqüentemente, os alunos estarão isentos de pagamento de taxas acadêmicas na instituição de destino, devendo estar inscritos, regular e oficialmente, na instituição de origem para garantir seus direitos acadêmicos.

a.6. Ambas as instituições apoiarão os estudantes de intercâmbio a obterem alojamento.

a.7. Todos os estudantes de intercâmbio deverão contratar seguro de saúde e de responsabilidade civil. O seguro deverá ser feito pelo aluno ainda no país de origem. Este

deverá incluir o retorno ao país por orientação médica. O seguro deverá cobrir todos os gastos com passagem, impostos, vistos, hospedagem, alimentação, livros, seguro médico, transporte durante a estada, gastos pessoais e qualquer outro gasto que seja feito durante o período de participação no intercâmbio.

a.8. Para cada período acadêmico e como anexo ao Acordo ficará registrado o número e os dados de identificação dos estudantes que irão participar do intercâmbio, assim como as condições econômicas que o regem, e os estudos a realizar na instituição de destino, assim como a sua duração.**a.9.** Para os casos em que houver interesse em estabelecer uma convenção de co-tutela, a tramitação da proposta junto a UNESP deverá obedecer a Resolução UNESP nº68 de 27 de novembro de 2008 e, por parte da Universidad de Murcia, o “Reglamento de cotutela de tesisdoctorales de la Universidad de Murcia - Consejo de Gobierno, 26 de noviembre de 2010”, devendo ser feito um Anexo específico.

b) Docentes:

b.1. Os professores visitantes poderão desenvolver atividades de orientação de mestrado e/ou doutorado, conferências, ensino, pesquisa e participação em bancas de doutoramento, e o período de duração de sua estada na instituição de destino será estabelecido no cronograma de atividades.

b.2. Os professores participantes do intercâmbio deverão contar com a aprovação da Universidade receptora, a qual se compromete a estender o compromisso institucional adequado, a conceder facilidades para acesso aos serviços de sua biblioteca e, em geral, a oferecer apoio científico, técnico e de material do qual disponha, a fim de facilitar o trabalho do professor visitante. Em cumprimento ao Acordo, os professores de intercâmbio deverão atender à normativa vigente da Universidade receptora.

b.3. Os professores visitantes terão acesso à modalidade de intercâmbio equiparado, ou seja, no âmbito desse Acordo, as universidades se comprometem a enviar e receber um número equivalente de professores por curso acadêmico ou semestre.

b.4. O setor encarregado do intercâmbio de professores na Universidade receptora auxiliará na busca de alojamento. A Universidade receptora se encarregará de colocar à disposição dos professores visitantes os serviços que oferece aos professores regulares.

b.5. Os professores de ambas as universidades que irão participar do intercâmbio deverão solicitar e obter autorização dos órgãos competentes, de acordo com as normas vigentes em sua Instituição.

2. A Coordenadora para este Anexo, como representante da UNESP, será a Professora Doutora Mariângela Spotti Lopes Fujita e pela Universidad de Murcia será o Professor Doutor José Vicente Rodríguez Muñoz.

3. Os Coordenadores indicados no item 2 desta Cláusula serão responsáveis pelo cumprimento do objeto do presente Anexo, bem como das normas operacionais para atendimento dos procedimentos administrativos e acadêmicos.

4. Ambas as partes poderão solicitar financiamento para a mobilidade de professores e estudantes junto a agências de fomento e de financiamento à pesquisa correspondentes, de acordo com a disponibilidade e interesse de cada Universidade.

Não obstante, no caso de não houver disponibilidade financeira, cada professor/estudante cobrirá todos os gastos que se originarem de sua participação no intercâmbio.

TERCEIRA - DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

As atividades, objeto do presente Anexo, serão desenvolvidas de acordo com o seguinte cronograma:

Mobilidade/atividades	2011		2012		2013	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Intercâmbio de estudantes, a princípio 1 (um) por ano, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UNESP/Marília para o Programa de Doutorado em “Gestión de Información en las Organizaciones”, da Universidad de Murcia.						
Deslocamento de 1 (um) professor, por ano, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UNESP/Marília para o Programa de Doutorado em “Gestión de Información en las Organizaciones”, da Universidad de Murcia						

Intercâmbio de estudantes, a princípio 1 (um) por ano, do Programa de Doutorado em “Gestión de Información en las Organizaciones”, da Universidad de Murcia para o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UNESP/Marília.						
Deslocamento de 1 (um) professor, por ano, do Programa de Doutorado em “Gestión de Información en las Organizaciones”, da Universidad de Murcia para o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UNESP/Marília						
Reuniões da Comissão de Coordenação						
Realização de publicações conjuntas						

QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Anexo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura por ambas as partes e permanecerá vigente até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado de forma expressa, não podendo superar, em todo caso, a vigência estabelecida pelo Acordo de Cooperação, celebrado em 21 de janeiro de 2011, no qual está amparado o presente Anexo.

QUINTA - DA RESPONSABILIDADE

As responsabilidades dos partícipes serão estabelecidas nos termos deste Anexo, não assumindo quaisquer responsabilidades diversas do ora acordado, salvo se houver danos patrimoniais causados por um dos partícipes.

Os partícipes comprometem-se a envidar esforços para o eficiente e normal desenvolvimento dos trabalhos e atividades do presente Anexo.

SEXTA - DA DENÚNCIA E ALTERAÇÃO

O presente Anexo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, a qualquer tempo, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de trinta dias.

As partes poderão modificar o presente Anexo mediante acordo expresso das mesmas.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente Anexo em 4 (quatro) exemplares, 2 (dois) em português e 2 (dois) em espanhol, versões que têm igual valor jurídico, ficando 1 (um) exemplar de cada idioma em poder de cada parte.

Universidade Estadual Paulista -UNESP

Universidad de Murcia

Data:

Data:

Julio CezarDurigan

José Antonio CobachoGómez

Testemunhas:

1) _____

2) _____

ANEXO C - FAMILIARIZAÇÃO AOS SUJEITOS SOBRE A TÉCNICA DO “PENSAR ALTO” OU PROTOCOLO VERBAL.

Apresentaremos algumas instruções que são mostradas aos sujeitos sobre a técnica do protocolo verbal, ou o pensar alto, instruções de como os sujeitos devem ser portar durante a aplicação desta técnica de coleta de dados, fazendo uma leitura normal do artigo, mas em voz alta, para que a atividade possa ser gravada.

INSTRUÇÕES AOS SUJEITOS SOBRE A TÉCNICA DO “PENSAR ALTO” OU PROTOCOLO VERBAL – Nardi (1993)

O que vamos fazer agora é uma atividade de familiarização com a técnica de coleta de dados que será usada em nossa pesquisa.

Tudo que você tem a fazer é ler o texto da mesma maneira que você costuma ler um texto para indexação. É muito simples e natural.

Durante toda leitura você precisa “pensar alto”. Tente imaginar você sozinho num recinto lendo um texto para indexação. Em situações como essa, já não lhe ocorreu começar a falar espontaneamente em voz alta, exteriorizando seus raciocínios, seus mecanismos mentais para conseguir compreender? Neste processo, o indivíduo “pensa em voz alta” verbalizando espontânea e quase inconscientemente seus pensamentos, questionamentos, suas buscas para eventuais problemas de compreensão, sua maneira singular de extrair significado de um texto.

Um exemplo bastante claro de exteriorização do pensamento durante a realização de uma tarefa (e que ocorre com a maioria das pessoas) é o “pensar alto” espontâneo durante a realização de um problema matemático.

Dá prá você ter uma idéia de como funciona essa técnica? Corresponde à verbalização de sua fala interna, seu pensamento.

Agora, a tarefa que você vai realizar é a leitura do texto que vai lhe ser apresentado...e, por favor, lembre-se de que é preciso “pensar alto” durante toda a leitura.

Você provavelmente encontrará passagens muito claras e fáceis de compreender, outras poderão lhe obrigar a uma “paradinha” para pensar um pouco mais... Tudo depende do seu próprio estilo.

Lembre-se, que nesses momentos de parada para pensar um pouco mais ou resolver algum problema, você deve tentar exteriorizar tudo que passar pela sua cabeça.

Se em algum momento da leitura, você achar difícil falar e pensar simultaneamente, você poderá fornecer uma explicação de como você compreendeu uma determinada passagem ou de como você buscou a solução para um problema de compreensão.

Na medida do possível, tente fazer esforços para “pensar alto” durante o seu processo de leitura. É um processo único em que falar é pensar.

Tente esquecer a presença da pesquisadora. Ela estará presente apenas para lembrar-lhe que é preciso “pensar alto” o tempo todo. Tente agir tão naturalmente quanto possível, como se você estivesse só.

Atente apenas para a tarefa que você deve realizar.

ANEXO D – NOTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA TRANSCRIÇÕES: ADAPTADAS DE CAVALCANTI (1989).

Notações adaptadas

Cavalcanti (1989)

....: para sinalizar pausas e continuação da leitura

(<-): para indicar voltas a trechos do texto

(>-): Trecho do texto-base “saltado” (ignorado) na leitura

/: auto interrupção de um pensamento

((FR)): fala e ri ao mesmo tempo

((RM)): fala e resmungo (em tom de ironia)

((RI)): Ri

(>->->): acelera o ritmo da leitura

(~~~~) leitura desacelerada, atenta

“...” palavra ou expressão comentada pelo sujeito

[...] trecho do texto-base vocalizado pelo sujeito à primeira leitura, durante o Protocolo Verbal

itálico: fala do sujeito mostrando sua compreensão

MAIÚSCULA: trecho do texto-base repetido pelo sujeito, no protocolo, no resumo ou entrevista

{ } inclusão nas transcrições, de descrições de gestos significativos do sujeito ou de comentários analíticos do pesquisador

(...) omissão de trecho não relevante na transcrição

NEGRITO: trechos que melhor expressam o fenômeno em descrição

SUBLINHADO: relevância do sujeito